

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ CARLOS COELHO NIERO

**GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS:
FATORES CONDICIONANTES DA PROPENSÃO A
COOPERAR POR PARTE DOS GOVERNOS LOCAIS**

**SÃO CAETANO DO SUL
2011**

JOSÉ CARLOS COELHO NIERO

**GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS:
FATORES CONDICIONANTES DA PROPENSÃO A
COOPERAR POR PARTE DOS GOVERNOS LOCAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Administração no Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Área de concentração: Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade

Orientador: Prof. Dr. Leonel Mazzali

**SÃO CAETANO DO SUL
2011**

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
Campus II – Rua Santo Antônio, 50 – Centro –
São Caetano do Sul – SP

Reitor

Dr. Silvio Augusto Minciotti

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Coordenador do Programa de Mestrado em Administração

Dr. Mauro Neves Garcia

Dissertação defendida e aprovada em 15/04/2011 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Leonel Mazzalli – (orientador) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP

Prof. Dr. Luiz Paulo Bresciani – Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP

Prof. Dr. Peter Kevin Spink – FGV/SP

NIERO, JOSÉ CARLOS COELHO

Gestão das relações intergovernamentais: fatores condicionantes da propensão a cooperar por parte dos governos locais / José Carlos Coelho Niero. São Caetano do Sul, USCS, 2011 – 215 p.

Mestrado – Administração.

Orientador – Leonel Mazzalli.

1. Acordos de cooperação intermunicipais.
2. Aglomerados urbanos.
3. Ação coletiva institucional.
4. Barreiras à cooperação.
5. Interesse a cooperar.

DEDICATÓRIA

Algumas pessoas foram muito importantes em momentos marcantes da minha vida. São muitas as pessoas que tenho que agradecer e, portanto farei a algumas que representam cada fase da minha vida.

Primeiro uma pessoa muito especial que sinto imensa saudade, principalmente, quando era ainda criança e adolescente, com seus conselhos e carinho, ajudou-me nas “encrencas” em que me metia, minha querida irmã Cristina, sei que de onde estiver estará olhando por todos nós.

Outra que não está mais entre nós, e que tive o privilégio de conviver e aprender por apenas 15 anos, meu padrinho e tio Carlos Alberto (Carlitos), com seu jeito “bonachão” e bondoso sem igual, se estivesse por aqui sem dúvida seria um porto seguro.

Meus pais, Irene e Enio, desculpem-me se em alguns momentos falhei, o que sou hoje devo a vocês, a formação, a educação, o caráter e ética, enfim o alicerce para poder erguer o corpo do meu conhecimento, isso não tem preço, muito obrigado.

Minha família, Vera, esposa querida, Guilherme, filho estimado, amo vocês do meu jeito. Obrigado por entenderem o quão importante é este trabalho para mim e, assim para todos nós.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pai, mãe, esposa, filho, sobrinhos e sobrinhas, obrigado por tudo.

Aos amigos, Tineu, este o meu grande parceiro e mentor, sem ele talvez hoje não teria galgado tantos degraus e, Nelson, com sua sinceridade e amizade.

Da Anchieta, Machado, Neusa, Roseli e Luis Carlos sempre me ajudando a enfrentar as situações de saia justa, com seus conselhos e orientações, são parceiros e amigos leais.

A minha equipe de professores e colaboradores, mas muito mais que isso, amigos, Christian, Luciano, Volney, Shizuko, Kadú, Oscar, Selma, Eduardo, Antonio Vanderlei, Ivan, Maria Antonia, Marcia Polini, Cristiane, Tinoco, Gerson. Outros que não são da equipe, mas considero amigos tanto quanto, Claudenice, Leonardo, Val, Calisto, Gilson, Moacir, Sidnei e, por fim as meninas da sala dos professores e assistentes de coordenação, Roberta, Elisângela, Heloisa, Geadna e Flávia.

Ao pessoal de eventos e marketing, o departamento mais agitado da Anchieta, Luis, Luiz Antônio, Cida, Cibele, Andreza, Josie, Renata, Luiza, Daniel, Marcelie e, meu parceiro Isael.

Ao meu mestre e amigo Leonel Mazzali, que me norteou com maestria, às vezes o deixei bravo, talvez chateado, mas não foi por querer não, eu sei que vai entender.

Por fim, a turma do mestrado foi uma batalha a ser vencida, mas ainda não vencemos a guerra.

Um grande abraço a todos!

*“O sucesso é ir de fracasso em
fracasso, sem perder entusiasmo”.*

Wiston Churchil

RESUMO

Este trabalho tem como foco a identificação dos fatores que tem potencial de influenciar a decisão de cooperar por parte dos governos locais. Apoiando-se em Feiock (2007) em sua abordagem denominada Ação Coletiva Institucional, a qual coloca como ênfase nos fatores envolvidos, em particular, naqueles associados às características econômicas, fiscais, demográficas e geográficas das comunidades. O objeto de estudo são 644 municípios do Estado de São Paulo. Ressalta-se que para identificação dos objetivos utilizou-se como variável dependente a intenção ou não de cooperar e, como variáveis independentes o porte do município (população), receita tributária municipal *per capita*, PIB *per capita*, dívida fundada municipal *per capita*, receitas de transferências intergovernamentais *per capita*, vínculo empregatício na indústria e, o município pertencer ou não a um aglomerado urbano. Na análise dos dados utilizou-se a técnica de regressão logística para acordos de desenvolvimento; o teste de Mann-Whitney para acordos de saúde. Salienta-se as diferenças entre os tipos de acordo, mais especificamente desenvolvimento e saúde. O primeiro predomina em aglomerados urbanos, maior porte dos municípios e PIB *per capita* elevado. O segundo em municípios de pequeno porte, baixo PIB e receita tributária *per capita* e com elevada dependência de transferências intergovernamentais. O estudo, ainda, aprofundou a análise da importância da hierarquização entre os municípios na constituição dos acordos de cooperação, deixando evidente que a sua importância para a concretização dos acordos. Ao final são propostas direções para trabalhos futuros, abordando a conformação dos acordos e a relação entre os parceiros.

Palavras-chave: Acordos de cooperação intermunicipais. Aglomerados urbanos. Ação coletiva institucional. Barreiras à cooperação. Interesse a cooperar.

ABSTRACT

This paper aims the identification of the factors which have the potential to influence the decision of local governments to cooperate. Based in Feiock (2007), in his approaching entitled Institutional Collective Action, which puts as emphasis in the involved factors, in particular, those related to economical, fiscal, demographical and geographical characteristics of the communities. The object of study is constituted of 644 municipalities from the State of São Paulo. It must be accentuated that, for the identification of the objectives, as a dependent variable, the intention of cooperating or not was used to this end and, as independent variables, the municipality size (population), the municipal tributary income *per capita*, GNP *per capita*, municipal funded debt *per capita*, intergovernmental transferences incomes *per capita*, employment relationship in industry and, the municipality pertaining or not to an urban agglomerate. In the data analysis it was used the logistic regression technique for development agreements; the Mann-Whitney test for health agreements. The differences between the types of agreements are signalized, more specifically development and health. The first one predominates in urban agglomerates, bigger municipality sizes and high GNP *per capita*. The second one in smaller size municipalities, low GNP and tributary income *per capita* and with high dependence on intergovernmental transferences. The study, as well, deepened the analysis of the importance of the hierarchizing among the municipalities on the constitution of the cooperation agreements, making evident its importance to the agreements concretization. At last directions to future papers are proposed, broaching the conformation of the agreements and relation among the partners.

Keywords: *Inter municipal cooperation agreements. Urban agglomerates. Institutional Collective Action. Barriers to Cooperation. Interest in cooperating.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Esquema de Propensão a Acordos de Cooperação Intermunicipal no Estado de São Paulo	
	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Síntese das variáveis independentes	51
Quadro 2-	Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado de São Paulo...	53
Quadro 3-	Premissas subjacentes ao uso da Análise Discriminante	57
Quadro 4-	Objetivo de aplicação da técnica de análise de regressão logística	57
Quadro 5-	Premissas subjacentes ao uso da análise de regressão logística	58
Quadro 6-	Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que não pertencem a aglomeração urbana – consórcios	67
Quadro 7-	Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que não pertencem a aglomeração urbana – agências	69
Quadro 8-	Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que pertencem a aglomeração urbana – consórcios	70
Quadro 9-	Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que pertencem a aglomeração urbana – agências	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Distribuição dos municípios paulistas, por porte populacional e população (2004)	45
Tabela 2-	Número de Arranjos Institucionais de Cooperação Intermunicipal e Municípios paulistas participantes (2005)	49
Tabela 3-	Estatísticas descritivas das variáveis estudadas	55
Tabela 4-	Distribuição dos municípios estudados segundo a participação em acordos de desenvolvimento	56
Tabela 5-	Ausência de multicolinearidade	59
Tabela 6-	Identificação e tratamento dos dados extremos e verificação da normalidade	60
Tabela 7-	Participação de municípios em acordos de cooperação intermunicipal em saúde	61
Tabela 8-	Participação de municípios em acordos de cooperação intermunicipal em tratamento de resíduos sólidos	62
Tabela 9-	Propensão a cooperar nos acordos de desenvolvimento: casos válidos	63
Tabela 10-	Indicadores de qualidade do modelo	63
Tabela 11-	Teste de Hosmer e Lemeshow	63
Tabela 12-	Matriz de classificação do modelo	64
Tabela 13-	Variáveis incluídas no modelo logístico	64
Tabela 14-	Propensão a cooperar – acordos de desenvolvimento (consórcios e agências)	65
Tabela 15-	Teste Mann-Whitney para a variável população	73
Tabela 16-	Teste Mann-Whitney para a variável receita tributária municipal <i>per capita</i> (RTMPC).....	74
Tabela 17-	Teste Mann-Whitney para a variável dívida fundada <i>per capita</i>	74
Tabela 18-	Teste Mann-Whitney para a variável receita de transferências intergovernamentais <i>per capita</i>	75
Tabela 19-	Teste Mann-Whitney para a variável PIB <i>per capita</i>	76
Tabela 20-	Teste Mann-Whitney para a variável % do vínculo empregatício na indústria	77
Tabela 21-	Propensão a cooperar - acordos em saúde	77

Tabela 22-	Grau de homogeneidade nas preferências entre as comunidades: acordos de desenvolvimento.....	82
Tabela 23-	Grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades: acordos de saúde.....	83
Tabela 24-	Grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades: acordos de tratamento de resíduos sólidos.....	84
Tabela 25-	Grau de assimetria de poder entre governos locais: acordos de desenvolvimento	86
Tabela 26-	Grau de assimetria de poder entre governos locais: acordos de saúde.....	87
Tabela 27-	Grau de assimetria de poder entre governos locais: acordos de tratamento de resíduos sólidos.....	88
Tabela 28-	Identificação de prováveis conformações de hierarquização nos acordos de desenvolvimento que não se inserem em aglomerações urbanas.....	92
Tabela 29-	Identificação de prováveis conformações de hierarquização de acordos de desenvolvimento que se inserem em aglomerações urbanas	93
Tabela 30-	Identificação de prováveis conformações de hierarquização: acordos de saúde	94
Tabela 31-	Identificação de prováveis conformações de hierarquização: tratamento de resíduos sólidos	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Ação Coletiva Institucional

ACS – Acordos de saúde

AD - Acordos de desenvolvimento

ADM – Municípios que acordam em desenvolvimento

AGL – Municípios que estão em regiões de aglomeração urbana

AMAM – Municípios que acordam em tratamento de resíduos sólidos

ASM – Municípios que acordam em saúde

B – Beta

DFPC – Dívida fundada *per capita*

PIBPC – Produto interno bruto *per capita*

POP – População

RTIPC – Receitas tributárias intergovernamentais *per capita*

RTMPC – Receita tributária municipal *per capita*

TGA – Taxa de crescimento geométrico anual

VEI – Vínculo empregatício na indústria (%)

VIF – Fator de inflação da variância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1.	Problematização	17
1.2.	Objetivos	19
1.2.1.	Objetivo geral	19
1.2.2.	Objetivos específicos	20
1.3.	Justificativa	21
1.4.	Vinculo com a linha de pesquisa	21
1.5.	Estrutura do trabalho	22
2	GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS	23
2.1	Interdependências e fragmentação institucional	23
2.2.	Coordenação e cooperação	24
3	AÇÃO COLETIVA INSTITUCIONAL	31
3.1.	A motivação para cooperar	34
3.1.1.	Características fiscais dos municípios	34
3.1.2.	Características econômicas e demográficas	36
3.1.3.	Características geográficas	37
3.2.	Barreiras a cooperação	39
4	METODOLOGIA.....	44
4.1.	Amostra e unidade de análise	44
4.2.	Esquema para análise da propensão a cooperar	46
4.2.1.	Variável dependente	47
4.2.2.	Variáveis independentes	50
4.3.	Tratamento e análise dos dados	55
4.3.1.	Estatísticas descritivas das variáveis estudadas	55
4.3.2.	Técnicas estatísticas para análise da motivação a cooperar voltados ao desenvolvimento	55
4.3.3.	Exame dos dados para avaliar o atendimento às premissas da análise de regressão logística	58
4.3.3.1.	Sensibilidade ao tamanho da amostra	58
4.3.3.2.	Multicolinearidade	59
4.3.3.3.	Verificação da presença de observações atípicas e normalidade	59

4.3.4. Seleção da técnica estatística para a análise dos dados – acordos de cooperação em saúde	61
4.3.5. Seleção da técnica estatística para a análise dos dados – acordos de cooperação em tratamento de resíduos sólidos	62
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: MOTIVAÇÃO A COOPERAR	63
5.1. Propensão a cooperação nos acordos de desenvolvimento	63
5.2. Propensão a cooperação nos acordos de saúde	73
5.3. Propensão a cooperação nos acordos de tratamento de resíduos sólidos	78
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS: BARREIRAS À COOPERAÇÃO	79
6.1. Grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades	79
6.2. Grau de assimetria de poder entre os governos locais	85
6.3. Importância da hierarquização entre os municípios na concretização dos acordos de cooperação	89
7. CONCLUSÕES	96
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	106

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problematização

O ideário municipalista norteia o processo de descentralização preconizado pela Constituição de 1988. O discurso da autonomia municipal, isto é, a transferência de poder decisório para o município ou entidades e órgãos locais orienta os modelos de gestão das políticas públicas. Ao significativo aumento da participação dos municípios na receita fiscal (descentralização fiscal), correspondeu a ampliação das competências na gestão das políticas ligadas à educação, à saúde, à assistência social e, de modo particular, ao desenvolvimento.

A partir da década de 80 do século XX, a conjunção da crise do modelo centralizador, a maior complexidade da gestão das políticas públicas e a “força política” do conceito de descentralização conformaram um movimento de fortalecimento da autonomia local diante das demais unidades da Federação. No entanto, como lembra Abrucio (2000, p 86)

A descentralização não tem qualidades intrínsecas e tampouco está isenta de aspectos negativos. A força política desse discurso e muitos resultados satisfatórios que daí se originaram nublaram os problemas que se colocam, em muitas ocasiões, para a implantação de um processo descentralizador (ABRUCIO, 2000, p 86).

Dentre esses problemas, o referido autor destaca a “fragilidade dos instrumentos de cooperação e coordenação entre as esferas de poder”. Nesse âmbito, na preservação do princípio da “soberania compartilhada”, que fundamenta o pacto federativo, emerge como essencial a compatibilização da autonomia dos governos locais e a interdependência entre eles:

Para manter o controle mútuo e a negociação como bases da Federação, a chave está nas relações intergovernamentais, vinculadas a um equilíbrio entre competição e cooperação. Trata-se do problema da coordenação federativa, aspecto fundamental do federalismo e do processo de descentralização dentro deles (ABRUCIO, 2000, p. 93).

Mais precisamente, um dos possíveis desdobramentos do processo de descentralização é o denominado “municipalismo autárquico”:

(...) visão que prega a idéia de que os governos locais podem sozinhos, resolver todos os dilemas de ação coletiva vividos por suas populações. (...) Cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, o que é uma miopia em relação aos problemas comuns micro e macrorregionais (ABRUCIO, 2000, p. 98).

A ampliação do espaço político local esbarra em temas cuja territorialidade ultrapassa claramente os limites do município. Este é o caso de quase todas as questões ligadas à infraestrutura urbana (transportes, saneamento ou energia dificilmente estão circunscritos a um só

município), ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Nesse sentido: “o que está em jogo, em termos de coordenação federativa, é o dilema do *shared decision making*, isto é, da necessidade de compartilhar tarefas e objetivos entre os níveis de governo (ABRUCIO, 2000, p. 93).

A discussão acerca da formação de arranjos intermunicipais com o objetivo de resolver, em conjunto, problemas associados a uma determinada região não é recente. Nas décadas de 60 e 70 do século XX, a abordagem centrou-se na formação de regiões metropolitanas e ou administrativas de governo, delimitadas pela esfera federal e ou estadual. A partir da Constituição de 1988, esse aparato foi “desmontado”, tendo em vista a ênfase no processo de descentralização, na direção da maior autonomia político-administrativa dos municípios. Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 foi elaborada num contexto de federalismo e descentralização. Dessa forma, este assunto simplesmente não foi tratado na Constituição, delegando para as Constituições Estaduais a responsabilidade de definições e atribuições. Mesmo as constituições estaduais trataram o tema de forma genérica (AZEVEDO; GUIA, 2000).

A esfera intermunicipal deixou de ser contemplada, sem a necessária provisão de instrumentos adequados. O tema da gestão das relações intergovernamentais ficou, assim, como uma das questões em aberto, conduzindo à busca de saídas no campo da cooperação e da coordenação entre os governos locais. A formação de arranjos voluntários de gestão intermunicipais (associações, consórcios, agências e câmaras regionais) passa a ser condicionada pela motivação e interesse do conjunto dos agentes públicos que integram determinada região com problemas comuns. A idéia da cooperação está aliada à complementaridade e à divisão de trabalho entre municípios, que reforça a multiplicidade de identidades sublocais, tendo como elemento chave o fortalecimento da instância regional

As relações entre governos locais são espaços de contestação e de negociação de conflitos, envolvendo uma gama ampla de atores, ligados ao poder público - prefeitos, vereadores, servidores – e à sociedade civil. Nesse sentido, a discussão da cooperação intermunicipal envolve uma diversidade de agentes e de fatores envolvidos.

Este trabalho, sem desconsiderar a importância da análise da diversidade de agentes no processo de constituição de arranjos cooperativos entre governos locais, coloca ênfase nos fatores envolvidos, em particular, naqueles associados às características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades. Assim, apoiando-se na abordagem denominada “Ação Coletiva Institucional”, que tem como expoente Feiock (2007), o foco

recai na identificação dos fatores que tem potencial de influenciar a decisão de cooperar por parte dos governos locais.

A cooperação intermunicipal é apreendida como um processo decisório dinâmico de contratação entre os agentes. Nesse processo, a preocupação central da Teoria da Ação Coletiva Institucional é a compreensão da influência do contexto decisório sobre a percepção/avaliação dos agentes ligados ao poder público no que diz respeito aos custos e aos benefícios derivados das formas de cooperação intergovernamental. O contexto decisório inclui: as características dos serviços objeto da cooperação; as características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades envolvidas; a configuração das instituições políticas das comunidades envolvidas e, finalmente, a rede de relações entre os agentes do poder público das comunidades envolvidas.

Nessa direção, faz-se distinção entre fatores exógenos e fatores endógenos. O primeiro grupo (fatores exógenos) inclui, segundo Feiock (2007) e Feiock e Carr (2001), as características dos serviços objeto da cooperação, as características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades e a configuração das instituições políticas dos municípios. Os fatores endógenos têm a ver com as características imanentes à rede de relações entre os diferentes agentes públicos, pertencentes a diferentes localidades, com destaque para o compartilhamento de normas e valores de conduta.

Sob essa perspectiva, e considerando a amplitude dos fatores contextuais, o foco da pesquisa se dirige para responder a seguinte indagação: Qual a influência dos fatores exógenos atrelados às características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades locais na propensão a cooperar por parte dos seus governos?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

O objetivo é identificar as características econômicas, fiscais, sociais, demográficas e geográficas dos municípios que favorecem (ou não) a emergência de arranjos cooperativos intermunicipais. Mais precisamente, apresentar uma descrição de como as características específicas das comunidades, em seu conjunto, conformam um contexto potencialmente favorável à cooperação. Trata-se, emprestando uma expressão utilizada por Feiock (2007), de oferecer uma explicação contextual para a formação de dos arranjos cooperativos intermunicipais, isto é, explicitar como cada uma dessas características específicas das comunidades influenciam, de um lado, a motivação a cooperar e, de outro, os custos de

transação associados à decisão de cooperar (custos de negociação, coordenação e controle dos potenciais acordos de cooperação).

A unidade de análise (o ponto de partida) é o governo local (município), mais precisamente os 644 municípios, excluindo a capital, que fazem parte do Estado de São Paulo.

É importante assinalar que, embora se fale em cooperação entre municípios, a decisão de cooperar está, como já assinalado, na esfera do conjunto amplo de agentes, de modo particular, aqueles mais de perto associados ao poder público e seus interesses de ordem política e ou política partidária. Nesse sentido, é importante enfatizar que o foco do trabalho não é a análise da decisão de cooperar, mas sim a identificação de fatores que conformam um contexto potencialmente favorável à cooperação (à decisão de cooperar).

A região onde o município está localizado não é o ponto de partida (ou a unidade de análise). A região é apreendida a partir do conceito de “aglomeração urbana”, mais amplo do que o conceito de região metropolitana, expressando o recorte urbano-geográfico representado pela aglutinação de vários municípios e, como tal, passa a se constituir em uma variável (ou fator) delimitador de um contexto favorável à cooperação entre governos locais. Trata-se de investigar, ao lado das características econômicas, fiscais, sociais e demográficas, se o fato do município estar inserido (ou não) em uma região/ aglomeração urbana é um componente que favorece a criação de um contexto de cooperação intermunicipal.

Especial atenção será dada, na discussão teórica, ao significado da cooperação intermunicipal no âmbito dos regimes (federativos) democráticos. O importante é que, embora a idéia de cooperação esteja associada ao caráter voluntário (ou à autonomia decisória do poder local), as esferas superiores (governo federal e governo estadual) podem e têm instrumentos para induzir os municípios à cooperação. Nessa direção será dada ênfase à possibilidade das esferas superiores de governo utilizarem de sua capacidade de indução à cooperação intermunicipal, em especial, em um contexto marcado pelo elevado grau de dependência financeira do município com relação às denominadas “transferências intergovernamentais”.

1.2.2. Objetivos específicos

São objetivos específicos dessa pesquisa:

- a) identificar os arranjos cooperativos intermunicipais no Estado de São Paulo; e
- b) identificar as características econômicas, fiscais, sociais, demográficas e geográficas dos municípios do Estado de São Paulo.

1.3. Justificativa

O confronto entre a fragmentação (descentralização) e a centralização é uma das marcas do debate sobre o regionalismo.

Para os defensores da centralização, a competição entre as localidades precisa ser superada, com vistas ao aumento da eficiência e da competitividade da região. Nessa direção, a solução, está na criação de governos e ou autoridades regionais, que centralizam a gestão dos problemas comuns à região. (CARR e FEIOCK, 1999).

Por sua vez, os defensores de estruturas fragmentárias, sustentam que arranjos cooperativos estabelecidos voluntariamente entre os governos locais podem se constituir em mecanismo capaz de compatibilizar autonomia e interdependência. Sem ocorrer qualquer tipo de reestruturação jurisdicional ou sem estabelecer unidades de governo regional, a gestão das relações intergovernamentais entre as localidades propicia as condições para a efetiva solução dos problemas de âmbito regional.

A perspectiva da cooperação entre agentes locais se assenta no delicado equilíbrio entre duas grandes forças contraditórias imanentes à gestão das cidades. De um lado as forças centrífugas; demandas específicas da população local e o receio dos gestores de perder o controle e os dividendos das decisões de política pública dão origem ao individualismo local que, ao se exacerbar, produz efeitos perversos para a região e para as localidades. De outro, forças centrípetas, atreladas aos limites da capacidade fiscal e aos problemas que transbordam as fronteiras de um único município.

A questão recai, então, na identificação das condições que favorecem ou não o referido equilíbrio. Trata-se de oferecer uma contribuição para a gestão intergovernamental, lembrando que, no contexto do novo arcabouço federativo inaugurado a partir de 1988, a formação de arranjos de cooperação intermunicipais se constitui em mecanismo essencial para assegurar a solução de problemas que afetam o conjunto de municípios integrantes de uma determinada região. Ao explicitar sob quais condições emergirão e terão estabilidade, o estudo aprofunda o conhecimento da gestão de arranjos cooperativos intermunicipais.

1.4 Vínculo com a linha de pesquisa

O trabalho está vinculado à Linha de Pesquisa 1, Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade, eixo temático Gestão de Políticas e Ações Regionais e, especificamente ao tema de Políticas Intergovernamentais, sendo portanto pertinente ao estudo desenvolvido proposto.

1.5. Estrutura do trabalho

A primeira seção aborda os aspectos introdutórios como a contextualização, problematização, objetivos, justificativa do trabalho.

Na segunda seção apresenta-se a questão da gestão das relações intermunicipais, tratando das interdependências e fragmentação institucional, ou seja, o núcleo da gestão das relações intermunicipais e, os aspectos da coordenação e cooperação, ou seja, o caráter da gestão das relações intermunicipais.

Na terceira seção é apresentada a teoria que embasa esta pesquisa, a Ação Coletiva Institucional, a qual aponta como premissas das relações de acordos de cooperação intermunicipal a questão da motivação/ interesse a cooperar e os custos/ barreiras à cooperação.

Na quarta seção apresenta-se a metodologia da pesquisa.

Na quinta e sexta seções apresentam-se a análise de resultados da motivação a cooperar e as barreiras à cooperação, respectivamente.

2. GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS

2.1. Interdependências e fragmentação institucional: núcleo da gestão das relações intermunicipais

A gestão das relações intermunicipais está estreitamente ligada à importância das interdependências entre unidades político-administrativas autônomas. Essas interdependências estão atreladas a externalidades positivas e negativas na provisão dos bens e serviços públicos.

Como a interdependência implica algum grau de dependência entre governos locais rivais, fica estabelecida a difícil tarefa de articular o exercício de funções públicas de interesse comum a um conjunto de unidades político-administrativas (municípios), tais como as relativas ao sistema viário, gestão ambiental e do saneamento, uso do solo e moradia. Trata-se, mais precisamente, de conciliar a interdependência e a fragmentação institucional.

A fragmentação institucional frequentemente gera conflitos e problemas de coordenação entre as políticas e os programas dos governos locais. Quanto maior o grau de interdependência entre os governos locais, mais acentuado e complexo o problema da ação coletiva. Como afirma Faria:

No cerne da problemática metropolitana está o dilema da ação coletiva, no sentido da necessidade de promoção da cooperação inter e intra-governamental, bem como intersetorial, que requer a articulação entre interesses e preferências distintos, defendidos por atores e agências estatais, societárias, semi públicas e privadas, que desfrutam de variados graus de autonomia, mas atuam sobre o mesmo espaço territorial. O objetivo maior das instituições encarregadas da gestão metropolitana é, portanto, a superação do dilema da ação coletiva. (FARIA, 2008, p. 1)

Lopes (2006) destaca os seguintes fatores que estão na base da complexidade da gestão das relações entre as unidades municipais autônomas:

a) as linhas divisórias entre municípios tendem a dissociar a territorialidade da demanda da circunscrição territorial dos responsáveis pela oferta de cada serviço público; assim:

Enquanto os sistemas hidrossanitários (drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotos) seguem as bacias hidrográficas, os sistemas de transporte seguem as bacias de origem e destino das viagens dos passageiros, e assim por diante (LOPES, 2006, p. 142).

b) sustentação financeira:

O sistema de transporte público é auto financiado pelo pagamento direto e imediato das passagens pelos usuários. Já a pavimentação das ruas, por exemplo, suporte e condição desejável para o bom desempenho de um sistema de transportes depende de priorização orçamentária e, quase sempre, de longas lutas políticas dos moradores dos bairros periféricos.

O sistema de saúde público é mantido por recursos orçamentários diretos e subsidiados das três esferas de governo, com todas as implicações decorrentes para a coordenação, a qualidade e a sustentabilidade do sistema. (LOPES, 2006, p. 142).

c) cada serviço urbano incide sobre distintos grupos ou perfis de beneficiários, em função de serem de atendimento universal, cotidiano, e prestados diretamente nos domicílios (energia, água, esgotos); segmentados por características do público (escolas seriadas, creches, equipamentos para a terceira idade), ou de afluência difusa e aleatória em relação ao tipo e à frequência dos usuários (equipamentos culturais, unidades de saúde).

Andrade e Clementino lembram que:

[...] nas regiões metropolitanas o conflito se sobrepõe ao consenso o que parece tornar ingovernáveis essas áreas. Ele tem origem em diferentes situações de incerteza, envolvendo: o financiamento das ações de âmbito metropolitano, a desconfiança em relação a uma possível perda de autonomia dos municípios, a possibilidade do aumento do gasto público e da burocracia e a própria definição do âmbito metropolitano, questão muito presente no caso brasileiro atual. Além dessas, também: a necessidade de conciliar os interesses dos múltiplos atores públicos e privados que inervem no território metropolitano (ANDRADE e CLEMENTINO, 2007, p. 248).

Em síntese, as áreas formadas a partir das interdependências entre municípios podem ser descritas como “sistemas políticos policêntricos” de governos locais (TIEBOUT 1956; OSTROM, TIEBOUT e WARREN 1961). Os governos locais que integram tais áreas têm diferentes problemas econômicos, diferentes capacidades fiscais e existem várias demandas dos residentes (munícipes) colocadas para as autoridades responsáveis. Isso dá origem ao problema da coordenação entre as políticas e os programas dos governos locais, que deve ser equacionado no âmbito do estabelecimento de relações intergovernamentais entre os municípios.

2.2. Coordenação e Cooperação: o caráter da gestão das relações intermunicipais

A necessidade de coordenação é o elemento dinamizador das relações intergovernamentais.

Ao se debruçar sobre o significado da “coordenação” nas relações intergovernamentais, Rodriguez (2002) manifesta a dificuldade existente para encontrar uma definição que permita conhecer o conteúdo exato e, a partir dele, seu alcance. Dentre as causas subjacentes a essa dificuldade o autor destaca:

- a) os elementos fundamentais do conceito são diferentes dependendo do enfoque utilizado. Assim, o Direito Administrativo parte de premissas diferentes da Ciência Política ou da Ciência da Administração:

[...] na medida em que é diferente partir de sua consideração como técnica jurídica de articulação das relações administrativas, como princípio básico de atuação tendente a lograr o equilíbrio de um sistema que tende à descentralização territorial que se manifesta nas relações intergovernamentais tanto de coordenação, como de cooperação ou como manifestação do princípio de organização (RODRIGUEZ, 2002, p. 6).

- b) sua ambígua utilização ao atribuir-lhe um sentido mais estrito ou mais amplo, em substituição ou promovendo a confusão com outro conceito inevitavelmente ligado, a cooperação.

O princípio da coordenação, no seu sentido mais estrito, pode ser encontrado, segundo a autora, na Ciência Jurídica, associado a um poder que realiza uma função de solução de conflitos e harmonização de ações. Nesse âmbito, a coordenação emana de uma relação assimétrica entre o ente coordenador e o ente ou entes que coordena, a favor de uma situação de prevalência do primeiro. Conforma-se, portanto, uma situação de hierarquia entre um agente coordenador e os agentes coordenados.

Nas relações entre as esferas locais de governo, a criação de um órgão superior, situado entre a esfera estadual e os municípios, surge como agente coordenador das administrações diferentes, dotado de competências legais e recursos específicos para dar a última palavra na gestão das interdependências entre administrações diferentes.

Essa acepção é a que está por trás da construção de arranjos institucionais que viabilizam a resolução dos problemas intermunicipais, em particular no que se refere à gestão das regiões metropolitanas, a partir de mecanismos, que têm como base a força da lei e a interferência centralizadora de esferas superiores de governo (governo federal e governos estaduais).

A título de ilustração, vale lembrar o processo de criação pelo governo federal, em 1974, das regiões metropolitanas.

O centralismo, exercido no período de 1964 a 1985, caracterizou, segundo Lopes (2006), um modelo de relações intergovernamentais marcado pela “coerção simétrica”, por meio da vinculação institucional, da sustentação política e financeira e do repertório de ações metropolitanas empreendidas desde o governo federal. Tendo como inspiração a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, que influenciava o planejamento estatal pela sua funcionalidade no cenário político centralista, foram institucionalizadas, em 1973-1974, nove Regiões Metropolitanas: São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Essa teoria tomava as cidades-pólo das regiões metropolitanas,

todas capitais de estados, como lugares privilegiados dos investimentos, prometendo irradiar o progresso para as periferias. Nesse sentido:

A definição das regiões metropolitanas durante o período militar tinha por referência uma dada situação sócio-econômica da comunidade e o seu desenho foi justificado pela necessidade de compartilhar serviços comuns. [...] Os serviços considerados como potencialmente comuns no interior das regiões metropolitanas foram: planejamento integrado para o desenvolvimento econômico e social; fornecimento de água e esgoto; sistema de transporte urbano, administração de recursos hídricos e controle da poluição ambiental (SPINK, 2005, p. 5)

Klink (2008) denomina os arranjos intermunicipais metropolitanos constituídos à época de “arranjos estadualizados”, caracterizados por um viés tecnocrata e pelo alto grau de centralização financeira, com o principal órgão (conselho deliberativo) dominado pelos representantes indicados pelo governo federal-estadual. Ressalta ainda o autor o fato dos municípios não disporem de autonomia para deliberar sobre a decisão de entrar ou não no arranjo metropolitano.

No âmbito das estruturas de gestão das denominadas “regiões metropolitanas”, Andrade e Clementino (2007) ressaltam:

A criação de uma estrutura metropolitana que se configura por lei acima dos governos municipais. Estes são obrigados a atuar conjuntamente em uma série de funções previamente definidas. Uma estratégia existente em alguns países, nessa direção, é a criação do “município metropolitano”; realidade muito semelhante a dos distritos federais. (p. 247)

Ainda nesse âmbito, as referidas autoras identificam outra forma de encaminhar a resolução dos problemas metropolitanos, onde não existe a figura da autoridade metropolitana. É o uso de uma unidade administrativa de um nível superior, com a divisão (ou não) de competências, entre essa unidade e os municípios da aglomeração, situação que pode gerar conflitos. Arranjos podem ser identificados também com a introdução de coordenação de base funcional, isto é, a criação de mecanismos ou instituições para prestação de serviços ou funções específicas em territórios especialmente definidos.

Em síntese, os arranjos institucionais assentados no princípio da coordenação das relações intergovernamentais no sentido estrito, são instituições legalmente criadas, delimitadas espacial e politicamente. De modo geral, são criados pelo governo federal ou estadual, tendo por base legislação federal ou estadual. Os seus defensores argumentam que a oferta de serviços será feita de forma mais eficiente por meio da centralização e da consolidação das funções de governo.

Trata-se, segundo Rodriguez (2002), de uma “coordenação imposta”, que apresenta, no entanto, fortes limitações, de modo especial:

[...] é incapaz de responder às numerosas e complexas relações que se estabelecem entre as entidades locais, uma vez que nem sempre as relações estão sob o controle estrito da autoridade, [...] (RODRIGUEZ, 2002, p. 7).

Rocha e Faria (2004) chamam a atenção para a complexidade das relações intergovernamentais no caso brasileiro, o que sem dúvida dificulta o caminho da “coordenação imposta”. Em primeiro lugar, a distinção entre as instâncias de articulação: no sentido vertical (local/federal, local/estadual e estadual/federal); no sentido horizontal (local/local e estadual/estadual). Em segundo lugar, a possibilidade/necessidade da articulação simultânea das relações horizontais e verticais, como, por exemplo, local-local-estadual, local-local-federal. Em terceiro lugar:

Como as autoridades políticas são eleitas nos três níveis de governo, essas relações se revestem de singular complexidade, pois passam a envolver também uma lógica político-eleitoral que frequentemente acaba por pautar as diversas combinações possíveis de relações verticais-horizontais (ROCHA e FARIA, 2004, p. 6).

Klink (2008), analisando as experiências internacionais de governança das áreas metropolitanas aponta para os bons resultados do denominado “modelo forte de organização metropolitana”, adotado na região metropolitana de Madrid no período pós-Franco e, de certa forma, nas cidades metropolitanas de Toronto, de Montreal (Canadá) e da Cidade do Cabo (África do Sul). No entanto, seus limites ficam evidentes, considerando que:

Há um processo de contestação intensa no âmbito desses arranjos, no qual os atores locais buscam maior voz na elaboração e na execução das políticas metropolitanas. Se essas tensões e divergências de interesses sociopolíticos não são canalizadas e mediadas, ocorrem processos de duplicação de iniciativas (Madrid) ou oscilações e mudanças institucionais rápidas, com conseqüente perda da transparência referente à alocação de atribuições e de responsabilidades na região metropolitana (Montreal e Cidade de Cabo) (KLINK, 2008, p. 22).

Em síntese, as relações entre governos locais baseadas no princípio da coordenação devem ser compatíveis com a autonomia local. Mais precisamente, a coordenação das relações intergovernamentais tem que respeitar a autonomia dos entes coordenados. Nessa direção:

Se faz necessário então ampliar o alcance do princípio de coordenação por meio do princípio de cooperação que longe de ser seu oposto, se apresenta não só como complementar, mas também como imprescindível a fim de explicar a realidade da *práxis* política. (RODRIGUEZ, 2002, p. 7.)

Acresce ainda a referida autora:

[...] em todo procedimento de coordenação legalmente estabelecido é necessária a existência de uma certa dose de cooperação sem a qual seria

impossível estabelecer qualquer mecanismo de coordenação apesar da existência de mecanismos de sanção que obrigam o seu estrito cumprimento, mas é igualmente certo que a cooperação sem coordenação resultaria, sem nenhuma dúvida, não frutuosa tendo em conta sua finalidade última: dar coerência à ação das entidades públicas, [...] (RODRIGUEZ, 2002, p. 7).

Fica patente a estreita relação entre ambos os princípios – coordenação e cooperação. Na verdade, uma não existe sem a outra: a coordenação pressupõe a existência da cooperação e a cooperação necessita de mecanismos de coordenação, associados ao comprometimento e à coerência das ações entre os agentes. Não obstante, é preciso destacar as principais diferenças entre um e outro, explicitando que:

[...] a cooperação se fundamenta no desaparecimento da relação assimétrica entre os sujeitos, dando lugar a uma relação entre iguais baseada, não no sentido de semelhança nos recursos ou capacidades, mas na vontade e livre disposição das entidades que caracteriza as relações de cooperação. Como consequência, nenhuma entidade individualmente detém o poder de decisão perante um conflito gerado por divergência de posições, a negociação se converte seja dentro de canais formais ou informais na única via de resolução (RODRIGUEZ, 2002, p. 7-8).

Trata-se, como acentua Rodriguez (2002), de adotar uma concepção mais ampla do princípio da coordenação, onde a cooperação é um elemento essencial na gestão das relações intergovernamentais, cuja finalidade é assegurar a coerência da atuação pública, sem o desgaste inerente ao controle contínuo, por meio do comprometimento entre as partes.

Vale destacar, recorrendo a Pereira e Brasil (s/d, p. 5):

Diferente da cooperação, a coordenação pressupõe algum grau de centralização no processo de tomada de decisão, que constitui uma dificuldade adicional, particularmente no contexto histórico em que o Brasil se encontra desde os anos 1980, onde a descentralização é valorizada. No entanto, as ações de coordenação, no interior de um contexto cooperativo, devem ser negociadas e aprovadas pelas entidades federativas.

Assim, essa concepção é coerente com a tendência à descentralização política e com as formas de co-governo que perseguem a participação conjunta na implantação de programas em diferentes níveis. A ênfase recai no poder compartilhado, na negociação, nas relações de colaboração.

Dessa perspectiva, Diaz (2007) visualiza dois grandes eixos de coordenação nas relações intergovernamentais locais: cooperação intermunicipal auto gerada (ou voluntária) e cooperação intermunicipal induzida.

As formas de cooperação intermunicipal voluntária:

Caracterizam relações intergovernamentais do tipo horizontal (entre os mesmos níveis de governo, por oposição às hierárquicas (verticais) que representam as relações locais-centrais). O ato constitutivo parte do acordo

mutuo e da associação e voluntária. Tratam-se de arranjos cooperativos auto impulsionados (iniciativas locais), auto regulados, baseados nas autonomias locais e com competências acordadas entre os municípios membros e limitadas às suas faculdades jurisdicionais (DIAZ, 2007, p. 22).

As formas de cooperação induzidas referem-se a relações intermunicipais propostas, incentivadas e ou impulsionadas pelos níveis centrais de governo (federal ou estadual) e “que supõem objetivos gerais de desenvolvimento e coordenação, com graus elevados de complexidade na gestão e sustentabilidade ao longo do tempo” (DIAZ, 2007, p. 24).

No Brasil, a despeito do processo recente de descentralização, os municípios ainda dependem do repasse de recursos públicos das esferas superiores. Nesse sentido, é importante considerar a influência dos governos estadual e federal na concretização dos acordos de cooperação intermunicipais. Como exemplo, o Plano Nacional de Turismo – 2007/2010 (Brasil, 2006), criado pelo Ministério do Turismo, dá ênfase ao processo de “regionalização do turismo”, isto é, além de orientar os estados a identificarem macrorregiões turísticas, sinaliza para a necessidade do consorciamento entre os municípios delas integrantes.

O trabalho de Teixeira, Mac Dowell e Bugarin (2002) é bastante ilustrativo, ao aprofundar a discussão dos diferentes mecanismos aptos a garantir a formação e a sustentabilidade dos consórcios intermunicipais de saúde por meio da participação de esferas hierarquicamente superiores de governo (estadual e federal). Em primeiro lugar, embora potencialmente onerosas ao setor público, as transferências diretas aos municípios podem resolver os problemas de incentivos à formação de consórcios, garantindo a sua sustentabilidade. Em segundo lugar, os governos federal e estadual podem atingir objetivo semelhante sem custos financeiros, assumindo o papel de regulador do federalismo. Nesse caso:

Os municípios assinam voluntariamente contratos de *commitment* que autorizam o governo hierarquicamente superior a transferir fundos diretamente ao consórcio, caso algum município se torne inadimplente; fundos esses retidos daqueles direcionados ao próprio município (TEIXEIRA, MAC DOWELL e BUGARIN, 2002, p. 17).

Finalmente,

[...] em situações em que os ganhos tecnológicos envolvidos com o consorciamento possam não ser suficientes para estimular a sua formação, o Estado pode ainda facilitar a aquisição de tecnologias, as quais muitas vezes podem exigir investimentos que estão fora do alcance dos municípios. Esse processo elevará o retorno tecnológico da associação e tornará a adesão ao CIS atraente aos municípios. “(TEIXEIRA, MAC DOWELL e BUGARIN, 2002, p. 17).

Os arranjos cooperativos, estabelecidos voluntariamente entre os governos locais ou incentivados (induzidos) pelas esferas superiores de governo, constituem um mecanismo que,

além de manter a autonomia, deixa em aberto a escolha dos parceiros e das políticas objetivo da ação conjunta. Os diferentes agentes locais podem perseguir objetivos comuns, por meio de relações horizontais, flexíveis e informais. Sem reestruturar fronteiras institucionais ou sem estabelecer uma unidade de governo específica, as relações intergovernamentais assentadas na cooperação preservam o caráter policêntrico dos governos locais.

Esse enfoque dá ênfase ao federalismo horizontal e não ao federalismo vertical, onde os problemas de interdependência entre municípios são resolvidos por meio das relações intergovernamentais entre as unidades de governo local e entre os demais agentes não governamentais (FEIOCK 2004; FEIOCK e SCHOLZ 2007).

Na sua base teórica está a Teoria da Escolha Pública desenvolvida a partir do artigo seminal de Tiebout, “A Pure Theory of Local Expenditures” (1957). Como colocado por Ostrom (1990) em *Governing the Commons*, as instituições voluntárias adaptadas às circunstâncias locais podem oferecer soluções eficazes na coordenação de ações e na resolução de problemas de ação coletiva.

Os problemas urbanos são inerentemente problemas de ação coletiva (POST 2002, 2004; FEIOCK 2004). Diante dos dilemas da ação coletiva, os governos locais devem decidir se cooperam com os demais governos (locais e hierarquicamente superiores) e como fazê-lo. Fica patente a defesa do caráter adaptativo da governança intermunicipal, a importância da escolha institucional e dos múltiplos arranjos de cooperação possíveis de serem utilizados pelos governos locais, aspectos que serão aprofundados no capítulo seguinte.

3. AÇÃO COLETIVA INSTITUCIONAL

No contexto da Teoria da Ação Coletiva, Olson (1965) conclui que as associações voluntárias entre as pessoas só emergirão quando existirem benefícios individuais e os custos de entrada forem reduzidos. Três grandes problemas estão na base da viabilidade e na estabilidade da ação coletiva: apropriação dos benefícios da cooperação, comprometimento dos agentes e número de participantes.

Os problemas derivados da apropriação dos benefícios pelos agentes envolvidos na ação coletiva emergem do fato de não ser possível assegurar que ficarão restritos somente àqueles que investiram no acordo.

Por sua vez, no núcleo do processo de gestão da cooperação está o aporte de recursos pelos agentes, abrangendo o montante e o cronograma de desembolso. Quando as circunstâncias se modificam, o grau de comprometimento também pode se alterar. Como colocado por Ostrom (1998), se alguns dos participantes do acordo alterar o seu grau de comprometimento, os demais (remanescentes) terão que arcar com o custo imanente à manutenção do mesmo.

Finalmente, o tamanho do grupo é também um fator que contribui para o sucesso da ação coletiva. Quando o tamanho do grupo aumenta, os benefícios *per capita* tendem a se reduzir. É conveniente lembrar a tese clássica de Olson (1965) referente ao dilema da ação coletiva com um grande número de participantes. Na visão do autor, a ação coletiva só se viabiliza a partir da redução considerável do número de participantes, consubstanciada na criação de incentivos seletivos que facilitam a convergência de interesses.

No contexto da Teoria da Escolha Racional, Feiock (2007) oferece um arcabouço conceitual para explicar como arranjos cooperativos entre múltiplos governos locais emergem e evoluem ao longo do tempo. Esse arcabouço é denominado pelo autor de Ação Coletiva Institucional (ACI), o qual utiliza princípios similares da Teoria da Ação Coletiva, aplicando-os às instituições, tais como as unidades governamentais.

O arcabouço:

Identifica os interesses que motivam a cooperação entre governos locais e argumenta que os acordos voluntários emergem a partir de um processo político dinâmico de contratação. [...] A Ação Coletiva Institucional dá ênfase em como os agentes públicos locais percebem e avaliam os custos e os benefícios derivados da decisão de cooperar. Embora a cooperação intergovernamental possa produzir benefícios substanciais, os agentes públicos também percebem que os custos podem superar os potenciais benefícios. Como os agentes oficiais apreendem os custos dependerá do contexto decisório, incluindo as características dos serviços objeto da cooperação, as características econômicas, demográficas, sociais e

geográficas das comunidades, as configurações das instituições políticas e a rede de relações entre os agentes oficiais (FEIOCK, 2007, p. 48).

Como se percebe, a perspectiva da Ação Coletiva Institucional sugere que a oportunidade de participação nos acordos de cooperação intermunicipais deriva da percepção e da avaliação dos benefícios e dos custos derivados da decisão de cooperar e considera que as condições para uma decisão positiva na direção da cooperação podem ser encontradas nos tipos de serviços, nas características das comunidades, das instituições políticas, e nas redes formais e informais nas quais os agentes estão inseridos

A ênfase recai no que o autor denomina de “explicação contextual da cooperação intermunicipal”, mais precisamente:

Uma explicação sistemática de como as características específicas das comunidades e os arranjos formais e informais reduzem os custos de transação, associados à obtenção de informação, coordenação, negociação e controle. Baseando-se na lógica desse arcabouço, apresenta proposição referentes à como cada um desses fatores contextuais influenciam os custos de transação atrelados à decisão de cooperar e, por consequência, o sucesso do acordo voluntário (FEIOCK, 2007, p. 48).

O arcabouço sugere que uma combinação de fatores exógenos (contextuais) e endógenos influencia a percepção dos agentes com relação aos benefícios e aos custos de transação associados à decisão de cooperar. Para Feiock e Carr (2001), os fatores contextuais incluem as condições econômicas, sociais, demográficas e geográficas das comunidades, e as características das instituições políticas locais. Adicionalmente, concorrem fatores endógenos, associados à dinâmica da rede de relações entre os agentes públicos, que conformam normas de reciprocidade e de confiança entre as partes.

Embora os aspectos associados às instituições políticas e à rede de relações estejam fora do alcance e do objeto de discussão deste trabalho, é importante apresentá-los.

O corpo diretivo da administração local e o executivo principal (o prefeito) desempenham papel fundamental na formação de arranjos cooperativos com outros governos locais. Nesse âmbito, é fundamental considerar os seguintes aspectos:

- a) o poder de barganha e a posição na rede de relacionamento político com esferas superiores de governo (estadual e federal);
- b) a preocupação com a divisão de poderes entre os líderes numa estratégia de atuação intersetorial (LIPPI, s/d Mariane);
- c) a possibilidade do acordo de cooperação ser utilizado, por alguns líderes locais, como uma espécie de ‘trampolim político’; e
- e) os efeitos do ciclo eleitoral.

A percepção da perda do espaço político decorre do compartilhamento da ação com as demais lideranças locais, o que pode levar à ingerência de outros atores na formulação das políticas públicas. Ademais existe o receio de ser “passado para trás”.

O ciclo eleitoral pode alterar não só o equilíbrio de forças no âmbito local, mas também os eixos que orientam a política pública e a formação de alianças intergovernamentais. Nas palavras de Feiock (2007):

Quando as instituições políticas criam um horizonte temporal de longo prazo, os ganhos de curto prazo decorrentes da defecção serão contrapostos aos ganhos de longo prazo advindos da cooperação continuada. A manutenção da orientação de política por parte dos executivos e do corpo administrativo reduz a incerteza e cria um ambiente de decisão focado no longo prazo e na consideração dos benefícios coletivos e seletivos da cooperação (FEIOCK, 2007, p. 56).

Outro fator limitante levantado é a cultura das organizações públicas, mais especificamente, as relações patrimonialistas e clientelistas dentro da estrutura do Estado, além da cultura dos órgãos que fazem parte do processo de formulação e implementação da política intersetorial.

A estrutura de relações – formais e informais – entre os agentes públicos locais facilita a troca de informações e pode imprimir maior credibilidade às “promessas” dos agentes. Feiock (2007) identifica quatro diferentes estruturas de rede: coordenação, informação, negociação e execução. Quanto maior o número de acordos em que os agentes públicos estiverem envolvidos, maior a troca de informações e maiores as oportunidades de relacionamento. O autor destaca também que a participação em acordos cria uma reputação para os agentes, de modo a tornar transparente o seu comportamento. O aumento da credibilidade e da confiança está associado à redução do risco do comportamento oportunista.

Para o autor:

Uma densa rede de relações intergovernamentais constitui um capital social facilitando a reciprocidade, a confiança e a conformidade com as regras do jogo. [...] Se as relações ocorrem com frequência entre governos geograficamente próximos, cada agente se sente beneficiado por adquirir e preservar uma reputação positiva. [...] A interação constante com outros governos reduz o esforço requerido para implementar ações cooperativas adicionais uma vez que os parceiros desenvolveram normas, confiança e conforto em trabalhar juntos ao longo do tempo (FEIOCK, 2007, p. 57).

O ponto central é o fato de que a embora a cooperação entre unidades governamentais possa produzir benefícios potenciais, a sua efetivação requer a superação de barreiras substanciais atreladas à implementação de ações coordenadas em um ambiente marcado pela pluralidade de agentes. Assim, dois são os focos de análise:

a) os motivos ou interesses dos gestores públicos na direção da colaboração intergovernamental; e

b) os custos (ou barreiras) imanentes à constituição do acordo de cooperação.

Para a Ação Coletiva Institucional, a motivação é uma condição necessária, mas não suficiente para a efetivação de acordos cooperativos entre municípios. Como afirmam Kruguer e McGuire (2005):

A variabilidade do comportamento cooperativo entre municípios sugere que a decisão de cooperar envolve outros fatores além da motivação subjacente à economia de recursos; a decisão de cooperação (ou não) não ocorre no vácuo (p. 2).

Feiock (2007) acentua que a principal barreira à concretização de acordos de cooperação entre municípios são os denominados custos de transação – custos de coordenação (divisão e monitoramento de tarefas) e negociação (divisão de custos e de benefícios) entre os potenciais parceiros. A tese é a de que os custos de transação representam importantes barreiras à concretização de arranjos cooperativos intermunicipais. Quando existir motivação, baixos custos de transação facilitam a concretização do acordo. Quando os custos de transação forem elevados, o acordo se torna mais difícil ou inviável, a despeito da existência de motivação.

3.1 A motivação para cooperar

É possível identificar, na literatura atrelada à Ação Coletiva Institucional, o seguinte rol de fatores contextuais que influenciam a motivação a cooperar:

- a) condições fiscais dos municípios;
- b) condições econômicas das comunidades (municípios);
- c) características demográficas dos municípios; e
- d) características da aglomeração urbana, onde estão inseridos os municípios.

3.1.1. Características fiscais dos municípios

Krueger e McGuire (2005) enfatizam três fatores fundamentais subjacentes à motivação a cooperar por parte dos governos municipais:

- a) escassez (insuficiência) de recursos enfrentada pelos gestores públicos;
- b) estresse fiscal; e
- c) autonomia tributária.

No que diz respeito ao primeiro fator:

A pesquisa voltada para a colaboração entre governos foca primariamente a restrição de recursos como a motivação subjacente. As cidades que enfrentam a falta de recursos suficientes para implementar programas

tenderá a procurar parceiros para compartilhar os custos (KRUEGER e McGUIRE , 2005, p. 10).

No âmbito da insuficiência de recursos, LeRoux e Carr (2007) e Krueger e McGuire (2005) sublinham que os governos locais com insuficientes bases tributárias tendem a buscar acordos de cooperação com os municípios vizinhos. Nessa direção, coloca-se a seguinte hipótese:

Quanto mais reduzida à receita tributária municipal per capita das comunidades maior a motivação a cooperar.

Por sua vez, Hawkins (2005) dá destaque ao estresse fiscal, associado à combinação de carga tributária elevada com a implementação de uma agenda proativa de políticas públicas, como fator que estimula a cooperação intermunicipal. Para Krueger e McGuire (2005), os gestores públicos das comunidades que apresentam carga tributária elevada podem visualizar a cooperação como um meio de redução de custos e, por conseqüência, de impostos. Da mesma, forma, ainda segundo os referidos autores, as cidades que possuem uma agenda agressiva para a provisão de serviços também estão interessadas na obtenção de recursos adicionais, por meio da cooperação, necessários à concretização dos projetos propostos. Assim, pode-se supor que o estresse fiscal está positivamente correlacionado com a formação de acordos de cooperação intermunicipal:

Quanto maior o nível de estresse fiscal da comunidade (medido por meio da dívida fundada per capita) maior a motivação a cooperar.

No que se refere ao impacto da autonomia fiscal, isto é, da dependência dos municípios em relação aos recursos fiscais de esferas superiores, a literatura apresenta diferentes perspectivas.

Para Shrestha (2005, p.11):

As cidades com maior autonomia fiscal tendem a prover serviços de modo mais eficiente. Elas também tendem a buscar mais oportunidades de cooperação visando à redução de custos dada a relação direta estabelecida pelos contribuintes entre os tributos e os serviços. Adicionalmente, a elevada dependência de transferências intergovernamentais, como um indicador da baixa autonomia fiscal, sinaliza para as demais partes interessadas um elevado risco associado à impossibilidade de cumprimento do acordo, devido à incerteza associada às receitas.

No entanto, para LeRoux :(2006, p. 78):

Quanto maior a parcela dos recursos fiscais provenientes de receitas intergovernamentais, menor o estresse fiscal e menor o incentivo à cooperação. Ademais, as esferas superiores (governos federal e estadual) poderão condicionar as transferências à participação em acordos de cooperação (LEROUX, 2006, p. 78).

E para Krueger e McGuire (2005, p.17):

As cidades que recebem fundos federais para uma variedade de programas freqüentemente são condicionadas a envolver outros parceiros. Assim, as cidades que mais recebem recursos de fundos federais apresentam maior probabilidade de buscar a cooperação com outras cidades, devido aos imperativos estabelecidos pelo governo federal. Mesmo quando tais fundos não fizerem a exigência do trabalho conjunto, as cidades tenderão a trabalhar juntas porque percebem que as soluções regionais envolvendo volume significativo de recursos têm maior apelo junto à instância federal do que soluções isoladas.

Seguindo a abordagem dos últimos autores, pode ser colocada a seguinte hipótese:

Quanto maior a dependência dos municípios com relação às receitas de transferências intergovernamentais per capita, maior a motivação para cooperar.

Trata-se como ressaltado no capítulo 2 da denominada cooperação induzida, onde o elevado grau de dependência dos municípios com relação ao repasse de recursos das esferas superiores pode ser utilizado pelos governos federal e estadual como mecanismo influenciador na concretização de acordos de cooperação intermunicipais.

3.1.2. Características econômicas e demográficas

Embora o interesse na cooperação intermunicipal com base geração de recursos (fiscais) esteja sempre presente, ele pode se expressar de maneira mais contundente para as cidades que enfrentam condições econômicas e sociais críticas. Como afirmam Kruguer e McGuire (2005):

As cidades que têm necessidades agudas são especialmente motivadas a gerar os recursos necessários para atendê-las. Tais recursos podem ser utilizados para pelo menos aliviar os problemas associados como a pobreza (KRUEGER; MCGUIRE, 2005, p. 18).

Gerber e Gibson (2005) chamam a atenção para a influência das tendências de crescimento econômico que caracterizam a região como um todo. Um contexto geral, marcado pela pobreza e baixas taxas de crescimento, pode favorecer a cooperação entre governos locais. Mais precisamente, as comunidades que enfrentam condições econômicas e sociais mais severas – elevados níveis de desemprego e ou de pobreza – são motivadas a empreender projetos voltados ao alívio do estresse econômico-social.

Nessa direção, apoiando-se em Morgan e Hirlinger (1991), LeRoux e Carr (2007) levanta-se a seguinte hipótese:

As comunidades que apresentam um quadro de baixo PIB per capita são mais inclinadas a concretizar acordos de cooperação com outras localidades.

Morgan e Hirlinger (1991) chamam a atenção para o fato de que a relação entre a riqueza da comunidade e a cooperação intermunicipal é complexa. Para esses autores a cooperação tende a prevalecer nas situações extremas: municípios “pobres” e municípios “muito ricos”. Para os autores, a carência de recursos é a explicação no primeiro caso e a sobra de recursos no segundo. Embora as comunidades mais ricas sejam menos propensas à cooperação, tendo em vista a maior disponibilidade interna de recursos, tendem a cooperar, mas por razões distintas das comunidades mais pobres. Nesse caso, a ênfase da cooperação recai na experimentação de novas alternativas para a oferta de serviços.

Assim, seguindo Morgan e Hirlinger (1991):

Existe uma relação não linear entre o PIB per capita e a propensão a cooperar. À medida que o PIB per capita aumenta, diminui a probabilidade de cooperação, porém, comunidades muito ricas também buscam a cooperação.

Para Hawkins (2005), os municípios de maior porte, isto é, com maior base populacional, têm a base fiscal e o acesso ao mercado de capitais necessários para levantar fundos para a oferta de serviços com custos operacionais reduzidos. Ao contrário, os pequenos municípios, não têm a base populacional, a base fiscal e o acesso ao mercado de capitais. Por sua vez, Post (2004) ressalta que a oportunidade para usufruir os benefícios das economias de escala, por parte das pequenas localidades, é um poderoso argumento na direção da cooperação. A autora observa que a obtenção de economias de escala está mais ao alcance dos grandes do que dos pequenos municípios.

Assim, pode-se aventar a seguinte hipótese:

Quanto menor o tamanho do município maior a motivação a cooperar.

Ainda no âmbito das condições econômicas da região, Hawkins (2005) ressalta a natureza da base econômica das comunidades como fator que influencia a motivação a cooperar. Na visão do autor, cidades com predominância de atividades industriais, medida com base no percentual do emprego na indústria, são mais pressionadas pela população a buscar projetos voltados à manutenção e expansão do emprego. Nesse sentido, a hipótese seria:

Quanto maior o percentual de emprego das comunidades voltada para a indústria maior a motivação para a cooperação.

3.1.3. Características geográficas: a inserção do município em aglomeração urbana

Morgan e Hirlinger (1991) apontaram para o fato de que governos locais situados em aglomerações urbanas têm maior probabilidade de se envolver em acordos de cooperação. A elevada densidade populacional nas áreas geográficas caracterizadas como aglomerações

urbanas cria a sensação de “problemas locais compartilhados” e, por consequência, o desejo de cooperar. As pessoas que residem em áreas urbanas, com elevada concentração, têm propensão a se sentir conectadas e a reconhecer os benefícios da cooperação.

O conceito de aglomeração urbana “é empregado para as unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica.” (MOURA *et al*, 2007, p. 128).

São, segundo conceituação do IPEA: “grandes áreas urbanas contínuas, englobando diferentes núcleos, provocadas pelo contínuo processo de crescimento de algumas cidades, ou conjunto de cidades (CARACTERIZAÇÃO, 1999, p. 33).”

Como afirma Moura, as aglomerações urbanas traduzem:

[...] espacialidades que não apenas transcendem a noção da cidade enquanto “ponto”, ou forma física composta pelo espaço construído, para a cidade enquanto “área”, materializada nas aglomerações urbanas contínuas ou descontínuas, como passam destas para unidades ainda mais complexas, que assumem a perspectiva de “região. (MOURA, 2009, p. 28)

É importante considerar, como ressaltado pelo estudo do IPEA (Caracterização, 1999, p. 34), que as aglomerações urbanas podem ter ou não caráter metropolitano.

As aglomerações urbanas metropolitanas correspondem, segundo IPEA (1999) a:

[...] centros e/ou aglomerações de caráter metropolitano, com importância econômica e funcional de abrangência nacional. Caracterizam-se por terem uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes, com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação, com elevada população urbana, densidade demográfica elevada, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais, com comutação diária, complementaridade funcional, população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário) (CARACTERIZAÇÃO,...1999, p. 250)

Essa categoria espacial (aglomerações urbanas metropolitanas):

[...] nos remete à existência de uma área urbana relativamente extensa abrangendo mais de um município, a “região metropolitana”. Esta categoria espacial pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas. Em consequência deve surgir uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político. (MATOS, 2000, p. 1)

Independentemente de a natureza ser metropolitana ou não-metropolitana, o fundamental é o fenômeno da configuração de aglomerações urbanas e, no caso do presente

trabalho, aprofundar o conhecimento da sua influência na formação de arranjos cooperativos entre governos locais.

Os trabalhos de Krueger e McGuire (2005) e de Post (2004, 2002) aprofundam o estudo da influência da proximidade geográfica entre os municípios, apontando para o fato de que municípios situados em uma mesma região metropolitana vivenciam problemas comuns e, dessa forma, tendem a apresentar um comportamento mais favorável aos acordos de cooperação. Isto é, quanto mais próximos estiverem os municípios, maior a probabilidade de interdependência e cooperação.

Post (2002 e 2004) introduz a densidade geográfica dos governos locais em área metropolitana como um fator decisivo na decisão de cooperar.

Para a autora, a densidade geográfica expressa a concentração de um menor número de municípios no interior de uma região metropolitana, em oposição à fragmentação associada à dispersão de um grande número de localidades. A primeira (densidade) induz à cooperação. A segunda (fragmentação) induz à competição.

A maior densidade geográfica cria um ambiente favorável à cooperação entre os governos locais porque:

[...] aumenta a probabilidade do contato e da interação repetida entre os prefeitos de jurisdições múltiplas; aumenta o interesse da população que vive e trabalha em localidades na cooperação entre os governos locais; aumenta a probabilidade do transbordamento (economias externas) das decisões de política pública (POST, 2004, p. 73).

Nesse sentido, pode-se colocar a seguinte hipótese:

Se o município pertencer a uma aglomeração urbana, maior a propensão a cooperar.

3.2. Barreiras à cooperação

O arcabouço conceitual da Ação Coletiva Institucional sugere que existem barreiras à cooperação. Essas barreiras estão associadas, de modo particular, aos custos atrelados ao estabelecimento e à manutenção do acordo entre os agentes públicos. Nesse âmbito, a Teoria dos Custos de Transação oferece o suporte analítico para o aprofundamento da discussão. Embora a referida teoria tenha sido aplicada à decisão dos agentes privados (empresas) para organizar suas atividades, pode, segundo Feiock (2007), deveria ser aplicada às decisões dos governos locais atinentes à formulação e à implementação de acordos com outros governos locais e ou organizações privadas.

Nesse contexto, a Teoria dos Custos de Transação oferece uma explicação para a dificuldade da concretização da cooperação. Os custos de transação subjacentes à decisão de

ação coletiva por parte dos governos locais estão relacionados aos problemas da coordenação dos esforços e à necessidade de um processo de barganha e de negociação associado ao compartilhamento dos benefícios potenciais e à alocação de custos.

A Teoria dos Custos de Transação foi formulada originalmente por Coase (1937) e desenvolvida e sistematizada posteriormente por Williamson (1975,1981,1985 e 1991). A ênfase incide na noção de transação, mais ampla do que a troca pura entre bens preexistentes, pois entram em cena “promessas” e “compromissos” entre os agentes econômicos.

A partir do momento em que se admite que as transações não são espontâneas, reconhece-se explicitamente que os agentes devem consagrar uma parte dos recursos às operações de troca, emergindo daí o conceito de “custo de transação”. De acordo com Williamson, os custos de transação são: “(...) custos de planejamento, adaptação e monitoramento das tarefas sob estruturas de governança comparativas (WILLIAMSON 1981, p.552-553).

O arcabouço conceitual do autor está centrado em torno:

- a) de duas hipóteses sobre o comportamento dos agentes — racionalidade limitada e oportunismo;
- b) da análise das transações a partir de três dimensões críticas: frequência, grau de incerteza e especificidade dos ativos;
- c) da hipótese do alinhamento das transações a estruturas adequadas de gestão — mercado, hierarquia e formas híbridas — com base em três elementos fundamentais: tipo de contrato; mecanismos de incentivo e controle comportamentais; e capacidade de adaptação às circunstâncias mutáveis do ambiente; e
- d) do processo de arbitragem que seleciona o mecanismo de gestão mais eficiente.

A racionalidade limitada e o oportunismo são dois supostos básicos sobre o comportamento dos agentes econômicos, que trazem a incerteza imanente às promessas e aos compromissos embutidos nos contratos para o centro da análise transacional, conferindo um conteúdo muito mais analítico aos custos de transação. Assim, para Williamson (1981), os custos de transação surgem a partir da incerteza sobre os termos de troca, mais precisamente quando as contingências que afetam a execução do acordo são complexas e difíceis de serem compreendidas, planejadas e articuladas pelos parceiros.

A capacidade limitada de processar informações e a incerteza são dois fatores determinantes dos custos de transação. A premissa comportamental que está na base da Teoria dos Custos de Transação é o fato de que os agentes econômicos estão sujeitos à

“racionalidade limitada”. Os limites à racionalidade (Simon, 1955 e 1978) derivam das restrições de conhecimento, previsão, habilidade e tempo inerentes aos tomadores de decisão.

No contexto da racionalidade limitada, fica patente o caráter incompleto dos contratos, tendo em vista ser impossível prever todas as possíveis contingências que cercam o acordo. Em síntese, a assimetria e a capacidade limitada de obter e processar informações, aliadas à elevada incerteza quanto ao futuro, aumentam as dificuldades para a efetivação de acordos entre os agentes econômicos.

O oportunismo é uma extensão da hipótese tradicional segundo a qual os agentes são guiados por considerações de interesse pessoal. Essa hipótese corresponde a um comportamento estratégico de manipulação da informação ou de uma má representação (comunicação) das intenções. Nesse sentido, a noção de oportunismo diz respeito não somente ao “comportamento desonesto”, pois inclui a presença da “diversidade cognitiva”, isto é, diferentes visões e representações de uma mesma realidade.

As transações diferem efetivamente quanto aos limites que impõem à capacidade de decisão dos agentes e à possibilidade do comportamento oportunista. É a natureza das transações que determina, em última instância, o melhor arranjo contratual possível.

Das três dimensões críticas que caracterizam as transações — frequência, grau de incerteza e especificidade dos ativos — Williamson (1985) atribui ênfase especial à última. A especificidade dos ativos, no interior de uma transação, diz respeito à especialização dos ativos com relação ao uso e aos usuários, dificultando o seu deslocamento para usos ou usuários alternativos. A especificidade tem a ver com a localização geográfica, com a natureza dos equipamentos e das competências da mão de obra.

Partindo desse referencial, Williamson (1985) acentua que a decisão estratégica quanto à forma de coordenação das atividades econômicas apóia-se na análise comparativa das vantagens e desvantagens das estruturas de gestão, tendo por base as características que cercam a transação, visando à máxima eficiência na alocação de recursos. Ocorre, portanto, um processo de arbitragem que seleciona o arranjo institucional mais adequado à realização de cada transação.

No âmbito da administração pública, Maser (1988) destaca três problemas iminentes à cooperação que estão associadas aos custos de transação: coordenação, divisão de benefícios e defecção.

Os problemas de coordenação, segundo Gulati e Singh (1998) emergem em função da complexidade da interconexão entre atividades (tarefas). A incerteza e a informação incompleta aumentam os problemas de coordenação.

Os problemas de divisão existem quando é difícil para os agentes concordarem sobre quanto cada um receberá em função do investimento realizado no acordo cooperativo. A superação dos problemas associados à distribuição dos ganhos mútuos dá origem a um processo de negociação e barganha. (HECKATHORN e STEVEN, 1987).

Os problemas de defeção emergem quando a saída de um dos agentes prejudicar os demais. Daí a importância da criação de “comprometimentos” e “salvaguardas”; mecanismos que impedem ou dificultam a saída do acordo.

Na explicitação dos custos de transação nos acordos intergovernamentais, Steinacker (2004) chama a atenção para a heterogeneidade dos (agentes) governos locais, destacando a diversidade das preferências e a assimetria (poder relativo de barganha).

A diversidade das preferências existe, segundo a autora em dois níveis: desacordo sobre os objetivos e desacordo sobre a divisão dos resultados. Significa dizer que os governos que desejam cooperar precisam acomodar uma variedade de preferências. À medida que essa diversidade aumenta, também aumenta o custo de transação, pois a heterogeneidade das preferências pode estar associada a diferentes agendas de política pública e a diferentes interesses dos constituintes.

O grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades pode ser caracterizado por meio das diferenças nas condições econômicas/sociais (diferenças na renda *per capita* entre as comunidades). Hawkins (2005) aponta para o fato de que as necessidades e os objetivos das localidades podem divergir, quando apresentarem posições econômicas consideravelmente dissimilares. O autor exemplifica:

As cidades com uma base econômica sólida não estão inclinadas a cooperar com aquelas em situação desfavorável, uma vez que os benefícios decorrentes são percebidos como superiores aos custos da cooperação. (p. 60)

Para Andrew (2006), as condições econômicas sociais da comunidade conformam as preferências dos constituintes, delimitando para os gestores públicos os interesses a perseguir. Nesse sentido, a homogeneidade entre os municípios sinaliza interesses potencialmente comuns e a preferência por serviços semelhantes. Nessa direção, Feiock (2007) afirma que a heterogeneidade das preferências é o grande fator por trás dos custos de transação na ação coletiva institucional. Grandes desigualdades econômicas, sociais e demográficas entre os governos locais aumentariam os custos de transação e reduziriam a probabilidade da cooperação. A homogeneidade expressa o compartilhamento de interesses e de preferências o que reduz os custos de transação entre diferentes jurisdições.

Oakerson (2004) argumenta que a homogeneidade dos cidadãos possibilita que os gestores públicos ajam direcionados por “uma só voz”. Seguindo essa abordagem, no âmbito das características econômico/sociais:

Quanto maiores às diferenças no PIB per capita das localidades (municípios), que têm interesse em promover um acordo de cooperação, maiores os custos de transação e maiores as barreiras à cooperação.

O poder relativo de alguns atores, isto é o grau de assimetria, pode levar os agentes que o detém a demandar maiores ganhos, ou ganhos superiores aqueles que o projeto cooperativo pode oferecer. Da mesma forma, o agente em posição mais forte, pode utilizar o seu poder para impor regras na divisão do resultado (STEINAKER, 2004)

A referida autora destaca que os efeitos da assimetria de poder sobre a concretização de acordos cooperativos devem ser analisados à luz dos benefícios a serem obtidos e da percepção de justiça na divisão dos resultados e dos custos. Numa situação de assimetria, quando existirem benefícios financeiros potenciais elevados, a parte mais fraca pode não encontrar alternativas, tendendo a aceitar o acordo. Por outro lado, se os parceiros mais fortes buscarem extrair o máximo de benefícios, em detrimento dos demais, os benefícios se aproximarão de zero e as questões da justiça e do poder político (exploração) virão à tona, impedindo os parceiros mais fracos de aceitarem o acordo.

De qualquer forma, quanto maior o poder relativo de um agente com relação aos demais, maior a probabilidade da emergência de conflitos na negociação do acordo. Para Gooch (2001), o poder relativo dos parceiros potenciais é fundamental, porque é um indicador da assimetria no âmbito da disponibilidade de recursos (humanos, financeiros e acesso à informação).

Dentre os determinantes da assimetria de posições, Hawkins (2005) acentua as diferenças de condições fiscais ou de disponibilidade de recursos por parte dos municípios. As cidades com maior disponibilidade de recursos (maior receita tributária municipal *per capita*) têm maior poder de barganha, *vis a vis* os parceiros com menor disponibilidade. Assim:

Quanto maior a diferença na receita tributária municipal per capita entre os municípios (governos locais) que têm interesse em promover um acordo de cooperação, maior a assimetria e maiores as barreiras à cooperação.

4. METODOLOGIA

4.1 Amostra e unidade de análise

O propósito da pesquisa é identificar os fatores contextuais associadas às características econômicas, fiscais, demográficas e geográficas que potencialmente podem influenciar a formação de acordos cooperativos entre governos locais.

A unidade de análise são os governos locais (municípios) e o universo empírico da pesquisa são os municípios do Estado de São Paulo. O estudo se concentra na análise dos arranjos cooperativos intermunicipais (consórcios e agências) efetivados (ou não) no âmbito dos municípios do Estado de São Paulo, excluía a capital. A cidade de São Paulo foi excluía tendo em vista o enorme distanciamento em termos de população, PIB e características sociais com relação aos demais municípios.

O Estado de São Paulo possui a mais ampla e complexa rede urbana do País. Estruturada a partir da capital, sua constituição remonta ao século XIX, quando, a partir do dinamismo econômico impulsionado pelo complexo cafeeiro, o território passou por um processo contínuo e permanente de ocupação.

O território estadual divide-se em 644 municípios, computados os criados e instalados até o final de 1999. A tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios paulista por porte e população, em 2004.

Tabela 1- Distribuição dos municípios paulistas, por porte populacional e população (2004)

Faixa Populacional (hab.)	Qtd. de Municípios	%	População	%
Até 10.000	289	44,81	1.401.478	3,56
De 10.001 a 20.000	114	17,67	1.618.069	4,11
De 20.001 a 30.000	60	9,30	1.482.751	3,77
De 30.001 a 40.000	37	5,74	1.290.452	3,28
De 40.001 a 50.000	26	4,03	1.156.563	2,94
De 50.001 a 60.000	14	2,17	776.460	1,97
De 60.001 a 70.000	10	1,55	672.509	1,71
De 70.001 a 80.000	9	1,40	657.772	1,67
De 80.001 a 90.000	11	1,71	925.215	2,35
De 90.001 a 100.000	4	0,62	365.396	0,93
De 100.001 a 150.000	25	3,88	2.896.268	7,36
Acima de 150.000 (*)	45	6,98	15.404.083	39,17
Acima de 150.000 (**)	46	7,13	26.083.843	66,33
População total	644	100,00	39.326.776	100,00

(*) Sem o Município de São Paulo

(**) Com o Município de São Paulo

Obs.: O Município de São Paulo possui aproximadamente 27% da população do Estado; para os efeitos dessa análise será considerada a faixa populacional incluindo o Município de São Paulo.

Fonte: Cruz (2005, p. 11)

A análise da tabela 1 permite concluir que existem 70 municípios (excluída a capital do Estado) com população superior a 100 mil habitantes, abrigando 46,5% da população estadual. Quarenta e cinco municípios apresentam população acima de 150.000 habitantes, representando 39% da população do Estado.

Na outra ponta da hierarquia da rede urbana, estão 289 municípios (45 % do total) com menos de 10.000 habitantes, representando somente 3,56% da população total do Estado. Os municípios com população entre 10 mil e 100 mil habitantes são 44% e abarcam quase 23% da população estadual.

Vale destacar que “poucos são os pequenos municípios situados nas áreas metropolitanas do estado de São Paulo, comparativamente às mesorregiões do interior” (CAIADO e SANTOS, 2000, p.5). Em outras palavras, quanto maior a região de governo, em termos populacionais, menor a participação de municípios de menor porte.

4.1. Esquema para análise da propensão a cooperar

A figura 1 apresenta uma síntese da proposta de pesquisa, destacando a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes

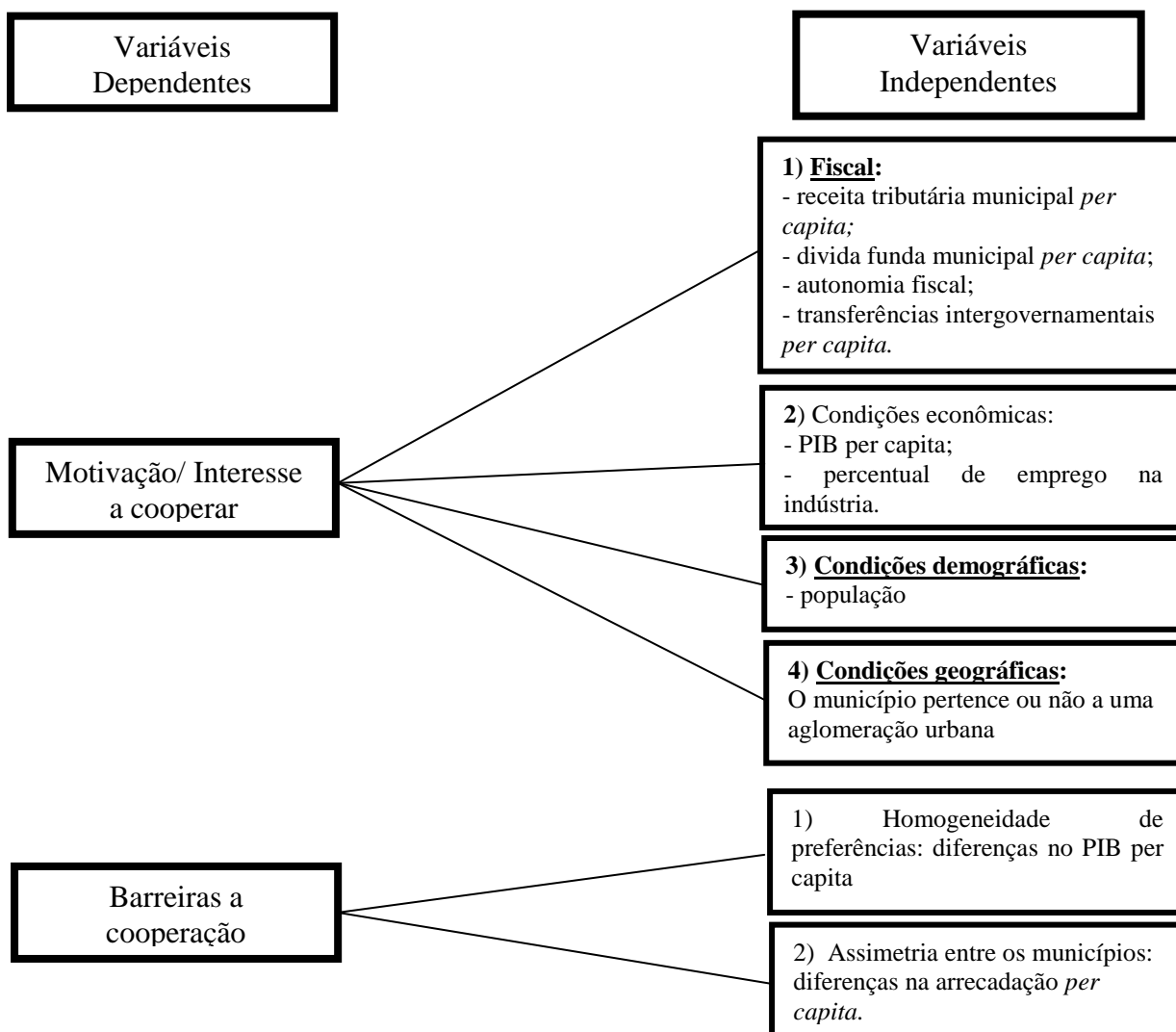


Figura 1 – Esquema de Propensão a Acordos de Cooperação Intermunicipal no Estado de São Paulo

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.1. Variável dependente

A variável dependente é a propensão a cooperar por parte do governo local.

Antes de discutir a operacionalização dessa variável, vale recordar que, embora se fale em cooperação entre municípios, a decisão de cooperar está na esfera de conjunto amplo de agentes, de modo particular, aqueles mais de perto associados ao poder público e seus interesses de ordem política e ou política partidária. Assim, não se trata de analisar a decisão de cooperar, de modo que a variável “propensão a cooperar por parte do governo local” expressa a “situação atual do município com relação à cooperação com outros municípios”.

Nessa direção, o grande desafio é como identificar a referida “situação atual do município com relação à cooperação com outros municípios”. Considerando que a tradição (a maioria) dos estudos nacionais sobre cooperação intermunicipal está assentada no estudo de caso como estratégia de pesquisa, não abordando essa questão, recorreu-se à literatura norte-americana, em particular, que se utiliza da abordagem da Ação Coletiva Institucional.

Shresta e Feiock (2007), Shresta (2008) e Shresta (2005) utilizam como indicador da cooperação entre governos locais os pagamentos (gastos) efetuados por um município a outro (ou outros) município referente ao fornecimento de serviços:

A cooperação inter local é a variável dependente. Os dados dos gastos inter locais com serviços reportados pelo Censo das Finanças Governamentais é utilizado par medir a variável dependente. Essa é a medida fiscal mais sistemática para captar a transação interlocal. Os gastos interlocais com serviços são pagamentos efetuados por uma cidade pelo fornecimento de serviços por outro governo local. (SHRESTA, 2008, p. 45)

O autor aponta para uma limitação dessa medida:

Idealmente, a cooperação interlocal deveria incluir formas de cooperação informais e formais assim como as formas fiscais e não fiscais. No entanto, as formas informais e não fiscais dificilmente encontram-se reportadas. (SHRESTA, 2008, p.46)

A grande vantagem dessa forma de operacionalizar a cooperação existente entre os municípios reside em expressar uma “cooperação de fato”, uma vez que existe comprometimento de recursos. Por outro lado, como apontado por Shestra (2008) deixa de fora os acordos informais e os formais não fiscais.

Nesse âmbito é interessante a colocação de Warner (2006) que visualiza a cooperação intermunicipal por meio de uma escala que vai do informal ao formal. Os acordos informais abrangem acordos de assistência mútua e conselhos de governos. Os formais abrangem produção conjunta e contrato intergovernamental.

Para identificar a existência de acordos interlocais Carr e LeRoux (2005), LeRoux e Carr (2007) e Hawkins (2005) procedem a um levantamento junto aos agentes públicos, questionando “O governo tem alguma forma de acordo cooperativo com outros (s) governos locais?”. A variável é codificada como “1” se o respondente indicar sim à questão e “0” se indicar não.

LeRoux_e Carr (2007) explicitam:

A cooperação interlocal é mensurada como uma variável dicotômica indicando o compartilhamento de serviços com outro governo local. Mais precisamente, um governo local é considerado engajado na cooperação interlocal se declarou adquirir serviços de outros municípios., fazer parte de arranjos coletivos de provisão de serviços ou transferiu a responsabilidade pela execução de serviços para outros governos. (LeROUX e CARR, 2007, p. 14)

As principais limitações apontadas por Leroux e Carr (2007) são:

- a) a medida indica a existência de acordos de cooperação, mas não mede a extensão da cooperação, em termos do nível de compartilhamento das atividades, volume de recursos financeiros e humanos comprometidos; e
- b) não identifica quem são os parceiros.

Finalmente, Andrew (2006) identifica a existência da cooperação entre governos locais por meio dos dados secundários contidos no *Interlocal Service Delivery Reports*, compilado pelo Departamento de Assuntos Comunitários da Flórida (EUA). São 33 relatórios que identificam todos os acordos existentes ou propostos relacionados a oito áreas funcionais: educação, saneamento, tratamento de esgoto, segurança pública, drenagem de rios, tratamento de água, parques e recreação, transporte.

A grande vantagem dessa opção diz respeito às informações sobre o tipo de acordo/atividades e à identificação dos municípios parceiros, além de outras informações valiosas tais como: *status* do acordo, data de efetivação e data de término. O autor aponta como limitação o viés do banco de dados na direção de acordos de cooperação formais e efetivados por municípios de maior porte.

Considerando que, no Brasil, as estatísticas financeiras municipais não discriminam, como a dos EUA, os gastos efetuados no interior de acordos de cooperação, a opção apontada por Shresta e Feiock (2007) e Shresta (2005), embora extremamente interessante por captar a “cooperação efetiva”, é inviável.

A segunda opção, proposta por LeRoux e Carr (2007) e Hawkins (2005) seria extremamente onerosa e demorada, pois, considerando a abrangência do estudo, teriam de ser questionados 644 agentes públicos dos 644 municípios do Estado de São Paulo.

A terceira alternativa, utilizada por Andrew (2006) se mostrou mais viável, mesmo considerando as limitações apontadas

Assim, foi utilizado o banco de dados do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Informativo CEPAM, 2009)

Como esclarece Cruz (2005):

O levantamento das experiências de cooperação intermunicipal é o resultado de um trabalho conjunto da Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam – com a Coordenadoria de Articulação Regional – CAR – da Secretaria de Economia e Planejamento, por intermédio dos Escritórios Regionais de Planejamento - Erplans, e os municípios participantes das iniciativas. (CRUZ, 2005, p. 2)

Foram identificadas 185 iniciativas de cooperação intermunicipal no Estado de São Paulo, sendo 116 consórcios intermunicipais, 23 associações, 12 agências de desenvolvimento e 34 outras formas de cooperação (Tabela 2).

Tabela 2: Número de arranjos institucionais de cooperação intermunicipal e municípios paulistas participantes - 2005

Arranjo Institucional	Qtd. de arranjos institucionais	Qtd. municípios paulistas participantes	Porcentagem de municípios abrangidos
Agências	12	174	26,97
Associações	23	645	100,00
Associações - s/ APM	22	386	59,84
Consórcios	116	540	83,72
Outras Formas de Cooperação	34	-	-

Fonte: Cruz (2005)

Desses arranjos foram excluídos:

- As associações, “na maioria de prefeitos (86,96%), mas há também as de vereadores” (Cruz, 2005, p. 6). Trata-se de iniciativas ou fóruns privilegiados para a discussão dos prefeitos e vereadores.
- Outras formas de cooperação, em particular os 21 Comitês de Bacias Hidrográficas, tendo em vista se constituírem em iniciativas capitaneadas pelo governo estadual;
- 5 agências de desenvolvimento, por se constituírem em iniciativas do governo local e não entre governos locais.

Do total de 116 consórcios existentes foram excluídos:

- o “Pró-Estrada” (78 acordos), por ser totalmente subsidiado pelo governo do Estado de São Paulo, tendo como objetivo a recuperação de estradas vicinais e locais onde o governo do Estado doa máquinas e equipamentos e os municípios se cotizam e organizam a utilização dos mesmos; e

- b) os cinco consórcios voltados para a preservação e recuperação de recursos hídricos – Consórcio de estudos, recuperação e desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio Pardo, Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Consórcio de estudos, recuperação e desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio Sorocaba e Médio Tietê, Consórcio Intermunicipal de Preservação da Bacia do Rio Jaguari-Mirim e Consórcio Intermunicipal do Ribeirão do Lajeado – tendo em vista a inserção dos municípios ser fundamentalmente determinada pela conformação específica das bacias hidrográficas .

Com base no cadastro dos consórcios intermunicipais, o passo seguinte foi a identificação do tipo e dos municípios. O anexo I apresenta o resultado da pesquisa.

Da mesma forma, com base no cadastro das 7 agências de desenvolvimento intermunicipal, foram identificados os municípios. O anexo II apresenta o resultado da pesquisa.

Assim, os acordos foram classificados em:

- a) de desenvolvimento (16 consórcios e 7 agências);
- b) de saúde (15 consórcios) e
- c) de tratamento de resíduos sólidos (5 consórcios)

Com relação aos 16 consórcios de desenvolvimento, é importante ressaltar que essa é a denominação que consta em seus estatutos, porém a atuação/finalidade é consideravelmente ampla, abarcando:

- 1) articulação regional – reivindicatória junto aos governos federal ou estadual e de políticas públicas intersetoriais;
- 2) coleta/sistematização de informações;
- 3) apoio ao setor privado;
- 4) apoio à comunidade; e
- 5) incentivos e ações voltadas à competitividade.

No capítulo 5 - Análise dos Resultados - essa diversidade será mais qualificada.

4.2.2. Variáveis independentes

O Quadro 1 apresenta uma síntese das variáveis independentes, detalhando a definição operacional e a fonte dos dados.

Quadro 1 – Síntese das variáveis independentes

Variáveis Independentes	Definição operacional	Sigla	Fonte
D) motivação a cooperar 1) Características fiscais/ orçamentárias dos municípios a) base tributária do município b) estresse fiscal do município c) autonomia do município em relação aos recursos fiscais de esferas superiores	Receita tributária municipal per capita dívida fundada a longo prazo per capita Receita de Transferências Intergovernamentais per capita	RTM PC DF PC RTI PC	Seade (2008) Seade (2006) Seade (2008)
2. Características econômicas e sociais dos municípios a) condições econômicas e sociais críticas 3. Características demográficas dos municípios porte 4. Características geográficas (urbanas)	PIB per capita percentual de vínculo emprego na indústria número de habitantes o município pertence a aglomeração urbana? Sim (1) Não (0)	PIB PC VEI PC POP AGL	Seade (2007) Seade (2008) Seade (2009) Quadro 3
1. diversidade das preferências no interior dos acordos de cooperação 2. assimetria entre os governos locais no interior dos acordos de cooperação	diferenças do PIB per capita entre as comunidades (desvio padrão do PIB per capita dos municípios integrantes dos acordos de cooperação) diferença na Receita Tributária Municipal per capita entre as cidades que integram os acordos de coopeação (desvio padrão da Receita Tributária per capita dos municípios integrantes dos acordos de cooperação)		Seade (2007) Seade (2008)

Fonte: elaborado pelo autor.

Com relação à variável “pertence ou não a aglomeração urbana”, Caiado (2004) em estudo versando sobre a morfologia e hierarquia da rede urbana do Estado de São Paulo, além das três regiões metropolitanas legalmente constituídas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas), destaca a existência de onze aglomerações urbanas de diferentes complexidades espaciais, apresentados no quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas não metropolitanas

	Regiões de Governo	Municípios
1. Regiões Metropolitanas		
Região Metropolitana de São Paulo	ABC	Arujá, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba,
	Guarulhos	Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos,
	Mogi das Cruzes	Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos,
	Osasco	Itapecirica da Serra, Itaqupevi, Itaquaquecetuba, Jandira,
	Franco da Rocha	Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco,
	Taboão da Serra	Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra,
		Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André,
		São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra
		São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.
Região Metropolitana de Campinas	Campinas	Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro
		Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna,
		Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste
		Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo
Região Metropolitana da Baixada Santista	Santos	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia
		Grande, Santos e São Vicente.
2. Aglomerações Urbanas		
Araçatuba	Araçatuba e Birigui	Araçatuba e, Birigui.
Araraquara	Araraquara e São	Araraquara, Américo Brasiliense, Ibatê, Galvão Peixoto e São
	Carlos	Carlos.
Bauru	Bauru	Agudos, Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras.
Guaratinguetá	Guaratinguetá	Aparecida, Guaratinguetá, Lorena e Cachoeira Paulista.

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 2 - Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas não metropolitanas (continuação)		
Jundiaí	Jundiaí	Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.
Limeira	Limeira e Rio Claro	Araras, Cordeirópolis, Iracemápolis, Leme, Limeira e Rio Claro.
Mogi Guaçu	São João da Boa Vista	Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim.
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Barrinha, Cravinhos, Dumont, Guatapar, Pradópolis, Ribeir Preto Serrana e Sertãozinho.
São José dos Campos	São José dos Campos	Caçapava, Jacareí, Pindamonhangaba, Taubaté, Tremembé, São José dos Campos.
	Taubaté	
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Bady Bassit, Mirassol, São José do Rio Preto.
Sorocaba	Sorocaba	Alumínio, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba e Votorantim.

Fonte: elaborado pelo autor – baseado em Caiado (2004)

Para mensurar as variáveis “diversidade das preferências” e “assimetria entre os governos locais” no interior dos acordos de cooperação, seguindo Pinto (2007), foi utilizado o coeficiente de variação, respectivamente, do PIB *per capita* e da Receita Tributária Municipal *per capita*. Lembrando que o coeficiente de variação (CV) é expresso como uma porcentagem da média, de forma a possibilitar que as variabilidades relativas sejam comparáveis.

O Anexo III apresenta o levantamento das variáveis independentes atreladas à motivação a cooperar. O Anexo IV apresenta o levantamento das variáveis independentes atreladas às barreiras à cooperação.

4.3. Tratamento e análise dos dados

4.3.1. Estatísticas descritivas das variáveis estudadas

Com base no Anexo III foram elaboradas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação, valor mínimo e valor máximo) das 6 variáveis independentes do modelo, as quais são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis estudadas

		POP	RTM PC	DF PC	RTI PC	PIB PC	VEI
Média		46.893,4	199,6	262,3	1.356,6	15.030,6	24,3
Mediana		12.699,5	143,2	155,9	1.144,0	11708,6	21,0
Desvio Padrão		110598,7	205,9	375,3	784,9	14058,8	21,6
Coeficiente de Variação		235,9%	103,2%	143,1%	57,9%	93,5%	88,8%
Valor mínimo da variável		840,0	21,2	0,0	135,3	4282,2	0,2
Valor máximo da variável		1298394,0	1634,1	3974,1	9039,9	211883,8	314,0
Percentis	25	5056,5	90,0	51,6	874,8	8920,6	7,8
	50	12699,5	143,2	155,9	1144,0	11708,6	21,0
	75	37836,5	220,0	329,2	1637,7	16100,6	36,6

Fonte: elaborado pelo autor

4.3.2. Técnicas estatísticas para a análise da motivação a cooperar nos acordos voltados ao desenvolvimento: Análise discriminante e análise de regressão logística

A Tabela 4 apresenta uma síntese da propensão a cooperar no Estado de São Paulo, por meio de acordos de desenvolvimento (agências e consórcios). Como se percebe 45,5% dos municípios paulistas participa de acordos dessa natureza.

Tabela 4 - Distribuição dos municípios estudados segundo a participação em acordos de desenvolvimento

	Número de municípios	% sobre o total de casos
Não participa	351	54.5
Participa	293	45.5
Total	644	100.0

Fonte: elaborado pelo autor

Considerando que o fenômeno estudado tem a ver com a separação dos municípios em duas classes – os que cooperam e os que não cooperam – e com a identificação das variáveis que melhor explicam essa dicotomia, dentre as técnicas estatísticas existentes, as que se enquadram nesta finalidade são a Análise Discriminante e a Regressão Logística, ambas na classe de métodos estatísticos multivariados, pois relacionam um conjunto de variáveis independentes com uma variável dependente categórica (HAIR *et al.*, 1998; MORGAN e GRIEGO, 1998; SHARMA, 1996, PREARO, 2008).

Prearo (2008) sintetiza os objetivos e as premissas subjacentes e limitações da aplicação das referidas técnicas.

Originária da Botânica, a análise discriminante surgiu com o objetivo de fazer a distinção entre grupos de plantas com base no tamanho e no tipo de folha, para que mais tarde fosse possível classificar as novas espécies encontradas. Entretanto, a Análise Discriminante logo foi utilizada em outras áreas do conhecimento, em situações onde é possível encontrar grupos de indivíduos e conhecer quais as características que distinguem um dos outros.

Prearo (2008), após extensa pesquisa abrangendo: Dillon e Goldstein (1984); Sharma (1996); Hair *et al* (2005); Garson (2007), sintetiza no quadro 3, acentua a presença de evidências da sensibilidade da técnica a violações da premissa de distribuição normal multivariada. Nesse sentido, apoiando-se nos referidos autores, sugere que, quando o não atendimento a essa premissa é fato, seja utilizada a técnica de Regressão Logística.

Quadro 3 – Premissas subjacentes ao uso da Análise Discriminante

Premissas subjacentes	Considerações
Tamanho da amostra (4) (5)	<ul style="list-style-type: none"> • Idealmente 20, mas no mínimo 5 casos para variável preditora (3). • 3 ou 5 vezes o número de variáveis independentes (4).
Homoscedasticidade (1) (2) (3) (4)	BOX'M > 0,5 (4).
Linearidade (1) (2) (3) (4)	
Normalidade multivariada (1) (2) (3) (4)	Condição para que o teste de significância sejam válidos (1) (4).
Multicolinearidade (1) (2) (3) (4)	
Ausência de observações atípicas (2) (3) (4)	
Tamanho dos grupos (3) (4)	Cada grupo deve ter no mínimo 20 observações (3).

Elaboração a partir da abordagem de (1) Dillon e Goldstein (1984); (2) Sharma (1996); (3) Hair et al (2005); Garson (2007).

Fonte: Prearo (2008, p 30)

Apoiando-se em Hair *et al* (2005) e Garson (2007), Prearo (2008) sintetiza os principais objetivos da aplicação da técnica de análise de regressão logística, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Objetivo de aplicação da técnica de Análise de Regressão Logística

Categoria	Principal objetivo indicado no estudo	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> • Investigação da dependência entre as variáveis • Predição 	Predizer a ausência ou presença de uma característica segundo um conjunto de variáveis independentes.	SPSS (2003)
	Identificar se as diferenças estatísticas existem entre as pontuações de um conjunto de variáveis para dois ou mais grupos definidos anteriormente.	Hair <i>et al</i> (2005)
	Predizer uma variável dependente a partir de um grupo de variáveis independentes, determinando o quanto a variável dependente foi explicada por este grupo.	Garson (2007j)

Fonte: Prearo (2008, p.35)

Prearo (2008), recorrendo a Peduzzi *et al* (1996) e a Garson (2007), sintetiza as premissas subjacentes ao uso da análise de regressão logística, conforme quadro 5.

Quadro 5 – Premissas subjacentes ao uso da Análise de Regressão Logística

Premissas subjacentes	Considerações
Multicolinearidade (2)	
Ausência de observações atípicas (2)	
Tamanho da amostra (1) (2)	10 casos para cada variável integrante do modelo (1)

Elaboração a partir da abordagem de (1) Peduzzi *et al* (1996); (2) Garson (2007)
 Fonte: Prearo (2008, p.39).

Segundo Garson (2007), a Regressão Logística é, em parte, mais utilizada, pois permite ao pesquisador superar muitas premissas restritivas presentes na Análise Discriminante. Ao contrário da Análise Discriminante, a Regressão Logística não assume linearidade das relações, não assume que o erro seja normalmente distribuído, não faz exigência quanto à normalidade da distribuição multivariada, além de relaxar a premissa de homoscedasticidade.

Optou-se por analisar a motivação a cooperar nos acordos de cooperação voltados ao desenvolvimento (consórcios e agências) tomando como técnica estatística a análise da regressão logística.

Ressalta-se, em primeiro lugar, que a natureza do fenômeno tem aderência à forma matemática da função logística, ou seja, com pontos de saturação inferiores e superiores. Mais precisamente, municípios de porte muitíssimo pequeno tem características semelhantes e provavelmente não favoreça a cooperação com outros municípios, da mesma forma, municípios de porte metropolitano também apresentam essa tendência

Em segundo lugar, a regressão logística é, conforme ressaltado acima, mais utilizada porque permite ao pesquisador superar muitas suposições (premissas) restritivas presentes na Análise Discriminante.

4.3.3. Exame dos dados para avaliar o atendimento às premissas da análise de regressão logística

Visando verificar se os dados atendiam às premissas da análise de regressão logística, foram considerados os seguintes aspectos: sensibilidade ao tamanho da amostra, multicolinearidade, presença de observações atípicas e normalidade.

4.3.3.1. Sensibilidade ao tamanho da amostra

Segundo Peduzzi *et al* (1996), o tamanho da amostra adequado para a aplicação da regressão logística é de 10 casos para cada variável integrante do modelo.

Na presente pesquisa, o número de casos para cada variável é de 80,5. De um lado, o número de observações é de 644 (correspondente ao número de municípios). De outro, o modelo em análise possui sete variáveis independentes (população, receita tributária municipal *per capita*, dívida fundada municipal *per capita*, receitas com transferências intergovernamentais *per capita*, PIB *per capita*, % de vínculos empregatícios na indústria e pertencer (ou não) a aglomeração urbana) e uma variável dependente (coopera/não coopera).

4.3.3.2. Multicolinearidade

A ausência de multicolinearidade foi verificada pela estatística VIF (Fator de Inflação da Variância), sugeridos por Hair *et al* (2005) e Garson (2007) conforme tabela 5, situando-se no intervalo 1,018 a 3,342.

Segundo Gujarati (2000) o VIF maior do que 5 indica a presença de multicolinearidade grave.

Tabela 5 – Ausência de multicolinearidade

Variável	VIF
x1	3,342
x2	1,705
x3	1,061
x4	2,713
x5	1,612
x6	1,018

Fonte: elaborado pelo autor

4.3.3.3. Verificação da presença de observações atípicas e normalidade

Segundo Prearo (2008) observações atípicas ou extremas (*outliers*) são aquelas substancialmente diferentes das outras, provocando, segundo Hair *et al* (2005) e Garson (2007) alterações no resultado de análise e também causando violações de normalidade.

Nesse sentido, todas as variáveis originais foram submetidas às seguintes transformações para identificação e tratamento dos dados extremos e verificação da normalidade: Logaritmo Neperiano (ln), Logaritmo Base 10 (log 10), Raiz Quadrada, Raiz Cúbica, Recíproca (1/X), Recíproca Quadrática (1/X²).

Tabela 6 – Identificação e tratamento dos dados extremos e verificação da normalidade

Variável	Transformação	Maior Z- Score	Menor Z-Score	Quantidade de casos com $Z \geq 3$	Teste Kolmogorov – Smirnov
População (X_1)	Bruta	11,32	-0,42	18	0,339*
	Logatirimo Neperiano (ln)	3,21	-2,09	2	0,065*
	Logatirimo Base 10 (log10)	3,21	-2,09	2	0,065*
	Raiz quadrada	6,76	-0,91	18	0,193*
	Raiz cúbica	5,37	-1,21	13	0,142*
	Recíprocra 1/X	7,16	-0,90	11	0,183*
	Recíprocra quadrática 1/X ²	14,44	-0,42	11	0,339*
RTM PC(X_2)	Bruta	6,97	-0,87	15	0,214*
	Logatirimo Neperiano (ln)	3,32	-2,70	7	0,045*
	Logatirimo Base 10 (log10)	3,32	-2,70	7	0,045*
	Raiz quadrada	5,05	-1,56	15	0,126*
	Raiz cúbica	4,43	-1,89	13	0,097*
	Recíprocra 1/X	6,52	-1,33	10	0,117*
	Recíprocra quadrática 1/X ²	11,58	-0,59	8	0,279*
DFPC(X_3)	Bruta	9,89	-0,70	15	0,242*
	Logatirimo Neperiano (ln)	1,65	-6,35	7	0,145*
	Logatirimo Base 10 (log10)	1,65	-6,35	7	0,145*
	Raiz quadrada	5,61	-1,54	15	0,069*
	Raiz cúbica	4,28	-2,21	6	0,046*
	Recíprocra 1/X	17,35	-0,09	8	0,515*
	Recíprocra quadrática 1/X ²	19,38	-0,06	10	0,508*
RTIPC(X_4)	Bruta	9,79	-1,56	3	0,144*
	Logatirimo Neperiano (ln)	4,06	-4,37	4	0,048*
	Logatirimo Base 10 (log10)	4,06	-4,37	4	0,048*
	Raiz quadrada	6,40	-2,58	3	0,094*
	Raiz cúbica	5,51	-3,07	4	0,080*
	Recíprocra 1/X	12,05	-1,57	10	0,111*
	Recíprocra quadrática 1/X ²	21,45	-0,47	5	0,322*
PIBPC(X_5)	Bruta	14,00	-0,76	13	0,239*
	Logatirimo Neperiano (ln)	5,39	-2,05	13	0,095*
	Logatirimo Base 10 (log10)	5,39	-2,05	13	0,095*
	Raiz quadrada	8,99	-1,34	14	0,157*
	Raiz cúbica	7,60	-1,56	14	0,136*
	Recíprocra 1/X	3,72	-2,18	6	0,042*
	Recíprocra quadrática 1/X ²	5,56	-1,16	13	0,122*
VEI(X_6)	Bruta	13,41	-1,12	1	0,132
	Logatirimo Neperiano (ln)	2,49	-3,51	5	0,124
	Logatirimo Base 10 (log10)	2,49	-3,51	5	0,124
	Raiz quadrada	6,32	-1,92	1	0,045
	Raiz cúbica	4,71	-2,33	1	0,071
	Recíprocra 1/X	9,38	-0,37	18	0,360
	Recíprocra quadrática 1/X ²	13,30	-0,16	5	0,444

*significância inferior a 1% (rejeição da hipótese de normalidade de distribuição)

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 6, as variáveis originais e transformadas foram padronizadas (variável z), tendo sido efetuado o teste Kolmogorov-Smirnov, para verificação da normalidade.

Nenhuma das variáveis apresentou aderência à distribuição normal.

No que se refere à variável população (X_1) as variáveis transformadas ln (logaritmo neperiano e logaritmo na base 10) foram selecionadas por possuírem menor quantidade de *outliers* e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável.

No que diz respeito à variável receita tributária municipal *per capita* (X_2) as variáveis transformadas ln e log 10 apresentam menor quantidade de *outliers* e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável.

Quanto à variável dívida fundada *per capita* (X_3), a variável transformada raiz cúbica apresentou menor quantidade de *outliers* e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável

Quanto à variável receita de transferências intergovernamentais *per capita* (Estaduais e Federais) (X_4) as variáveis transformadas ln e log10 apresentam menor quantidade de *outliers*, e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável.

Quanto à variável PIB *per capita* (X_5), a variável transformada 1/X (recíproca) apresenta menor quantidade de *outliers*, e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável.

Quanto à variável vínculos empregatícios na indústria (X_6), a variável transformada raiz quadrada apresenta menor quantidade de *outliers*, e maior aderência à distribuição normal, ainda que não com grau de significância aceitável

4.3.4. Seleção da técnica estatística para a análise dos dados – acordos de cooperação em saúde

Considerando que somente 23% dos municípios do Estado de São Paulo estão envolvidos em acordos de cooperação intermunicipal de saúde, conforme Tabela 7, a aplicação da regressão logística fica prejudicada, mais precisamente o poder de discriminação fica comprometido. Nesse sentido, optou-se pela utilização do teste de Mann-Whitney não paramétrico, pelo fato das variáveis não terem aderência à distribuição normal.

Tabela 7 - Participação de municípios em acordos de cooperação intermunicipal em saúde

	Número de municípios	% sobre o total de casos
Não participa	493	77
Participa	151	23
Total	644	100

Fonte: elaborado pelo autor.

4.3.5. Seleção da técnica estatística para a análise dos dados – acordos de cooperação em tratamento de resíduos sólidos

O percentual dos municípios do Estado de São Paulo envolvidos com acordos de cooperação intermunicipal de tratamento de resíduos sólidos, conforme Tabela 8, é extremamente reduzido (3,6% do total de municípios), o que impede extrair conclusões robustas.

Tabela 8 - Participação de municípios em acordos de cooperação intermunicipal em tratamento de resíduos sólidos

	Número de municípios	% sobre o total de casos
Não participa	622	96,4
Participa	22	3,6
Total	644	100

Fonte: elaborado pelo autor.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS: MOTIVAÇÃO A COOPERAR

5.1. Propensão a cooperação nos acordos de desenvolvimento

Foram incluídos no modelo 97% casos, conforme a Tabela 9, para analisar a propensão a cooperar nos acordos de desenvolvimento. Foram excluídos 3 % dos casos tendo em vista o seu caráter atípico.

Tabela 9 – Propensão a cooperar nos acordos de desenvolvimento: casos válidos

	Número de Casos	Percentual de Casos
Casos incluídos no modelo	625	97.0
Casos excluídos do modelo	19	3.0
Total	644	100.0

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 10 apresenta os resultados das estatísticas Cox & Snell R Square, Nagelkerke R Square e Pseudo R², as quais são operacionalizadas como o R² da Regressão Linear Múltipla, ou seja, expressam o quanto as variáveis independentes conseguem explicar da variável dependente. Nesse sentido, os valores obtidos apresentaram-se abaixo do ideal recomendado (70%), fato esse que não invalida os resultados apresentados, tendo em vista o objetivo do estudo se relacionar apenas ao entendimento sobre se cada uma das variáveis explicam ou não a variável dependente e não o quanto ela explica.

Tabela 10 – Indicadores de qualidade do modelo

Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square	Pseudo R ²
.017	.018	0,15
Chi-square: 26,517 Significância: 0,000		

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda, com interesse na avaliação geral da qualidade do modelo, o teste de Hosmer e Lemeshow, apresentado na tabela 11, tem como hipótese nula a suposição de que a variável dependente obtida pelo modelo é igual à variável dependente original. Os resultados indicam que há evidências de que a variável dependente estimada pelo modelo é igual à original.

Tabela 11 – Teste de Hosmer e Lemeshow

Chi-square	df	Significância
14.722	8	.065

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 12 apresenta a matriz de classificação do modelo, ou seja, apresenta quantitativamente o quanto o modelo “acertou” na estimativa da variável dependente.

Tabela 12 – Matriz de classificação do modelo

Observado		Predito		
		Y		Percentual de Acerto
		Não tem acordo	Tem acordo	
Y	Não tem acordo	257	78	76,7
	Tem acordo	106	184	63,4
Percentual Total				70,6

Fonte: elaborado pelo autor.

A avaliação do poder discriminatório da matriz de classificação quando comparada com um modelo de acertos ao acaso é a estatística Q de Press, apresentada abaixo, e que resulta em uma estatística qui-quadrado.

Q de Press = $([N-nK]^2) / (N(K-1)) = ([625-441*2]^2) / (625*(2-1)) = 105,678$, onde "N" representa o número de casos estudados, "n" o número de acertos do modelo e K o número de grupos estudados.

O valor da estatística qui-quadrado para um nível de significância de 1%, com 1 grau de liberdade é 6,63. Nesse sentido, considerando que o valor calculado é maior do que o valor tabelado, conclui-se que as previsões geradas no modelo logístico estimado são significativamente melhores do que as estimativas obtidas ao acaso.

Na Tabela 13, apresentam-se as estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis.

Tabela 13 – Variáveis incluídas no modelo logístico

	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	Exp(B)
População (X₁)	.354	.167	4.495	1	.034	1.424
RTMPC(X ₃)	.030	.107	.079	1	.779	1.031
DFPC(X ₄)	.027	.085	.102	1	.750	1.028
RTIPC(X ₅)	.216	.139	2.404	1	.121	1.241
PIBPC(X₆)	.366	.106	11.803	1	.001	1.442
VEI(X ₇)	-.096	.084	1.318	1	.251	.908
AGL (X₈)	.518	.270	3.674	1	.049	1.678
Constante	-.255	.097	6.960	1	.008	.775

Fonte: elaborada pelo autor.

Considerando que, quanto maior coeficiente B (beta) maior poder discriminatório da variável no contexto "fazer ou não" acordos de desenvolvimento, as variáveis que se destacam em ordem de importância são:

- a) Pertencer a aglomerado urbano;
- b) PIB *per capita*;
- c) População.

Tabela 14 – Propensão a cooperar – acordos de desenvolvimento (consórcios e agências)

	Número de municípios			
	Coopera	Não Coopera	Total	% coopera
1.Aglomeração Urbana				
Pertence	74	51	125	59,2
Não pertence	218	301	519	42,0
Total	292	352	644	
2.População				
Abaixo de 20.000 hab.	159	239	398	39,94
20.000 a 50.000 hab.	63	60	123	51,2
50.000 a 100.000	28	22	50	56,0
Acima de 100.000	42	31	73	57,5
Total	292	352	644	
3.PIB per capita				
Abaixo de R\$ 20.000,00	240	305	545	44,03
Acima de R\$ 20.000,00	52	47	99	52,52
Total	292	352	644	

Fonte: elaborada pelo autor

Como se percebe, pela observação da tabela 14, 59,2% dos municípios que integram aglomerações urbanas estão inseridos em acordos de desenvolvimento, enquanto somente 42% dos municípios que não pertencem a aglomerações urbanas.

Fica patente também que à medida que aumenta o porte do município (tamanho populacional) cresce o percentual de municípios que estão inseridos em acordos de desenvolvimento. Da mesma forma, à medida que aumenta o PIB *per capita* aumenta a inserção do município em acordos de desenvolvimento.

Assim, foram rejeitadas as seguintes variáveis e, por conseqüência, as hipóteses formuladas na seção 3.1, do capítulo 3:

- a) Receita Tributária Municipal *per capita*;
- b) Dívida Fundada Municipal *per capita*;
- c) Receita de Transferências intergovernamentais *per capita*; e
- d) Vínculo Empregatício na Indústria.

A variável pertencimento do município a uma aglomeração urbana foi aceita e, por conseqüência, a hipótese formulada na seção 3.1. do capítulo 3 .

Finalmente, as variáveis PIB *per capita* e População foram aceitas, porém, não afetam a propensão a cooperar nos acordos de desenvolvimento na direção proposta pelas hipóteses formuladas na seção 3.1, do capítulo 3. Ao contrário da proposição, quanto maior o município

e quanto maior o PIB *per capita* maior a propensão a cooperar em acordos de desenvolvimento.

Considerando a importância do fato do município pertencer a uma aglomeração urbana para a constituição de acordos de cooperação voltados para o desenvolvimento, procedeu-se à uma discriminação dos objetivos e ou forma de atuação dos acordos (consórcios e agências), com se verá a seguir

Para efeito de análise as formas de atuação foram classificadas em cinco categorias:

- 1) articulação regional – reivindicatória junto aos governos federal ou estadual e de políticas públicas intersetoriais;
- 2) coleta/sistematização de informações;
- 3) apoio ao setor privado;
- 4) apoio à comunidade; e
- 5) incentivos e ações voltadas à competitividade.

Os quadros 6 e 7 apresentam os objetivos e as formas de atuação dos acordos de cooperação que não estão inseridos em aglomerações urbanas. Os quadros 8 e 9 apresentam os objetivos e as formas de atuação dos acordos de cooperação que estão inseridos em aglomerações urbanas.

Os consórcios de desenvolvimento não situados em aglomerações urbanas estão mais voltados à articulação regional reivindicatória junto aos governos federal e estadual e ao apoio à comunidade. No caso do apoio à comunidade, tratam-se de projetos voltados à redução da pobreza e à promoção da cidadania.

Dos quatro consórcios de desenvolvimento situados em aglomerações urbanas, somente o do Grande ABC paulista se diferencia dos consórcios não situados em aglomerações urbanas. O referido consórcio marca diferença ao enfatizar ações direcionadas ao incentivo à competitividade.

No que se refere às agências de desenvolvimento, não se observam também diferenças entre aquelas situadas em aglomerações urbanas e as não situadas. Todas as agências parecem privilegiar os incentivos e as ações voltadas à competitividade e o apoio à comunidade. Merece menção o fato das agências de desenvolvimento das regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista direcionarem sua atuação para a articulação regional de políticas intersetoriais.

Quadro 6 - Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que não pertencem a aglomeração urbana – consórcios

Consórcio	Atuação
1. Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura da Região de Santa Fé do Sul	<p>Incentivos e ações voltadas à competitividade: Programa de Piscicultura em tanques rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reunir os diversos elos da cadeia produtiva da piscicultura; - trocar experiências entre profissionais ligados aos diversos elos da cadeia produtiva; - criar novas oportunidades de negócios para empresas e produtores envolvidos na atividade
2. Intermunicipal do Vale do Paranapanema	<p>1. Articulação regional reivindicatória</p> <ul style="list-style-type: none"> - parcerias : Banco do Povo e a Fundação do Biomavale - reivindicações junto ao governo do Estado e Federal: a) infra estrutura rodoviária: duplicação da rodovia Raposo Tavares e melhorias nas estradas vicinais; b) inclusão do curso de biotecnologia na UNESP/Assis; c) construção da sede da Agência Ambiental de Assis; d) “SOS” MUNICIPIOS – movimento estadual e nacional sobre o reajuste do repasse do FPM; e) estiagem em 2005 – pleito junto ao Banco Central para alongamento das dívidas; <p>2. Coleta/sistematização de informações</p> <ul style="list-style-type: none"> -diagnóstico do meio físico e dos recursos hídricos para a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Médio Tietê, planejamento turístico sustentável dos municípios e o desenvolvimento de projetos experimentais de agricultura irrigada; - projetos de educação ambiental, recomposição de matas ciliares, fomento à piscicultura, incentivo a alternativas agrícolas, e assentamentos agricultura familiar (Banco da Terra) - realização de Fóruns - I Fórum de Turismo no Vale do Paranapanema e I Fórum de Biotecnologia do Vale do Paranapanema;
3. Frente Intermunicipal de Prefeitos da Média Noroeste – Fripen	<p>Articulação regional reivindicatória</p>

Quadro 6- Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que não pertencem a aglomeração urbana – consórcios (CONTINUAÇÃO)

Consórcio	Atuação
4. Intermunicipal Vale Histórico	Apoio ao setor privado: - projeto de desenvolvimento da atividade turística na região, executado pelo Sebrae-SP
5. de Municípios da Alta Mogiana	1. Articulação regional reivindicatória: ação articulada e integrada dos prefeitos da Região de forma a ganhar força política em seus pleitos e proposições aos governos Estadual e Federal 2. Apoio à comunidade: - executar atividades de interesse comum dos municípios, como criação e manutenção de farmácia regional, fabricação de artefatos de cimento, realização de programa de alimentação baseado na apicultura e na cunicultura (criação e processamento da carne)
6. Intermunicipal dos Vales dos rios Tietê – Paraná (CIPT)	Apoio ao setor privado: projeto de incentivo ao turismo em 12 municípios que integram a região
7. CONSAD Vale do Ribeira	Apoio à Comunidade: Segurança Alimentar: Projeto de Cultivo e Repovoamento de Palmáceas para a promoção da cidadania, melhoria nutricional, socioeconômica e ambiental das Comunidades Quilombolas.
8. CONSAD Sudoeste Paulista	Apoio à Comunidade: Projeto Cinturão Social – Criação de Rede de Segurança Alimentar , Organização da Produção e Consumo das Famílias em situação de pobreza.
9. CONSAD Noroeste Paulista	Apoio à Comunidade: Segurança Alimentar
10. de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte-Codivap	Articulação regional reivindicatória: melhorias na infra estrutura rodoviária e aeroportuária e segurança.
11. Intermunicipal de desenvolvimento da Região de Jales	Articulação regional reivindicatória

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 7 - Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que não pertencem a aglomeração urbana – agências

Agência	Objetivos/Atuações
1. Agência de Desenvolvimento Regional da Alta Mogiana	<p>Incentivos e ações voltadas à competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolver projetos e ações nas áreas técnica e financeira para a promoção do crescimento econômico e social da região, buscando, principalmente, recursos para fomentar atividades regionais em todos os segmentos da geração de emprego, renda e avanço sustentável
2. Agência de Desenvolvimento Regional Unicidades	<p>1. Incentivos e ações voltadas à competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criação de um espaço permanente de interlocução entre o setor público e privado, que permita superar entraves ao desenvolvimento regional; - estímulo à integração das instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, localizadas na área de abrangência da agência com o sistema produtivo; - Experimentação, não-lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; - Estímulo à competitividade econômica e empreendedorismo; - Apoiar, desenvolver e executar a implantação de programas de formação profissional, capacitação de recursos humanos, criação de estágios e de inserção de trabalhadores no mercado do trabalho. <p>2. Coleta/sistematização de informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e atualização de sistema de informações para dar suporte às atividades de planejamento estratégico relativo à região de atuação da agência; - Coletar e divulgar indicadores sobre o perfil econômico e social da região; - Estimular e divulgar oportunidades de investimento na região. <p>3. Apoio à Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar e desenvolver projetos de defesa e proteção do meio ambiente, sua preservação e conservação, bem como fomentar ações de educação ambiental, contribuindo para a sustentabilidade do patrimônio natural da região; Fomentar a promoção do voluntariado, o fortalecimento de entidades do Terceiro Setor e a prática da responsabilidade social; - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; - Promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos além da promoção da ética da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 8 - Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que pertencem a aglomeração urbana – consórcios

Consórcios	Atuação
1. Intermunicipal das bacias hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billings – Consórcio do ABC	<p>1. Apoio à comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - programas sociais por meio de convênios de parceria com o governo federal: Plano Territorial de Qualificação Profissional, Brasil Alfabetizado, Construção Coletiva de Espaços e Tempos de Paz nas Escolas, projeto Casa Abrigo Regional Grande ABC, de atendimento às mulheres vítimas da violência <p>2. Coleta/sistematização de informações: diagnósticos sobre a evolução da economia regional,</p> <p>3. Incentivos e ações voltadas à competitividade</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento dos programas de fomento às incubadoras de empresas e os Arranjos Produtivos Locais - Planejamento Regional Estratégico (documento foi elaborado pela Câmara Regional do ABC): sete eixos estruturantes: Educação e Tecnologia, Sustentabilidade das Áreas de Mananciais, Acessibilidade e Infraestrutura, Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas, Ambiente Urbano de Qualidade, Identidade Regional e Estruturas Institucionais e Inclusão Social..
2. Intermunicipal da Bacia do Juqueri	<p>Articulação regional reivindicatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> - infra estrutura rodoviária: Rodovia Tancredo de Almeida Neves e recuperação das Estradas Vicinais; - construção do Hospital das Clínicas de Franco da Rocha; - obtenção de recursos e construção do prédio que sediará o Canil Regional; - construção de estações de tratamento de esgoto e redes coletoras - negociações entre os Prefeitos e a SABESP.
3. Intermunicipal da região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)	<p>Articulação regional reivindicatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> - instalação de unidade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); - obras compensatórias do Rodoanel. Diversos municípios no entorno da via, inclusive Embu, foram prejudicados, tendo ruas danificadas pelo tráfego de caminhões e pelos efeitos das obras.
4. Intermunicipal Circuito das Frutas	<p>Apoio ao setor privado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - implantar o Pólo Turístico do Circuito das Frutas

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 9 - Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que pertencem a aglomeração urbana – agências

Agência	Objetivos/atuações
<p>1. Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Tietê</p>	<p>1. Incentivos e Ações voltadas à competitividade: - criação de um espaço permanente de interlocução entre o setor público e privado, que permita superar entraves ao desenvolvimento regional; - estímulo à integração das instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, localizadas na área de abrangência da agência com o sistema produtivo; - Experimentação, não-lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; . Estímulo à competitividade econômica e empreendedorismo; Apoiar, desenvolver e executar a implantação de programas de formação profissional, capacitação de recursos humanos, criação de estágios e de inserção de trabalhadores no mercado do trabalho; - Instituir Câmaras Temáticas, fóruns para discussão acerca de temas pertinentes ao desenvolvimento econômico regional</p> <p>2. Coleta/sistematização de informações: . Criação e atualização de sistema de informações para dar suporte às atividades de planejamento estratégico relativo à região de atuação da agência; - Coletar e divulgar indicadores sobre o perfil econômico e social da região; - Estimular e divulgar oportunidades de investimento na região;</p> <p>3. Apoio à Comunidade: - Apoiar e desenvolver projetos de defesa e proteção do meio ambiente, sua preservação e conservação, bem como fomentar ações de educação ambiental, contribuindo para a sustentabilidade do patrimônio natural da região; - Fomentar a promoção do voluntariado, o fortalecimento de entidades do Terceiro Setor e a prática da responsabilidade social; - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; - Promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos além da promoção da ética da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 9 – Atuação dos acordos de desenvolvimento em municípios que pertencem a aglomerações urbanas - agências (CONTINUAÇÃO)

Agência	Atuação
2. Agência de Desenvolvimento do Grande ABC	<p>1. Coleta/sistematização de informações:: produzir, sistematizar e disponibilizar informações e dados socioeconômicos sobre a região do Grande ABC com a finalidade de orientar novos investimentos e auxiliar na formulação de políticas públicas de interesse para a região.</p> <p>2. Incentivos e ações voltadas à competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - divulgação interna e externa da força econômica e das potencialidades da Região do Grande ABC; - captação de recursos para o financiamento de projetos voltados às micro e pequenas empresas; - fortalecimento das cadeias produtivas existentes e o incremento de vocações emergentes; - implementação de programas de difusão e capacitação tecnológica;
3. De desenvolvimento econômico de Jundiaí e região – ADEJ	<p>1. apoio à comunidade: projetos e programas que promovam a inclusão social, a utilização racional dos recursos naturais, e o incentivo ao voluntariado.</p> <p>2.coleta/sistematização de informações: divulgar informações sobre os impactos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento da região.</p> <p>3.Incentivos e ações voltadas à competitividade: apoio à inovação tecnológica e capacitação profissional</p>
4. De Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas – AGE CAMP	1. Articulação regional de políticas públicas intersetoriais: integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana.
5. Metropolitana da Baixada Santista	1. Articulação regional de políticas públicas intersetoriais: integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana. .

Fonte: elaborado pelo autor.

5. 2. Propensão a cooperação nos acordos de saúde

Na tabela 15, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável população, indicando que a mesma tem poder discriminatório sobre a propensão a cooperar e na direção proposta pela seção 3.1.2 do capítulo 3.

Tabela 15 – Teste Mann-Whitney para a variável população

Estatísticas	Total de municípios	Municípios sem acordo	Municípios com acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	46.893,42	19.197,67	55.376,29
Mediana	12.699,50	8.188,00	14.340,00
Desvio-padrão	110.598,70	31.149,04	124.027,78
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	840	840	1.056
Valor máximo	1.298.394	289.190	1.298.394
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -4,458		
	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: Há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 16, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável receita tributária municipal *per capita*, indicando que a mesma tem poder explicativo sobre a propensão a cooperar e na direção proposta na seção 3.1.1, do capítulo 3.

Tabela 16 – Teste Mann-Whitney para a variável receita tributária municipal *per capita* (RTMPC)

Estatísticas	Total de municípios	Municípios sem acordo	Municípios com acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	199,62	160,67	211,42
Mediana	143,16	115,55	154,88
Desvio-padrão	205,86	166,7	215,08
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	21,16	35,49	21,16
Valor máximo	1634,07	1.325,54	1.634,07
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -4,150		
	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: Há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 17, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável dívida fundada per capita, indicando que a mesma não tem poder explicativo sobre a propensão a cooperar. Assim, rejeita-se a hipótese proposta na seção 3.1.1, do capítulo 3.

Tabela 17 – Teste Mann-Whitney para a variável dívida fundada *per capita*

Estatísticas	Total de municípios	Municípios sem acordo	Municípios com acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	262,26	243,76	268,01
Mediana	155,86	178,25	146,42
Desvio-padrão	375,30	257,21	405,13
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	,0001	,0004	,0001
Valor máximo	3.974,09	1.811,69	3.974,09
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -1,073		
	Significância: $p > 0,05$		
	Decisão: Não há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborada pelo autor.

Na tabela 18, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável receita de transferências intergovernamentais per capita, indicando que a mesma tem poder explicativo sobre a propensão a cooperar e na direção proposta na seção 3.1.1, do capítulo 3.

Tabela18 – Teste Mann-Whitney para a variável receita de transferências intergovernamentais *per capita*

Estatísticas	Total de municípios	Municípios sem acordo	Municípios com acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	1.356,65	1.490,03	1.315,80
Mediana	1.143,98	1.279,14	1.106,14
Desvio-padrão	784,91	796,80	777,47
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	135,29	444,06	135,29
Valor máximo	9.039,90	6.008,79	9.039,90
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -2,675		
	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: Há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 19, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável PIB per capita, indicando que a mesma tem poder explicativo sobre a propensão a cooperar e na direção proposta na seção 3.1.2, do capítulo 3.

Tabela 19 – Teste Mann-Whitney para a variável PIB *per capita*

Estatísticas	Total de municípios	Municípios sem acordo	Municípios com acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	15.030,64	12.470,98	15.814,63
Mediana	11.708,63	10.633,20	11.936,49
Desvio-padrão	14.058,79	6.677,07	15.559,28
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	4.282,20	4.347,70	4.282,20
Valor máximo	211.883,80	45.666,98	211.883,80
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -2,765		
	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: Há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 20, é apresentado o resultado do Teste Mann-Whitney para a variável vínculo empregatício na indústria, indicando que a mesma não tem poder explicativo sobre a propensão a cooperar. Assim, rejeita-se a hipótese proposta na seção 3.1.2, do capítulo 3.

Tabela 20 – Teste Mann-Whitney para a variável % do vínculo empregatício na indústria

Estatísticas	Total de municípios	Municípios com acordo	Municípios sem acordo
Quantidade de casos	644	493	151
Média	24,30	24,66	24,19
Mediana	21,05	19,27	21,89
Desvio-padrão	21,60	30,39	18,11
Coeficiente de variação			
Valor mínimo	0,19	0,19	0,19
Valor máximo	314,00	314,00	82,20
Avaliação da normalidade (teste de <i>kolmogorov - Smirnov</i>)	Significância: $p < 0,01$		
	Decisão: A distribuição dos dados não é normal		
Teste de diferença entre as distribuições (Mann-Whitney)	Estatística Z: -1,138		
	Significância: $p > 0,05$		
	Decisão: Não há diferença entre os grupos		

Fonte: elaborado pelo autor.

Em síntese, as variáveis que explicam a motivação a cooperar em saúde são:

- a) População;
- b) PIB per capita;
- c) Receita tributária municipal per capita; e
- d) Receitas de transferências intergovernamentais per capita.

Tabela 21 - Propensão a cooperar - acordos em saúde

	Número de municípios			
	Coopera	Não Coopera	Total	% coopera
1.População				
Abaixo de 20.000 hab.	114	286	400	28,50
20.000 a 50.000 hab.	26	97	123	21,13
50.000 a 100.000 hab.	9	40	49	18,36
Acima de 100.000 hab.	2	70	72	2,77
Total	151	493	644	
2.PIB <i>per capita</i>				
Abaixo de R\$ 20.000,00	134	410	544	24,63
Acima de R\$ 20.000,00	17	83	100	17,00
Total	151	493	644	
3.Receita tributária municipal <i>per capita</i>				
Abaixo de R\$ 700,00	15	64	79	18,98
Acima de R\$ 700,00	136	429	565	24,07
Total	151	493	644	

Fonte: elaborado pelo autor

Fica patente pela observação da tabela 21 que a cooperação intermunicipal em saúde é um fenômeno característico de municípios pequenos e médios, isto é, com população abaixo de 100.000 habitantes. Mais precisamente, a cooperação intergovernamental em saúde é mais significativa nos municípios com população abaixo dos 50.000 habitantes.

Da mesma forma, parece ser mais significativa nos municípios com PIB *per capita* abaixo dos R\$ 20.000 anuais. Contrariamente aos acordos de desenvolvimento, à medida que aumenta o PIB per capita diminui a inserção do município em acordos de saúde.

Mais significativa é a importância da receita tributária municipal e das receitas de transferências intergovernamentais. Os municípios com menor receita tributária municipal *per capita* e com maiores transferências intergovernamentais *per capita* têm maior propensão a cooperar em saúde, reforçando a tese colocada no capítulo 2 sobre a denominada cooperação induzida.

A esse respeito vale recuperar a colocação de Rocha e Faria (2004):

A difusão dos consórcios na área da saúde se deu de forma heterogênea, apesar das ações de coordenação e fomento implementadas pelo Ministério da Saúde. Isso porque a difusão dos consórcios dependeu, em grande medida, do papel exercido pelos governos estaduais. As experiências de maior relevância foram, em ordem de importância, a de Minas e a do Paraná, justamente pelo comprometimento que os governos desses estados tiveram com a criação dos consórcios (ROCHA e FARIA, 2004, p. 13)

Na mesma direção, Lima e Pastrana (2000) demonstraram que para 53% dos consórcios de saúde, entrevistados no Brasil, há cooperação com as Secretarias Estaduais de Saúde. Esta cooperação pode tomar formas variadas, sendo as mais importantes: repasse de recursos, cessão de equipamentos, estrutura física, recursos humanos e assessoria técnica.

Fica evidenciada que essa forma de cooperação se difundiu no país graças à política de incentivo adotada por alguns governos estaduais.

5.3. Propensão a cooperação nos acordos de tratamento de resíduos sólidos

Dado o reduzido número de municípios envolvidos com esse tipo de acordo (3.6% do total de municípios do Estado de São Paulo) fica impossível extrair qualquer conclusão sobre a propensão a cooperar em tratamento de resíduos sólidos.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS: BARREIRAS À COOPERAÇÃO

Conforme ressaltado na seção 3.2 do capítulo 3, na explicitação das barreiras à cooperação (atreladas aos custos de transação) são consideradas duas variáveis:

- a) grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades, caracterizado por meio do coeficiente de variação (relação entre o desvio padrão e a média) do PIB *per capita* das comunidades ou governos locais que integram os acordos de cooperação; e
- b) grau de assimetria de poder entre os governos locais, caracterizado por meio do coeficiente de variação (relação entre o desvio padrão e a média) da receita tributária municipal *per capita* das comunidades ou governos locais que integram os acordos de cooperação.

O Anexo IV apresenta o cálculo dos respectivos coeficientes de variação para cada um dos acordos de cooperação considerados. Seguindo Bussab e Morettin (1987), para a análise e interpretação do resultado obtido no coeficiente de variação (CV), pode-se utilizar as seguintes regras práticas:

a) se o resultado do coeficiente de variação for menor do que 10% ($CV < 10\%$) isso significa que há pouca variabilidade na distribuição, ou seja, todos os valores da variável estão bem próximos do valor da média. Nesse caso, pode-se dizer que a distribuição é homogênea;

b) se o coeficiente de variação estiver entre 10% e 30% significa que há uma variabilidade pouca expressiva, ou seja, indica uma distribuição regular da variável, o que significa que há uma variabilidade regular; e

c) se o coeficiente de variação for maior do que 30% existe uma grande variabilidade, ou seja, os resultados da distribuição estão distantes da média e nessa situação, têm-se uma distribuição heterogênea.

Para a análise dos resultados da variabilidade do PIB *per capita* e da receita tributária municipal *per capita* foi considerado que:

- a) quando o coeficiente de variação estiver abaixo de 30% é considerada uma variabilidade regular ou baixa; e
- b) quando o coeficiente de variação estiver acima de 30% é considerada uma variabilidade elevada, indicando uma distribuição heterogênea.

6.1. Grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades

As tabelas 22, 23 e 24, elaboradas a partir do Anexo IV, apresentam o coeficiente de variação do PIB *per capita* dos municípios que integram, respectivamente, os acordos de

cooperação em desenvolvimento, saúde e tratamento de resíduos sólidos. No caso dos acordos de desenvolvimento, identificados os coeficientes de variação dos consórcios e das agências estejam inseridos em aglomerações urbanas ou não.

Tomando a tabela 22 – Grau de Homogeneidade nas preferências entre comunidades – acordos de desenvolvimento, constata-se, em primeiro lugar, que dos 14 acordos de cooperação não inseridos em aglomeração urbana, somente sete apresentam CV inferior ou igual a 0,30, indicando uma relativa homogeneidade do PIB *per capita* entre os municípios. Nesse sentido, não se pode afirmar que a hipótese colocada na seção 3.2 do capítulo 3 é verdadeira. Destaca-se que a média do PIB *per capita* desses acordos situa-se sempre abaixo de R\$ 20.000/ano).

Em segundo lugar, todos os acordos de cooperação (9) inseridos em aglomerações urbanas apresentam CV (coeficiente de variação) superior a 0,30, indicando heterogeneidade do PIB *per capita* entre os municípios e, não confirmando a hipótese proposta no referencial teórico.

Com exceção do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I) e da Agência de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT), que apresentam a média do PIB *per capita* abaixo de R\$ 20.000 e CV não muito distantes de 0,30, os demais acordos, com média do PIB *per capita* situada acima de R\$ 20.000/ano, apresentam CV situados bem acima de 0,30.

Em síntese, a hipótese colocada de que:

Quanto maiores às diferenças na renda per capita das localidades (municípios), que têm interesse em promover um acordo de cooperação, maiores os custos de transação e maiores as barreiras à cooperação.

será rejeitada.

Fica, portanto em aberto a explicitação dos mecanismos que permitem a conciliação de preferências heterogêneas (e bastante heterogêneas, pelo que indicam os dados) entre municípios situados em aglomerações urbanas e não urbanas.

Tomando a tabela 23 - Grau de Homogeneidade nas preferências entre comunidades – acordos de saúde – constata-se, em primeiro lugar que a média do PIB *per capita* desses acordos situa-se sempre abaixo de R\$ 20.000/ano.

Em segundo lugar que a maioria dos acordos (11 em 15) apresenta CV (coeficiente de variação) inferior ou igual a 0,30, indicando uma relativa homogeneidade do PIB *per capita*

entre os municípios e, como proposto pela hipótese esse fato propicia menores custos de transação e menores barreiras à concretização da cooperação.

Ressalta-se que os quatro acordos que apresentam CV superior a 0,30 não se distanciam de forma considerável desse limite.

Finalmente considerando a tabela 24 – grau de homogeneidade das preferências entre comunidades: acordos de tratamento de resíduo sólidos – constata-se que a grande maioria (4 em 5) dos acordos apresenta CV inferior ou igual a 0,30, indicando uma relativa homogeneidade do PIB *per capita* entre os municípios e, como proposto pela hipótese, esse fato seria um indicativo de menores custos de transação e menores barreiras à concretização da cooperação.

Tabela 22 – Grau de Homogeneidade nas preferências entre as comunidades: acordos de desenvolvimento

	CV DO PIB per capita		PIB per capita (R\$)
	menor do que 0,30	maior do que 0,30	
1. NÃO PERTENCE A AGLOMERAÇÃO URBANA			
CONSÓRCIOS			
de Municípios da Alta Mogiana		0,34	15.347
para o desenvolvimento sustentável da piscicultura da região de Sta Fé do Sul	0,24		10.846
Consórcio Intermunicipal Vale Histórico	0,11		6.586
Consórcio Intermunicipal dos Vales Tietê e Paraná		0,32	12.847
Consórcio Intermunicipal da Região de Jales	0,23		10.651
de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira	0,26		6.827
Consad Noroeste	0,23		11.384
Consad Sudoeste	0,27		9.655
Consórcio Frente Intermunicipal de Prefeitos da Média Noroeste (FRIPEM)		0,42	11.678
Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema		0,42	17.997
Consórcio Intermunicipal de Informática		0,36	11.233
Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap)		1,14	13.722
AGÊNCIAS			
Agência de Desenvolvimento da Alta Mogiana	0,30		13.087
Agência de desenvolvimento regional UNICIDADES		0,41	11.050
2. PERTENCE A AGLOMERAÇÃO URBANA			
CONSÓRCIOS			
Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)		0,40	10.621
Intermunicipal Circuito das Frutas		1,29	45.991
Intermunicipal das Bacias Hidrográficas do Alto Tamandatuieí e Billings		0,76	24.500
Intermunicipal da Bacia do Juqueri		1,00	19.189
AGÊNCIAS			
Agência de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT)		0,39	5.434
Agência Metropolitana da Baixada Santista		1,00	18.037
Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC		0,76	24.500
Agência de desenvolvimento Econômico de Jundiaí e Região		1,30	44.442
Agência Metropolitana de Campinas		0,68	29.773

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 23 – Grau de Homogeneidade nas preferências entre comunidades: acordos de saúde

CONSÓRCIOS			PIB per capita
	MENOR DO QUE 0,30	MAIOR DO QUE 0,30	R\$ (reais)
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Araraquarense	0,24		10.846
Consórcio Intergestores de Saúde do Alto Vale do Ribeira	0,22		5.991
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Birigui	0,31		12.119
Consórcio Intermunicipal de Saúde da MicroRegião de Penápolis	0,31		10.133
Consórcio Intermunicipal da Saúde da Nova Alta Paulista	0,20		8.958
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Capivari		0,50	17.382
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales	0,23		10.432
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira	0,24		7.123
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema		0,42	17.997
União de Saúde Municipal da Média Sorocobana	0,28		11.086
Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista	0,30		12.638
Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS- Conchas))		0,37	14.120
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas Paulista	0,12		9.897
Consórcio Intermunicipal de Saúde (Consaud-Andradina)		0,64	16.919
Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS (Itanhaem)	0,27		6.937

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 24 – Grau de homogeneidade nas preferências entre comunidades: acordos de tratamento de resíduos sólidos

CONSÓRCIOS	CV DO PIB PER CAPITA		Pib per capita
	MENOR DO QUE 0,30	MAIOR DO QUE 0,30	R\$
Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário de Birita Mirim	0,30		10.366
Cosnsórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos(Dracena)	0,22		16.360
Consórcio Intermunicipal de Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix)	0,23		10.142
Consórcio Intermunicipal de Manje de Resíduos Sólidos (Americana)	0,18		22.309
Consórcio Intermunicipal par Aterro Sanitário de Várzea Paulista		0,62	33.729

Fonte: elaborado pelo autor.

6.2. Grau de assimetria de poder entre os governos locais

As tabelas 25, 26 e 27, elaboradas a partir do Anexo IV, apresentam o coeficiente de variação da receita tributária municipal *per capita* dos municípios que integram, respectivamente, os acordos de cooperação em desenvolvimento, saúde e tratamento de resíduos sólidos. No caso dos acordos de desenvolvimento, identificados os coeficientes de variação dos consórcios e das agências segundo estejam inseridos em aglomerações urbanas ou não.

Como se percebe, pela observação da tabela 25, dos 23 acordos de desenvolvimento somente 3 apresentaram CV menor ou igual a 0,30, indicando que a maioria dos acordos se efetivou em um contexto de um grau considerável de assimetria de poder entre os governos locais.

Observando a tabela 26, constata-se que dos 15 acordos de cooperação em saúde somente 1 apresentou CV menor ou igual a 0,30, indicando que maioria dos acordos se efetivou em um contexto de um grau considerável de assimetria de poder entre os governos locais.

A tabela 27 também demonstra que dos cinco acordos efetivados para tratamento de resíduos sólidos 2 apresentaram CV menor ou igual a 0.30

Nesse sentido, a hipótese colocada no referencial teórico de que:

Quanto maior a diferença na arrecadação per capita entre os municípios (governos locais) que têm interesse em promover um acordo de cooperação, maior a assimetria e maiores as barreiras à cooperação.

não se confirmou em nenhum dos tipos de acordo – desenvolvimento, saúde e tratamento de resíduos sólidos.

Assim, considerando que a maioria dos acordos de cooperação analisados (37 em um total de 43) apresenta claros indicativos de um elevado grau de assimetria de poder entre os governos locais, buscou-se explorar a importância da presença de formas hierarquização entre os municípios que compõem um acordo.

Tabela 25 – Grau de assimetria de poder entre governos locais: acordos de desenvolvimento

	CV DA RECEITA TRIBUTÁRIA		Receita Trib.
	PER CAPITA		per capita
	menor do que 0,30	maior do que 0,30	(R\$)
1. NÃO PERTENCE A AGLOMERAÇÃO URBANA			
CONSÓRCIOS			
de Municípios da Alta Mogiana		7	163
para o desenvolvimento sustentável da piscicultura da região de Sta Fé do Sul	0,24		
Intermunicipal Vale Histórico		0,52	173
Intermunicipal dos Vales Tietê e Paraná		0,46	128
da Região de Jales		0,49	106
de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira		1,58	162
Consad Noroeste	0,34		112
Consad Sudoeste		0,41	79
Frete Intermunicipal de Prefeitos da Média Noroeste (FRIPEM)		0,41	96
ntermunicipal do Vale do Paranapanema		0,65	146
Intermunicipal de Informática		0,51	104
Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap)		0,85	272
AGÊNCIAS			
Agência de Desenvolvimento da Alta Mogiana		0,39	157
Agência de desenvolvimento regional UNICIDADES		0,63	232
TENCE A AGLOMERAÇÃO URBANA			
CONSÓRCIOS			
Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)		0,36	219
Intermunicipal Circuito das Frutas	0,33		502
Intermunicipal das Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduaie e Billings		0,92	508
Intermunicipal da Bacia do Juqueri		0,72	287
AGÊNCIAS			
Agência de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT)		0,85	288
Agência Metropolitana da Baixada Santista		0,42	890
Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC		0,92	508
Agência de desenvolvimento Econômico de Jundiá e Região		0,53	417
Agência Metropolitana de Campinas		0,74	415

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 26 – Grau de assimetria de poder entre governos locais: acordos de saúde

CONSÓRCIOS	CV da receita tributária per capita		Rec. Trib. Per capita R\$
	MENOR DO QUE 0,30	MAIOR DO QUE 0,30	
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Araraquarense		0,48	143
Consórcio Intergestores de Saúde do Alto Vale do Ribeira		0,62	81
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Birigui		1,33	192
Consórcio Intermunicipal de Saúde da MicroRegião de Penápolis		0,61	95
Consórcio Intermunicipal da Saúde da Nova Alta Paulista		0,72	108
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Capivari	0,180		159
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales		0,41	91
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira		1,30	231
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema		0,65	146
União de Saúde Municipal da Média Sorocobana		0,49	89
Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista		0,50	154
Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS- Conchas))		0,48	205
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas Paulista		0,41	400
Consórcio Intermunicipal de Saúde (Consaud-Andradina)		0,61	150
Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS (Itanhaem)		0,88	369

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 27 – Grau de assimetria de poder entre os governos locais: tratamento de resíduos sólidos

CONSÓRCIOS	CV Da receita tributária per capita		Rec. Trib. Per capita
	MENOR DO QUE 0,30	MAIOR DO QUE 0,30	R\$
Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário de Birita Mirim		0,41	94
Cosnsórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos(Dracena)	0,22		152
Consórcio Intermunicipal de Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix)		0,44	92
Consórcio Intermunicipal de Manje de Resíduos Sólidos (Americana)	0,31		275
Consórcio Intermunicipal par Aterro Sanitário de Várzea Paulista		0,59	448

Fonte: elaborado pelo autor.

6.3. Importância da hierarquização entre os municípios na concretização dos acordos de cooperação

Na discussão da formação de alianças estratégicas entre empresas, Burgers e Hill (1993) dão ênfase ao fato de que, no processo de escolha do parceiro, as grandes empresas preferem se associar com as pequenas, tendo em vista o maior controle e liderança que as primeiras podem exercer sobre as segundas. Nessa direção, pode-se aventar a hipótese de que as regiões caracterizadas por assimetrias acentuadas no âmbito do porte dos municípios são mais propícias à concretização de acordos intermunicipais. O município de maior porte, dada a maior disponibilidade relativa de recursos e o fato de se constituir em um líder regional, se apresenta como um agente coordenador e animador de acordos intermunicipais. Por sua vez, os municípios pequenos, deficientes em recursos financeiros, sentem-se atraídos pela maior capacidade de negociação e de mobilização de recursos por parte dos grandes.

Ainda, utilizando o referencial das alianças estratégicas, regiões caracterizadas pela predominância de municípios de porte médio, ou de pequeno porte, encontrariam dificuldades para a formação de acordos de cooperação. A inexistência de uma liderança forte (associada à disponibilidade de recursos e à capacidade de negociação) e a predominância do comportamento competitivo entre os agentes configura uma estrutura altamente desfavorável à estabilidade dos acordos.

Assim, ressaltando tratar-se de uma análise de cunho exploratória, foram elaboradas as tabelas 28, 29, 30 e 31, que têm como objetivo identificar prováveis conformações de lideranças entre os municípios que compõem os acordos de cooperação, respectivamente acordos de desenvolvimento em municípios que não se inserem em aglomerações urbanas, acordos de desenvolvimento em municípios que se inserem em aglomerações urbanas, acordos de saúde e acordos para tratamento de resíduos sólidos.

A análise da tabela 28 permite observar um padrão característico marcado pela presença de um município de grande porte (Guarulhos, Ribeirão Preto/Franca, Jaú, Itapeva, Assis, Birugui) e ou de médio porte (Santa Fé do Sul, Jales, Lins, Registro, São João da Boa Vista) cercado por muitos municípios de pequeno porte, em geral abaixo de 20.000 habitantes.

Ao contrário, a análise da tabela 29 não identifica nenhum padrão característico de hierarquização entre os municípios. Assim:

- a) o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I) se caracteriza pela associação entre municípios de porte e médio e grande, porém todos muito pobres (PIB *per capita* abaixo de R\$ 20.00/ano);

- b) O Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juqueri se caracteriza pela associação entre municípios de grande porte, porém todos muito pobres (arrecadação tributária per capita em torno de R\$ 287/ano)
- c) Na verdade, conforme demonstrado na tabela 29, o Consórcio Intermunicipal Circuito das Frutas apresenta relativa simetria nas relações de poder entre os governos locais, caracterizando-se pela associação entre municípios de porte meio e grande, com equivalente arrecadação tributária, que se situa na média em R\$ 500 per capita/ano.
- d) O Consórcio Intermunicipal de Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billing – Consórcio do ABC se caracteriza, também pela associação entre municípios de grande porte e com elevada arrecadação tributária
- e) As Agências metropolitanas da região da Baixada Santista e da região de Campinas são associações entre muitos municípios grandes e poucos pequenos, com elevadas diferenças entre os governos locais tanto no que tange ao PIB per capita, quanto à arrecadação tributária per capita.
- f) A Adrat – Agencia de Desenvolvimento do Alto Tietê e a Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região – parecem apresentar uma conformação hierarquizada. A primeira, sob a liderança do município de Guarulhos. Além das diferenças de porte, a região se caracteriza por reduzidas diferenças no PIB per capita e elevadas diferenças na arrecadação tributária per capita, que na média situa-se em torno de R\$ 288 per capita/ano. A segunda, apresenta CV (1,20) no PIB *per capita* bem superior ao CV da arrecadação tributária per capita (0,532), apontando como liderança o município de Jundiaí.

A tabela 30 revela um padrão característico marcado pela presença de um município de médio porte (Santa Fé do Sul, Apiaí, Penápolis, Dracena, Capivari, Jales, Registro, Socorro, Andradina) e ou de grande porte (Birigui, Assis, Ourinhos, S.J. Boa Vista, Itanhaem) cercado por muitos municípios de pequeno porte, em geral abaixo de 20.000 habitantes.

Quanto aos arranjos de cooperação para tratamento de resíduos sólidos, vale destacar que o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos (Dracena) e o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Americana não apresentam assimetria nas relações de poder entre os governos locais (O CV da receita tributária municipal *per capita* situou-se abaixo de 0,30). No entanto, conforme pode ser observado na tabela 31, no primeiro parece se configurar um município pólo, tendo em vista a diferença de porte com relação aos demais participantes: Dracena, com 42.701 habitantes.

O Consórcio Intermunicipal para Tratamento e Disposição Final do Lixo – Codralix -e o Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário de Biritiba Mirim são compostos por um reduzido número de participantes, Codralix (quatro) e Biritiba Mirim (dois) e de pequeno (Codralix) e médio porte (Biritiba Mirim). Tal conformação, sem dúvida, pode reduzir os custos de transação.

Finalmente, no caso do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário de Várzea Paulista, a associação ocorre entre municípios de grande porte, despontando, como potencial núcleo, o município de Jundiaí, com 355.471 habitantes

Tabela 28 – Identificação de prováveis conformações de hierarquização nos acordos de desenvolvimento que não se inserem em aglomerações urbanas

	Configuração do acordo segundo o porte dos municípios						Provável
	abaixo de	20.000 a	50.000 a	100.000 a	acima	Total	Município
	20.000 hab	50.000 hab	100.000	500.000	500000		Líder
CONSÓRCIOS							
de Municípios da Alta Mogiana	17	10	1	1	1	30	Ribeirão Preto (563.161)? Franca (331480)
piscicultura da região de Sta Fé do Sul	5	1				6	Sta Fé do Sul (28.312)
do Vale Histórico	6					6	
dos Vales Tietê e Paraná	5	4	1			10	Jau (129.693)
da Região de Jales	25	2				27	Sta Fé do Sul e Jales (48.549)
Segurança Alimentar/Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira	18	5				23	Registro (57.230)
Consad Noroeste	22	2				24	Fernadopolis (64.950) e Jales(48.549)
Consad Sudoeste	12	2	1			15	Itapeva (91.809)
de Prefeitos da Média Noroeste (FRIPEM)	9	1	1			11	Lins (70.555)
do Vale do Paranapanema	16	3	1			20	Assis (95.367)
Consórcio Intermunicipal de Informática	10	1	1	1		13	Penapolis (57.390)/ Birugi (103.752)
Total	145	31	6	2	1	185	
AGÊNCIAS							
de Desenvolvimento da Alta Mogiana	8	8	3			19	São João da Boa Vista (82.705)
de desenvolvimento regional UNICIDADES	7	2	1	2	1	13	Guarulhos (1.288.000)
Total	15	10	4	2	1	32	

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 29 – Identificação de prováveis conformações de hierarquização de acordos de desenvolvimento que se inserem em aglomerações urbanas

	Configuração do acordo segundo o porte dos municípios					
	abaixo de	20.000 a	50.000 a	100.000 a	acima de	
	20.000 hab	50.000	100.000	500.000	500.000	Total
Consórcios						
da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)	1	2	3			6
Circuito das Frutas	1	3	2			10
das Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billings		1		4	2	7
Intermunicipal da Bacia do Juqueri			3	2		5
Total	2	6	8	10	2	28
Agências						
de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT)	1	3	1	5	1	11
Metropolitana da Baixada Santista		3	1	4		8
de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC		1		4	2	7
de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí e Região	1	4	5	1		11
Metropolitana de Campinas	3	6	4	5	1	19
Total	5	17	11	19	4	56

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 30 – Identificação de prováveis conformações de hierarquização: acordos de saúde

	Configuração do acordo segundo o porte dos municípios						Provável município Líder
	abaixo de	20.000 a	50.000 a	100.000 a	acima	TOTAL	
	20.000 hab	50.000 hab	100000 hab	500000 hab	500000 hab		
de Saúde da Alta Araraquarense	5	1				6	Sta Fé do Sul(28.312)
de Saúde do Alto Vale do Ribeira	5	1				6	Apiai (25.656)
de Saúde da Microrregião de Birigui	8	1	1			10	Birugi (103.752)
de Saúde da MicroRegião de Penápolis	6	1				7	Penápolis (57.390)
da Saúde da Nova Alta Paulista	11	1				12	Dracena (42701)
de Saúde da Região de Capivari	3	1				4	Capivari (46.473)
de Saúde da Região de Jales	15	1				16	Jales (48.459)
de Saúde do Vale do Ribeira	15	6	3			24	Registro (57.230)
de Saúde do Vale do Paranapanema	16	3	1			20	Assis (95.367)
de Saúde Municipal da Média Sorocobana	11	1	1			13	Ourinhos (104.164)
da Região de Governo de São João da Boa Vista	6	6	1			13	S,J. da Boa Vista (82.705)
de Saúde (CIS- Conchas))	5					5	
do Circuito das Águas Paulista	3	1				4	Socorro (33.989)
de Saúde (Consaud-Andradina)	10	4	1			15	Andradina (56.941)
de Saúde CIS (Itanhaem)	2		2			4	Itanhaem (89.791)
TOTAL	121	28	10			159	

Fonte: elaborado pelo autor.

TABELA 31 – Identificação de prováveis conformações de hierarquização: tratamento de resíduos sólidos

CONSÓRCIO	configuração do acordo segundo o porte dos municípios					
	abaixo de 20.000 hab	20.000 a 50.000 hab	50.000 a 100.000 hab.	100.000 a 500.000 hab.	acima 500.000 hab.	total
do Aterro Sanitário de Birita Mirim		2				2
de Gestão de Resíduos Sólidos(Dracena)	3	1				4
de Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix)	4					4
de Manejo de Resíduos Sólidos (Americana)		2		4		6
para Aterro Sanitário de Várzea Paulista			4	1		5
Total	7	5	4	5		21

Fonte: elaborado pelo autor.

7. CONCLUSÕES

O trabalho realizado teve como foco a seguinte questão: Qual a influência dos fatores exógenos atrelados às características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades locais na propensão a cooperar por parte dos governos municipais? Para responder esta questão foram colocados dois objetivos específicos, que são: identificar os arranjos de cooperação intermunicipal do Estado de São Paulo e identificar as características econômicas, fiscais, sociais, demográficas e geográficas dos municípios do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, a discussão ocorreu com base na análise de dados levantados, de um lado, a partir da base da CEPAM – Fundação Faria Lima, na qual foram identificados os acordos de cooperação intermunicipal (consórcios e agências) no Estado de São Paulo e, de outro, a base de dados da Fundação Seade, abrangendo as seguintes variáveis: população, receita tributária municipal *per capita*, PIB *per capita*, dívida fundada municipal *per capita*, receita tributária intergovernamentais *per capita*, o percentual do vínculo empregatício na indústria. Adicionalmente os municípios foram identificados segundo o seu pertencimento às denominadas aglomerações urbanas do Estado de São Paulo, segundo recorte efetuado por Caiado (2004, p.15).

Um primeiro aspecto a ressaltar é que dos 644 municípios do Estado de São Paulo 45,5% participam de acordo de cooperação voltado para o desenvolvimento; 23% em acordos voltados à saúde e 3,6% em acordos para tratamento de resíduos sólidos.

O estudo demonstrou, por meio do levantamento de trabalhos realizados em outros países, em particular EUA e no continente europeu, que os benefícios potenciais advindos dos acordos de cooperação intermunicipais dependem da superação de barreiras à sua implementação, associadas à conciliação de interesses de diversos agentes, questões pessoais, políticas e contextuais. .

Para analisar a influência dos fatores exógenos atrelados às características econômicas, fiscais, demográficas, sociais e geográficas das comunidades locais utilizaram-se dois focos: a motivação dos gestores públicos para a colaboração intergovernamental e as barreiras (custos) inerentes à formação do acordo de cooperação.

Na análise da motivação a cooperar nos acordos intermunicipais voltados para o desenvolvimento, pode-se afirmar que as variáveis independentes que estão correlacionadas à propensão a cooperar por parte dos governos locais são, em ordem de importância:

- a) Pertencer a aglomerado urbano;

- b) PIB *per capita*, e
- c) População.

A inserção em um aglomerado urbano é a variável mais patente e evidente que influencia a formação de acordos de cooperação intermunicipal voltados ao desenvolvimento. Seguem-se as variáveis PIB *per capita* e população, na direção de quanto maior o PIB *per capita* e o porte do município maior a propensão a cooperar.

Neste sentido, as hipóteses inicialmente colocadas foram rejeitadas, pois, afirmava-se que as comunidades que apresentam um quadro de baixo do PIB *per capita* são mais inclinadas a concretizar acordos de cooperação intermunicipal em desenvolvimento. Na questão do porte (população) do município afirmava-se que quanto menor o porte do município, maior a propensão a cooperar em acordos de desenvolvimento.

No âmbito dos acordos de cooperação intermunicipal voltados à saúde, pode-se afirmar que as variáveis independentes que estão correlacionadas à propensão a cooperar por parte dos governos locais são:

- a) População;
- b) PIB *per capita*;
- c) Receita tributária municipal *per capita*; e
- d) Receita de transferências intergovernamentais.

Com relação à população, o estudo evidenciou que o interesse dos governos locais em cooperar em saúde tem maior incidência em municípios com população inferior a 50.000 habitantes.

Quanto à variável PIB *per capita* ficou evidente que os municípios que participam de acordos intermunicipais de saúde estão abaixo de R\$ 20.000,00, ou seja, quanto menor o PIB *per capita* do município maior o interesse em cooperar nessa área. .

Quanto às variáveis receita tributária municipal *per capita* e receita de transferências intergovernamentais *per capita* evidencia-se que quanto mais reduzida a receita tributária municipal e maior a dependência das transferências intergovernamentais maior a propensão a cooperar em saúde.

Desta forma, embora a cooperação intermunicipal tenha um caráter voluntário, as instâncias superiores de governo (estadual e federal) podem induzir os municípios a fazer acordos de cooperação. Fica, portanto evidenciada, no caso dos acordos voltados à saúde, a importância da denominada cooperação induzida.

Comparando os fatores que afetam a propensão a cooperar por parte dos governos locais nos acordos de desenvolvimento e nos acordos de saúde, constatou-se que, enquanto os

primeiros estão atrelados à inserção em aglomerações urbanas, ao maior porte do município e ao maior PIB *per capita*, os segundos estão associados à não inserção em aglomerações urbanas, reduzido porte e baixo PIB *per capita*.

Na análise das barreiras (custos) à cooperação, foram consideradas duas variáveis: grau de homogeneidade nas preferências e grau de assimetria de poder entre as comunidades locais que integram os acordos.

No âmbito dos acordos de desenvolvimento, a estudo constatou a heterogeneidade das preferências entre os municípios, nos acordos situados ou não em aglomerados urbanos.

Quanto aos acordos intermunicipais de saúde e de tratamento de resíduos sólidos, observou-se uma relativa homogeneidade das preferências entre os municípios.

Nesse sentido, o grau de homogeneidade das preferências entre os municípios somente consegue explicar a formação de acordos nos casos de saúde e de tratamento de resíduos sólidos.

Quanto ao grau de assimetria de poder entre os governos locais, somente os acordos de cooperação em saúde apresenta um elevado grau de assimetria de poder entre os governos locais.

Considerando esses resultados, o estudo aprofundou a análise da importância da hierarquização entre os municípios na constituição dos acordos de cooperação (desenvolvimento, saúde e tratamento de resíduos sólidos), deixando evidente que a hierarquização entre os municípios é fundamental para a concretização dos acordos de cooperação. De certa forma, o município de maior porte e maior receita tributária municipal tem potencial para exercer a liderança sobre os demais parceiros, conciliando interesses e superando as barreiras associadas às diferenças entre eles.

Por fim, acredita-se que este trabalho possa contribuir para a formulação de políticas públicas e para futuras pesquisas relacionadas ao tema proposto.

Uma possibilidade já delineada no decorrer do trabalho apresentado é criar políticas públicas mais claras com incentivos que possam favorecer os acordos de cooperação. Nessa direção, como os acordos de desenvolvimento apresentam maior incidência nos denominados aglomerados urbanos, enquanto os acordos de saúde tendem a predominar em regiões caracterizadas pela baixa renda e porte do município, as políticas de incentivo aos referidos acordos deveriam contemplar essa diferenciação.

No âmbito de novas pesquisas, sugere-se a realização de estudos aprofundados abordando a conformação dos acordos e a relação entre os parceiros. Tal estudo poderia contemplar a análise do perfil dos participantes e, em particular, a história da constituição e da

evolução dos acordos, neste aspecto nota-se que os acordos de cooperação, em sua maioria, são formalizados pró-forma, ou seja, o compromisso acordado oficialmente às vezes não ocorre com os objetivos propostos, portanto este estudo poderá identificar os acordos efetivamente ativos, operantes e que demonstrem resultados.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (org) **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 77-126.
- AGRANOFF, R.; MCGUIRE, M. **Collaborative public management: new strategies for local governments**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão; CLEMENTINO, Maria do Livramento. Descentralização e impasses da governança metropolitana. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves. **As metrópoles e a questão social brasileira**, Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 239-257.
- ANDREW, Simon Anak. **Institutional ties, interlocal contractual arrangements, and the dynamic of metropolitan governance**. Dissertation submitted to the Askew School of Public Administration and Policy, 2006.
- AZEVEDO, S. de e GUIA, V.R. dos M. Reforma do Estado e federalismo: os desafios da governança metropolitana.. In: RIBEIRO, L.C. de Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, Editora Revan, p.525-551, 2000.
- BURGERS, W. P.; HILL, C. W. L. . A Theory of global strategic alliances: the case of global auto industry. **Strategic Management Journal**, v. 14, p. 419-432, 1993.
- BUSSAB, Wilton O., MORETTIN, Pedro A., **Estatística básica**; 4ª edição. São Paulo: Atual, 1987. (métodos quantitativos)
- CAIADO, Sérgio Costa. Migração e Rede Urbana: Estudo da mobilidade demográfica nas principais aglomerações urbanas do Estado de São Paulo na década de 90. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 15.
- CAIADO, Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro. O urbano paulista: a constituição de novas espacialidades. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais ABEP**, 2000, p 1-25.
- CARR, J. B.; FEIOCK, R. C. Metropolitan government and economic development. **Urban Affairs Review**, 34(3), pp. 476-488, 1999.
- CARR, Jered B; Le ROUX, Kelly. Which Local Governments Cooperate on Public Safety?: Lessons from Michigan. **Paper** prepared for the conference “Creating Collaborative Communities: Management Networks, Services Cooperation, and Metropolitan Governance,” Wayne State University, Detroit, Michigan, October 31, 2005.
- CEPAM. **Informativo CEPAM 2009**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM; 2009 [atualizada em: 2009 jun; acesso em: 2009 jul 23]. Informativo CEPAM 2009; [aproximadamente 1 tela]. Disponível em: http://www.cepam.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=377.

COASE, RONALD H. The nature of the firm. In: G. J. Stigler K.E. Boulding (Eds.), **Readings in Price Theory**. Homewood, Ill.: Irwin, 1937.

CRUZ, Maria do Carmo M. T. Cooperação intermunicipal: a experiência do estado de São Paulo, Brasil. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. **Anais.....**, p. 1-11, 2005.

DIAZ de LANDA, Martha. Las relaciones intergubernamentales desde los gobiernos locales. IN: CRAVACUORE, D; ISRAEL, R. (comp.) **Procesos políticos municipales comparados em Argentina y Chile (1990-2005)**. Buenos Aires (Argentina: Ed. Universida Nacional de Quilmes, p. 229-270, 2007.

DILLON, W. R.; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis: methods and applications**. USA: John Wiley and Sons, Inc. – 1984.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Gestão metropolitana e relações intergovernamentais assimétricas: o caso dos pequenos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil. XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008. **Anais.....**, p. 1-21, 2008.

FEIOCK, R. C. Rational choice and regional governance. **Journal of Urban Affairs**, 29(1), p. 47-63, 2007.

_____. Introduction: Regionalism and institutional collective action. In Feiock, R.C. (Ed.), **Metropolitan governance: Conflict, competition, and cooperation**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, p. 3-16, 2004.

FEIOCK, R. C.; CARR, J. B. Incentives, entrepreneurs, and boundary change: A collective action framework. **Urban Affairs Review**, 36, p. 382-405, 2001.

FEIOCK, R.C.; e SCHOLZ, C. **Self-organizing federalism: collaborative mechanisms to mitigate institutional collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FEIOCK, Richard; SHRESTHA, Manoj. **Interlocal Cooperation in the Supply of Local Public Goods: A Transaction Cost and Social Exchange Explanation** Working Paper. Wayne State University, 2007.

GARSON, G. D. Discriminant analysis, from statenote. Topics in multivariate analysis. Acessado em 20/07/2010 em <http://www2.chass.nesu.edu/garson/pa765.statenote.html> , 2007.

GERBER, E.; GIBSON, C. C. **Balancing competing interests in American regional government**. Paper presented for the Program in American Democracy Speaker Series, University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, 2005.

GULATI, R.; SINGH, H. The architecture of cooperation: Managing coordination costs and appropriation concerns in strategic alliances. **Administrative Science Quarterly**, 43(4), pp. 781-814, 1998.

HAIR, J. F. *et al.* Análise multivariada de dados. 5ª Ed. Editora Bookmann. Porto Alegre, 2005.

HAWKINS, C. V. **Local government joint ventures: cooperation and competition for economic development.** Dissertation submitted to the Department of Urban and Regional Planning in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, 2007.

HECKATHORN, D. D.; STEVEN, M. M. Bargaining and constitutional contracts. **American Journal of Political Science**, 31(1), pp. 142-168, 1987.

IPEA. Relatório Final do Estudo “**Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**”. Brasília, 1999.

KLINK, Joeroen Johannes. **Novas governanças para as áreas metropolitanas: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro.** Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2008.

KRUEGER, S.; MCGUIRE, M. **A transaction costs explanation of interlocal government collaboration.** Paper presented at the 8th National Public Management Research Conference, Los Angeles, CA, 2005.

LEROUX, K. **The Rule of Structure, function, and networks in explaining interlocal cooperation in Michigan.** Dissertation Submitted to the Graduate School of Wayne State University, Detroit, Michigan, 2006.

LEROUX, K E.; CARR, J. B. **Explaining Local Government Cooperation on Public Works: Evidence from Michigan.** Working Group on Interlocal Services Cooperation. Wayne State University, 2007.

LIPPI, Mariana Ferreti. A estratégia de articulação intergovernamental na implantação de políticas públicas metropolitanas: construindo um conceito e evidenciando a aplicação prática. In: Congresso Consad de Gestão Pública, II, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, p. 1-24.

LOPES, Alberto. Gestão Metropolitana no Brasil: da Coerção simétrica ao voluntarismo sem modelo, em busca da responsabilidade política com resultados. In: SILVA, Catia Antonia, GUICHARD, D. ; OLIVEIRA, Floriano José Godinho.(org). **Metrópole: governo, sociedade e território.** Rio de Janeiro: DP&A, p. 137-155 ,2006.

MASER, S. M. Constitutions as relational contracts: Explaining procedural safeguards in municipal charters. **Journal of Public Administration Research**. p. 527-553, 1998.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e Desconcentração demográfica no Brasil. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). **Anais...**, Caxambu, p. 1-22, 2000.

MORGAN, D. R.; HIRLINGER, M. W. Intergovernmental service contracts: A multivariate explanation. **Urban Affairs Quarterly**, 27(1), p. 128-144, 1991.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: Uma análise com foco em Curitiba.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, 2009.

MOURA, Rosa *et al.* O Metropolitano no urbano brasileiro: Identificação e Fronteiras In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JR, Orlando Alves (org). **As metrópoles e a questão social brasileira** Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 127-155, 2007.

OAKERSON, Ronald J. The Study of Metropolitan Governance. In: FEIOCK, R.C. (Ed.), **Metropolitan governance: Conflict, competition, and cooperation.** Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2004. p. 17-45.

OLSON, M. **The logic of collective action: Public goods and the theory of groups.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential Address, American political Science Association, 1997. **The American Political Science Review**, 92(1), pp. 1-22, 1998.

OSTROM, V.; OSTROM, E. Public choice: A different approach to public administration. **Public Administration Review**, 31, 203-316, 1971.

OSTROM, V.; TIEBOUT, C., WARREN, R. The organization of governance in metropolitan areas. **American Political Science Review**, 55, 831-842, 1961.

PEDUZZI, P. J. *et al.* A simulation of the number of events per variable in logistic regression analysis. **Journal of Clinical Epidemiology** 99. 1373-1379, 1996.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela; BRASIL, Flávia Duque. Metropolitan Governance and its Challenges: an analysis of the new governance system in the RMBH. s/d. <<http://www.centrodametropole.org.br/v1/ISA2009-BR/assets/papers/30.1.pdf>> acesso 31.12.10

PINTO, Sol Garson Braule. Análise do desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas. IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JR, Orlando Alves (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007. p. 201.232.

POST, Stephanie S. Local government cooperation: the relationship between metropolitan area government geography and service provision. Paper presented at the meetings of the **American Political Science Association**, Boston, MA, 2002.

_____. Metropolitan area governance and institutional collective action. In Feiock, R.C. (Ed.), **Metropolitan governance: conflict, competition, and cooperation.** Washington, D.C.: Georgetown University Press, p. 67-93, 2004.

PREARO, Leandro Campi. **Uso de técnicas estatísticas multivariadas em dissertações e teses sobre o comportamento do consumidor**: um estudo exploratório. São Paulo, 2008, 100 p. Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo.

ROCHA, Carlos Vasconcelos; FARIA, Carlos Aurélio. Descentralização e Cooperação Intermunicipal no Brasil. IN: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, p. 1-31.

RODRIGUEZ, Elena Rosado. El rol de los gobiernos locales en los mecanismos de coordinación intergubernamental. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, VII, 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, p. 1-17.

SHARMA, S. **Applied multivariate techniques**. Wiley, New York, 1996.

SHRESTHA, M. **Decentralized governments, networks and Interlocal cooperation in public goods supply**. Dissertation submitted to the Reubin O'D. Askew School of Public Administration and Policy, 2008.

_____. **Characteristics of Service, Structure of Networks, and Forms of Inter-Local Cooperation in Local Service Production**: Evidence from Florida. Working Group on Interlocal Services Cooperation Wayne State University, p. 1-35, 2005.

_____. Inter-Local Fiscal Cooperation in the Provision of Local Public Services – The Case of Large US Cities. Paper presented at the annual meeting of the **American Society for Public Administration**, Milwaukee, Wisconsin, April 2-5, p. 1-27, 2005.

SIMON, H.A. A Behavioural Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, 69, pp. 99- 118, 1995.

_____. Rationality as Process and as Product of Thought. **American Economic Review**, 68, pp. 1-16, 1978.

SPINK, P. The inter-municipal consortia in Brazil: an institutional introduction. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 a 21 Oct. 2005. **Anais...**, pp. 1-13, 2005.

SPSS – Statistical package for the social sciences. **Categories 11.0**. Chicago, SPSS, 2001.

_____. **Regression models 12.0**. Chicago, SPSS, 2003.

STEINACKER, Annette. Game theoretic models of metropolitan cooperation. In: FEIOCK, R.C. (Ed.), **Metropolitan governance**: Conflict, competition, and cooperation. Washington, D.C.: Georgetown University Press, p. 46-66, 2004.

TEIXEIRA, Luciana; MAC DOWELL, Maria Cristina; BUGARIN, Maurício Incentivos em Consórcios Intermunicipais de Saúde: Uma Abordagem de Teoria dos Contratos. **Texto para discussão 246**. Departamento de Economia, Universidade de Brasília, setembro, 2002.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **Journal of Political Economy**. 64(5), 416-424, 1956.

VISSER, J. A. Voluntary regional councils and the new regionalism: Effective governance in the smaller metropolis. **Journal of Planning Education and Research**, 24, p. 51-63, 2004.

WARNER, Mildred E. **Inter-municipal Cooperation in the U.S.:** A Regional Governance Solution? *Urban Public Economics Review*, número 6, p 221-240, 2006.

WILLIAMSON, O.E. **Market and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications.** New York: The Free Press, 1975.

_____. The Economics of Organization: the transaction cost approach. **American Journal of Sociology**, 87, novembro, p. 548-577, 1981.

_____. **The Economic Institutions of Capitalism.** New York: The Free Press, 1985.

_____. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, p. 269-296, 1991.

Anexos

Anexo I – Consórcios Intermunicipais por tipo – Desenvolvimento, Tratamento de Resíduos Sólidos e Saúde

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Desenvolvimento	1 - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap)	Aparecida, Guararema, Natividade da Serra, São José dos Campos, Arapeí, Guaratinguetá, Nazaré Paulista, São Luis do Paraitinga, Areias, Igaratá, Paraibuna, São Sebastião, Bananal, Ilhabela, Pindamonhangaba, Salesópolis, Caçapava, Jacareí, Piquete, Santa Branca, Cachoeira Paulista, Jambeiro, Potim, Santa Isabel, Campos do Jordão, Lagoinha, Queluz, Santo Antônio do Pinhal, Canas, Lavrinhas, Redenção da Serra, Silveiras, Caraguatatuba, Lorena, Roseira, Taubaté, Cruzeiro, Tremembé, Mogi das Cruzes, São Bento do Sapucaí, Cunha, Monteiro Lobato, São José do Barreiro e, Ubatuba.
	2 - Consórcio Frente Intermunicipal de Prefeitos da Média Noroeste (Fipren)	Álvaro de Carvalho; Cafelândia; Getulina; Guaiçara; Guaimbé; Lins; Pirajuí; Pongai; Promissão; Sabino e Uru.
	3 - Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billings - Consórcio do ABC	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra.
	4 - Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juqueri	Cajamar, Mairiporã, Franco da Rocha, Caieiras, Francisco Morato.
	5 - Consórcio Intermunicipal Circuito das Frutas	Jundiaí, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Louveira, Morungaba, Valinhos, Vinhedo e Atibaia.
	6 - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura da Região de Santa Fé do Sul	Santa Clara D'Oeste, Três Fronteiras, Nova Canaã Paulista, Santa Fé do Sul, Rubinéia e Santa Rita D'Oeste.
	7 - Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)	Embu das Artes, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Jujutiba e Itapeçerica da Serra.
	8 - Consórcio Intermunicipal Vale Histórico	Areias, Arapeí, Silveiras, São José do Barreiro, Bananal e Queluz.

Anexo I – Consórcios Intermunicipais por tipo – Desenvolvimento, Tratamento de Resíduos Sólidos e Saúde (Continuação)

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Desenvolvimento	9 - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)	Assis, Borá, Campos Novos Paulistas, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracaí, Nantes, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Quatá, Platina, Rancharia e, Tarumã.
	10 - Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam)	Santo Antonio da Alegria, Jericquara, orlândia, Araminia, Batatais, Buritizal, Ipuã, Miguelópolis, São Joaquim da Barra, Itirapuã, Ribeirão Corrente, Altinópolis, Ituverava, Igarapava, Guaíra, Sales Oliveira, pedregulho, Cristais Paulista, Restinga, Morro Agudo, Jardinópolis, Nuporanga, Brodowski, Guará, Franca, Rifânia, Patrocínio Paulista, São José da Bela Vista, Cravinhos e Ribeirão Preto.
	11- Consórcio Intermunicipal dos Vales Tietê-Paraná (CITP)	Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itaúí, Jaú e Mineiros do Tietê.
	12 - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região de Jales	Três Fronteiras, Dolcinópolis, Auriflama, Populina, São Francisco, Santa Clara D'Oeste, Pontalinda, Santa Rita D'Oeste, Aspásia, Aparecida D'Oeste, Estrela D' Oeste, Palmeira D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Albertina, Jales, Rubianéia, Santa Salete, Nova Canaã, Paulista, Mesópolis, Dirce Reis, Marinópolis, Paraná pua, Santana da Ponte Pensa, Urânia Turmalina, General Salgado, Guzolândia e São João das Duas Pontes.
	13 - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Vale do Ribeira (Consad)	Apiai, Barra do Chapéu, Barra do turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

Anexo I – Consórcios Intermunicipais por tipo – Desenvolvimento, Tratamento de Resíduos Sólidos e Saúde (Continuação)

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Desenvolvimento	14 - Consad Noroeste	Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guarani D'Oeste, Populina, Indiaporã, Jales, Macedônia, Magda, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Ouroeste, Parapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, , São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Turmalina, Valentim Gentil e Vitória Brasil.
	15 - Consad Sudoeste	Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itararé, Itaporanga, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí.
	16 - Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)	Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Clementina, Glicério, Luiziânia, Penápolis, Piacatú, Braúna, Birigui, Gabriel Monteiro, Santópolis do Aguapeí, Promissão.
Meio Ambiente	1 - Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário de Biritiba Mirim (Cipas)	Biritiba Mirim e Salesópolis.
	2 - Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário de Várzea Paulista	Várzea Paulista, Jundiáí, Campo Limpo Paulista, Vinhedo e Cajamar.
	3 - Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos	Dracena, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Ouro Verde.
	4 - Consórcio Intermunicipal para Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix)	Parapuã, Rinópolis, Bastos, Iacri.
	5 - Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos	Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Monte Mor, Santa Barbara d'Oeste, Sumaré.

Anexo I – Consórcios Intermunicipais por tipo – Desenvolvimento, Tratamento de Resíduos Sólidos e Saúde (Continuação)

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Saúde	1 – Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSAÚDE)	Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Lavinia, Mirandópolis, Muritinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Rubiácea, Sud Mennucci e Suzanópolis, Valparaíso.
	2 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Araraquarense (CIMS A)	Nova Canaã, Paulista, Rubinéia, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste e Três Fronteiras.
	3 – Consórcio Intergestores de Saúde do Alto Vale Ribeira (CISAVAR)	Adrianópolis (Paraná), Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira.
	4 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Birigui	Birigui, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Lourdes, Piacatu, Santópolis do Aguapeí e Turiúba.
	5 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (CISA)	Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Braúna, Glicério, Luziânia e Penápolis.
	6 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista (CISNAP)	Dracena, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pu D'Alho e Tupi Paulista.
	7 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Capivari	Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard.
	8 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (CONSIRJ)	Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Santa Albertina, Santa Albertina, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Urânia e Vitória Brasil.
	9 – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale Ribeira (CONSAÚDE)	Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itanhaém, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí

Anexo I – Consórcios Intermunicipais por tipo – Desenvolvimento, Tratamento de Resíduos Sólidos e Saúde (Continuação)

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Saúde	10 – Consórcio Intermunicipal Vale do Paranapanema (CIVAP)	Assis, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã, Florínia, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracaí, Nantes, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Quatá, Rancharia, Tarumã.
	11 – União da Saúde Municipal da Média Sorocabana (UMMES)	Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaçu, Manduri, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Timburi.
	12 – Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG)	São João da Boa Vista, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, Tambaú, Vargem Grande do Sul, Santo Antonio do Jardim e São Sebastião da Grama.
	13 – Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS)	Anhembi, Bofete, Conchas, Pereiras, Porangaba.
	14 – Conisca – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas Paulista	Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra e Socorro.
	15 – Saúde CIS	Itanhaém, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe.

Fonte: elaborado pelo autor

Anexo II – Agências de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

TIPO DE ACORDO	NOME DO ACORDO	MUNICÍPIOS
Desenvolvimento	1 - Agência de Desenvolvimento da Alta Mogiana (Adam)	Aguai, Águas da Prata, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul.
	2 - Agência de Desenvolvimento do Alto do Tietê (Adrat)	Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vascolcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Saleópolis, Santa Izabel e Suzano.
	3 - Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
	4 - Agência de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí e Região (Adej)	Cabreúva, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Várzea Paulista e Vinhedo.
	5 - Agência de Desenvolvimento Regional Unidades	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Guarulhos, Jarinú, Joanópolis, Mairiporá, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Tuiuti e Vargem.
	6 - Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem)	Bertioga, Santos, Mongaguá, Peruíbe, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, São Vicente e Itanhaém.
	7 - Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp)	Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Adamantina	34.527	0,39	6.807.738	197	9.597.834	278	26.997.884	782	12.816,32	22,5	0	0	
Adolfo	3.997	1	429.030	107	693.829	174	8.703.908	2.178	14.515,05	4,8	0	0	
Aguai	32.033	1,6	4.592.534	143	532.392	17	28.772.293	898	21.524,88	33,01	1	0	
Águas da Prata	7.443	0,54	1.788.578	240	2.144.905	288	7.968.549	1.071	12.720,94	17,01	1	0	
Águas de Lindóia	17.766	1,17	9.733.002	548	952.741	54	10.553.150	594	8.748,70	21,56	0	0	
Águas de Santa Bárbara	5.882	1,48	3.526.562	600	369.550	63	9.099.165	1.547	10.401,48	15,49	0	0	
Águas de São Pedro	2.392	3,03	3.212.527	1.343	5.728.246	2.395	6.860.818	2.868	17.948,45	6,27	0	0	
Agudos	34.968	0,92	3.980.669	114	10.911.201	312	43.974.525	1.258	19.278,94	31,02	0	1	
Alfredo Marcondes	3.847	0,49	351.775	91	589.843	153	5.992.986	1.558	7.444,73	15,13	0	0	
Altair	3.562	0,15	538.265	151	248.486	70	8.248.286	2.316	30.389,50	0,66	0	0	
Altinópolis	16.935	1,11	2.376.783	140	179.672	11	19.403.694	1.146	15.527,99	2,31	1	0	
Alto Alegre	4.185	-0,23	377.890	90	479.112	114	7.211.028	1.723	10.704,44	29,54	1	0	
Alumínio	16.307	0,82	12.050.808	739	4.097.629	251	52.160.879	3.199	121.934,18	75,83	0	1	
Álvares Florence	4.055	-0,73	429.170	106	567.851	140	7.465.046	1.841	13.679,32	7,84	0	0	
Álvares Machado	23.957	0,7	2.339.832	98	3.079.443	129	14.295.015	597	7.218,61	26,29	0	0	
Álvaro de Carvalho	4.883	1,89	188.260	39	458.393	94	6.625.813	1.357	6.218,09	3,51	1	0	
Alvinlândia	3.071	0,99	185.328	60	12.144	4	5.975.272	1.946	11.067,55	5,56	0	0	
Americana	202.989	1,33	66.419.910	327	112.491.855	554	211.946.563	1.044	26.557,60	42,58	1	1	
Américo Brasiliense	34.559	2,51	5.950.123	172	3.404.812	99	29.457.607	852	13.336,19	21,24	0	1	
Américo de Campos	5.634	0,08	5.845.410	1.038	2.014.733	358	5.970.002	1.060	8.409,58	10,29	0	0	
Amparo	66.849	1,27	19.678.393	294	535.032	8	69.080.228	1.033	20.101,20	47,35	0	0	
Analândia	4.247	2,16	1.244.129	293	0	0	11.076.236	2.608	16.208,65	8,72	0	0	
Andradina	56.941	0,4	12.009.557	211	29.162.752	512	45.408.404	797	13.057,86	29,04	0	0	
Angatuba	21.971	1,61	2.251.809	102	761.676	35	23.055.840	1.049	11.896,43	21,73	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Anhumas	3.755	1,2	153.528	41	3.129.893	834	6.359.055	1.693	8.383,09	15,35	0	0	
Aparecida	36.979	0,72	10.093.047	273	5.957.224	161	26.796.805	725	9.011,59	10,07	1	1	
Aparecida d'Oeste	4.909	-0,05	315.657	64	1.050.125	214	6.266.310	1.276	6.834,69	2,19	1	0	
Apiáí	25.656	-0,71	1.980.173	77	13.091.012	510	20.832.218	812	8.376,56	9,25	1	0	
Araçariguama	13.579	2,49	6.821.684	502	2.126.044	157	23.853.802	1.757	73.034,27	52,98	0	0	
Araçatuba	180.885	0,83	56.010.340	310	264.619.483	1.463	165.596.435	915	13.894,64	18,6	0	1	
Araçoiaba da Serra	24.729	2,79	7.187.082	291	619.673	25	23.964.673	969	8.065,37	13,96	0	0	
Aramina	5.260	1,23	1.303.594	248	531.180	101	8.246.855	1.568	13.614,67	3,66	1	0	
Arandu	6.473	0,81	1.416.679	219	1.134.913	175	9.232.223	1.426	8.390,98	5,13	0	0	
Arapeí	2.815	0,91	315.116	112	3.211.861	1.141	4.884.806	1.735	6.545,32	7,11	1	0	2
Araraquara	199.575	1,12	61.433.517	308	4.762.344	24	159.796.278	801	17.191,28	26,44	0	1	
Araras	115.655	1,31	28.636.066	248	2.495.815	22	119.864.574	1.036	19.318,96	33,02	0	1	
Arco Íris	2.062	-0,52	149.580	73	0	0	5.641.818	2.736	17.698,78	6,27	0	0	
Arealva	7.529	0,48	1.233.614	164	2.368.946	315	9.319.715	1.238	13.026,23	19,39	0	0	
Areias	3.888	0,97	494.077	127	1.557.117	400	7.516.199	1.933	7.890,40	0,43	1	0	2
Ariranha	8.430	1,52	1.198.187	142	938.472	111	17.880.732	2.121	63.926,27	38,55	0	0	
Artur Nogueira	41.874	2,94	6.271.586	150	16.561.783	396	31.274.291	747	10.575,21	37,45	1	1	
Arujá	75.371	3,06	25.592.261	340	12.451.904	165	27.052.819	359	16.121,87	48,02	1	1	2
Aspásia	1.761	-0,71	80.844	46	77.669	44	4.939.990	2.805	9.866,53	0,43	1	0	
Assis	95.367	1,11	20.773.344	218	7.377.587	77	66.439.850	697	11.028,55	9,66	1	0	
Atibaia	129.467	1,89	68.054.061	526	8.583.377	66	90.107.817	696	17.043,65	29,73	1	0	2
Auriflama	13.875	0,32	1.703.953	123	639.327	46	13.816.006	996	10.257,37	42,01	1	0	
Avaí	4.914	0,83	517.046	105	488.778	99	8.380.727	1.705	9.122,77	11,61	0	0	
Avanhandava	10.841	2,24	868.247	80	1.383.372	128	10.922.180	1.007	9.376,99	27,13	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Avaré	86.817	1,6	17.362.817	200	5.167.740	60	67.680.678	780	9.758,07	17,67	0	0	
Bady Bassitt	13.095	1,59	1.713.382	131	925.393	71	12.877.926	983	12.171,75	21,89	0	1	
Balbinos	3.647	10,88	77.223	21	4.169.747	1.143	5.054.184	1.386	4.593,90	28,79	0	0	
Bálsamo	7.880	0,95	777.616	99	2.682.366	340	8.751.442	1.111	12.094,07	37,69	0	0	
Bananal	10.211	0,63	1.273.715	125	14.906.562	1.460	9.015.189	883	6.557,83	12,73	1	0	2
Barão de Antonina	2.911	0,5	175.369	60	397.132	136	6.489.929	2.229	7.896,73	6,69	1	0	
Barbosa	6.526	1,37	327.441	50	2.509.292	385	8.328.927	1.276	6.282,53	35,45	1	0	
Bariri	31.401	1,32	4.234.563	135	11.210.128	357	26.698.944	850	13.469,52	39,02	1	0	
Barra Bonita	38.494	1,02	6.890.604	179	1.336.508	35	36.066.807	937	12.018,39	52,36	1	0	
Barra do Chapéu	5.139	0,72	266.287	52	630.474	123	6.648.174	1.294	5.986,12	0,88	1	0	
Barra do Turvo	8.252	0,25	1.012.972	123	1.608.406	195	11.127.592	1.348	4.347,70	3,33	1	0	
Barretos	109.359	0,64	29.636.810	271	22.719.642	208	105.060.215	961	13.370,79	21,53	0	0	
Barrinha	28.361	1,98	1.380.785	49	10.306.451	363	26.104.992	920	7.709,02	9,6	0	1	
Barueri	273.713	3,43	442.570.972	1.617	7.920.699	29	157.208.915	574	100.806,19	17,03	0	1	
Bastos	21.949	0,81	1.644.780	75	35.843	2	22.025.562	1.003	13.511,35	21,9	0	0	
Batatais	55.761	1,07	8.644.097	155	4.204.740	75	57.161.056	1.025	14.575,40	40,33	1	0	
Bauru	357.132	1,52	94.967.312	266	186.762.261	523	182.430.789	511	15.232,73	15,68	0	1	
Bebedouro	77.674	0,46	15.240.377	196	1.832.584	24	76.176.021	981	39.112,13	9,06	0	0	
Bento de Abreu	2.813	1,96	391.679	139	28.438	10	9.048.346	3.217	20.845,47	73,21	0	0	
Bernardino de Campos	11.319	0,67	799.793	71	188.069	17	11.642.822	1.029	9.403,17	32,39	0	0	
Bertioga	42.724	4,45	69.813.968	1.634	18.088.595	423	24.400.012	571	12.191,92	1,17	1	1	
Bilac	7.036	1,79	1.114.137	158	655.919	93	8.239.319	1.171	9.841,77	34,31	0	0	
Birigui	103.752	1,18	20.854.103	201	16.232.195	156	72.475.604	699	10.971,37	56,74	1	1	
Bocaina	10.783	1,66	1.889.313	175	336.469	31	15.368.650	1.425	15.331,27	51,73	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Bofete	8.666	2,07	2.245.068	259	4.936.111	570	10.729.810	1.238	10.301,50	11,66	0	0	
Boituva	45.143	3,42	15.345.387	340	2.300.394	51	46.780.099	1.036	17.756,93	34,52	0	0	
Borebi	2.338	2,4	407.810	174	1	0	7.220.644	3.088	12.221,04	9,56	0	0	
Botucatu	123.836	1,68	29.810.461	241	25.113.672	203	95.859.697	774	19.053,66	29,83	0	0	
Bragança Paulista	143.495	1,71	53.485.319	373	10.548.094	74	106.809.407	744	15.057,96	30,19	1	0	
Brejo Alegre	2.487	0,93	2.265.762	911	159.490	64	6.230.098	2.505	11.935,17	19,26	0	0	
Buritizal	3.898	0,72	794.076	204	0	0	10.948.665	2.809	26.614,89	69,77	1	0	
Cedral	7.731	1,81	1.857.099	240	1.703.775	220	9.465.187	1.224	11.523,30	38,48	0	0	
Conchal	25.288	1,36	4.497.399	178	8.340.765	330	25.600.659	1.012	18.524,18	42,48	0	0	
Coronel Macedo	5.416	-0,37	314.160	58	4.257.347	786	7.591.323	1.402	8.855,09	12,52	1	0	
Cubatão	122.562	1,54	130.526.269	1.065	333.546.280	2.721	419.963.249	3.427	51.968,25	7,73	1	1	
Cunha	23.602	0,29	1.029.764	44	285.911	12	17.305.358	733	4.426,90	31,17	1	0	
Floreal	3.108	-0,44	270.427	87	5.838.244	1.878	6.842.592	2.202	9.236,05	0,19	0	0	
Flórida Paulista	12.654	1,39	972.275	77	20.886	2	12.646.186	999	9.078,24	41,06	0	0	
Florínia	2.925	-0,75	318.610	109	478.391	164	7.995.156	2.733	28.116,76	4,71	1	0	
Franca	331.480	1,77	69.352.171	209	109.154.643	329	201.687.722	608	11.205,22	33,63	1	0	
Francisco Morato	160.862	2,31	11.168.580	69	394.481	2	87.014.905	541	4.282,20	62,19	1	1	
Franco da Rocha	126.190	1,94	15.640.319	124	31.791.338	252	75.049.330	595	12.098,70	21,71	1	1	
Gabriel Monteiro	2.825	0,44	311.583	110	912.611	323	6.023.265	2.132	20.851,16	36,31	1	0	
Gália	6.916	-1,62	3.234.299	468	28.317	4	7.748.943	1.120	8.455,11	6,73	0	0	
Garça	44.901	0,49	6.496.938	145	4.163.298	93	33.695.550	750	12.315,78	56,02	0	0	
General Salgado	11.148	0,36	1.564.645	140	3.322.326	298	14.565.673	1.307	12.039,81	40,74	1	0	2
Getulina	11.291	0,96	875.034	77	1.244.308	110	11.650.303	1.032	8.332,92	40,24	1	0	
Glicério	4.750	0,88	365.062	77	694.507	146	8.628.456	1.817	10.363,34	0,19	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Guaiçara	11.302	2,57	848.656	75	950.466	84	10.895.803	964	8.828,09	29,27	1	0	
Guaimbê	4.917	-0,66	335.516	68	540.328	110	7.517.602	1.529	7.727,95	53,03	1	0	
Guaira	37.130	0,88	8.509.312	229	16.808.763	453	49.427.749	1.331	17.814,69	26,28	1	0	
Guapiaçu	16.955	2,37	1.851.166	109	77.480	5	22.173.271	1.308	23.228,67	13,78	0	0	
Guapiara	21.404	1,03	1.073.821	50	6.827.356	319	18.723.809	875	7.140,74	9,29	1	0	
Guará	20.761	1,18	3.590.160	173	2.148.817	104	24.438.939	1.177	11.563,18	45,9	1	0	
Guaraçaí	9.246	0,47	1.267.010	137	1.527.162	165	10.850.438	1.174	12.474,61	10,34	0	0	
Guaraci	9.566	1	1.086.514	114	3.005.029	314	14.229.285	1.487	12.636,18	18,44	0	0	
Guarano d'Oeste	2.102	0,58	152.392	72	512.443	244	5.146.499	2.448	7.185,52	25,97	1	0	
Guarantã	6.934	1,15	433.683	63	501.771	72	8.039.516	1.159	11.657,63	39,41	0	0	
Guararapes	29.619	0,35	4.424.255	149	14.115.132	477	28.071.132	948	16.482,99	19,59	0	0	
Guararema	25.378	1,84	11.496.485	453	2.201.524	87	31.682.135	1.248	16.246,05	39,29	1	1	2
Guaratinguetá	114.033	1,12	27.816.821	244	62.166.958	545	103.667.140	909	16.658,46	50,88	1	1	
Guareí	13.560	3,28	1.220.090	90	650.649	48	12.479.941	920	6.996,60	4,8	0	0	
Guariba	33.203	0,83	4.493.856	135	1.393.795	42	37.822.940	1.139	9.128,00	40,52	0	0	
Guarujá	307.255	1,86	300.616.177	978	475.671.308	1.548	191.655.839	624	9.800,14	13,93	1	1	
Guarulhos	1.298.394	2,37	404.022.240	311	805.906.059	621	881.106.037	679	22.202,46	12,2	1	1	2
Guatapar	6.969	1,13	1.525.522	219	636.892	91	11.513.077	1.652	13.226,75	32,3	0	1	
Guzolândia	4.717	1,14	434.766	92	2.199.052	466	6.809.411	1.444	7.713,29	12,93	1	0	
Herculândia	8.730	1,11	430.178	49	158.204	18	7.780.041	891	8.712,49	36,91	0	0	
Hoalmbra	9.430	3,36	4.372.291	464	2.213.280	235	18.021.562	1.911	50.978,46	52,55	1	1	
Hortolândia	195.371	3,08	79.259.561	406	39.913.981	204	165.537.187	847	20.775,31	9,58	1	1	
Iacanga	9.139	1,25	1.714.930	188	2.064.993	226	10.878.357	1.190	17.582,52	0,66	0	0	
Iacri	6.670	-0,22	376.320	56	217.484	33	7.765.914	1.164	8.592,57	33,42	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Iaras	4.886	5,32	1.226.519	251	4.347	1	8.695.947	1.780	10.012,88	28,24	0	0	
Ibatê	30.604	1,83	5.027.926	164	14.817.860	484	26.206.605	856	10.000,25	24,62	0	1	
Ibirá	10.514	1,33	1.834.314	174	2.542.785	242	11.810.604	1.123	8.855,51	56,57	1	0	
Ibirarema	6.700	2,04	507.598	76	1.404.804	210	9.648.393	1.440	13.652,66	20,72	0	0	
Ibitinga	52.225	1,4	4.617.859	88	4.667.270	89	18.187.515	348	11.711,30	26,62	0	0	
Ibiúna	70.565	1,15	12.906.938	183	7.105.761	101	57.490.871	815	8.878,05	7,77	0	0	
Icém	6.504	-0,43	798.925	123	2.197.767	338	19.601.065	3.014	13.716,24	14,85	0	0	
Iepê	7.491	0,42	708.509	95	1.297.873	173	12.792.791	1.708	13.873,71	34,52	1	0	
Igaraçu do Tietê	24.185	0,83	1.560.230	65	3.901.024	161	12.347.657	511	5.801,42	23,08	1	0	
Igarapava	28.620	1,24	3.149.637	110	8.134.349	284	33.906.492	1.185	16.971,26	8,81	1	0	
Igaratá	9.574	1,77	2.255.834	236	1.482.121	155	9.276.315	969	8.406,56	1,96	1	0	
Iguape	29.132	0,74	4.161.322	143	4.865.677	167	24.788.409	851	7.344,00	0,96	1	0	
Ilhabela	26.881	3,23	18.728.096	697	129.516	5	22.072.556	821	10.002,35	10,13	1	0	
Ilha Comprida	9.224	4,01	12.082.192	1.310	566.197	61	12.512.017	1.356	9.175,00	42,91	1	0	
Ilha Solteira	25.476	0,73	4.020.338	158	3.949.027	155	50.111.227	1.967	45.666,98	31,32	0	0	
Indaiatuba	183.981	2,8	87.656.467	476	58.995.344	321	177.588.854	965	23.426,91	5,32	1	1	2
Indiana	5.049	0,29	300.444	60	2.578.814	511	3.982.657	789	6.883,53	5,06	0	0	
Indiaporã	3.892	-0,55	347.795	89	712.428	183	7.922.219	2.036	10.409,15	56,91	1	0	
Inúbia Paulista	3.633	1,11	580.245	160	1.083.907	298	6.830.621	1.880	12.678,73	55,63	0	0	
Ipaussu	13.535	0,94	1.247.808	92	2.934.206	217	14.354.336	1.061	8.461,24	69,27	0	0	
Iperó	25.215	3,96	4.120.932	163	3.690.390	146	24.387.608	967	11.800,95	20,08	0	1	
Ipeúna	5.698	3,4	1.507.890	265	47.633	8	9.428.215	1.655	15.716,10	1,81	0	0	
Ipiugua	4.436	3,03	320.338	72	1.117.002	252	6.765.099	1.525	8.158,06	36,1	0	0	
Iporanga	4.607	0,16	426.094	92	3.559.075	773	5.426.016	1.178	4.730,98	65,16	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Ipuã	14.850	2,8	2.210.299	149	720.242	49	22.191.397	1.494	11.851,48	28,84	1	0	
Iracemópolis	18.576	2,22	3.511.307	189	3.770.907	203	24.108.954	1.298	23.119,80	5,18	0	1	
Irapuã	7.039	0,7	538.485	77	515.013	73	9.377.030	1.332	11.421,15	12,37	0	0	
Irapuru	8.086	0,84	417.056	52	2.107.103	261	4.881.919	604	6.665,00	32,51	0	0	
Itaberá	18.436	-0,29	1.506.383	82	466.456	25	18.964.608	1.029	12.026,60	33,32	1	0	
Itai	23.512	1,41	4.325.670	184	1.228.182	52	26.854.988	1.142	15.168,44	32,17	0	0	
Itajobi	14.798	0,48	1.997.980	135	1.507.304	102	8.536.653	577	13.100,51	3,84	0	0	
Itaju	2.770	0,63	282.503	102	81.699	29	6.898.324	2.490	18.393,15	3,56	1	0	
Itanhaém	89.791	2,73	54.629.104	608	40.262.425	448	68.673.589	765	7.891,28	20,05	1	1	
Itaóca	3.131	-0,38	262.344	84	2.785	1	5.272.887	1.684	5.287,77	19,27	1	0	
Itapecirica da Serra	161.648	2,78	27.643.054	171	35.727.575	221	126.119.016	780	15.238,06	10,94	1	1	
Itapetininga	143.075	1,62	22.636.972	158	41.762.957	292	96.963.424	678	13.679,50	32,55	0	0	
Itapeva	91.809	1,27	13.844.228	151	38.135.887	415	101.553.969	1.106	11.073,20	40,15	1	0	
Itapevi	210.869	3,27	36.289.329	172	22.754.712	108	135.455.557	642	10.007,20	0,23	0	1	
Itapira	69.181	1,07	19.928.071	288	25.573.954	370	74.184.018	1.072	17.700,33	24,91	0	1	
Itapirapuã Paulista	3.777	0,66	157.714	42	185.560	49	6.790.844	1.798	5.131,47	11,37	1	0	
Itápolis	40.798	0,96	4.946.007	121	8.194.109	201	33.536.209	822	14.799,64	38,31	0	0	
Itaporanga	14.340	0	747.714	52	683.285	48	13.893.966	969	6.494,72	0,91	1	0	
Itapuí	11.934	1,74	1.239.676	104	767.216	64	7.326.817	614	12.213,39	52,43	1	0	
Itapura	3.923	0,29	264.968	68	1.839.993	469	4.725.185	1.204	11.183,72	19,27	0	0	
Itaquaquecetuba	373.358	3,95	42.372.714	113	118.163	0	141.298.725	378	6.928,39	6,33	1	1	
Itarará	50.813	1,07	6.413.516	126	14.246.585	280	48.869.388	962	10.172,56	41,8	1	0	
Itariri	15.437	1,57	1.383.259	90	4.418.048	286	12.587.318	815	4.952,82	14,23	1	0	
Itatiba	96.852	2,2	29.991.416	310	8.638.493	89	112.485.690	1.161	28.323,31	32,66	1	1	3

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Itatinga	18.089	1,98	4.342.281	240	0	0	19.881.023	1.099	8.627,57	16,38	0	0	
Itirapina	14.967	1,77	4.846.122	324	6.827.703	456	17.163.225	1.147	11.938,97	17,56	0	0	
Itirapuã	5.749	0,77	299.450	52	117.699	20	5.000.637	870	10.670,12	36,36	1	0	
Itobi	8.005	0,87		0	1.805.941	226	3.996.122	499	8.385,94	61,44	1	0	
Itu	156.076	1,78	55.217.935	354	61.358.665	393	134.281.452	860	23.516,35	13,69	0	1	
Itupeva	38.764	5,01	20.617.935	532	1.953.957	50	42.075.364	1.085	30.230,88	1,97	1	1	2
Ituverava	39.163	0,95	6.706.265	171	2.676.400	68	24.351.698	622	11.240,48	27,6	1	0	
Jaborandi	6.498	0,15	682.896	105	1.255.917	193	10.419.698	1.604	9.445,56	35,83	0	0	
Jaboticabal	73.643	1,1	21.752.163	295	16.044.734	218	69.076.905	938	16.820,37	44,08	0	0	
Jacareí	212.311	1,31	56.263.899	265	45.389.788	214	206.755.943	974	19.656,85	9,61	1	1	
Jaci	5.137	2,79	502.974	98	165.746	32	8.543.888	1.663	22.723,23	44,38	0	0	
Jacupiranga	16.598	-0,26	1.764.476	106	2.867.647	173	17.349.622	1.045	8.016,44	18,91	1	0	
Jaguariúna	38.417	3,28	18.453.513	480	205.714	5	125.046.014	3.255	66.185,17	68,76	1	1	
Jales	48.549	0,61	7.764.155	160	16.005.168	330	31.768.582	654	12.097,29	41,48	1	0	2
Jambeiro	5.135	3,18	1.340.510	261	129.615	25	9.808.947	1.910	86.543,21	22,79	1	0	
Jandira	112.032	2,49	19.477.305	174	39.730.144	355	76.217.966	680	11.344,39	43,1	0	1	
Jardinópolis	36.053	1,99	6.333.759	176	11.875.232	329	22.377.799	621	10.140,59	38,35	1	0	
Jarinu	21.342	2,86	8.584.698	402	4.362.236	204	20.499.038	961	12.046,76	2,61	1	0	3
Jaú	129.693	1,85	31.987.519	247	22.006.371	170	88.005.617	679	11.652,29	32,2	1	0	
Jeriquara	3.403	0,47	185.173	54	780.480	229	7.793.853	2.290	25.149,61	0,44	1	0	
Joanópolis	11.598	1,35	1.822.855	157	116.358	10	13.111.377	1.130	8.092,39	42,64	1	0	
João Ramalho	4.314	1,45	487.494	113	534.479	124	4.776.841	1.107	10.002,61	1,65	0	0	
José Bonifácio	31.704	1,23	7.245.195	229	3.570.169	113	29.562.354	932	15.778,32	68,7	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Júlio Mesquita	4.517	1,01	507.830	112	2.306.259	511	6.541.524	1.448	7.263,39	29,52	0	0	
Jumirim	2.439	1,3	258.445	106	0	0	6.361.129	2.608	20.413,17	41,6	0	0	
Jundaí	355.417	1,18	222.250.220	625	350.883.499	987	425.726.782	1.198	40.703,90	9,69	1	1	2
Junquirópolis	19.067	1,4	2.330.128	122	2.048.165	107	16.997.542	891	9.835,33	8,09	0	0	
Juquiá	19.868	-0,33	705.196	35	3.741.278	188	21.026.791	1.058	6.261,20	3,17	1	0	
Juquitiba	29.076	1,14	6.076.565	209	23.968.215	824	14.446.998	497	6.760,63	39,96	1	1	2
Lagoinha	5.087	0,34	408.686	80	1.456.287	286	7.212.453	1.418	7.355,34	0,47	1	0	
Laranjal Paulista	24.952	1,48	5.710.125	229	2.394.591	96	28.756.957	1.152	12.083,98	25,06	0	0	
Lavínia	8.128	4,77	496.392	61	207.150	25	8.162.848	1.004	9.053,90	35,94	0	0	
Lavrinhas	7.051	2,01	2.606.051	370	1.483.935	210	9.104.333	1.291	7.091,00	30,99	1	0	
Leme	89.385	1,28	19.202.196	215	7.624.543	85	66.090.235	739	12.207,34	42,08	0	1	
Lençóis Paulista	62.033	1,5	11.179.392	180	1.292.461	21	70.148.246	1.131	26.006,47	38,18	0	1	
Limeira	279.192	1,43	83.553.148	299	68.746.562	246	257.436.916	922	19.108,73	45,99	0	1	
Lindóia	6.021	1,52	1.897.630	315	738.460	123	8.472.172	1.407	11.287,10	29,23	0	0	
Lins	70.555	0,83	13.175.788	187	6.913.311	98	52.701.643	747	17.102,53	0,42	1	0	
Lorena	83.595	0,86	10.598.065	127	6.509.152	78	67.928.031	813	12.596,61	44,91	1	1	
Lourdes	2.087	0,5	215.326	103	0	0	5.686.148	2.725	9.430,71	25,55	0	0	
Louveira	31.397	3,47	22.373.674	713	2.422.287	77	86.204.682	2.746	211.883,80	7,78	1	1	2
Lucélia	19.194	0,57	2.892.605	151	243.055	13	20.096.735	1.047	8.633,12	26,42	0	0	
Lucianópolis	2.326	0,92	139.063	60	1	0	5.843.046	2.512	10.924,08	7,01	0	0	
Luis Antonio	10.886	5,31	3.151.365	289	447.693	41	38.187.392	3.508	47.369,23	22,6	0	0	
Luiziania	4.811	1,46	253.619	53	21.832	5	6.988.362	1.453	9.151,15	15,87	1	0	
Lupércio	4.423	0,6	368.033	83	109.126	25	7.273.801	1.645	8.651,48	38,24	0	0	
Lutécia	2.998	0,44	184.853	62	324.764	108	7.362.603	2.456	12.674,36	10,37	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Macatuba	17.667	1,43	1.894.379	107	1.125.623	64	27.084.096	1.533	29.151,89	16,8	0	0	
Macaubal	7.563	0,29	376.067	50	2.492.661	330	6.955.763	920	8.467,30	14,25	0	0	
Macedônia	3.706	-0,16	408.822	110	212.242	57	8.046.304	2.171	9.872,86	41,94	1	0	
Magda	3.328	-0,32	230.525	69	481.232	145	3.904.963	1.173	10.716,27	28,79	1	0	
Mairinque	45.759	1,69	9.275.006	203	1.312.862	29	58.599.745	1.281	16.318,90	25,17	0	1	
Mairiporã	75.778	2,93	24.098.175	318	47.481.737	627	52.906.353	698	10.727,35	8,54	1	1	2
Manduri	8.716	0,65	594.626	68	2.727.240	313	9.506.205	1.091	8.211,48	16,24	0	0	
Marabé Paulista	5.317	4,18	257.073	48	6.321.446	1.189	9.989.227	1.879	7.927,14	19,25	0	0	
Maracaí	13.606	0,58	3.418.311	251	2.127.880	156	20.179.384	1.483	22.493,94	2,08	1	0	
Marapoama	2.609	1,93	229.948	88	599.828	230	6.468.160	2.479	24.918,17	25,22	0	0	
Mariápolis	3.773	-0,29	227.074	60	422.299	112	6.197.125	1.642	6.248,04	0,28	0	0	
Marília	224.487	1,6	59.415.358	265	43.376.033	193	166.594.069	742	12.891,66	11,79	0	0	
Marinópolis	2.327	0,75	152.730	66	1	0	5.590.855	2.403	11.536,32	38,35	1	0	
Martinópolis	24.043	0,91	2.021.738	84	2.638.710	110	14.201.778	591	9.516,43	45,68	0	0	
Matão	78.010	1,05	13.458.500	173	26.584.486	341	79.445.236	1.018	50.616,60	17,22	0	0	
Mauá	414.917	1,66	87.005.524	210	284.710.733	686	56.135.542	135	13.394,59	10,68	1	1	2
Mendonça	3.996	0,78	584.989	146	359.099	90	6.965.446	1.743	9.448,45	0,43	0	0	
Meridiano	4.214	0,56	623.475	148	1.533.242	364	6.437.644	1.528	10.173,59	1,17	1	0	
Mesópolis	1.953	0,17	225.670	116	492.407	252	5.887.427	3.015	12.924,59	27,37	1	0	2
Miguelópolis	20.559	0,98	2.473.434	120	14.049.758	683	31.957.196	1.554	12.629,34	9,19	1	0	
Mineros do Tietê	13.026	1,64	885.317	68	4.581.188	352	11.706.723	899	7.472,54	7,12	1	0	
Miracatu	24.974	1,37	2.358.007	94	1.859.778	74	23.472.065	940	5.855,29	24,97	1	0	
Mira Estrela	2.643	0,2	332.769	126	199.374	75	8.101.801	3.065	11.103,61	12	1	0	
Mirandópolis	27.229	0,6	3.296.345	121	9.360.185	344	21.992.831	808	8.285,09	42,66	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Mirassol	53.503	1,27	11.217.353	210	24.486.409	458	44.558.475	833	13.310,06	24,99	0	1	
Mirassolândia	4.115	1,2	299.896	73	4.107.994	998	6.481.295	1.575	7.904,44	23,12	0	0	
Mococa	69.823	0,78	12.542.208	180	20.386.710	292	59.454.143	851	13.922,43	33,71	1	0	
Mogi das Cruzes	377.501	1,68	118.685.070	314	64.746.757	172	225.356.304	597	15.250,95	34,86	1	1	2
Mogi Guaçu	141.365	1,62	31.084.118	220	23.085.485	163	157.836.117	1.117	17.933,09	28,71	0	1	
Moji Mirim	91.484	1,46	30.211.486	330	97.271.392	1.063	90.799.400	993	24.021,79	27,57	0	1	
Mombuca	3.523	1,58	504.352	143	0	0	6.631.472	1.882	9.551,10	3,69	0	0	
Monções	2.049	-0,05	808.077	394	1.178.278	575	5.270.276	2.572	10.866,97	54,79	0	0	
Mongaguá	44.329	2,9	32.582.383	735	7.694.541	174	22.800.854	514	8.444,89	49,26	1	1	
Monte Alegre do Sul	7.021	1,34	1.959.515	279	154.288	22	9.055.975	1.290	12.310,12	50,25	0	0	
Monte Alto	46.763	0,87	9.431.313	202	1.446.445	31	43.999.962	941	17.352,32	6,63	0	0	
Monte Aprazível	19.975	1	3.094.684	155	3.702.700	185	21.808.793	1.092	17.181,12	5,68	0	0	
Monte Azul Paulista	20.351	0,49	2.485.199	122	9.321.689	458	22.071.032	1.085	13.998,16	2,82	0	0	
Monte Castelo	4.001	-0,29	342.281	86	522.854	131	6.555.151	1.638	10.372,06	41,59	1	0	
Monteiro Lobato	4.068	1,49	845.616	208	585.508	144	6.509.361	1.600	7.191,15	56,55	1	0	
Monte Mor	45.608	2,51	8.474.863	186	4.819.181	106	55.921.411	1.226	23.901,11	25,2	1	1	
Morro Agudo	28.205	1,31	5.239.669	186	1.726.446	61	42.504.725	1.507	22.171,60	23,09	1	0	
Morumgaba	12.297	2,73	2.194.626	178	637.652	52	14.928.522	1.214	16.580,56	4,71	1	0	2
Motuca	4.386	1,59	710.897	162	16.342	4	5.694.763	1.298	41.317,35	2,23	0	0	
Muritinga	4.080	0,33	266.710	65	987.484	242	7.231.191	1.772	8.459,68	80,95	0	0	
Nantes	2.571	1,51	300.394	117	1	0	7.682.724	2.988	39.439,56	4,61	1	0	
Narandiba	4.146	1,28	1.474.021	356	497.179	120	9.594.011	2.314	15.673,09	25,38	0	0	
Natividade da Serra	7.338	0,69	454.678	62	798.355	109	9.914.844	1.351	5.442,43	26,51	1	0	
Nazaré Paulista	16.382	1,61	2.348.321	143	5.388.233	329	8.999.096	549	8.447,56	13,83	1	0	2

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Neves paulista	9.153	0,34	752.763	82	139.658	15	9.512.000	1.039	10.417,00	10,58	0	0	
Nhandeara	10.374	0,21	1.553.120	150	1.441.917	139	10.966.355	1.057	10.834,93	46,47	0	0	
Nipoã	3.833	2,02	804.124	210	970.208	253	6.713.963	1.752	10.300,21	41,79	0	0	
Nova Aliança	5.012	0,64	626.615	125	1.811.661	361	7.607.006	1.518	13.872,93	0,66	0	0	
Nova Campina	9.219	2,94	796.353	86	108.083	12	13.604.802	1.476	13.532,77	2,18	1	0	
Nova Canaã paulista	2.390	-0,45	216.955	91	514.349	215	5.304.029	2.219	12.127,22	68,85	1	0	2
Nova Castilho	1.056	0,78	192.851	183	65.693	62	6.108.716	5.785	26.031,46	9,09	0	0	
Nova Europa	9.313	3,12	1.005.090	108	665.044	71	11.910.211	1.279	10.907,39	0,42	0	0	
Nova Granada	18.399	0,97	1.769.896	96	195.304	11	17.841.860	970	10.587,01	65,69	0	0	
Nova Guataporanga	2.106	0,18	139.370	66	727.865	346	4.780.882	2.270	5.850,21	3,38	0	0	
Nova Independência	2.536	2,56	1.071.797	423	2.242.220	884	7.277.106	2.870	15.869,78	3,98	0	0	
Novais	3.686	1,65	333.609	91	223.818	61	7.541.798	2.046	8.222,30	65,75	0	0	
Nova luzitânia	3.498	3,01	396.417	113	420.474	120	5.758.767	1.646	6.740,81	23,54	0	0	
Nova Odessa	46.881	1,32	14.176.448	302	1.775.656	38	54.028.980	1.152	22.420,05	68,6	1	1	
Novo Horizonte	34.487	0,76	6.329.423	184	8.312.416	241	38.556.654	1.118	16.839,98	10,11	0	0	
Nuporanga	6.656	0,68	1.200.064	180	873.159	131	13.625.357	2.047	17.559,93	1,14	1	0	
Ocaçu	4.245	0,26	477.471	112	476.377	112	5.511.953	1.298	9.872,75	39,07	0	0	
Óleo	2.830	-0,66	120.676	43	698.509	247	5.573.333	1.969	10.633,20	11,15	0	0	
Olímpia	49.093	0,81	9.281.041	189	6.822.312	139	46.633.440	950	16.404,00	27,25	0	0	
Onda Verde	3.871	1,57	648.761	168	551.358	142	8.136.304	2.102	35.413,79	0,49	0	0	
Oriente	6.109	0,44	780.432	128	1.468.881	240	6.565.863	1.075	6.904,36	24,17	0	0	
orindiúva	5.082	2,54	669.340	132	424.275	83	15.437.652	3.038	18.134,92	22,39	0	0	
Orlândia	38.399	0,81	10.433.215	272	762.555	20	24.818.165	646	23.472,87	25,32	1	0	
Osasco	715.444	1,14	311.565.462	435	689.588.166	964	472.201.488	660	35.217,67	31,41	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Oscar Bressane	2.550	0,02	274.247	108	488.331	192	4.618.027	1.811	9.640,19	24,92	1	0	
Oswaldo Cruz	29.950	0,12	4.787.802	160	3.474.178	116	25.564.635	854	10.131,49	48,68	0	0	
Ourinhos	104.164	1,3	20.061.636	193	2.901.834	28	95.012.772	912	13.730,78	5,76	0	0	
Ouroeste	7.370	1,96	1.213.648	165	2.636.693	358	27.150.976	3.684	65.353,25	10,13	0	0	
Ouro Verde	7.772	1,05	470.294	61	482.034	62	10.443.639	1.344	8.324,17	16,97	1	0	
Pacaembu	13.668	0,92	1.087.677	80	3.669.118	268	12.360.684	904	6.764,91	3,78	0	0	
Palestina	10.708	2,01	1.205.066	113	1.186.571	111	13.698.245	1.279	11.290,72	3,43	0	0	
Palmares Paulista	10.763	3,1	436.137	41	9.493.345	882	8.943.806	831	5.339,92	19,08	0	0	
Palmeira D'Oeste	10.177	-0,17	933.477	92	3.035.145	298	8.200.405	806	7.900,19	46,53	1	0	
Palmital	21.809	0,66	3.754.129	172	2.678.710	123	26.141.101	1.199	15.571,80	8,64	1	0	
Panorama	14.496	0,75	1.168.069	81	6.847.248	472	13.764.575	950	7.550,66	17,19	0	0	
Paraguaçu Paulista	43.393	1,14	5.942.361	137	43.989.924	1.014	47.853.865	1.103	13.004,37	58,72	1	0	
Paraibuna	18.397	0,99	2.929.983	159	986.539	54	18.710.942	1.017	7.825,38	1,69	1	0	
Paraíso	5.810	0,85	716.363	123	620.753	107	10.702.434	1.842	11.744,47	0,23	0	0	
Paranapanema	17.555	1,51	3.856.486	220	1.737.988	99	23.990.852	1.367	16.516,56	54,44	0	0	
Paranapuã	3.616	-0,09	271.918	75	695.127	192	5.813.980	1.608	10.098,46	6,62	0	0	
Parapuã	11.055	-0,07	1.650.428	149	2.088.668	189	11.551.099	1.045	9.985,94	8,21	1	0	2
Pardinho	5.546	1,98	2.742.523	495	516.233	93	9.338.468	1.684	16.257,75	8,16	0	0	
Pariquer-Açu	20.083	1,6	1.622.767	81	1.019.945	51	8.917.950	444	8.109,34	37	1	0	
Parisi	2.129	1,02	219.774	103	248.889	117	5.558.696	2.611	11.262,92	48,53	1	0	
Patrocínio Paulista	12.775	1,42	2.497.272	195	4.506.126	353	16.192.791	1.268	19.460,41	29,44	1	0	
paulicéia	5.852	1,25	1.773.785	303	531.287	91	9.562.305	1.634	9.048,11	3,14	0	0	
Paulínia	76.033	4,88	110.356.493	1.451	302.162.187	3.974	687.330.822	9.040	87.761,47	5,24	1	1	
Paulistânia	1.875	0,64	457.651	244	2	0	5.778.010	3.082	11.659,56	36,63	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
paulo de Faria	9.005	0,76	627.309	70	3.067.166	341	6.130.212	681	11.920,22	18,67	0	0	
Pederneiras	41.039	1,42	6.124.680	149	8.964.865	218	38.054.843	927	17.114,40	0,53	0	1	
Pedra Bela	6.056	0,97	219.222	36	53.867	9	8.144.132	1.345	7.411,84	20,77	1	0	
Pedranópolis	2.740	0,03	405.344	148	619.088	226	6.606.421	2.411	10.541,24	53,76	1	0	
Pedregulho	15.963	0,75	1.860.180	117	653.168	41	7.855.873	492	14.176,78	7,99	1	0	
Pedreira	40.705	1,79	10.641.327	261	14.867.773	365	33.734.941	829	13.637,72	4,11	1	1	
Pedrinhas Paulista	3.083	0,93	359.807	117	18.694	6	7.757.473	2.516	23.101,57	37,81	1	0	
Pedro de Toledo	10.299	1,42	926.019	90	69.888	7	11.927.613	1.158	5.902,65	31,15	1	0	
penápolis	57.390	0,62	12.735.171	222	30.227.777	527	50.058.262	872	16.388,60	40,1	1	0	
Pereira Barreto	24.628	-0,17	3.482.902	141	18.793.624	763	28.729.973	1.167	14.860,22	3,02	0	0	
Pereiras	7.831	2,87	591.605	76	353.529	45	9.067.512	1.158	16.214,87	34,38	0	0	
Peruíbe	55.469	0,9	38.069.353	686	20.795.902	375	49.718.301	896	9.003,15	21,61	1	1	
Piacatu	5.171	1,38	370.495	72	269.786	52	7.645.205	1.478	9.366,16	5,77	1	0	
Piedade	50.834	0,46	6.361.939	125	2.677.359	53	38.315.280	754	9.357,32	42,72	0	1	
Pilar do Sul	27.458	1,71	3.408.989	124	0	0	22.953.025	836	9.088,41	26,55	0	0	
Pindamonhangaba	143.887	1,65	31.669.180	220	34.995.608	243	146.151.942	1.016	22.062,30	30,65	1	1	
Pindorama	14.667	1,37	2.784.213	190	871.625	59	14.909.071	1.017	10.185,03	16,41	0	0	
Pinhalzinho	12.741	1,84	1.410.772	111	39.836	3	12.296.177	965	8.096,65	39,19	1	0	
Piquerobi	3.678	0,69	267.364	73	1.161.240	316	7.440.623	2.023	8.301,61	36,83	0	0	
Piquete	15.555	0,31	894.357	57	259.615	17	12.175.999	783	5.384,16	33,06	1	0	
Piracaia	22.134	-0,54	5.445.789	246	279.760	13	22.284.953	1.007	9.380,51	16,78	1	0	
piracicaba	368.041	1,38	143.123.712	389	129.482.335	352	287.649.712	782	21.766,25	15,4	0	0	
Piraju	29.418	0,65	4.847.233	165	1.289.879	44	27.960.404	950	10.347,71	12,61	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Pirajuí	21.711	0,87	2.182.625	101	1.055.543	49	17.007.609	783	8.418,00	18,35	1	0	
Pirangi	10.320	0,34	1.162.229	113	2.101.557	204	9.670.481	937	10.885,08	28,33	0	0	
Pirapora do Bom Jesus	15.479	2,79	6.265.896	405	8.252.401	533	15.387.463	994	9.646,86	25	0	1	
pirapozinho	24.092	1,07	1.747.693	73	6.178.652	256	22.454.265	932	13.030,30	11,53	0	0	
Pirassununga	70.096	0,97	20.031.315	286	2.942.999	42	55.945.582	798	16.794,96	38,58	0	0	
Piratinga	11.317	0,84	1.801.956	159	524.667	46	10.192.854	901	7.281,16	47,63	0	0	
Pitangueiras	34.640	1,33	4.544.970	131	10.025.905	289	33.116.617	956	11.578,71	16,26	0	0	
planalto	4.054	1,25	924.252	228	710.328	175	7.364.915	1.817	13.791,80	17,78	0	0	
Platina	3.252	1,53	225.065	69	12.320	4	7.491.117	2.304	11.485,36	36,58	1	0	
Poá	109.208	1,65	101.379.655	928	3.888.409	36	63.433.504	581	18.428,84	60,9	1	1	
Poloni	4.862	0,23	458.813	94	1.223.785	252	6.573.293	1.352	11.936,49	3,6	0	0	
Pompéia	19.261	0,72	3.064.867	159	2.290.442	119	37.063.584	1.924	18.180,95	18,43	0	0	
Pongaí	3.566	-0,5	333.031	93	497.858	140	5.873.138	1.647	13.120,83	7,32	1	0	
pontal	36.736	2,68	3.779.294	103	20.504.609	558	18.945.064	516	12.541,80	66,06	0	0	
Pontalinda	3.942	1,36	184.196	47	205.271	52	7.106.831	1.803	7.852,73	0,69	1	0	2
Pontes Geral	2.661	0,55	495.821	186	8.648.414	3.250	6.636.907	2.494	21.326,30	20,84	0	0	
Populina	4.359	-0,25	392.193	90	1.124.097	258	7.607.731	1.745	11.966,14	41,08	1	0	2
Porangaba	8.258	2,73	2.151.556	261	73.454	9	8.817.388	1.068	7.331,24	41,48	0	0	
Porto Feliz	51.013	1,41	13.312.186	261	173.841	3	41.746.777	818	14.184,86	21,51	0	0	
Porto Ferreira	53.658	1,52	12.610.189	235	10.599.842	198	46.938.868	875	15.499,79	47,24	0	0	
Potim	18.534	3,58	579.669	31	161.547	9	14.127.571	762	5.663,45	1,01	1	0	
Potirendaba	15.090	1,25	2.694.643	179	378.312	25	15.344.742	1.017	11.995,32	70,53	0	0	
Pracinha	2.699	6,72	105.553	39	1	0	4.866.153	1.803	5.275,00	4,26	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Pradópolis	15.645	2,42	1.936.589	124	1	0	12.938.716	827	41.920,30	14,58	0	1	
Praia Grande	243.333	2,85	211.401.865	869	91.401.281	376	168.390.145	692	9.184,37	74,95	1	1	
Pratânia	4.657	2,06	349.099	75	16.128	3	7.865.882	1.689	11.705,95	4,18	0	0	
Presidente Alves	4.340	0,08	326.142	75	724.085	167	6.714.474	1.547	11.894,11	33,12	0	0	
Presidente Bernardes	15.057	0,32	1.356.421	90	4.657.753	309	18.706.801	1.242	7.167,62	24,23	0	0	
Presidente Epitácio	41.239	0,6	4.307.106	104	16.211.889	393	33.528.095	813	9.001,34	23,82	0	0	
Presidente Prudente	205.461	1,03	69.828.280	340	84.466.545	411	128.324.970	625	14.651,93	43,43	0	0	
Presidente Venceslau	37.962	0,21	4.927.700	130	14.559.048	384	30.708.166	809	9.454,75	1,17	0	0	
Promissão	35.625	1,67	3.548.751	100	15.726.914	441	29.324.042	823	15.785,53	14,76	1	0	2
Quadra	2.757	0,44	1.193.190	433	645.015	234	6.873.072	2.493	11.748,21	31,85	0	0	
Quatá	12.175	0,55	2.874.081	236	3.022.552	248	16.467.828	1.353	21.546,75	5,35	1	0	
Queiros	2.646	2,49	517.131	195	399.334	151	6.939.762	2.623	31.796,12	32,63	0	0	
Queluz	10.446	1,73	3.668.595	351	3.368.264	322	9.904.966	948	5.694,42	67,54	1	0	2
Quintana	5.676	0,52	540.708	95	663.145	117	8.434.927	1.486	8.754,39	23,66	0	0	
Rafard	8.494	0,24	1.418.662	167	1.266.938	149	11.145.208	1.312	13.116,20	3,43	0	0	
Rancharia	29.789	0,41	2.952.875	99	6.849.728	230	33.362.114	1.120	18.227,09	35,83	1	0	
Redenção da Serra	4.114	0,22	411.419	100	843.637	205	6.896.831	1.676	7.478,05	2,26	1	0	
Regente Feijó	17.514	0,37	2.361.401	135	11.499.595	657	17.220.789	983	12.201,97	11,81	0	0	
Reginópolis	7.002	4,11	506.437	72	381.298	54	9.206.484	1.315	7.694,21	10,03	0	0	
Registro	57.230	0,77	9.361.604	164	19.536.396	341	32.953.669	576	8.528,73	4,01	1	0	
Restinga	6.482	1,88	871.474	134	2.562.966	395	10.693.068	1.650	12.178,06	8,12	1	0	
Ribeira	3.467	-0,11	617.799	178	1.869.529	539	5.813.848	1.677	4.669,69	6,71	1	0	
Ribeirão Bonito	12.017	0,86	1.491.296	124	2.170.153	181	15.252.784	1.269	10.426,52	3	0	0	
Ribeirão Branco	20.677	-0,31	437.549	21	448.633	22	20.238.966	979	6.767,52	32,44	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Ribeirão Corrente	4.471	1,78	322.480	72	352.757	79	8.079.237	1.807	21.948,65	6,52	1	0	
Ribeirão do Sul	4.968	1,23	191.923	39	185.647	37	4.741.403	954	10.146,04	21,89	0	0	
Ribeirão dos Índios	2.337	0,61	132.010	56	0	0	5.396.605	2.309	11.378,99	38,51	0	0	
Ribeirão Grande	7.292	-0,06	575.821	79	673.623	92	11.836.698	1.623	10.282,59	12,88	1	0	
Ribeirão Pires	119.996	1,73	25.132.294	209	93.099.221	776	68.433.092	570	12.660,22	3,98	1	1	2
Ribeirão Preto	563.166	1,36	238.316.849	423	124.412.739	221	444.809.616	790	23.691,97	13,27	1	1	
Riversul	6.748	-0,78	277.237	41	3.548.402	526	8.187.639	1.213	5.563,04	19,57	1	0	
Rifania	3.691	1,29	402.076	109	19.466	5	10.080.467	2.731	8.402,90	23,35	0	0	
Rincão	10.656	0,42	1.166.491	109	3.231.249	303	12.803.474	1.202	9.471,22	42,58	0	0	
Rinópolis	9.684	-0,69	848.181	88	204.528	21	8.812.277	910	8.476,47	60,13	0	0	
Rio Claro	191.211	1,6	60.613.965	317	158.783.793	830	171.099.328	895	21.073,04	43,31	0	1	
Rios das Pedras	26.720	1,62	4.691.552	176	20.308.306	760	35.498.571	1.329	26.949,58	1,6	0	0	
Rio Grande da Serra	43.115	1,9	3.674.720	85	24.249.654	562	12.369.460	287	7.895,89	14,7	1	1	2
Riolândia	9.748	1,46	551.990	57	2.575.812	264	10.506.209	1.078	8.053,76	30,35	0	0	
Rosana	21.195	-1,57	2.541.302	120	7.162.180	338	10.585.569	499	34.501,04	6,5	1	0	
Roseira	9.723	1,6	2.054.355	211	0	0	7.272.175	748	14.030,56	2,7	0	0	
Rubiaceia	2.552	1,08	182.158	71	327.291	128	6.411.717	2.512	22.688,39	4,04	1	0	
Rubinéia	2.813	0,93	564.658	201	2.534.821	901	8.858.041	3.149	8.899,12	20,75	1	0	2
Sabino	5.208	0,64	685.071	132	3.161.357	607	8.863.460	1.702	10.870,85	15,1	1	0	
Sagres	2.300	-0,7	131.613	57	336.774	146	5.595.291	2.433	8.243,73	27,99	0	0	
Sales	5.186	1,58	855.709	165	897.809	173	8.388.114	1.617	9.975,97	2,63	0	0	
Sales de Oliveira	8.467	-1,12	1.858.170	219	532.083	63	13.647.367	1.612	15.184,41	0,81	1	0	
Salesópolis	16.784	1,98	2.043.340	122	299.115	18	16.137.889	962	12.564,71	44,21	1	1	2
Salmorão	4.596	0,52	245.244	53	476.525	104	6.817.524	1.483	8.798,82	41,55	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Salto	107.119	1,75	29.587.076	276	41.392.922	386	82.945.562	774	16.602,01	30,73	0	1	
Salto de Pirapora	41.897	2,19	5.218.450	125	5.970.999	143	43.498.860	1.038	10.788,16	10,3	0	1	
Salto Grande	9.025	0,83	734.722	81	3.818.094	423	10.059.734	1.115	11.764,41	4,07	0	0	
Sandovalina	3.542	1,7	1.157.997	327	4.620.574	1.305	13.996.097	3.951	45.232,14	2,83	0	0	
Santa Adélia	14.231	0,7	1.563.425	110	817.487	57	15.782.777	1.109	10.836,19	48,87	0	0	
Santa Albertina	5.442	-0,32	873.624	161	346.859	64	6.961.088	1.279	9.734,44	36,63	1	0	
Santa Bárbara d'Oeste	186.824	1,17	35.179.404	188	67.622.097	362	52.096.413	279	15.409,38	7,24	1	1	
Santa Branca	13.807	0,67	2.576.284	187	1.343.993	97	17.700.963	1.282	11.127,34	30,34	1	0	
Santa Clara d'Oeste	2.108	-0,13	162.268	77	597.149	283	5.792.650	2.748	7.783,68	2,34	1	0	2
Santa Cruz da Conceição	3.992	1,53	1.578.079	395	2	0	4.629.828	1.160	13.517,45	4,21	0	0	
Santa Cruz da Esperança	1.874	0,53	92.038	49	338.013	180	4.554.471	2.430	13.683,56	27,13	0	0	
Santa Cruz das Palmeiras	31.506	2,62	3.538.230	112	799.597	25	23.523.351	747	7.690,37	3,46	1	0	
Santa Cruz do Rio Pardo	43.927	0,89	5.273.040	120	16.781.518	382	40.913.905	931	15.556,40	25,77	0	0	
Santa Ernestina	5.568	-0,33	473.987	85	177.319	32	6.931.688	1.245	7.833,18	70,5	0	0	
Santa Fé do Sul	28.312	0,83	7.028.690	248	2.569.561	91	26.040.991	920	14.483,58	31,53	1	0	2
Santa Gertrudes	20.252	3,03	4.668.612	231	978.125	48	15.425.445	762	15.838,50	5,79	0	0	
Santa Isabel	47.934	1,15	11.760.081	245	1.946.560	41	19.480.607	406	10.106,58	23,42	1	1	2
Santa Lucia	8.577	1,13	547.847	64	409.835	48	8.946.863	1.043	8.940,27	3,29	0	0	
Santa Maria da Serra	5.502	2,08	1.469.311	267	1	0	7.812.258	1.420	10.083,12	2,75	0	0	
Santa Mercedes	2.735	-0,31	324.931	119	548.881	201	6.815.325	2.492	7.816,24	20,02	0	0	
Santana da Ponte Pensa	1.732	-1,06	283.376	164	241.133	139	5.082.489	2.934	9.166,36	6,25	0	0	
Santana de Parnaíba	107.419	4,57	142.388.087	1.326	28.125.990	262	62.488.604	582	28.873,49	36,24	0	1	
Santa Rita d'Oeste	2.479	-1,07	251.140	101	756.458	305	6.532.092	2.635	12.783,87	48,01	1	0	2
Santa Rita do Passa Quatro	27.574	0,66	8.264.335	300	4.079.526	148	27.139.122	984	12.125,95	2,23	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Santa Rosa do Viterbo	22.834	0,8	3.659.826	160	15.891.202	696	22.262.041	975	15.858,57	18,3	1	0	
Santa Salete	1.409	0,27	135.441	96	44.450	32	5.042.943	3.579	15.958,90	22,3	1	0	
Santo Anástacio	21.339	0,35	3.160.466	148	1.706.980	80	15.444.161	724	9.538,16	8,83	0	0	
Santo André	676.188	0,52	397.413.322	588	6.121.328	9	469.345.015	694	20.044,06	19,78	1	1	2
Santo Antonio da Alegria	6.249	1,01	502.574	80	11.120	2	8.506.017	1.361	9.030,40	28,56	1	0	
Santo Antonio de Posse	21.614	2,18	7.191.027	333	999.264	46	13.455.293	623	18.557,26	18,16	0	1	
Santo Antonio do Aracangua	7.044	0,25	1.255.723	178	598.165	85	21.375.679	3.035	21.270,14	6,61	0	0	
Santo Antonio do Jardim	5.859	-0,59	600.432	102	11.755	2	4.915.385	839	11.810,33	1,49	1	0	
Santo Antonio do Pinhal	7.036	1,34	1.133.214	161	1.419.040	202	9.589.059	1.363	6.796,01	13,72	1	0	
Santo Expedito	2.783	1,22	82.616	30	87.849	32	4.269.968	1.534	8.266,04	6,03	0	0	
Santópolis do Aguapeí	4.074	0,84	281.972	69	726.181	178	6.779.177	1.664	9.483,94	9,37	1	0	
Santos	430.928	0,37	475.825.072	1.104	291.447.887	676	401.883.388	933	47.108,41	37,93	1	1	
São Bento do Sapucaí	11.506	1,31	1.562.540	136	2.973.063	258	7.072.016	615	6.896,89	23,53	1	0	
São Bernardo do Campo	804.399	1,68	539.037.953	670	298.943.890	372	929.087.732	1.155	32.677,42	32,94	1	1	2
São Caetano do Sul	147.388	0,62	214.847.922	1.458	33.839.087	230	247.067.189	1.676	62.458,89	2,63	1	1	2
São Carlos	223.226	1,81	72.167.944	323	113.393.066	508	178.284.925	799	16.441,30	27,08	0	1	
São Francisco	3.050	0,78	204.810	67	609.267	200	5.205.317	1.707	9.254,81	0,9	1	0	
São João da Boa Vista	82.705	0,84	21.590.563	261	1.922.972	23	63.111.331	763	16.960,81	0,46	1	0	
São João das Duas Pontes	2.680	0,1	171.242	64	1.548.950	578	5.596.519	2.088	9.775,97	0,44	1	0	2
São João de Iracema	1.731	0,45	230.747	133	934.060	540	3.825.059	2.210	19.614,49	53,99	1	0	
São João do Pau d'Alho	2.121	-0,39	197.071	93	94.114	44	5.510.131	2.598	9.769,18	4,83	0	0	
São Joaquim da Barra	45.479	1,13	10.222.982	225	25.672.556	564	33.935.041	746	15.201,96	5,76	1	0	
São José da Bela Vista	8.669	0,87	347.811	40	2.241.044	259	10.574.193	1.220	11.878,97	21,15	1	0	
São José do Barreiro	4.303	0,47	711.346	165	949.979	221	5.654.801	1.314	6.377,07	18,51	1	0	2

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
São José do Rio Preto	412.828	1,74	147.846.011	358	52.516.064	127	269.478.003	653	16.209,73	9,5	0	1	
São José dos Campos	622.340	1,79	300.891.377	483	180.581.861	290	787.254.520	1.265	30.195,36	5,95	1	1	
São Lourenço da Serra	16.541	3,85	6.035.154	365	1.334.687	81	9.685.895	586	7.440,70	45,62	1	1	2
São Luiz do Paraitinga	10.807	0,46	2.089.964	193	293.743	27	14.408.737	1.333	8.034,90	7,5	1	0	
São Manuel	39.965	1,11	5.788.361	145	16.758.381	419	40.634.322	1.017	15.727,75	13,38	0	0	
São Miguel Arcanjo	31.316	0,25	3.723.711	119	5.625.881	180	25.705.130	821	11.019,87	22,35	0	0	
São Pedro	32.520	1,94	7.077.740	218	12.394.121	381	15.346.529	472	10.310,61	26,08	0	0	
São Pedro do Turvo	7.089	0,35	413.647	58	267.836	38	10.038.881	1.416	10.126,01	4,63	0	0	
São Roque	73.401	1,2	21.105.808	288	1.802.692	25	71.146.252	969	15.039,70	14,89	0	1	
São Sebastião	69.772	2,35	86.675.564	1.242	38.485.549	552	191.584.539	2.746	63.843,83	34,96	1	0	
São Sebastião da Gramma	12.629	0,18	1.790.139	142	14.566	1	11.787.249	933	11.971,85	9,25	1	0	
São Simão	14.955	1,12	4.452.151	298	2.155.523	144	15.901.203	1.063	14.460,98	36,33	0	0	
São Vicente	328.538	0,99	108.050.461	329	38.853.951	118	181.638.286	553	6.739,94	2,06	1	1	
Sarapuí	8.811	1,51	1.106.548	126	140.201	16	8.189.377	929	9.327,36	82,2	0	0	
Sarutaiá	4.105	1,17	154.235	38	1.111.955	271	6.066.044	1.478	6.549,35	4,98	0	0	
Sebastianópolis do Sul	2.933	1,78	1.522.448	519	365.482	125	6.114.976	2.085	12.325,66	46,98	0	0	
Serra Azul	9.163	2,32	572.676	62	5.246.656	573	10.118.104	1.104	7.905,61	17,86	0	0	
Serrana	39.363	2,36	4.334.517	110	41.992.245	1.067	45.219.310	1.149	14.001,94	53,15	0	1	
Serra Negra	25.241	0,7	13.350.233	529	21.660.044	858	17.540.146	695	10.433,71	6,74	0	0	
Sertãozinho	106.873	1,51	37.962.885	355	12.969.551	121	107.329.331	1.004	26.586,48	22,35	0	1	
Sete Barras	13.499	-0,16	713.512	53	518.795	38	15.573.291	1.154	6.636,47	6,23	1	0	
Severinia	15.739	1,84	1.663.688	106	332.454	21	18.466.088	1.173	11.545,42	29,7	0	0	
Silveiras	5.827	1	933.184	160	1.050.437	180	8.701.464	1.493	6.451,44	35,92	1	0	2
Socorro	33.989	0,48	7.100.354	209	6.188.203	182	25.547.571	752	9.118,45	62,89	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Sorocaba	586.680	2,16	238.791.608	407	127.159.234	217	456.032.020	777	21.447,31	41,71	0	1	
Sud Mennuci	7.831	0,77	1.626.209	208	2.026.153	259	15.195.668	1.940	11.993,74	41,51	0	0	
Sumaré	231.574	2,01	56.028.891	242	187.337.166	809	173.848.252	751	24.790,82	38,11	1	1	
Suzano	289.190	2,94	56.262.920	195	113.161.380	391	222.297.667	769	19.797,83	25,12	0	1	
Suzanópolis	3.574	3,11	702.394	197	114.794	32	7.978.925	2.232	10.459,30	33,8	1	0	
Tabapuã	11.421	1,05	2.006.657	176	336.907	29	14.177.007	1.241	9.978,95	29,79	0	0	
Tabatinga	14.625	1,47	1.129.239	77	1.234.179	84	16.036.521	1.097	9.290,06	5,35	0	0	
Taboão da Serra	232.464	2,03	56.972.314	245	45.439.332	195	195.505.576	841	16.337,93	69,26	1	1	
Taciba	5.532	0,71	655.589	119	384.104	69	16.469.138	2.977	38.531,90	1,48	0	0	
Taguaí	9.935	3,62	669.269	67	27.384	3	8.779.355	884	11.435,13	13,39	0	0	
Taiacu	6.048	0,92	506.727	84	3.429.101	567	7.686.482	1.271	9.414,74	49,01	0	0	
Taiúva	5.569	0,11	1.007.061	181	1.312.146	236	7.906.555	1.420	9.620,18	46,72	0	0	
Tambaú	23.575	0,72	4.739.119	201	9.727.858	413	20.200.738	857	13.686,09	31,62	1	0	
Tanabi	23.667	0,56	3.769.219	159	499.449	21	21.581.561	912	10.034,19	36,52	0	0	
Tapiraí	8.188	-0,5	582.207	71	3.107.441	380	12.154.367	1.484	7.760,33	0,73	1	0	
Tapiratiba	13.643	0,66	1.355.580	99	3.887.334	285	13.565.903	994	12.533,03	16,95	1	0	
Taquaral	2.890	0,75	295.391	102	2	0	5.884.736	2.036	17.519,71	18,36	0	0	
Taquaritinga	56.651	1,06	12.085.492	213	96.006.393	1.695	24.616.853	435	10.834,10	1,79	0	0	
Taquarituba	24.084	1,15	2.997.909	124	877.698	36	21.088.869	876	9.762,64	19,4	1	0	
Taquarivai	5.707	3,06	391.308	69	1.711.203	300	9.180.688	1.609	14.588,04	23,11	1	0	
Tarabaí	6.345	1,15	261.495	41	1.262.285	199	9.047.171	1.426	6.130,20	42,82	0	0	
Tarumã	12.573	1,98	2.416.987	192	2.933.138	233	16.475.476	1.310	20.422,01	27,69	1	0	
Tatuí	107.301	1,73	23.618.854	220	15.988.062	149	40.961.562	382	14.429,91	6,61	0	0	
Taubaté	272.740	1,39	102.104.182	374	9.226.634	34	276.223.895	1.013	25.609,72	50,19	1	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Tejupá	5.079	-0,54	307.323	61	62.387	12	8.370.255	1.648	9.685,41	5,75	0	0	
Teodoro Sampaio	20.328	0,21	2.482.365	122	13.667.592	672	23.429.947	1.153	8.207,67	61,4	0	0	
Terra Roxa	8.492	1,16	441.814	52	2.238.018	264	11.529.893	1.358	7.651,92	2,39	0	0	
Tietê	37.460	2,08	9.320.221	249	250.787	7	32.619.000	871	20.553,64	2,07	0	0	
Timburi	2.625	-0,49	160.947	61	933.351	356	6.930.892	2.640	9.358,89	15,74	0	0	
Torre de Pedra	2.933	3,95	206.558	70	79.548	27	5.177.871	1.765	4.960,43	12,05	0	0	
Torrinha	9.641	1,08	948.823	98	1.592.265	165	8.547.195	887	9.882,13	16,97	0	0	
Trabiju	1.441	0,52	241.337	167	385.104	267	4.541.181	3.151	14.474,00	31,5	0	0	
Tremembé	41.563	2,2	11.304.327	272	30.379.554	731	29.986.276	721	7.004,52	6,77	1	1	
Três Fronteiras	5.318	0,38	739.635	139	2.297.992	432	7.084.118	1.332	8.998,94	18,3	1	0	2
Tuiuti	5.864	2,13	504.187	86	334.333	57	7.605.464	1.297	7.776,02	9,43	1	0	
Tupã	66.440	0,59	15.969.228	240	4.124.680	62	40.493.157	609	12.193,60	9,72	0	0	
Tupi Paulista	13.755	0,42	1.731.446	126	1.094.784	80	9.638.080	701	9.152,38	0,61	0	0	
Turiúba	1.963	0,42	239.988	122	1.884.111	960	5.705.039	2.906	15.724,61	42,27	0	0	
Turmalina	2.080	-1,58	231.658	111	1.450.962	698	5.386.557	2.590	14.735,19	3,73	1	0	2
Ubarana	5.123	2,4	1.015.229	198	3.074.120	600	9.509.305	1.856	16.028,40	4,25	0	0	
Ubatuba	82.257	2,59	52.007.508	632	29.616.716	360	62.354.341	758	9.273,37	13,92	1	0	
Ubirajara	4.305	0,44	309.192	72	0	0	7.334.199	1.704	9.120,62	1,6	0	0	
Uchôa	9.407	0,51	2.277.849	242	2.261.231	240	12.408.597	1.319	10.758,71	28,21	0	0	
União Paulista	1.447	0,81	94.929	66	1.930.793	1.334	5.212.750	3.602	21.370,57	2,64	0	0	
Urânia	9.091	0,36	484.486	53	954.927	105	8.217.592	904	8.607,20	29,05	1	0	
Uru	1.461	0,5	170.464	117	272.900	187	5.669.10	3.880	22.098,25	68,08	1	0	
Urupês	12.359	0,53	1.861.648	151	2.349	0	14.640.248	1.185	12.342,67	39,86	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Vanlentin Gentil	10.424	2,39	928.783	89	571.133	55	10.540.899	1.011	12.386,61	50,29	1	0	
Valinhos	101.316	2,47	57.493.711	567	207.451.231	2.048	116.839.445	1.153	27.152,75	27,73	1	1	2
Valparaíso	21.022	1,39	2.175.173	103	3.265.089	155	30.543.207	1.453	11.716,89	28,2	0	0	
Vargem	7.036	0,17	763.194	108	301	0	9.535.091	1.355	6.776,76	36,59	1	0	
Vargem Grande do Sul	40.018	1,23	7.187.408	180	11.446.711	286	25.962.830	649	9.173,38	58,97	1	0	
Vargem Grande Paulista	44.650	3,98	16.803.691	376	6.829.101	153	21.479.344	481	13.327,98	9,8	0	1	
Vázea Paulista	107.823	1,85	13.744.432	127	18.866.021	175	69.013.021	640	12.275,75	50,13	1	1	
Vera Cruz	10.206	-0,97	1.223.651	120	3.810.601	373	10.905.416	1.069	7.749,40	12,26	0	0	
Vinhedo	59.202	2,86	41.124.622	695	29.802.637	503	90.950.705	1.536	52.517,39	64,85	1	1	3
Viradouro	17.709	1,31	1.827.284	103	230.459	13	18.770.672	1.060	7.553,74	3,4	0	0	
Vista Alegre do Alto	6.244	3,46	1.121.380	180	750.862	120	11.199.344	1.794	13.088,82	38,03	1	0	
Vitória Brasil	1.647	-0,16	98.271	60	184.246	112	4.786.147	2.906	10.893,52	29,18	0	0	
Votorantim	107.912	1,46	24.850.016	230	170.076	2	80.767.812	748	13.030,29	11,65	0	1	
Votuporanga	82.919	1,13	16.228.816	196	5.114.112	62	55.587.430	670	12.149,23	35,71	0	0	
Zacarias	2.251	1,83	226.708	101	0	0	8.269.644	3.674	16.414,66	41,63	0	0	
Alambari	4.118	1,5	760.422	185	0	0	6.523.981	1.584	11.194,27	10,5	0	0	
Anhembi	5.375	2,15	1.635.474	304	94.103	18	10.880.392	2.024	16.568,87	7,02	0	0	
Areiópolis	10.661	0,41	524.983	49	1.453.117	136	12.573.311	1.179	6.952,28	9,18	0	0	
Biritiba Mirim	29.378	2,21	1.972.546	67	326.867	11	14.717.553	501	8.168,00	6,4	1	1	
Boa Esperança do Sul	14.027	1,38	1.940.834	138	1	0	22.143.684	1.579	15.291,65	7,43	0	0	
Bom Jesus dos Perdões	16.942	3,02	3.382.339	200	966.068	57	10.359.544	611	10.592,34	57,52	1	0	
Bom Sucesso de Itararé	3.918	2,45	202.786	52	578.638	148	6.639.161	1.695	6.681,10	9,74	1	0	
Borá	840	0,69	392.313	467	93.246	111	5.047.380	6.009	26.228,66	0,88	1	0	
Boracéia	4.190	1,43	292.674	70	78.449	19	6.772.594	1.616	18.771,90	53,26	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Braúna	4.768	1,06	455.855	96	626.570	131	7.214.796	1.513	8.662,21	7,67	1	0	
Brodowski	19.631	1,69	2.913.675	148	9.349.272	476	20.824.810	1.061	8.361,15	35,32	1	0	
Brotas	22.412	2,13	7.176.506	320	610.472	27	22.911.946	1.022	13.692,29	13,17	0	0	
Buri	18.011	0,37	1.134.613	63	5.308.323	295	25.047.690	1.391	11.444,56	11,84	1	0	
Buritama	14.737	0,77	1.694.328	115	3.440.411	233	21.627.993	1.468	12.938,63	21,44	0	0	
Cabrália Paulista	4.317	-0,84	279.719	65	18.380	4	6.970.267	1.615	16.036,64	30,2	0	0	
Cabreúva	43.045	3,31	9.285.171	216	354.307	8	41.248.194	958	21.154,73	54,01	1	1	
Caçapava	83.651	1,19	17.636.485	211	23.683.370	283	83.257.376	995	23.997,98	46,94	1	1	
Cachoeira Paulista	32.207	2,11	5.992.286	186	4.335.395	135	24.482.020	760	8.691,20	10,46	1	1	
Caconde	19.421	0,7	1.695.612	87	730.122	38	18.356.475	945	9.476,04	4,9	1	0	
Cafelândia	17.144	1,02	1.253.583	73	2.830.885	165	15.514.288	905	9.952,74	27,02	1	0	
Caiabu	4.282	0,6	161.945	38	1.061.519	248	4.842.736	1.131	8.636,17	2,56	0	0	
Caieiras	90.252	3,03	29.721.534	329	6.894.697	76	52.092.340	577	16.179,94	38,19	1	1	
Caiuá	5.135	2,53	555.940	108	7.011.017	1.365	4.941.521	962	13.866,73	77,76	0	0	
Cajamar	63.308	2,78	37.767.602	597	114.302.921	1.806	87.835.140	1.387	52.659,21	33,19	1	1	2
Cajati	29.565	0,18	4.623.262	156	532.161	18	41.659.781	1.409	12.166,04	20,95	1	0	
Cajobi	9.486	0,41	897.851	95	2.724.571	287	11.717.223	1.235	10.898,56	4,38	0	0	
Cajuru	23.069	1,29	1.649.829	72	712.378	31	23.715.048	1.028	10.132,63	29,41	1	0	
Campina do Monte Alegre	5.803	1,36	1.331.213	229	38.165	7	7.459.582	1.285	13.173,46	17,89	0	0	
Campinas	1.061.290	1,13	791.809.094	746	1.845.049.485	1.738	819.102.236	772	26.133,13	18,42	1	1	
Campo Limpo Paulista	73.741	1,81	14.501.032	197	37.896.838	514	72.692.082	986	10.486,32	46,18	1	1	
Campos do Jordão	49.356	1,36	30.002.507	608	19.393.790	393	48.567.862	984	10.481,63	8,11	1	0	
Campos Novos Paulista	4.712	1,51	718.849	153	2.673.986	567	8.666.162	1.839	14.348,22	6,8	1	0	
Cananéia	13.423	1,11	2.633.414	196	9.522.102	709	15.434.173	1.150	7.120,59	2,45	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Canas	4.414	2,52	964.799	219	412.221	93	7.163.550	1.623	7.027,43	31,65	1	0	
Cândido Mota	31.221	0,8	3.345.701	107	3.349.743	107	31.191.901	999	13.382,50	18,5	1	0	
Cândido Rodrigues	2.849	1,09	515.040	181	147.598	52	5.416.940	1.901	15.535,07	14,61	0	0	
Canitar	4.399	3	526.643	120	327.103	74	7.611.246	1.730	6.443,85	68,11	0	0	
Capão Bonito	47.633	0,24	4.471.222	94	35.786.076	751	42.812.752	899	9.315,27	10,62	1	0	
Capela do Alto	17.093	2,28	1.921.567	112	881.863	52	15.115.225	884	8.468,93	22,68	0	0	
Capivari	46.473	1,42	9.161.232	197	10.479.689	226	47.503.641	1.022	17.265,47	49,65	0	0	
Caraguatatuba	90.302	1,64	58.814.293	651	21.929.593	243	93.012.998	1.030	9.480,11	5,77	1	0	
Carapicuíba	396.978	1,78	33.250.504	84	71.432.023	180	120.623.896	304	6.186,27	16,87	0	1	
Cardoso	11.575	-0,02	1.038.931	90	718.386	62	15.424.904	1.333	10.019,93	11,58	0	0	
Casa Branca	27.785	0,46	7.034.542	253	1.232.551	44	27.969.019	1.007	20.816,77	4,03	1	0	
Cássia dos Coqueiros	2.782	-0,36		0	617.272	222	5.110.338	1.837	11.161,54	0,43	1	0	
Castilho	16.149	0,96	2.325.292	144	7.880.776	488	34.003.622	2.106	37.163,50	17,92	0	0	
Catanduba	112.182	0,74	35.673.212	318	30.494.233	272	96.608.388	861	17.320,05	25,99	0	0	
Catiguá	6.898	0,63	1.107.376	161	1.187.085	172	7.092.529	1.028	10.689,67	1,05	0	0	
Cerqueira César	16.792	1,28	2.430.611	145	762.126	45	16.419.767	978	12.800,01	20,06	0	0	
Cerquilha	38.192	3,23	8.215.472	215	0	0	42.265.847	1.107	54.962,48	55,27	0	0	
Cesário Lange	14.173	1,2	2.155.346	152	3.633.989	256	16.632.618	1.174	11.549,86	34,7	0	0	
Charqueada	14.582	1,41	2.419.439	166	1.582.049	108	14.105.948	967	7.873,22	36,11	0	0	
Chavantes	12.658	0,48	1.047.601	83	3.221.856	255	16.443.495	1.299	12.937,58	14,15	0	0	
Clementina	6.182	1,68	813.419	132	1.691.657	274	8.668.510	1.402	8.645,11	40,93	1	0	
Colina	17.581	0,67	3.149.997	179	12.384.564	704	25.004.227	1.422	15.061,88	10,25	0	0	
Colômbia	6.294	0,71	1.825.403	290	2.256.201	358	15.952.282	2.535	23.591,15	19,28	0	0	
Conchas	17.429	1,96	2.198.505	126	4.917.369	282	17.879.881	1.026	20.182,52	52,48	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Coroados	4.945	1,44	424.693	86	172.176	35	8.087.644	1.636	11.845,28	22,43	0	0	
Corumbataí	4.239	1,4	1.665.647	393	382.759	90	8.651.402	2.041	21.351,57	32,6	0	0	
Cosmópolis	55.117	2,74	9.855.262	179	16.869.058	306	48.425.528	879	11.764,44	42	1	1	
Cosmorama	7.177	-0,32	1.111.185	155	239.028	33	9.013.666	1.256	11.963,20	29,4	0	0	
Cotia	184.148	2,66	91.277.118	496	103.477.472	562	80.955.517	440	24.703,65	41,65	0	1	
Cravinhos	32.815	1,79	6.052.932	184	11.665.431	355	29.207.892	890	11.250,82	13,72	1	1	
Cristais Paulista	7.301	1,31	788.502	108	311.502	43	10.518.081	1.441	16.858,93	0,69	1	0	
Cruzália	2.611	0,03	204.689	78	4.730.317	1.812	6.511.344	2.494	22.369,20	45,74	1	0	
Cruzeiro	78.137	0,76	10.404.956	133	4.017.467	51	63.732.833	816	9.150,17	34,33	1	0	
Descalvado	31.391	1,02	4.976.468	159	727.473	23	44.460.235	1.416	21.468,52	57,39	0	0	
Diadema	392.738	1,19	133.003.931	339	369.945.409	942	278.369.590	709	22.371,23	39,48	1	1	2
Dirce Reis	1.579	-0,36	105.610	67	20.582	13	5.195.031	3.290	14.256,85	3,44	1	0	
Divinolândia	12.224	0,22	859.703	70	5.134.310	420	8.093.595	662	10.683,48	15,8	1	0	
Dobrada	7.733	1,24	616.125	80	2.953.427	382	6.348.277	821	8.914,02	38,92	0	0	
Dois Córregos	25.141	1,4	3.330.022	132	479.863	19	21.157.874	842	13.342,65	21,64	1	0	
Dolcinópolis	2.198	0,24	273.729	125	483.830	220	5.801.938	2.640	9.936,13	18,17	1	0	2
Dourado	9.282	0,94	964.934	104	1.136.435	122	11.075.398	1.193	9.580,43	17,61	0	0	
Dracena	42.701	0,64	8.136.173	191	12.382.037	290	35.760.351	837	11.039,09	28,58	0	0	
Duartina	13.336	0,82	3.712.230	278	1.520.409	114	12.944.666	971	8.110,16	57,44	0	0	
Dumont	7.671	2,49	905.506	118	1.019.981	133	6.470.986	844	8.665,85	8,17	0	1	
Echaporã	6.890	0,1	376.667	55	789.752	115	10.279.841	1.492	9.338,66	2,67	1	0	
Eldorado	15.096	0,83	700.460	46	3.581.843	237	14.926.817	989	6.512,33	60,26	0	0	
Elias Fausto	15.504	1,37	2.021.092	130	721.520	47	10.466.203	675	29.596,58	3,92	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RTM	RTM PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AD	AGL	ADM
Elisiário	3.103	2,3	426.032	137	372.566	120	6.573.226	2.118	12.819,27	3,76	0	0	
Embaúba	2.520	0,2	298.966	119	33.054	13	4.157.206	1.650	12.300,49	24,59	0	0	
Embu	255.269	2,56	38.989.888	153	11.038.166	43	104.581.121	410	10.430,56	46,43	1	1	
Embu-Guaçu	61.380	0,88	10.337.888	168	1.232.216	20	41.246.935	672	7.517,04	9,4	0	1	
Emilianópolis	3.057	0,68	177.021	58	548.735	180	6.665.007	2.180	8.165,65	33,85	1	0	
Engenheiro Coelho	13.391	3,63	1.533.350	115	2.528.063	189	12.948.220	967	14.826,31	45,75	1	1	
Espírito Santo do Pinhal	42.954	0,73	8.296.231	193	6.354.945	148	15.651.003	364	13.158,30	13,34	1	0	
Espírito Santo do Turvo	4.256	1,82	268.812	63	139.963	33	8.593.417	2.019	17.345,13	42,05	0	0	
Estiva Gerbi	9.564	0,94	1.604.899	168	1.058.242	111	7.980.596	834	15.003,70	0,74	0	1	
Estrela do Norte	2.443	-0,87	114.007	47	746.866	306	6.435.567	2.634	9.643,69	38,98	0	0	
Estrela d'Oeste	8.631	0,52	1.096.542	127	615.413	71	10.639.274	1.233	64.630,28	4,33	1	0	2
Euclides da Cunha Paulista	10.875	0,8	428.775	39	3.629.237	334	13.858.574	1.274	5.449,71	19,27	0	0	
Fartura	15.583	0,47	1.405.900	90	426.477	27	16.734.437	1.074	8.844,55	14,23	0	0	
Fernando Prestes	5.731	0,67	1.004.909	175	51.892	9	8.732.210	1.524	15.553,90	54,43	0	0	
Fernandópolis	64.950	0,65	12.501.585	192	3.818.697	59	42.576.932	656	13.588,60	5,45	1	0	
Fernão	1.448	0,13	288.083	199	0	0	5.222.077	3.606	10.744,94	0,47	0	0	
Ferraz de Vasconcelos	182.289	3,12	13.876.699	76	63.710.122	350	61.335.470	336	6.076,07	25,75	1	1	
Flora Rica	2.050	-0,7		0	38.491	19	4.447.680	2.170	12.070,87	14,02	0	0	

Fonte: elaborado pelo autor.

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Adamantina	34.527	0,39	6.807.738	197	9.597.834	278	26.997.884	782	12.816,32	22,5	0	0	
Adolfo	3.997	1	429.030	107	693.829	174	8.703.908	2.178	14.515,05	4,8	0	0	
Aguaí	32.033	1,6	4.592.534	143	532.392	17	28.772.293	898	21.524,88	33,01	1	0	
Águas da Prata	7.443	0,54	1.788.578	240	2.144.905	288	7.968.549	1.071	12.720,94	17,01	1	0	
Águas de Lindóia	17.766	1,17	9.733.002	548	952.741	54	10.553.150	594	8.748,70	21,56	0	0	
Águas de Santa Bárbara	5.882	1,48	3.526.562	600	369.550	63	9.099.165	1.547	10.401,48	15,49	0	0	
Águas de São Pedro	2.392	3,03	3.212.527	1.343	5.728.246	2.395	6.860.818	2.868	17.948,45	6,27	0	0	
Agudos	34.968	0,92	3.980.669	114	10.911.201	312	43.974.525	1.258	19.278,94	31,02	0	1	
Alambari	4.118	1,5	760.422	185	0	0	6.523.981	1.584	11.194,27	10,5	1	0	
Alfredo Marcondes	3.847	0,49	351.775	91	589.843	153	5.992.986	1.558	7.444,73	15,13	0	0	
Altair	3.562	0,15	538.265	151	248.486	70	8.248.286	2.316	30.389,50	0,66	0	0	
Altinópolis	16.935	1,11	2.376.783	140	179.672	11	19.403.694	1.146	15.527,99	2,31	0	0	
Alto Alegre	4.185	-0,23	377.890	90	479.112	114	7.211.028	1.723	10.704,44	29,54	1	0	
Alumínio	16.307	0,82	12.050.808	739	4.097.629	251	52.160.879	3.199	121.934,18	75,83	1	1	
Álvares Florence	4.055	-0,73	429.170	106	567.851	140	7.465.046	1.841	13.679,32	7,84	0	0	
Álvares Machado	23.957	0,7	2.339.832	98	3.079.443	129	14.295.015	597	7.218,61	26,29	0	0	
Álvaro de Carvalho	4.883	1,89	188.260	39	458.393	94	6.625.813	1.357	6.218,09	3,51	0	0	
Alvinlândia	3.071	0,99	185.328	60	12.144	4	5.975.272	1.946	11.067,55	5,56	0	0	
Americana	202.989	1,33	66.419.910	327	112.491.855	554	211.946.563	1.044	26.557,60	42,58	1	1	2
Américo Brasiliense	34.559	2,51	5.950.123	172	3.404.812	99	29.457.607	852	13.336,19	21,24	0	1	
Américo de Campos	5.634	0,08	5.845.410	1.038	2.014.733	358	5.970.002	1.060	8.409,58	10,29	0	0	
Amparo	66.849	1,27	19.678.393	294	535.032	8	69.080.228	1.033	20.101,20	47,35	1	0	
Analândia	4.247	2,16	1.244.129	293	0	0	11.076.236	2.608	16.208,65	8,72	1	0	
Andradina	56.941	0,4	12.009.557	211	29.162.752	512	45.408.404	797	13.057,86	29,04	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Anhembi	5.375	2,15	1.635.474	304	94.103	18	10.880.392	2.024	16.568,87	7,02	1	0	
Anhumas	3.755	1,2	153.528	41	3.129.893	834	6.359.055	1.693	8.383,09	15,35	0	0	
Aparecida	36.979	0,72	10.093.047	273	5.957.224	161	26.796.805	725	9.011,59	10,07	0	1	
Aparecida d'Oeste	4.909	-0,05	315.657	64	1.050.125	214	6.266.310	1.276	6.834,69	2,19	0	0	
Apiaí	25.656	-0,71	1.980.173	77	13.091.012	510	20.832.218	812	8.376,56	9,25	0	0	
Araçariguama	13.579	2,49	6.821.684	502	2.126.044	157	23.853.802	1.757	73.034,27	52,98	1	0	
Araçatuba	180.885	0,83	56.010.340	310	264.619.483	1.463	165.596.435	915	13.894,64	18,6	0	1	
Araçoiaba da Serra	24.729	2,79	7.187.082	291	619.673	25	23.964.673	969	8.065,37	13,96	1	0	
Aramina	5.260	1,23	1.303.594	248	531.180	101	8.246.855	1.568	13.614,67	3,66	0	0	
Arandu	6.473	0,81	1.416.679	219	1.134.913	175	9.232.223	1.426	8.390,98	5,13	0	0	
Arapeí	2.815	0,91	315.116	112	3.211.861	1.141	4.884.806	1.735	6.545,32	7,11	0	0	
Araraquara	199.575	1,12	61.433.517	308	4.762.344	24	159.796.278	801	17.191,28	26,44	0	1	
Araras	115.655	1,31	28.636.066	248	2.495.815	22	119.864.574	1.036	19.318,96	33,02	0	1	
Arco Íris	2.062	-0,52	149.580	73	0	0	5.641.818	2.736	17.698,78	6,27	0	0	
Arealva	7.529	0,48	1.233.614	164	2.368.946	315	9.319.715	1.238	13.026,23	19,39	0	0	
Areias	3.888	0,97	494.077	127	1.557.117	400	7.516.199	1.933	7.890,40	0,43	0	0	
Areiópolis	10.661	0,41	524.983	49	1.453.117	136	12.573.311	1.179	6.952,28	9,18	0	0	
Ariranha	8.430	1,52	1.198.187	142	938.472	111	17.880.732	2.121	63.926,27	38,55	0	0	
Artur Nogueira	41.874	2,94	6.271.586	150	16.561.783	396	31.274.291	747	10.575,21	37,45	1	1	
Arujá	75.371	3,06	25.592.261	340	12.451.904	165	27.052.819	359	16.121,87	48,02	0	1	
Aspásia	1.761	-0,71	80.844	46	77.669	44	4.939.990	2.805	9.866,53	0,43	0	0	
Assis	95.367	1,11	20.773.344	218	7.377.587	77	66.439.850	697	11.028,55	9,66	0	0	
Atibaia	129.467	1,89	68.054.061	526	8.583.377	66	90.107.817	696	17.043,65	29,73	1	0	
Auriflamma	13.875	0,32	1.703.953	123	639.327	46	13.816.006	996	10.257,37	42,01	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Avaí	4.914	0,83	517.046	105	488.778	99	8.380.727	1.705	9.122,77	11,61	0	0	
Avanhandava	10.841	2,24	868.247	80	1.383.372	128	10.922.180	1.007	9.376,99	27,13	0	0	
Avaré	86.817	1,6	17.362.817	200	5.167.740	60	67.680.678	780	9.758,07	17,67	0	0	
Bady Bassitt	13.095	1,59	1.713.382	131	925.393	71	12.877.926	983	12.171,75	21,89	0	1	
Balbinos	3.647	10,88	77.223	21	4.169.747	1.143	5.054.184	1.386	4.593,90	28,79	0	0	
Bálsamo	7.880	0,95	777.616	99	2.682.366	340	8.751.442	1.111	12.094,07	37,69	0	0	
Bananal	10.211	0,63	1.273.715	125	14.906.562	1.460	9.015.189	883	6.557,83	12,73	0	0	
Barão de Antonina	2.911	0,5	175.369	60	397.132	136	6.489.929	2.229	7.896,73	6,69	0	0	
Barbosa	6.526	1,37	327.441	50	2.509.292	385	8.328.927	1.276	6.282,53	35,45	1	0	
Bariri	31.401	1,32	4.234.563	135	11.210.128	357	26.698.944	850	13.469,52	39,02	0	0	
Barra Bonita	38.494	1,02	6.890.604	179	1.336.508	35	36.066.807	937	12.018,39	52,36	0	0	
Barra do Chapéu	5.139	0,72	266.287	52	630.474	123	6.648.174	1.294	5.986,12	0,88	0	0	
Barra do Turvo	8.252	0,25	1.012.972	123	1.608.406	195	11.127.592	1.348	4.347,70	3,33	0	0	
Barretos	109.359	0,64	29.636.810	271	22.719.642	208	105.060.215	961	13.370,79	21,53	0	0	
Barrinha	28.361	1,98	1.380.785	49	10.306.451	363	26.104.992	920	7.709,02	9,6	0	1	
Barueri	273.713	3,43	442.570.972	1.617	7.920.699	29	157.208.915	574	100.806,19	17,03	0	1	
Bastos	21.949	0,81	1.644.780	75	35.843	2	22.025.562	1.003	13.511,35	21,9	1	0	
Batatais	55.761	1,07	8.644.097	155	4.204.740	75	57.161.056	1.025	14.575,40	40,33	0	0	
Bauru	357.132	1,52	94.967.312	266	186.762.261	523	182.430.789	511	15.232,73	15,68	0	1	
Bebedouro	77.674	0,46	15.240.377	196	1.832.584	24	76.176.021	981	39.112,13	9,06	0	0	
Bento de Abreu	2.813	1,96	391.679	139	28.438	10	9.048.346	3.217	20.845,47	73,21	0	0	
Bernardino de Campos	11.319	0,67	799.793	71	188.069	17	11.642.822	1.029	9.403,17	32,39	0	0	
Bertioga	42.724	4,45	69.813.968	1.634	18.088.595	423	24.400.012	571	12.191,92	1,17	0	1	
Bilac	7.036	1,79	1.114.137	158	655.919	93	8.239.319	1.171	9.841,77	34,31	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Birigui	103.752	1,18	20.854.103	201	16.232.195	156	72.475.604	699	10.971,37	56,74	0	1	
Biritiba Mirim	29.378	2,21	1.972.546	67	326.867	11	14.717.553	501	8.168,00	6,4	1	1	
Boa Esperança do Sul	14.027	1,38	1.940.834	138	1	0	22.143.684	1.579	15.291,65	7,43	0	0	
Bocaina	10.783	1,66	1.889.313	175	336.469	31	15.368.650	1.425	15.331,27	51,73	0	0	
Bofete	8.666	2,07	2.245.068	259	4.936.111	570	10.729.810	1.238	10.301,50	11,66	1	0	
Boituva	45.143	3,42	15.345.387	340	2.300.394	51	46.780.099	1.036	17.756,93	34,52	1	0	
Bom Jesus dos Perdões	16.942	3,02	3.382.339	200	966.068	57	10.359.544	611	10.592,34	57,52	1	0	
Bom Sucesso de Itararé	3.918	2,45	202.786	52	578.638	148	6.639.161	1.695	6.681,10	9,74	0	0	
Borá	840	0,69	392.313	467	93.246	111	5.047.380	6.009	26.228,66	0,88	0	0	
Boracéia	4.190	1,43	292.674	70	78.449	19	6.772.594	1.616	18.771,90	53,26	0	0	
Borborema	14.243	0,95	1.790.831	126	5.993.099	421	15.269.952	1.072	12.890,78	25,07	0	0	
Borebi	2.338	2,4	407.810	174	1	0	7.220.644	3.088	12.221,04	9,56	0	0	
Botucatu	123.836	1,68	29.810.461	241	25.113.672	203	95.859.697	774	19.053,66	29,83	1	0	2
Bragança Paulista	143.495	1,71	53.485.319	373	10.548.094	74	106.809.407	744	15.057,96	30,19	1	0	
Braúna	4.768	1,06	455.855	96	626.570	131	7.214.796	1.513	8.662,21	7,67	0	0	
Brejo Alegre	2.487	0,93	2.265.762	911	159.490	64	6.230.098	2.505	11.935,17	19,26	0	0	
Brodowski	19.631	1,69	2.913.675	148	9.349.272	476	20.824.810	1.061	8.361,15	35,32	0	0	
Brotas	22.412	2,13	7.176.506	320	610.472	27	22.911.946	1.022	13.692,29	13,17	0	0	
Buri	18.011	0,37	1.134.613	63	5.308.323	295	25.047.690	1.391	11.444,56	11,84	0	0	
Buritama	14.737	0,77	1.694.328	115	3.440.411	233	21.627.993	1.468	12.938,63	21,44	0	0	
Buritizal	3.898	0,72	794.076	204	0	0	10.948.665	2.809	26.614,89	69,77	0	0	
Cabrália Paulista	4.317	-0,84	279.719	65	18.380	4	6.970.267	1.615	16.036,64	30,2	0	0	
Cabreúva	43.045	3,31	9.285.171	216	354.307	8	41.248.194	958	21.154,73	54,01	0	1	
Caçapava	83.651	1,19	17.636.485	211	23.683.370	283	83.257.376	995	23.997,98	46,94	0	1	
Cachoeira Paulista	32.207	2,11	5.992.286	186	4.335.395	135	24.482.020	760	8.691,20	10,46	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Caconde	19.421	0,7	1.695.612	87	730.122	38	18.356.475	945	9.476,04	4,9	0	0	
Cafelândia	17.144	1,02	1.253.583	73	2.830.885	165	15.514.288	905	9.952,74	27,02	0	0	
Caiabu	4.282	0,6	161.945	38	1.061.519	248	4.842.736	1.131	8.636,17	2,56	0	0	
Caieiras	90.252	3,03	29.721.534	329	6.894.697	76	52.092.340	577	16.179,94	38,19	0	1	
Caiuá	5.135	2,53	555.940	108	7.011.017	1.365	4.941.521	962	13.866,73	77,76	0	0	
Cajamar	63.308	2,78	37.767.602	597	114.302.921	1.806	87.835.140	1.387	52.659,21	33,19	1	1	
3509254 -	29.565	0,18	4.623.262	156	532.161	18	41.659.781	1.409	12.166,04	20,95	0	0	
Cajobi	9.486	0,41	897.851	95	2.724.571	287	11.717.223	1.235	10.898,56	4,38	0	0	
Cajuru	23.069	1,29	1.649.829	72	712.378	31	23.715.048	1.028	10.132,63	29,41	0	0	
Campina do Monte Alegre	5.803	1,36	1.331.213	229	38.165	7	7.459.582	1.285	13.173,46	17,89	0	0	
Campinas	1.061.290	1,13	791.809.094	746	1.845.049.485	1.738	819.102.236	772	26.133,13	18,42	1	1	
Campo Limpo Paulista	73.741	1,81	14.501.032	197	37.896.838	514	72.692.082	986	10.486,32	46,18	1	1	
Campos do Jordão	49.356	1,36	30.002.507	608	19.393.790	393	48.567.862	984	10.481,63	8,11	0	0	
Campos Novos Paulista	4.712	1,51	718.849	153	2.673.986	567	8.666.162	1.839	14.348,22	6,8	0	0	
Cananéia	13.423	1,11	2.633.414	196	9.522.102	709	15.434.173	1.150	7.120,59	2,45	0	0	
Canas	4.414	2,52	964.799	219	412.221	93	7.163.550	1.623	7.027,43	31,65	0	0	
Cândido Mota	31.221	0,8	3.345.701	107	3.349.743	107	31.191.901	999	13.382,50	18,5	0	0	
Cândido Rodrigues	2.849	1,09	515.040	181	147.598	52	5.416.940	1.901	15.535,07	14,61	0	0	
Canitar	4.399	3	526.643	120	327.103	74	7.611.246	1.730	6.443,85	68,11	0	0	
Capão Bonito	47.633	0,24	4.471.222	94	35.786.076	751	42.812.752	899	9.315,27	10,62	0	0	
Capela do Alto	17.093	2,28	1.921.567	112	881.863	52	15.115.225	884	8.468,93	22,68	1	0	
Capivari	46.473	1,42	9.161.232	197	10.479.689	226	47.503.641	1.022	17.265,47	49,65	1	0	
Caraguatatuba	90.302	1,64	58.814.293	651	21.929.593	243	93.012.998	1.030	9.480,11	5,77	0	0	
Carapicuíba	396.978	1,78	33.250.504	84	71.432.023	180	120.623.896	304	6.186,27	16,87	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Cardoso	11.575	-0,02	1.038.931	90	718.386	62	15.424.904	1.333	10.019,93	11,58	0	0	
Casa Branca	27.785	0,46	7.034.542	253	1.232.551	44	27.969.019	1.007	20.816,77	4,03	1	0	
Cássia dos Coqueiros	2.782	-0,36		0	617.272	222	5.110.338	1.837	11.161,54	0,43	0	0	
Castilho	16.149	0,96	2.325.292	144	7.880.776	488	34.003.622	2.106	37.163,50	17,92	0	0	
Catanduva	112.182	0,74	35.673.212	318	30.494.233	272	96.608.388	861	17.320,05	25,99	0	0	
Catiguá	6.898	0,63	1.107.376	161	1.187.085	172	7.092.529	1.028	10.689,67	1,05	0	0	
Cedral	7.731	1,81	1.857.099	240	1.703.775	220	9.465.187	1.224	11.523,30	38,48	0	0	
Cerqueira César	16.792	1,28	2.430.611	145	762.126	45	16.419.767	978	12.800,01	20,06	0	0	
Cerquilha	38.192	3,23	8.215.472	215	0	0	42.265.847	1.107	54.962,48	55,27	0	0	
Cesário Lange	14.173	1,2	2.155.346	152	3.633.989	256	16.632.618	1.174	11.549,86	34,7	1	0	
Charqueada	14.582	1,41	2.419.439	166	1.582.049	108	14.105.948	967	7.873,22	36,11	0	0	
Chavantes	12.658	0,48	1.047.601	83	3.221.856	255	16.443.495	1.299	12.937,58	14,15	0	0	
Clementina	6.182	1,68	813.419	132	1.691.657	274	8.668.510	1.402	8.645,11	40,93	0	0	
Colina	17.581	0,67	3.149.997	179	12.384.564	704	25.004.227	1.422	15.061,88	10,25	0	0	
Colômbia	6.294	0,71	1.825.403	290	2.256.201	358	15.952.282	2.535	23.591,15	19,28	0	0	
Conchal	25.288	1,36	4.497.399	178	8.340.765	330	25.600.659	1.012	18.524,18	42,48	0	0	
Conchas	17.429	1,96	2.198.505	126	4.917.369	282	17.879.881	1.026	20.182,52	52,48	1	0	
Cordeirópolis	21.604	2,56	8.070.573	374	7.766.630	359	60.010.056	2.778	66.854,05	32,18	1	1	
Coroados	4.945	1,44	424.693	86	172.176	35	8.087.644	1.636	11.845,28	22,43	0	0	
Coronel Macedo	5.416	-0,37	314.160	58	4.257.347	786	7.591.323	1.402	8.855,09	12,52	0	0	
Corumbataí	4.239	1,4	1.665.647	393	382.759	90	8.651.402	2.041	21.351,57	32,6	1	0	
Cosmópolis	55.117	2,74	9.855.262	179	16.869.058	306	48.425.528	879	11.764,44	42	1	1	
Cosmorama	7.177	-0,32	1.111.185	155	239.028	33	9.013.666	1.256	11.963,20	29,4	0	0	
Cotia	184.148	2,66	91.277.118	496	103.477.472	562	80.955.517	440	24.703,65	41,65	0	1	
Cravinhos	32.815	1,79	6.052.932	184	11.665.431	355	29.207.892	890	11.250,82	13,72	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Cristais Paulista	7.301	1,31	788.502	108	311.502	43	10.518.081	1.441	16.858,93	0,69	0	0	
Cruzália	2.611	0,03	204.689	78	4.730.317	1.812	6.511.344	2.494	22.369,20	45,74	0	0	
Cruzeiro	78.137	0,76	10.404.956	133	4.017.467	51	63.732.833	816	9.150,17	34,33	0	0	
Cubatão	122.562	1,54	130.526.269	1.065	333.546.280	2.721	419.963.249	3.427	51.968,25	7,73	0	1	
Cunha	23.602	0,29	1.029.764	44	285.911	12	17.305.358	733	4.426,90	31,17	0	0	
Descalvado	31.391	1,02	4.976.468	159	727.473	23	44.460.235	1.416	21.468,52	57,39	0	0	
Diadema	392.738	1,19	133.003.931	339	369.945.409	942	278.369.590	709	22.371,23	39,48	0	1	
Dirce Reis	1.579	-0,36	105.610	67	20.582	13	5.195.031	3.290	14.256,85	3,44	0	0	
Divinolândia	12.224	0,22	859.703	70	5.134.310	420	8.093.595	662	10.683,48	15,8	0	0	
Dobrada	7.733	1,24	616.125	80	2.953.427	382	6.348.277	821	8.914,02	38,92	0	0	
Dois Córregos	25.141	1,4	3.330.022	132	479.863	19	21.157.874	842	13.342,65	21,64	0	0	
Dolcinópolis	2.198	0,24	273.729	125	483.830	220	5.801.938	2.640	9.936,13	18,17	0	0	
Dourado	9.282	0,94	964.934	104	1.136.435	122	11.075.398	1.193	9.580,43	17,61	0	0	
Dracena	42.701	0,64	8.136.173	191	12.382.037	290	35.760.351	837	11.039,09	28,58	1	0	
Duartina	13.336	0,82	3.712.230	278	1.520.409	114	12.944.666	971	8.110,16	57,44	0	0	
Dumont	7.671	2,49	905.506	118	1.019.981	133	6.470.986	844	8.665,85	8,17	0	1	
Echaporã	6.890	0,1	376.667	55	789.752	115	10.279.841	1.492	9.338,66	2,67	0	0	
Eldorado	15.096	0,83	700.460	46	3.581.843	237	14.926.817	989	6.512,33	60,26	0	0	
Elias Fausto	15.504	1,37	2.021.092	130	721.520	47	10.466.203	675	29.596,58	3,92	0	0	
Elisiário	3.103	2,3	426.032	137	372.566	120	6.573.226	2.118	12.819,27	3,76	0	0	
Embaúba	2.520	0,2	298.966	119	33.054	13	4.157.206	1.650	12.300,49	24,59	0	0	
Embu	255.269	2,56	38.989.888	153	11.038.166	43	104.581.121	410	10.430,56	46,43	0	1	
Embu-Guaçu	61.380	0,88	10.337.888	168	1.232.216	20	41.246.935	672	7.517,04	9,4	0	1	
Emilianópolis	3.057	0,68	177.021	58	548.735	180	6.665.007	2.180	8.165,65	33,85	0	0	
Engenheiro Coelho	13.391	3,63	1.533.350	115	2.528.063	189	12.948.220	967	14.826,31	45,75	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Espírito Santo do Pinhal	42.954	0,73	8.296.231	193	6.354.945	148	15.651.003	364	13.158,30	13,34	1	0	
Espírito Santo do Turvo	4.256	1,82	268.812	63	139.963	33	8.593.417	2.019	17.345,13	42,05	0	0	
Estiva Gerbi	9.564	0,94	1.604.899	168	1.058.242	111	7.980.596	834	15.003,70	0,74	0	1	
Estrela d'Oeste	8.631	0,52	1.096.542	127	615.413	71	10.639.274	1.233	64.630,28	4,33	0	0	
Estrela do Norte	2.443	-0,87	114.007	47	746.866	306	6.435.567	2.634	9.643,69	38,98	0	0	
Euclides da Cunha Paulista	10.875	0,8	428.775	39	3.629.237	334	13.858.574	1.274	5.449,71	19,27	0	0	
Fartura	15.583	0,47	1.405.900	90	426.477	27	16.734.437	1.074	8.844,55	14,23	0	0	
Fernandópolis	64.950	0,65	12.501.585	192	3.818.697	59	42.576.932	656	13.588,60	5,45	0	0	
Fernando Prestes	5.731	0,67	1.004.909	175	51.892	9	8.732.210	1.524	15.553,90	54,43	0	0	
Fernão	1.448	0,13	288.083	199	0	0	5.222.077	3.606	10.744,94	0,47	0	0	
Ferraz de Vasconcelos	182.289	3,12	13.876.699	76	63.710.122	350	61.335.470	336	6.076,07	25,75	0	1	
Flora Rica	2.050	-0,7		0	38.491	19	4.447.680	2.170	12.070,87	14,02	0	0	
Floreal	3.108	-0,44	270.427	87	5.838.244	1.878	6.842.592	2.202	9.236,05	0,19	0	0	
Flórida Paulista	12.654	1,39	972.275	77	20.886	2	12.646.186	999	9.078,24	41,06	0	0	
Florínia	2.925	-0,75	318.610	109	478.391	164	7.995.156	2.733	28.116,76	4,71	0	0	
Franca	331.480	1,77	69.352.171	209	109.154.643	329	201.687.722	608	11.205,22	33,63	0	0	
Francisco Morato	160.862	2,31	11.168.580	69	394.481	2	87.014.905	541	4.282,20	62,19	0	1	
Franco da Rocha	126.190	1,94	15.640.319	124	31.791.338	252	75.049.330	595	12.098,70	21,71	0	1	
Gabriel Monteiro	2.825	0,44	311.583	110	912.611	323	6.023.265	2.132	20.851,16	36,31	0	0	
Gália	6.916	-1,62	3.234.299	468	28.317	4	7.748.943	1.120	8.455,11	6,73	0	0	
Garça	44.901	0,49	6.496.938	145	4.163.298	93	33.695.550	750	12.315,78	56,02	0	0	
Gastão Vidigal	3.940	1,17	210.441	53	4.561.788	1.158	5.721.209	1.452	8.510,48	19,34	0	0	
Gavião Peixoto	4.516	1,14	884.041	196	0	0	7.472.758	1.655	18.556,46	2,77	0	1	
General Salgado	11.148	0,36	1.564.645	140	3.322.326	298	14.565.673	1.307	12.039,81	40,74	0	0	
Getulina	11.291	0,96	875.034	77	1.244.308	110	11.650.303	1.032	8.332,92	40,24	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Glicério	4.750	0,88	365.062	77	694.507	146	8.628.456	1.817	10.363,34	0,19	0	0	
Guaçara	11.302	2,57	848.656	75	950.466	84	10.895.803	964	8.828,09	29,27	0	0	
Guaimbê	4.917	-0,66	335.516	68	540.328	110	7.517.602	1.529	7.727,95	53,03	0	0	
Guaíra	37.130	0,88	8.509.312	229	16.808.763	453	49.427.749	1.331	17.814,69	26,28	0	0	
Guapiaçu	16.955	2,37	1.851.166	109	77.480	5	22.173.271	1.308	23.228,67	13,78	0	0	
Guapiara	21.404	1,03	1.073.821	50	6.827.356	319	18.723.809	875	7.140,74	9,29	0	0	
Guará	20.761	1,18	3.590.160	173	2.148.817	104	24.438.939	1.177	11.563,18	45,9	0	0	
Guaraçai	9.246	0,47	1.267.010	137	1.527.162	165	10.850.438	1.174	12.474,61	10,34	0	0	
Guaraci	9.566	1	1.086.514	114	3.005.029	314	14.229.285	1.487	12.636,18	18,44	0	0	
Guarani d'Oeste	2.102	0,58	152.392	72	512.443	244	5.146.499	2.448	7.185,52	25,97	0	0	
Guarantã	6.934	1,15	433.683	63	501.771	72	8.039.516	1.159	11.657,63	39,41	0	0	
Guararapes	29.619	0,35	4.424.255	149	14.115.132	477	28.071.132	948	16.482,99	19,59	0	0	
Guararema	25.378	1,84	11.496.485	453	2.201.524	87	31.682.135	1.248	16.246,05	39,29	0	1	
Guaratinguetá	114.033	1,12	27.816.821	244	62.166.958	545	103.667.140	909	16.658,46	50,88	0	1	
Guareí	13.560	3,28	1.220.090	90	650.649	48	12.479.941	920	6.996,60	4,8	0	0	
Guariba	33.203	0,83	4.493.856	135	1.393.795	42	37.822.940	1.139	9.128,00	40,52	0	0	
Guarujá	307.255	1,86	300.616.177	978	475.671.308	1.548	191.655.839	624	9.800,14	13,93	0	1	
Guarulhos	1.298.394	2,37	404.022.240	311	805.906.059	621	881.106.037	679	22.202,46	12,2	0	1	
Guatapar	6.969	1,13	1.525.522	219	636.892	91	11.513.077	1.652	13.226,75	32,3	0	1	
Guzolândia	4.717	1,14	434.766	92	2.199.052	466	6.809.411	1.444	7.713,29	12,93	0	0	
Herculândia	8.730	1,11	430.178	49	158.204	18	7.780.041	891	8.712,49	36,91	0	0	
Holambra	9.430	3,36	4.372.291	464	2.213.280	235	18.021.562	1.911	50.978,46	52,55	0	1	
Hortolândia	195.371	3,08	79.259.561	406	39.913.981	204	165.537.187	847	20.775,31	9,58	1	1	2
Iacanga	9.139	1,25	1.714.930	188	2.064.993	226	10.878.357	1.190	17.582,52	0,66	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Iacri	6.670	-0,22	376.320	56	217.484	33	7.765.914	1.164	8.592,57	33,42	1	0	
Iaras	4.886	5,32	1.226.519	251	4.347	1	8.695.947	1.780	10.012,88	28,24	0	0	
Ibaté	30.604	1,83	5.027.926	164	14.817.860	484	26.206.605	856	10.000,25	24,62	0	1	
Ibirá	10.514	1,33	1.834.314	174	2.542.785	242	11.810.604	1.123	8.855,51	56,57	0	0	
Ibirarema	6.700	2,04	507.598	76	1.404.804	210	9.648.393	1.440	13.652,66	20,72	0	0	
Ibitinga	52.225	1,4	4.617.859	88	4.667.270	89	18.187.515	348	11.711,30	26,62	0	0	
Ibiúna	70.565	1,15	12.906.938	183	7.105.761	101	57.490.871	815	8.878,05	7,77	1	0	
Icém	6.504	-0,43	798.925	123	2.197.767	338	19.601.065	3.014	13.716,24	14,85	0	0	
Iepê	7.491	0,42	708.509	95	1.297.873	173	12.792.791	1.708	13.873,71	34,52	0	0	
Igaraçu do Tietê	24.185	0,83	1.560.230	65	3.901.024	161	12.347.657	511	5.801,42	23,08	0	0	
Igarapava	28.620	1,24	3.149.637	110	8.134.349	284	33.906.492	1.185	16.971,26	8,81	0	0	
Igaratá	9.574	1,77	2.255.834	236	1.482.121	155	9.276.315	969	8.406,56	1,96	0	0	
Iguape	29.132	0,74	4.161.322	143	4.865.677	167	24.788.409	851	7.344,00	0,96	0	0	
Ilhabela	26.881	3,23	18.728.096	697	129.516	5	22.072.556	821	10.002,35	10,13	0	0	
Ilha Comprida	9.224	4,01	12.082.192	1.310	566.197	61	12.512.017	1.356	9.175,00	42,91	0	0	
Ilha Solteira	25.476	0,73	4.020.338	158	3.949.027	155	50.111.227	1.967	45.666,98	31,32	0	0	
Indaiatuba	183.981	2,8	87.656.467	476	58.995.344	321	177.588.854	965	23.426,91	5,32	1	1	
Indiana	5.049	0,29	300.444	60	2.578.814	511	3.982.657	789	6.883,53	5,06	0	0	
Indiaporã	3.892	-0,55	347.795	89	712.428	183	7.922.219	2.036	10.409,15	56,91	0	0	
Inúbia Paulista	3.633	1,11	580.245	160	1.083.907	298	6.830.621	1.880	12.678,73	55,63	0	0	
Ipaussu	13.535	0,94	1.247.808	92	2.934.206	217	14.354.336	1.061	8.461,24	69,27	0	0	
Iperó	25.215	3,96	4.120.932	163	3.690.390	146	24.387.608	967	11.800,95	20,08	1	1	
Ipeúna	5.698	3,4	1.507.890	265	47.633	8	9.428.215	1.655	15.716,10	1,81	1	0	
Ipigúá	4.436	3,03	320.338	72	1.117.002	252	6.765.099	1.525	8.158,06	36,1	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Iporanga	4.607	0,16	426.094	92	3.559.075	773	5.426.016	1.178	4.730,98	65,16	0	0	
Ipuã	14.850	2,8	2.210.299	149	720.242	49	22.191.397	1.494	11.851,48	28,84	0	0	
Iracemápolis	18.576	2,22	3.511.307	189	3.770.907	203	24.108.954	1.298	23.119,80	5,18	1	1	
Irapuã	7.039	0,7	538.485	77	515.013	73	9.377.030	1.332	11.421,15	12,37	0	0	
Irapuru	8.086	0,84	417.056	52	2.107.103	261	4.881.919	604	6.665,00	32,51	0	0	
Itaberá	18.436	-0,29	1.506.383	82	466.456	25	18.964.608	1.029	12.026,60	33,32	0	0	
Itaí	23.512	1,41	4.325.670	184	1.228.182	52	26.854.988	1.142	15.168,44	32,17	0	0	
Itajobi	14.798	0,48	1.997.980	135	1.507.304	102	8.536.653	577	13.100,51	3,84	0	0	
Itaju	2.770	0,63	282.503	102	81.699	29	6.898.324	2.490	18.393,15	3,56	0	0	
Itanhaém	89.791	2,73	54.629.104	608	40.262.425	448	68.673.589	765	7.891,28	20,05	0	1	
Itaóca	3.131	-0,38	262.344	84	2.785	1	5.272.887	1.684	5.287,77	19,27	0	0	
Itapecerica da Serra	161.648	2,78	27.643.054	171	35.727.575	221	126.119.016	780	15.238,06	10,94	0	1	
Itapetininga	143.075	1,62	22.636.972	158	41.762.957	292	96.963.424	678	13.679,50	32,55	0	0	
Itapeva	91.809	1,27	13.844.228	151	38.135.887	415	101.553.969	1.106	11.073,20	40,15	0	0	
Itapevi	210.869	3,27	36.289.329	172	22.754.712	108	135.455.557	642	10.007,20	0,23	0	1	
Itapira	69.181	1,07	19.928.071	288	25.573.954	370	74.184.018	1.072	17.700,33	24,91	0	1	
Itapirapuã Paulista	3.777	0,66	157.714	42	185.560	49	6.790.844	1.798	5.131,47	11,37	0	0	
Itápolis	40.798	0,96	4.946.007	121	8.194.109	201	33.536.209	822	14.799,64	38,31	0	0	
Itaporanga	14.340	0	747.714	52	683.285	48	13.893.966	969	6.494,72	0,91	0	0	
Itapuí	11.934	1,74	1.239.676	104	767.216	64	7.326.817	614	12.213,39	52,43	0	0	
Itapura	3.923	0,29	264.968	68	1.839.993	469	4.725.185	1.204	11.183,72	19,27	0	0	
Itaquaquecetuba	373.358	3,95	42.372.714	113	118.163	0	141.298.725	378	6.928,39	6,33	0	1	
Itararé	50.813	1,07	6.413.516	126	14.246.585	280	48.869.388	962	10.172,56	41,8	0	0	
Itariri	15.437	1,57	1.383.259	90	4.418.048	286	12.587.318	815	4.952,82	14,23	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Itatinga	18.089	1,98	4.342.281	240	0	0	19.881.023	1.099	8.627,57	16,38	1	0	
Itirapina	14.967	1,77	4.846.122	324	6.827.703	456	17.163.225	1.147	11.938,97	17,56	0	0	
Itirapuã	5.749	0,77	299.450	52	117.699	20	5.000.637	870	10.670,12	36,36	0	0	
Itobi	8.005	0,87		0	1.805.941	226	3.996.122	499	8.385,94	61,44	0	0	
Itu	156.076	1,78	55.217.935	354	61.358.665	393	134.281.452	860	23.516,35	13,69	1	1	
Itupeva	38.764	5,01	20.617.935	532	1.953.957	50	42.075.364	1.085	30.230,88	1,97	0	1	
Ituverava	39.163	0,95	6.706.265	171	2.676.400	68	24.351.698	622	11.240,48	27,6	0	0	
Jaborandi	6.498	0,15	682.896	105	1.255.917	193	10.419.698	1.604	9.445,56	35,83	0	0	
Jaboticabal	73.643	1,1	21.752.163	295	16.044.734	218	69.076.905	938	16.820,37	44,08	0	0	
Jacareí	212.311	1,31	56.263.899	265	45.389.788	214	206.755.943	974	19.656,85	9,61	0	1	
Jaci	5.137	2,79	502.974	98	165.746	32	8.543.888	1.663	22.723,23	44,38	0	0	
Jacupiranga	16.598	-0,26	1.764.476	106	2.867.647	173	17.349.622	1.045	8.016,44	18,91	0	0	
Jaguariúna	38.417	3,28	18.453.513	480	205.714	5	125.046.014	3.255	66.185,17	68,76	0	1	
Jales	48.549	0,61	7.764.155	160	16.005.168	330	31.768.582	654	12.097,29	41,48	0	0	
Jambeiro	5.135	3,18	1.340.510	261	129.615	25	9.808.947	1.910	86.543,21	22,79	0	0	
Jandira	112.032	2,49	19.477.305	174	39.730.144	355	76.217.966	680	11.344,39	43,1	0	1	
Jardinópolis	36.053	1,99	6.333.759	176	11.875.232	329	22.377.799	621	10.140,59	38,35	0	0	
Jarinu	21.342	2,86	8.584.698	402	4.362.236	204	20.499.038	961	12.046,76	2,61	1	0	
Jau	129.693	1,85	31.987.519	247	22.006.371	170	88.005.617	679	11.652,29	32,2	0	0	
Jeriquara	3.403	0,47	185.173	54	780.480	229	7.793.853	2.290	25.149,61	0,44	0	0	
Joanópolis	11.598	1,35	1.822.855	157	116.358	10	13.111.377	1.130	8.092,39	42,64	0	0	
João Ramalho	4.314	1,45	487.494	113	534.479	124	4.776.841	1.107	10.002,61	1,65	0	0	
José Bonifácio	31.704	1,23	7.245.195	229	3.570.169	113	29.562.354	932	15.778,32	68,7	0	0	
Júlio Mesquita	4.517	1,01	507.830	112	2.306.259	511	6.541.524	1.448	7.263,39	29,52	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Jumirim	2.439	1,3	258.445	106	0	0	6.361.129	2.608	20.413,17	41,6	1	0	
Jundiaí	355.417	1,18	222.250.220	625	350.883.499	987	425.726.782	1.198	40.703,90	9,69	1	1	
Junqueirópolis	19.067	1,4	2.330.128	122	2.048.165	107	16.997.542	891	9.835,33	8,09	1	0	
Juquiá	19.868	-0,33	705.196	35	3.741.278	188	21.026.791	1.058	6.261,20	3,17	0	0	
Juquitiba	29.076	1,14	6.076.565	209	23.968.215	824	14.446.998	497	6.760,63	39,96	0	1	
Lagoinha	5.087	0,34	408.686	80	1.456.287	286	7.212.453	1.418	7.355,34	0,47	0	0	
Laranjal Paulista	24.952	1,48	5.710.125	229	2.394.591	96	28.756.957	1.152	12.083,98	25,06	1	0	
Lavínia	8.128	4,77	496.392	61	207.150	25	8.162.848	1.004	9.053,90	35,94	0	0	
Lavrinhas	7.051	2,01	2.606.051	370	1.483.935	210	9.104.333	1.291	7.091,00	30,99	0	0	
Leme	89.385	1,28	19.202.196	215	7.624.543	85	66.090.235	739	12.207,34	42,08	0	1	
Lençóis Paulista	62.033	1,5	11.179.392	180	1.292.461	21	70.148.246	1.131	26.006,47	38,18	0	1	
Limeira	279.192	1,43	83.553.148	299	68.746.562	246	257.436.916	922	19.108,73	45,99	1	1	
Lindóia	6.021	1,52	1.897.630	315	738.460	123	8.472.172	1.407	11.287,10	29,23	0	0	
Lins	70.555	0,83	13.175.788	187	6.913.311	98	52.701.643	747	17.102,53	0,42	0	0	
Lorena	83.595	0,86	10.598.065	127	6.509.152	78	67.928.031	813	12.596,61	44,91	0	1	
Lourdes	2.087	0,5	215.326	103	0	0	5.686.148	2.725	9.430,71	25,55	0	0	
Louveira	31.397	3,47	22.373.674	713	2.422.287	77	86.204.682	2.746	211.883,80	7,78	0	1	
Lucélia	19.194	0,57	2.892.605	151	243.055	13	20.096.735	1.047	8.633,12	26,42	0	0	
Lucianópolis	2.326	0,92	139.063	60	1	0	5.843.046	2.512	10.924,08	7,01	0	0	
Luís Antônio	10.886	5,31	3.151.365	289	447.693	41	38.187.392	3.508	47.369,23	22,6	0	0	
Luiziânia	4.811	1,46	253.619	53	21.832	5	6.988.362	1.453	9.151,15	15,87	0	0	
Lupércio	4.423	0,6	368.033	83	109.126	25	7.273.801	1.645	8.651,48	38,24	0	0	
Lutécia	2.998	0,44	184.853	62	324.764	108	7.362.603	2.456	12.674,36	10,37	0	0	
Macatuba	17.667	1,43	1.894.379	107	1.125.623	64	27.084.096	1.533	29.151,89	16,8	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Macaubal	7.563	0,29	376.067	50	2.492.661	330	6.955.763	920	8.467,30	14,25	0	0	
Macedônia	3.706	-0,16	408.822	110	212.242	57	8.046.304	2.171	9.872,86	41,94	0	0	
Magda	3.328	-0,32	230.525	69	481.232	145	3.904.963	1.173	10.716,27	28,79	0	0	
Mairinque	45.759	1,69	9.275.006	203	1.312.862	29	58.599.745	1.281	16.318,90	25,17	1	1	
Mairiporã	75.778	2,93	24.098.175	318	47.481.737	627	52.906.353	698	10.727,35	8,54	0	1	
Manduri	8.716	0,65	594.626	68	2.727.240	313	9.506.205	1.091	8.211,48	16,24	0	0	
Marabá Paulista	5.317	4,18	257.073	48	6.321.446	1.189	9.989.227	1.879	7.927,14	19,25	0	0	
Maracaí	13.606	0,58	3.418.311	251	2.127.880	156	20.179.384	1.483	22.493,94	2,08	0	0	
Marapoama	2.609	1,93	229.948	88	599.828	230	6.468.160	2.479	24.918,17	25,22	0	0	
Mariápolis	3.773	-0,29	227.074	60	422.299	112	6.197.125	1.642	6.248,04	0,28	0	0	
Marília	224.487	1,6	59.415.358	265	43.376.033	193	166.594.069	742	12.891,66	11,79	0	0	
Marinópolis	2.327	0,75	152.730	66	1	0	5.590.855	2.403	11.536,32	38,35	0	0	
Martinópolis	24.043	0,91	2.021.738	84	2.638.710	110	14.201.778	591	9.516,43	45,68	0	0	
Matão	78.010	1,05	13.458.500	173	26.584.486	341	79.445.236	1.018	50.616,60	17,22	0	0	
Mauá	414.917	1,66	87.005.524	210	284.710.733	686	56.135.542	135	13.394,59	10,68	0	1	
Mendonça	3.996	0,78	584.989	146	359.099	90	6.965.446	1.743	9.448,45	0,43	0	0	
Meridiano	4.214	0,56	623.475	148	1.533.242	364	6.437.644	1.528	10.173,59	1,17	0	0	
Mesópolis	1.953	0,17	225.670	116	492.407	252	5.887.427	3.015	12.924,59	27,37	0	0	
Miguelópolis	20.559	0,98	2.473.434	120	14.049.758	683	31.957.196	1.554	12.629,34	9,19	0	0	
Mineiros do Tietê	13.026	1,64	885.317	68	4.581.188	352	11.706.723	899	7.472,54	7,12	0	0	
Miracatu	24.974	1,37	2.358.007	94	1.859.778	74	23.472.065	940	5.855,29	24,97	0	0	
Mira Estrela	2.643	0,2	332.769	126	199.374	75	8.101.801	3.065	11.103,61	12	0	0	
Mirandópolis	27.229	0,6	3.296.345	121	9.360.185	344	21.992.831	808	8.285,09	42,66	0	0	
Mirante do Paranapanema	17.261	0,78	2.223.733	129	19.160.658	1.110	14.588.476	845	5.644,94	16,07	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Mogi das Cruzes	377.501	1,68	118.685.070	314	64.746.757	172	225.356.304	597	15.250,95	34,86	0	1	
Mogi Guaçu	141.365	1,62	31.084.118	220	23.085.485	163	157.836.117	1.117	17.933,09	28,71	0	1	
Moji Mirim	91.484	1,46	30.211.486	330	97.271.392	1.063	90.799.400	993	24.021,79	27,57	0	1	
Mombuca	3.523	1,58	504.352	143	0	0	6.631.472	1.882	9.551,10	3,69	0	0	
Monções	2.049	-0,05	808.077	394	1.178.278	575	5.270.276	2.572	10.866,97	54,79	0	0	
Mongaguá	44.329	2,9	32.582.383	735	7.694.541	174	22.800.854	514	8.444,89	49,26	0	1	
Monte Alegre do Sul	7.021	1,34	1.959.515	279	154.288	22	9.055.975	1.290	12.310,12	50,25	0	0	
Monte Alto	46.763	0,87	9.431.313	202	1.446.445	31	43.999.962	941	17.352,32	6,63	0	0	
Monte Aprazível	19.975	1	3.094.684	155	3.702.700	185	21.808.793	1.092	17.181,12	5,68	0	0	
Monte Azul Paulista	20.351	0,49	2.485.199	122	9.321.689	458	22.071.032	1.085	13.998,16	2,82	0	0	
Monte Castelo	4.001	-0,29	342.281	86	522.854	131	6.555.151	1.638	10.372,06	41,59	0	0	
Monteiro Lobato	4.068	1,49	845.616	208	585.508	144	6.509.361	1.600	7.191,15	56,55	0	0	
Monte Mor	45.608	2,51	8.474.863	186	4.819.181	106	55.921.411	1.226	23.901,11	25,2	1	1	2
Morro Agudo	28.205	1,31	5.239.669	186	1.726.446	61	42.504.725	1.507	22.171,60	23,09	0	0	
Morungaba	12.297	2,73	2.194.626	178	637.652	52	14.928.522	1.214	16.580,56	4,71	0	0	
Motuca	4.386	1,59	710.897	162	16.342	4	5.694.763	1.298	41.317,35	2,23	0	0	
Murutinga do Sul	4.080	0,33	266.710	65	987.484	242	7.231.191	1.772	8.459,68	80,95	0	0	
Nantes	2.571	1,51	300.394	117	1	0	7.682.724	2.988	39.439,56	4,61	0	0	
Narandiba	4.146	1,28	1.474.021	356	497.179	120	9.594.011	2.314	15.673,09	25,38	0	0	
Natividade da Serra	7.338	0,69	454.678	62	798.355	109	9.914.844	1.351	5.442,43	26,51	0	0	
Nazaré Paulista	16.382	1,61	2.348.321	143	5.388.233	329	8.999.096	549	8.447,56	13,83	0	0	
Neves Paulista	9.153	0,34	752.763	82	139.658	15	9.512.000	1.039	10.417,00	10,58	0	0	
Nhandeara	10.374	0,21	1.553.120	150	1.441.917	139	10.966.355	1.057	10.834,93	46,47	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Nipoã	3.833	2,02	804.124	210	970.208	253	6.713.963	1.752	10.300,21	41,79	0	0	
Nova Aliança	5.012	0,64	626.615	125	1.811.661	361	7.607.006	1.518	13.872,93	0,66	0	0	
Nova Campina	9.219	2,94	796.353	86	108.083	12	13.604.802	1.476	13.532,77	2,18	0	0	
Nova Canaã Paulista	2.390	-0,45	216.955	91	514.349	215	5.304.029	2.219	12.127,22	68,85	0	0	
Nova Castilho	1.056	0,78	192.851	183	65.693	62	6.108.716	5.785	26.031,46	9,09	0	0	
Nova Europa	9.313	3,12	1.005.090	108	665.044	71	11.910.211	1.279	10.907,39	0,42	0	0	
Nova Granada	18.399	0,97	1.769.896	96	195.304	11	17.841.860	970	10.587,01	65,69	0	0	
Nova Guataporanga	2.106	0,18	139.370	66	727.865	346	4.780.882	2.270	5.850,21	3,38	0	0	
Nova Independência	2.536	2,56	1.071.797	423	2.242.220	884	7.277.106	2.870	15.869,78	3,98	0	0	
Novais	3.686	1,65	333.609	91	223.818	61	7.541.798	2.046	8.222,30	65,75	0	0	
Nova Luzitânia	3.498	3,01	396.417	113	420.474	120	5.758.767	1.646	6.740,81	23,54	0	0	
Nova Odessa	46.881	1,32	14.176.448	302	1.775.656	38	54.028.980	1.152	22.420,05	68,6	1	1	2
Novo Horizonte	34.487	0,76	6.329.423	184	8.312.416	241	38.556.654	1.118	16.839,98	10,11	0	0	
Nuporanga	6.656	0,68	1.200.064	180	873.159	131	13.625.357	2.047	17.559,93	1,14	0	0	
Ocaçu	4.245	0,26	477.471	112	476.377	112	5.511.953	1.298	9.872,75	39,07	0	0	
Óleo	2.830	-0,66	120.676	43	698.509	247	5.573.333	1.969	10.633,20	11,15	0	0	
Olímpia	49.093	0,81	9.281.041	189	6.822.312	139	46.633.440	950	16.404,00	27,25	0	0	
Onda Verde	3.871	1,57	648.761	168	551.358	142	8.136.304	2.102	35.413,79	0,49	0	0	
Oriente	6.109	0,44	780.432	128	1.468.881	240	6.565.863	1.075	6.904,36	24,17	0	0	
Orindiúva	5.082	2,54	669.340	132	424.275	83	15.437.652	3.038	18.134,92	22,39	0	0	
Orlândia	38.399	0,81	10.433.215	272	762.555	20	24.818.165	646	23.472,87	25,32	0	0	
Osasco	715.444	1,14	311.565.462	435	689.588.166	964	472.201.488	660	35.217,67	31,41	0	1	
Oscar Bressane	2.550	0,02	274.247	108	488.331	192	4.618.027	1.811	9.640,19	24,92	0	0	
Oswaldo Cruz	29.950	0,12	4.787.802	160	3.474.178	116	25.564.635	854	10.131,49	48,68	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Ourinhos	104.164	1,3	20.061.636	193	2.901.834	28	95.012.772	912	13.730,78	5,76	0	0	
Ouroeste	7.370	1,96	1.213.648	165	2.636.693	358	27.150.976	3.684	65.353,25	10,13	0	0	
Ouro Verde	7.772	1,05	470.294	61	482.034	62	10.443.639	1.344	8.324,17	16,97	1	0	
Pacaembu	13.668	0,92	1.087.677	80	3.669.118	268	12.360.684	904	6.764,91	3,78	0	0	
Palestina	10.708	2,01	1.205.066	113	1.186.571	111	13.698.245	1.279	11.290,72	3,43	0	0	
Palmares Paulista	10.763	3,1	436.137	41	9.493.345	882	8.943.806	831	5.339,92	19,08	0	0	
Palmeira d'Oeste	10.177	-0,17	933.477	92	3.035.145	298	8.200.405	806	7.900,19	46,53	0	0	
Palmital	21.809	0,66	3.754.129	172	2.678.710	123	26.141.101	1.199	15.571,80	8,64	0	0	
Panorama	14.496	0,75	1.168.069	81	6.847.248	472	13.764.575	950	7.550,66	17,19	0	0	
Paraguaçu Paulista	43.393	1,14	5.942.361	137	43.989.924	1.014	47.853.865	1.103	13.004,37	58,72	0	0	
Paraibuna	18.397	0,99	2.929.983	159	986.539	54	18.710.942	1.017	7.825,38	1,69	0	0	
Paraíso	5.810	0,85	716.363	123	620.753	107	10.702.434	1.842	11.744,47	0,23	0	0	
Paranapanema	17.555	1,51	3.856.486	220	1.737.988	99	23.990.852	1.367	16.516,56	54,44	0	0	
Paranapuã	3.616	-0,09	271.918	75	695.127	192	5.813.980	1.608	10.098,46	6,62	0	0	
Parapuã	11.055	-0,07	1.650.428	149	2.088.668	189	11.551.099	1.045	9.985,94	8,21	1	0	
Pardinho	5.546	1,98	2.742.523	495	516.233	93	9.338.468	1.684	16.257,75	8,16	1	0	
Pariquera-Açu	20.083	1,6	1.622.767	81	1.019.945	51	8.917.950	444	8.109,34	37	0	0	
Parisi	2.129	1,02	219.774	103	248.889	117	5.558.696	2.611	11.262,92	48,53	0	0	
Patrocínio Paulista	12.775	1,42	2.497.272	195	4.506.126	353	16.192.791	1.268	19.460,41	29,44	0	0	
Paulicéia	5.852	1,25	1.773.785	303	531.287	91	9.562.305	1.634	9.048,11	3,14	0	0	
Paulínia	76.033	4,88	110.356.493	1.451	302.162.187	3.974	687.330.822	9.040	87.761,47	5,24	1	1	
Paulistânia	1.875	0,64	457.651	244	2	0	5.778.010	3.082	11.659,56	36,63	0	0	
Paulo de Faria	9.005	0,76	627.309	70	3.067.166	341	6.130.212	681	11.920,22	18,67	0	0	
Pederneiras	41.039	1,42	6.124.680	149	8.964.865	218	38.054.843	927	17.114,40	0,53	0	1	
Pedra Bela	6.056	0,97	219.222	36	53.867	9	8.144.132	1.345	7.411,84	20,77	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Pedranópolis	2.740	0,03	405.344	148	619.088	226	6.606.421	2.411	10.541,24	53,76	0	0	
Pedregulho	15.963	0,75	1.860.180	117	653.168	41	7.855.873	492	14.176,78	7,99	0	0	
Pedreira	40.705	1,79	10.641.327	261	14.867.773	365	33.734.941	829	13.637,72	4,11	1	1	
Pedrinhas Paulista	3.083	0,93	359.807	117	18.694	6	7.757.473	2.516	23.101,57	37,81	0	0	
Pedro de Toledo	10.299	1,42	926.019	90	69.888	7	11.927.613	1.158	5.902,65	31,15	0	0	
Penápolis	57.390	0,62	12.735.171	222	30.227.777	527	50.058.262	872	16.388,60	40,1	1	0	
Pereira Barreto	24.628	-0,17	3.482.902	141	18.793.624	763	28.729.973	1.167	14.860,22	3,02	0	0	
Pereiras	7.831	2,87	591.605	76	353.529	45	9.067.512	1.158	16.214,87	34,38	1	0	
Peruíbe	55.469	0,9	38.069.353	686	20.795.902	375	49.718.301	896	9.003,15	21,61	0	1	
Piçacatu	5.171	1,38	370.495	72	269.786	52	7.645.205	1.478	9.366,16	5,77	0	0	
Piedade	50.834	0,46	6.361.939	125	2.677.359	53	38.315.280	754	9.357,32	42,72	1	1	
Pilar do Sul	27.458	1,71	3.408.989	124	0	0	22.953.025	836	9.088,41	26,55	0	0	
Pindamonhangaba	143.887	1,65	31.669.180	220	34.995.608	243	146.151.942	1.016	22.062,30	30,65	0	1	
Pindorama	14.667	1,37	2.784.213	190	871.625	59	14.909.071	1.017	10.185,03	16,41	0	0	
Pinhalzinho	12.741	1,84	1.410.772	111	39.836	3	12.296.177	965	8.096,65	39,19	0	0	
Piquerobi	3.678	0,69	267.364	73	1.161.240	316	7.440.623	2.023	8.301,61	36,83	0	0	
Piquete	15.555	0,31	894.357	57	259.615	17	12.175.999	783	5.384,16	33,06	0	0	
Piracaia	22.134	-0,54	5.445.789	246	279.760	13	22.284.953	1.007	9.380,51	16,78	1	0	
Piracicaba	368.041	1,38	143.123.712	389	129.482.335	352	287.649.712	782	21.766,25	15,4	1	0	
Piraju	29.418	0,65	4.847.233	165	1.289.879	44	27.960.404	950	10.347,71	12,61	0	0	
Pirajuí	21.711	0,87	2.182.625	101	1.055.543	49	17.007.609	783	8.418,00	18,35	0	0	
Pirangi	10.320	0,34	1.162.229	113	2.101.557	204	9.670.481	937	10.885,08	28,33	0	0	
Pirapora do Bom Jesus	15.479	2,79	6.265.896	405	8.252.401	533	15.387.463	994	9.646,86	25	0	1	
Pirapozinho	24.092	1,07	1.747.693	73	6.178.652	256	22.454.265	932	13.030,30	11,53	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Pirassununga	70.096	0,97	20.031.315	286	2.942.999	42	55.945.582	798	16.794,96	38,58	1	0	
Piratinga	11.317	0,84	1.801.956	159	524.667	46	10.192.854	901	7.281,16	47,63	0	0	
Pitangueiras	34.640	1,33	4.544.970	131	10.025.905	289	33.116.617	956	11.578,71	16,26	0	0	
Planalto	4.054	1,25	924.252	228	710.328	175	7.364.915	1.817	13.791,80	17,78	0	0	
Platina	3.252	1,53	225.065	69	12.320	4	7.491.117	2.304	11.485,36	36,58	0	0	
Poá	109.208	1,65	101.379.655	928	3.888.409	36	63.433.504	581	18.428,84	60,9	0	1	
Poloni	4.862	0,23	458.813	94	1.223.785	252	6.573.293	1.352	11.936,49	3,6	0	0	
Pompéia	19.261	0,72	3.064.867	159	2.290.442	119	37.063.584	1.924	18.180,95	18,43	0	0	
Pongai	3.566	-0,5	333.031	93	497.858	140	5.873.138	1.647	13.120,83	7,32	0	0	
Pontal	36.736	2,68	3.779.294	103	20.504.609	558	18.945.064	516	12.541,80	66,06	0	0	
Pontalinda	3.942	1,36	184.196	47	205.271	52	7.106.831	1.803	7.852,73	0,69	0	0	
Pontes Gestal	2.661	0,55	495.821	186	8.648.414	3.250	6.636.907	2.494	21.326,30	20,84	0	0	
Populina	4.359	-0,25	392.193	90	1.124.097	258	7.607.731	1.745	11.966,14	41,08	0	0	
Porangaba	8.258	2,73	2.151.556	261	73.454	9	8.817.388	1.068	7.331,24	41,48	1	0	
Porto Feliz	51.013	1,41	13.312.186	261	173.841	3	41.746.777	818	14.184,86	21,51	1	0	
Porto Ferreira	53.658	1,52	12.610.189	235	10.599.842	198	46.938.868	875	15.499,79	47,24	0	0	
Potim	18.534	3,58	579.669	31	161.547	9	14.127.571	762	5.663,45	1,01	0	0	
Potirendaba	15.090	1,25	2.694.643	179	378.312	25	15.344.742	1.017	11.995,32	70,53	0	0	
Pracinha	2.699	6,72	105.553	39	1	0	4.866.153	1.803	5.275,00	4,26	0	0	
Pradópolis	15.645	2,42	1.936.589	124	1	0	12.938.716	827	41.920,30	14,58	0	1	
Praia Grande	243.333	2,85	211.401.865	869	91.401.281	376	168.390.145	692	9.184,37	74,95	0	1	
Pratânia	4.657	2,06	349.099	75	16.128	3	7.865.882	1.689	11.705,95	4,18	0	0	
Presidente Alves	4.340	0,08	326.142	75	724.085	167	6.714.474	1.547	11.894,11	33,12	0	0	
Presidente Bernardes	15.057	0,32	1.356.421	90	4.657.753	309	18.706.801	1.242	7.167,62	24,23	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Presidente Epitácio	41.239	0,6	4.307.106	104	16.211.889	393	33.528.095	813	9.001,34	23,82	0	0	
Presidente Prudente	205.461	1,03	69.828.280	340	84.466.545	411	128.324.970	625	14.651,93	43,43	0	0	
Presidente Venceslau	37.962	0,21	4.927.700	130	14.559.048	384	30.708.166	809	9.454,75	1,17	0	0	
Promissão	35.625	1,67	3.548.751	100	15.726.914	441	29.324.042	823	15.785,53	14,76	0	0	
Quadra	2.757	0,44	1.193.190	433	645.015	234	6.873.072	2.493	11.748,21	31,85	0	0	
Quatá	12.175	0,55	2.874.081	236	3.022.552	248	16.467.828	1.353	21.546,75	5,35	0	0	
Queiroz	2.646	2,49	517.131	195	399.334	151	6.939.762	2.623	31.796,12	32,63	0	0	
Queluz	10.446	1,73	3.668.595	351	3.368.264	322	9.904.966	948	5.694,42	67,54	0	0	
Quintana	5.676	0,52	540.708	95	663.145	117	8.434.927	1.486	8.754,39	23,66	0	0	
Rafard	8.494	0,24	1.418.662	167	1.266.938	149	11.145.208	1.312	13.116,20	3,43	1	0	
Rancharia	29.789	0,41	2.952.875	99	6.849.728	230	33.362.114	1.120	18.227,09	35,83	0	0	
Redenção da Serra	4.114	0,22	411.419	100	843.637	205	6.896.831	1.676	7.478,05	2,26	0	0	
Regente Feijó	17.514	0,37	2.361.401	135	11.499.595	657	17.220.789	983	12.201,97	11,81	0	0	
Reginópolis	7.002	4,11	506.437	72	381.298	54	9.206.484	1.315	7.694,21	10,03	0	0	
Registro	57.230	0,77	9.361.604	164	19.536.396	341	32.953.669	576	8.528,73	4,01	0	0	
Restinga	6.482	1,88	871.474	134	2.562.966	395	10.693.068	1.650	12.178,06	8,12	0	0	
Ribeira	3.467	-0,11	617.799	178	1.869.529	539	5.813.848	1.677	4.669,69	6,71	0	0	
Ribeirão Bonito	12.017	0,86	1.491.296	124	2.170.153	181	15.252.784	1.269	10.426,52	3	0	0	
Ribeirão Branco	20.677	-0,31	437.549	21	448.633	22	20.238.966	979	6.767,52	32,44	0	0	
Ribeirão Corrente	4.471	1,78	322.480	72	352.757	79	8.079.237	1.807	21.948,65	6,52	0	0	
Ribeirão do Sul	4.968	1,23	191.923	39	185.647	37	4.741.403	954	10.146,04	21,89	0	0	
Ribeirão dos Índios	2.337	0,61	132.010	56	0	0	5.396.605	2.309	11.378,99	38,51	0	0	
Ribeirão Grande	7.292	-0,06	575.821	79	673.623	92	11.836.698	1.623	10.282,59	12,88	0	0	
Ribeirão Pires	119.996	1,73	25.132.294	209	93.099.221	776	68.433.092	570	12.660,22	3,98	0	1	
Ribeirão Preto	563.166	1,36	238.316.849	423	124.412.739	221	444.809.616	790	23.691,97	13,27	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Riversul	6.748	-0,78	277.237	41	3.548.402	526	8.187.639	1.213	5.563,04	19,57	0	0	
Rifaina	3.691	1,29	402.076	109	19.466	5	10.080.467	2.731	8.402,90	23,35	0	0	
Rincão	10.656	0,42	1.166.491	109	3.231.249	303	12.803.474	1.202	9.471,22	42,58	0	0	
Rinópolis	9.684	-0,69	848.181	88	204.528	21	8.812.277	910	8.476,47	60,13	1	0	
Rio Claro	191.211	1,6	60.613.965	317	158.783.793	830	171.099.328	895	21.073,04	43,31	1	1	
Rio das Pedras	26.720	1,62	4.691.552	176	20.308.306	760	35.498.571	1.329	26.949,58	1,6	1	0	
Rio Grande da Serra	43.115	1,9	3.674.720	85	24.249.654	562	12.369.460	287	7.895,89	14,7	0	1	
Riolândia	9.748	1,46	551.990	57	2.575.812	264	10.506.209	1.078	8.053,76	30,35	0	0	
Rosana	21.195	-1,57	2.541.302	120	7.162.180	338	10.585.569	499	34.501,04	6,5	0	0	
Roseira	9.723	1,6	2.054.355	211	0	0	7.272.175	748	14.030,56	2,7	0	0	
Rubiácea	2.552	1,08	182.158	71	327.291	128	6.411.717	2.512	22.688,39	4,04	0	0	
Rubinéia	2.813	0,93	564.658	201	2.534.821	901	8.858.041	3.149	8.899,12	20,75	0	0	
Sabino	5.208	0,64	685.071	132	3.161.357	607	8.863.460	1.702	10.870,85	15,1	0	0	
Sagres	2.300	-0,7	131.613	57	336.774	146	5.595.291	2.433	8.243,73	27,99	0	0	
Sales	5.186	1,58	855.709	165	897.809	173	8.388.114	1.617	9.975,97	2,63	0	0	
Sales Oliveira	8.467	-1,12	1.858.170	219	532.083	63	13.647.367	1.612	15.184,41	0,81	0	0	
Salesópolis	16.784	1,98	2.043.340	122	299.115	18	16.137.889	962	12.564,71	44,21	1	1	
Salmourão	4.596	0,52	245.244	53	476.525	104	6.817.524	1.483	8.798,82	41,55	0	0	
Saltinho	6.715	1,88	1.634.731	243	159.728	24	8.505.825	1.267	13.356,74	34,29	1	0	
Salto	107.119	1,75	29.587.076	276	41.392.922	386	82.945.562	774	16.602,01	30,73	1	1	
Salto de Pirapora	41.897	2,19	5.218.450	125	5.970.999	143	43.498.860	1.038	10.788,16	10,3	0	1	
Salto Grande	9.025	0,83	734.722	81	3.818.094	423	10.059.734	1.115	11.764,41	4,07	0	0	
Sandovalina	3.542	1,7	1.157.997	327	4.620.574	1.305	13.996.097	3.951	45.232,14	2,83	0	0	
Santa Adélia	14.231	0,7	1.563.425	110	817.487	57	15.782.777	1.109	10.836,19	48,87	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Santa Albertina	5.442	-0,32	873.624	161	346.859	64	6.961.088	1.279	9.734,44	36,63	0	0	
Santa Bárbara d'Oeste	186.824	1,17	35.179.404	188	67.622.097	362	52.096.413	279	15.409,38	7,24	1	1	2
Santa Branca	13.807	0,67	2.576.284	187	1.343.993	97	17.700.963	1.282	11.127,34	30,34	0	0	
Santa Clara d'Oeste	2.108	-0,13	162.268	77	597.149	283	5.792.650	2.748	7.783,68	2,34	0	0	
Santa Cruz da Conceição	3.992	1,53	1.578.079	395	2	0	4.629.828	1.160	13.517,45	4,21	0	0	
Santa Cruz da Esperança	1.874	0,53	92.038	49	338.013	180	4.554.471	2.430	13.683,56	27,13	0	0	
Santa Cruz das Palmeiras	31.506	2,62	3.538.230	112	799.597	25	23.523.351	747	7.690,37	3,46	1	0	
Santa Cruz do Rio Pardo	43.927	0,89	5.273.040	120	16.781.518	382	40.913.905	931	15.556,40	25,77	0	0	
Santa Ernestina	5.568	-0,33	473.987	85	177.319	32	6.931.688	1.245	7.833,18	70,5	0	0	
Santa Fé do Sul	28.312	0,83	7.028.690	248	2.569.561	91	26.040.991	920	14.483,58	31,53	0	0	
Santa Gertrudes	20.252	3,03	4.668.612	231	978.125	48	15.425.445	762	15.838,50	5,79	1	0	
Santa Isabel	47.934	1,15	11.760.081	245	1.946.560	41	19.480.607	406	10.106,58	23,42	0	1	
Santa Lucia	8.577	1,13	547.847	64	409.835	48	8.946.863	1.043	8.940,27	3,29	0	0	
Santa Maria da Serra	5.502	2,08	1.469.311	267	1	0	7.812.258	1.420	10.083,12	2,75	0	0	
Santa Mercedes	2.735	-0,31	324.931	119	548.881	201	6.815.325	2.492	7.816,24	20,02	0	0	
Santana da Ponte Pensa	1.732	-1,06	283.376	164	241.133	139	5.082.489	2.934	9.166,36	6,25	0	0	
Santana de Parnaíba	107.419	4,57	142.388.087	1.326	28.125.990	262	62.488.604	582	28.873,49	36,24	0	1	
Santa Rita d'Oeste	2.479	-1,07	251.140	101	756.458	305	6.532.092	2.635	12.783,87	48,01	0	0	
Santa Rita do Passa Quatro	27.574	0,66	8.264.335	300	4.079.526	148	27.139.122	984	12.125,95	2,23	0	0	
Santa Rosa do Viterbo	22.834	0,8	3.659.826	160	15.891.202	696	22.262.041	975	15.858,57	18,3	0	0	
Santa Saete	1.409	0,27	135.441	96	44.450	32	5.042.943	3.579	15.958,90	22,3	0	0	
Santo Anastácio	21.339	0,35	3.160.466	148	1.706.980	80	15.444.161	724	9.538,16	8,83	0	0	
Santo André	676.188	0,52	397.413.322	588	6.121.328	9	469.345.015	694	20.044,06	19,78	0	1	
Santo Antonio da Alegria	6.249	1,01	502.574	80	11.120	2	8.506.017	1.361	9.030,40	28,56	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Santo Antonio de Posse	21.614	2,18	7.191.027	333	999.264	46	13.455.293	623	18.557,26	18,16	1	1	
Santo Antonio do Aracanguá	7.044	0,25	1.255.723	178	598.165	85	21.375.679	3.035	21.270,14	6,61	0	0	
Santo Antonio do Jardim	5.859	-0,59	600.432	102	11.755	2	4.915.385	839	11.810,33	1,49	1	0	
Santo Antonio do Pinhal	7.036	1,34	1.133.214	161	1.419.040	202	9.589.059	1.363	6.796,01	13,72	0	0	
Santo Expedito	2.783	1,22	82.616	30	87.849	32	4.269.968	1.534	8.266,04	6,03	0	0	
Santópolis do Aguapeí	4.074	0,84	281.972	69	726.181	178	6.779.177	1.664	9.483,94	9,37	0	0	
Santos	430.928	0,37	475.825.072	1.104	291.447.887	676	401.883.388	933	47.108,41	37,93	0	1	
São Bento do Sapucaí	11.506	1,31	1.562.540	136	2.973.063	258	7.072.016	615	6.896,89	23,53	0	0	
São Bernardo do Campo	804.399	1,68	539.037.953	670	298.943.890	372	929.087.732	1.155	32.677,42	32,94	0	1	
São Caetano do Sul	147.388	0,62	214.847.922	1.458	33.839.087	230	247.067.189	1.676	62.458,89	2,63	0	1	
São Carlos	223.226	1,81	72.167.944	323	113.393.066	508	178.284.925	799	16.441,30	27,08	0	1	
São Francisco	3.050	0,78	204.810	67	609.267	200	5.205.317	1.707	9.254,81	0,9	0	0	
São João da Boa Vista	82.705	0,84	21.590.563	261	1.922.972	23	63.111.331	763	16.960,81	0,46	1	0	
São João das Duas Pontes	2.680	0,1	171.242	64	1.548.950	578	5.596.519	2.088	9.775,97	0,44	0	0	
São João de Iracema	1.731	0,45	230.747	133	934.060	540	3.825.059	2.210	19.614,49	53,99	0	0	
São João do Pau d'Alho	2.121	-0,39	197.071	93	94.114	44	5.510.131	2.598	9.769,18	4,83	0	0	
São Joaquim da Barra	45.479	1,13	10.222.982	225	25.672.556	564	33.935.041	746	15.201,96	5,76	0	0	
São José da Bela Vista	8.669	0,87	347.811	40	2.241.044	259	10.574.193	1.220	11.878,97	21,15	0	0	
São José do Barreiro	4.303	0,47	711.346	165	949.979	221	5.654.801	1.314	6.377,07	18,51	0	0	
São José do Rio Pardo	53.725	0,87	9.586.301	178	20.510.889	382	54.158.312	1.008	16.994,05	29,14	0	0	
São José do Rio Preto	412.828	1,74	147.846.011	358	52.516.064	127	269.478.003	653	16.209,73	9,5	0	1	
São José dos Campos	622.340	1,79	300.891.377	483	180.581.861	290	787.254.520	1.265	30.195,36	5,95	0	1	
São Lourenço da Serra	16.541	3,85	6.035.154	365	1.334.687	81	9.685.895	586	7.440,70	45,62	0	1	
São Luís do Paraitinga	10.807	0,46	2.089.964	193	293.743	27	14.408.737	1.333	8.034,90	7,5	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
São Miguel Arcanjo	31.316	0,25	3.723.711	119	5.625.881	180	25.705.130	821	11.019,87	22,35	0	0	
São Pedro	32.520	1,94	7.077.740	218	12.394.121	381	15.346.529	472	10.310,61	26,08	1	0	
São Pedro do Turvo	7.089	0,35	413.647	58	267.836	38	10.038.881	1.416	10.126,01	4,63	0	0	
São Roque	73.401	1,2	21.105.808	288	1.802.692	25	71.146.252	969	15.039,70	14,89	0	1	
São Sebastião	69.772	2,35	86.675.564	1.242	38.485.549	552	191.584.539	2.746	63.843,83	34,96	0	0	
São Sebastião da Grama	12.629	0,18	1.790.139	142	14.566	1	11.787.249	933	11.971,85	9,25	0	0	
São Simão	14.955	1,12	4.452.151	298	2.155.523	144	15.901.203	1.063	14.460,98	36,33	0	0	
São Vicente	328.538	0,99	108.050.461	329	38.853.951	118	181.638.286	553	6.739,94	2,06	0	1	
Sarapuí	8.811	1,51	1.106.548	126	140.201	16	8.189.377	929	9.327,36	82,2	0	0	
Sarutaiá	4.105	1,17	154.235	38	1.111.955	271	6.066.044	1.478	6.549,35	4,98	0	0	
Sebastianópolis do Sul	2.933	1,78	1.522.448	519	365.482	125	6.114.976	2.085	12.325,66	46,98	0	0	
Serra Azul	9.163	2,32	572.676	62	5.246.656	573	10.118.104	1.104	7.905,61	17,86	0	0	
Serrana	39.363	2,36	4.334.517	110	41.992.245	1.067	45.219.310	1.149	14.001,94	53,15	0	1	
Serra Negra	25.241	0,7	13.350.233	529	21.660.044	858	17.540.146	695	10.433,71	6,74	0	0	
Sertãozinho	106.873	1,51	37.962.885	355	12.969.551	121	107.329.331	1.004	26.586,48	22,35	0	1	
Sete Barras	13.499	-0,16	713.512	53	518.795	38	15.573.291	1.154	6.636,47	6,23	0	0	
Severínia	15.739	1,84	1.663.688	106	332.454	21	18.466.088	1.173	11.545,42	29,7	0	0	
Silveiras	5.827	1	933.184	160	1.050.437	180	8.701.464	1.493	6.451,44	35,92	0	0	
Socorro	33.989	0,48	7.100.354	209	6.188.203	182	25.547.571	752	9.118,45	62,89	0	0	
Sorocaba	586.680	2,16	238.791.608	407	127.159.234	217	456.032.020	777	21.447,31	41,71	0	1	
Sud Mennucci	7.831	0,77	1.626.209	208	2.026.153	259	15.195.668	1.940	11.993,74	41,51	0	0	
Sumaré	231.574	2,01	56.028.891	242	187.337.166	809	173.848.252	751	24.790,82	38,11	1	1	2
Suzano	289.190	2,94	56.262.920	195	113.161.380	391	222.297.667	769	19.797,83	25,12	0	1	
Suzanópolis	3.574	3,11	702.394	197	114.794	32	7.978.925	2.232	10.459,30	33,8	0	0	
Tabapuã	11.421	1,05	2.006.657	176	336.907	29	14.177.007	1.241	9.978,95	29,79	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Taboão da Serra	232.464	2,03	56.972.314	245	45.439.332	195	195.505.576	841	16.337,93	69,26	0	1	
Taciba	5.532	0,71	655.589	119	384.104	69	16.469.138	2.977	38.531,90	1,48	0	0	
Taguaí	9.935	3,62	669.269	67	27.384	3	8.779.355	884	11.435,13	13,39	0	0	
Taiacu	6.048	0,92	506.727	84	3.429.101	567	7.686.482	1.271	9.414,74	49,01	0	0	
Taiúva	5.569	0,11	1.007.061	181	1.312.146	236	7.906.555	1.420	9.620,18	46,72	0	0	
Tambaú	23.575	0,72	4.739.119	201	9.727.858	413	20.200.738	857	13.686,09	31,62	0	0	
Tanabi	23.667	0,56	3.769.219	159	499.449	21	21.581.561	912	10.034,19	36,52	0	0	
Tapiraí	8.188	-0,5	582.207	71	3.107.441	380	12.154.367	1.484	7.760,33	0,73	0	0	
Tapiratiba	13.643	0,66	1.355.580	99	3.887.334	285	13.565.903	994	12.533,03	16,95	0	0	
Taquaral	2.890	0,75	295.391	102	2	0	5.884.736	2.036	17.519,71	18,36	0	0	
Taquaritinga	56.651	1,06	12.085.492	213	96.006.393	1.695	24.616.853	435	10.834,10	1,79	0	0	
Taquarituba	24.084	1,15	2.997.909	124	877.698	36	21.088.869	876	9.762,64	19,4	0	0	
Taquarivaí	5.707	3,06	391.308	69	1.711.203	300	9.180.688	1.609	14.588,04	23,11	0	0	
Tarabaí	6.345	1,15	261.495	41	1.262.285	199	9.047.171	1.426	6.130,20	42,82	0	0	
Tarumã	12.573	1,98	2.416.987	192	2.933.138	233	16.475.476	1.310	20.422,01	27,69	0	0	
Tatuí	107.301	1,73	23.618.854	220	15.988.062	149	40.961.562	382	14.429,91	6,61	1	0	
Taubaté	272.740	1,39	102.104.182	374	9.226.634	34	276.223.895	1.013	25.609,72	50,19	0	1	
Tejupá	5.079	-0,54	307.323	61	62.387	12	8.370.255	1.648	9.685,41	5,75	0	0	
Teodoro Sampaio	20.328	0,21	2.482.365	122	13.667.592	672	23.429.947	1.153	8.207,67	61,4	0	0	
Terra Roxa	8.492	1,16	441.814	52	2.238.018	264	11.529.893	1.358	7.651,92	2,39	0	0	
Tietê	37.460	2,08	9.320.221	249	250.787	7	32.619.000	871	20.553,64	2,07	0	0	
Timburi	2.625	-0,49	160.947	61	933.351	356	6.930.892	2.640	9.358,89	15,74	0	0	
Torre de Pedra	2.933	3,95	206.558	70	79.548	27	5.177.871	1.765	4.960,43	12,05	0	0	
Torrinha	9.641	1,08	948.823	98	1.592.265	165	8.547.195	887	9.882,13	16,97	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Trabiju	1.441	0,52	241.337	167	385.104	267	4.541.181	3.151	14.474,00	31,5	0	0	
Tremembé	41.563	2,2	11.304.327	272	30.379.554	731	29.986.276	721	7.004,52	6,77	0	1	
Três Fronteiras	5.318	0,38	739.635	139	2.297.992	432	7.084.118	1.332	8.998,94	18,3	0	0	
Tuiuti	5.864	2,13	504.187	86	334.333	57	7.605.464	1.297	7.776,02	9,43	0	0	
Tupã	66.440	0,59	15.969.228	240	4.124.680	62	40.493.157	609	12.193,60	9,72	0	0	
Tupi Paulista	13.755	0,42	1.731.446	126	1.094.784	80	9.638.080	701	9.152,38	0,61	1	0	
Turiúba	1.963	0,42	239.988	122	1.884.111	960	5.705.039	2.906	15.724,61	42,27	0	0	
Turmalina	2.080	-1,58	231.658	111	1.450.962	698	5.386.557	2.590	14.735,19	3,73	0	0	
Ubarana	5.123	2,4	1.015.229	198	3.074.120	600	9.509.305	1.856	16.028,40	4,25	0	0	
Ubatuba	82.257	2,59	52.007.508	632	29.616.716	360	62.354.341	758	9.273,37	13,92	0	0	
Ubirajara	4.305	0,44	309.192	72	0	0	7.334.199	1.704	9.120,62	1,6	0	0	
Uchôa	9.407	0,51	2.277.849	242	2.261.231	240	12.408.597	1.319	10.758,71	28,21	0	0	
União Paulista	1.447	0,81	94.929	66	1.930.793	1.334	5.212.750	3.602	21.370,57	2,64	0	0	
Urânia	9.091	0,36	484.486	53	954.927	105	8.217.592	904	8.607,20	29,05	0	0	
Uru	1.461	0,5	170.464	117	272.900	187	5.669.108	3.880	22.098,25	68,08	0	0	
Urupês	12.359	0,53	1.861.648	151	2.349	0	14.640.248	1.185	12.342,67	39,86	0	0	
Valentim Gentil	10.424	2,39	928.783	89	571.133	55	10.540.899	1.011	12.386,61	50,29	0	0	
Valinhos	101.316	2,47	57.493.711	567	207.451.231	2.048	116.839.445	1.153	27.152,75	27,73	1	1	
Valparaíso	21.022	1,39	2.175.173	103	3.265.089	155	30.543.207	1.453	11.716,89	28,2	0	0	
Vargem	7.036	0,17	763.194	108	301	0	9.535.091	1.355	6.776,76	36,59	1	0	
Vargem Grande do Sul	40.018	1,23	7.187.408	180	11.446.711	286	25.962.830	649	9.173,38	58,97	1	0	
Vargem Grande Paulista	44.650	3,98	16.803.691	376	6.829.101	153	21.479.344	481	13.327,98	9,8	1	1	
Várzea Paulista	107.823	1,85	13.744.432	127	18.866.021	175	69.013.021	640	12.275,75	50,13	1	1	
Vera Cruz	10.206	-0,97	1.223.651	120	3.810.601	373	10.905.416	1.069	7.749,40	12,26	0	0	
Vinhedo	59.202	2,86	41.124.622	695	29.802.637	503	90.950.705	1.536	52.517,39	64,85	1	1	2

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de tratamento de resíduos sólidos – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	AMA	AGL	AMAM
Viradouro	17.709	1,31	1.827.284	103	230.459	13	18.770.672	1.060	7.553,74	3,4	0	0	
Vista Alegre do Alto	6.244	3,46	1.121.380	180	750.862	120	11.199.344	1.794	13.088,82	38,03	0	0	
Vitória Brasil	1.647	-0,16	98.271	60	184.246	112	4.786.147	2.906	10.893,52	29,18	0	0	
Votorantim	107.912	1,46	24.850.016	230	170.076	2	80.767.812	748	13.030,29	11,65	0	1	
Votuporanga	82.919	1,13	16.228.816	196	5.114.112	62	55.587.430	670	12.149,23	35,71	0	0	
Zacarias	2.251	1,83	226.708	101	0	0	8.269.644	3.674	16.414,66	41,63	0	0	

Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Adamantina	34.527	0,39	6.807.738	197	9.597.834	278	26.997.884	782	12.816,32	22,5	0	0	
Adolfo	3.997	1	429.030	107	693.829	174	8.703.908	2.178	14.515,05	4,8	0	0	
Aguai	32.033	1,6	4.592.534	143	532.392	17	28.772.293	898	21.524,88	33,01	0	0	
Águas da Prata	7.443	0,54	1.788.578	240	2.144.905	288	7.968.549	1.071	12.720,94	17,01	1	0	
Águas de Lindóia	17.766	1,17	9.733.002	548	952.741	54	10.553.150	594	8.748,70	21,56	1	0	
Águas de Santa Bárbara	5.882	1,48	3.526.562	600	369.550	63	9.099.165	1.547	10.401,48	15,49	0	0	
Águas de São Pedro	2.392	3,03	3.212.527	1.343	5.728.246	2.395	6.860.818	2.868	17.948,45	6,27	0	0	
Agudos	34.968	0,92	3.980.669	114	10.911.201	312	43.974.525	1.258	19.278,94	31,02	0	1	
Alambari	4.118	1,5	760.422	185	0	0	6.523.981	1.584	11.194,27	10,5	0	0	
Alfredo Marcondes	3.847	0,49	351.775	91	589.843	153	5.992.986	1.558	7.444,73	15,13	0	0	
Altair	3.562	0,15	538.265	151	248.486	70	8.248.286	2.316	30.389,50	0,66	0	0	
Altinópolis	16.935	1,11	2.376.783	140	179.672	11	19.403.694	1.146	15.527,99	2,31	0	0	
Alto Alegre	4.185	-0,23	377.890	90	479.112	114	7.211.028	1.723	10.704,44	29,54	1	0	
Alumínio	16.307	0,82	12.050.808	739	4.097.629	251	52.160.879	3.199	121.934,18	75,83	0	1	
Álvares Florence	4.055	-0,73	429.170	106	567.851	140	7.465.046	1.841	13.679,32	7,84	0	0	
Álvares Machado	23.957	0,7	2.339.832	98	3.079.443	129	14.295.015	597	7.218,61	26,29	0	0	
Álvaro de Carvalho	4.883	1,89	188.260	39	458.393	94	6.625.813	1.357	6.218,09	3,51	0	0	
Alvinlândia	3.071	0,99	185.328	60	12.144	4	5.975.272	1.946	11.067,55	5,56	0	0	
Americana	202.989	1,33	66.419.910	327	112.491.855	554	211.946.563	1.044	26.557,60	42,58	0	1	
Américo Brasiliense	34.559	2,51	5.950.123	172	3.404.812	99	29.457.607	852	13.336,19	21,24	0	1	
Américo de Campos	5.634	0,08	5.845.410	1.038	2.014.733	358	5.970.002	1.060	8.409,58	10,29	0	0	
Amparo	66.849	1,27	19.678.393	294	535.032	8	69.080.228	1.033	20.101,20	47,35	0	0	
Analândia	4.247	2,16	1.244.129	293	0	0	11.076.236	2.608	16.208,65	8,72	0	0	
Andradina	56.941	0,4	12.009.557	211	29.162.752	512	45.408.404	797	13.057,86	29,04	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Angatuba	21.971	1,61	2.251.809	102	761.676	35	23.055.840	1.049	11.896,43	21,73	0	0	
Anhembi	5.375	2,15	1.635.474	304	94.103	18	10.880.392	2.024	16.568,87	7,02	1	0	
Anhumas	3.755	1,2	153.528	41	3.129.893	834	6.359.055	1.693	8.383,09	15,35	0	0	
Aparecida	36.979	0,72	10.093.047	273	5.957.224	161	26.796.805	725	9.011,59	10,07	0	1	
Aparecida d'Oeste	4.909	-0,05	315.657	64	1.050.125	214	6.266.310	1.276	6.834,69	2,19	1	0	
Apiáí	25.656	-0,71	1.980.173	77	13.091.012	510	20.832.218	812	8.376,56	9,25	1	0	2
Araçariguama	13.579	2,49	6.821.684	502	2.126.044	157	23.853.802	1.757	73.034,27	52,98	0	0	
Araçatuba	180.885	0,83	56.010.340	310	264.619.483	1.463	165.596.435	915	13.894,64	18,6	0	1	
Araçoiaba da Serra	24.729	2,79	7.187.082	291	619.673	25	23.964.673	969	8.065,37	13,96	0	0	
Aramina	5.260	1,23	1.303.594	248	531.180	101	8.246.855	1.568	13.614,67	3,66	0	0	
Arandu	6.473	0,81	1.416.679	219	1.134.913	175	9.232.223	1.426	8.390,98	5,13	0	0	
Arapeí	2.815	0,91	315.116	112	3.211.861	1.141	4.884.806	1.735	6.545,32	7,11	0	0	
Araraquara	199.575	1,12	61.433.517	308	4.762.344	24	159.796.278	801	17.191,28	26,44	0	1	
Araras	115.655	1,31	28.636.066	248	2.495.815	22	119.864.574	1.036	19.318,96	33,02	0	1	
Arco Íris	2.062	-0,52	149.580	73	0	0	5.641.818	2.736	17.698,78	6,27	0	0	
Arealva	7.529	0,48	1.233.614	164	2.368.946	315	9.319.715	1.238	13.026,23	19,39	0	0	
Areias	3.888	0,97	494.077	127	1.557.117	400	7.516.199	1.933	7.890,40	0,43	0	0	
Areiópolis	10.661	0,41	524.983	49	1.453.117	136	12.573.311	1.179	6.952,28	9,18	0	0	
Ariranha	8.430	1,52	1.198.187	142	938.472	111	17.880.732	2.121	63.926,27	38,55	0	0	
Artur Nogueira	41.874	2,94	6.271.586	150	16.561.783	396	31.274.291	747	10.575,21	37,45	0	1	
Arujá	75.371	3,06	25.592.261	340	12.451.904	165	27.052.819	359	16.121,87	48,02	0	1	
Aspásia	1.761	-0,71	80.844	46	77.669	44	4.939.990	2.805	9.866,53	0,43	1	0	
Assis	95.367	1,11	20.773.344	218	7.377.587	77	66.439.850	697	11.028,55	9,66	1	0	
Atibaia	129.467	1,89	68.054.061	526	8.583.377	66	90.107.817	696	17.043,65	29,73	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Auriflama	13.875	0,32	1.703.953	123	639.327	46	13.816.006	996	10.257,37	42,01	0	0	
Avaí	4.914	0,83	517.046	105	488.778	99	8.380.727	1.705	9.122,77	11,61	0	0	
Avanhandava	10.841	2,24	868.247	80	1.383.372	128	10.922.180	1.007	9.376,99	27,13	1	0	
Avaré	86.817	1,6	17.362.817	200	5.167.740	60	67.680.678	780	9.758,07	17,67	0	0	
Bady Bassitt	13.095	1,59	1.713.382	131	925.393	71	12.877.926	983	12.171,75	21,89	0	1	
Balbinos	3.647	10,88	77.223	21	4.169.747	1.143	5.054.184	1.386	4.593,90	28,79	0	0	
Bálsamo	7.880	0,95	777.616	99	2.682.366	340	8.751.442	1.111	12.094,07	37,69	0	0	
Bananal	10.211	0,63	1.273.715	125	14.906.562	1.460	9.015.189	883	6.557,83	12,73	0	0	
Barão de Antonina	2.911	0,5	175.369	60	397.132	136	6.489.929	2.229	7.896,73	6,69	0	0	
Barbosa	6.526	1,37	327.441	50	2.509.292	385	8.328.927	1.276	6.282,53	35,45	1	0	
Bariri	31.401	1,32	4.234.563	135	11.210.128	357	26.698.944	850	13.469,52	39,02	0	0	
Barra Bonita	38.494	1,02	6.890.604	179	1.336.508	35	36.066.807	937	12.018,39	52,36	0	0	
Barra do Chapéu	5.139	0,72	266.287	52	630.474	123	6.648.174	1.294	5.986,12	0,88	1	0	2
Barra do Turvo	8.252	0,25	1.012.972	123	1.608.406	195	11.127.592	1.348	4.347,70	3,33	1	0	
Barretos	109.359	0,64	29.636.810	271	22.719.642	208	105.060.215	961	13.370,79	21,53	0	0	
Barrinha	28.361	1,98	1.380.785	49	10.306.451	363	26.104.992	920	7.709,02	9,6	0	1	
Barueri	273.713	3,43	442.570.972	1.617	7.920.699	29	157.208.915	574	100.806,19	17,03	0	1	
Bastos	21.949	0,81	1.644.780	75	35.843	2	22.025.562	1.003	13.511,35	21,9	0	0	
Batatais	55.761	1,07	8.644.097	155	4.204.740	75	57.161.056	1.025	14.575,40	40,33	0	0	
Bauru	357.132	1,52	94.967.312	266	186.762.261	523	182.430.789	511	15.232,73	15,68	0	1	
Bebedouro	77.674	0,46	15.240.377	196	1.832.584	24	76.176.021	981	39.112,13	9,06	0	0	
Bento de Abreu	2.813	1,96	391.679	139	28.438	10	9.048.346	3.217	20.845,47	73,21	1	0	
Bernardino de Campos	11.319	0,67	799.793	71	188.069	17	11.642.822	1.029	9.403,17	32,39	1	0	
Bertioga	42.724	4,45	69.813.968	1.634	18.088.595	423	24.400.012	571	12.191,92	1,17	0	1	
Bilac	7.036	1,79	1.114.137	158	655.919	93	8.239.319	1.171	9.841,77	34,31	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Birigui	103.752	1,18	20.854.103	201	16.232.195	156	72.475.604	699	10.971,37	56,74	1	1	
Biritiba Mirim	29.378	2,21	1.972.546	67	326.867	11	14.717.553	501	8.168,00	6,4	0	1	
Boa Esperança do Sul	14.027	1,38	1.940.834	138	1	0	22.143.684	1.579	15.291,65	7,43	0	0	
Bocaina	10.783	1,66	1.889.313	175	336.469	31	15.368.650	1.425	15.331,27	51,73	0	0	
Bofete	8.666	2,07	2.245.068	259	4.936.111	570	10.729.810	1.238	10.301,50	11,66	1	0	
Boituva	45.143	3,42	15.345.387	340	2.300.394	51	46.780.099	1.036	17.756,93	34,52	0	0	
Bom Jesus dos Perdões	16.942	3,02	3.382.339	200	966.068	57	10.359.544	611	10.592,34	57,52	0	0	
Bom Sucesso de Itararé	3.918	2,45	202.786	52	578.638	148	6.639.161	1.695	6.681,10	9,74	0	0	
Borá	840	0,69	392.313	467	93.246	111	5.047.380	6.009	26.228,66	0,88	1	0	
Boracéia	4.190	1,43	292.674	70	78.449	19	6.772.594	1.616	18.771,90	53,26	0	0	
Borborema	14.243	0,95	1.790.831	126	5.993.099	421	15.269.952	1.072	12.890,78	25,07	0	0	
Borebi	2.338	2,4	407.810	174	1	0	7.220.644	3.088	12.221,04	9,56	0	0	
Botucatu	123.836	1,68	29.810.461	241	25.113.672	203	95.859.697	774	19.053,66	29,83	0	0	
Bragança Paulista	143.495	1,71	53.485.319	373	10.548.094	74	106.809.407	744	15.057,96	30,19	0	0	
Braúna	4.768	1,06	455.855	96	626.570	131	7.214.796	1.513	8.662,21	7,67	1	0	
Brejo Alegre	2.487	0,93	2.265.762	911	159.490	64	6.230.098	2.505	11.935,17	19,26	1	0	
Brodowski	19.631	1,69	2.913.675	148	9.349.272	476	20.824.810	1.061	8.361,15	35,32	0	0	
Brotas	22.412	2,13	7.176.506	320	610.472	27	22.911.946	1.022	13.692,29	13,17	0	0	
Buri	18.011	0,37	1.134.613	63	5.308.323	295	25.047.690	1.391	11.444,56	11,84	0	0	
Buritama	14.737	0,77	1.694.328	115	3.440.411	233	21.627.993	1.468	12.938,63	21,44	1	0	
Buritizal	3.898	0,72	794.076	204	0	0	10.948.665	2.809	26.614,89	69,77	0	0	
Cabrália Paulista	4.317	-0,84	279.719	65	18.380	4	6.970.267	1.615	16.036,64	30,2	0	0	
Cabreúva	43.045	3,31	9.285.171	216	354.307	8	41.248.194	958	21.154,73	54,01	0	1	
Caçapava	83.651	1,19	17.636.485	211	23.683.370	283	83.257.376	995	23.997,98	46,94	0	1	
Cachoeira Paulista	32.207	2,11	5.992.286	186	4.335.395	135	24.482.020	760	8.691,20	10,46	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Cafelândia	17.144	1,02	1.253.583	73	2.830.885	165	15.514.288	905	9.952,74	27,02	0	0	
Caiabu	4.282	0,6	161.945	38	1.061.519	248	4.842.736	1.131	8.636,17	2,56	0	0	
Caieiras	90.252	3,03	29.721.534	329	6.894.697	76	52.092.340	577	16.179,94	38,19	0	1	
Caiuá	5.135	2,53	555.940	108	7.011.017	1.365	4.941.521	962	13.866,73	77,76	0	0	
Cajamar	63.308	2,78	37.767.602	597	114.302.921	1.806	87.835.140	1.387	52.659,21	33,19	0	1	
3509254 -	29.565	0,18	4.623.262	156	532.161	18	41.659.781	1.409	12.166,04	20,95	1	0	
Cajobi	9.486	0,41	897.851	95	2.724.571	287	11.717.223	1.235	10.898,56	4,38	0	0	
Cajuru	23.069	1,29	1.649.829	72	712.378	31	23.715.048	1.028	10.132,63	29,41	0	0	
Campina do Monte Alegre	5.803	1,36	1.331.213	229	38.165	7	7.459.582	1.285	13.173,46	17,89	0	0	
Campinas	1.061.290	1,13	791.809.094	746	1.845.049.485	1.738	819.102.236	772	26.133,13	18,42	0	1	
Campo Limpo Paulista	73.741	1,81	14.501.032	197	37.896.838	514	72.692.082	986	10.486,32	46,18	0	1	
Campos do Jordão	49.356	1,36	30.002.507	608	19.393.790	393	48.567.862	984	10.481,63	8,11	0	0	
Campos Novos Paulista	4.712	1,51	718.849	153	2.673.986	567	8.666.162	1.839	14.348,22	6,8	1	0	
Cananéia	13.423	1,11	2.633.414	196	9.522.102	709	15.434.173	1.150	7.120,59	2,45	1	0	
Canas	4.414	2,52	964.799	219	412.221	93	7.163.550	1.623	7.027,43	31,65	0	0	
Cândido Mota	31.221	0,8	3.345.701	107	3.349.743	107	31.191.901	999	13.382,50	18,5	1	0	
Cândido Rodrigues	2.849	1,09	515.040	181	147.598	52	5.416.940	1.901	15.535,07	14,61	0	0	
Canitar	4.399	3	526.643	120	327.103	74	7.611.246	1.730	6.443,85	68,11	1	0	
Capão Bonito	47.633	0,24	4.471.222	94	35.786.076	751	42.812.752	899	9.315,27	10,62	0	0	
Capela do Alto	17.093	2,28	1.921.567	112	881.863	52	15.115.225	884	8.468,93	22,68	0	0	
Capivari	46.473	1,42	9.161.232	197	10.479.689	226	47.503.641	1.022	17.265,47	49,65	1	0	
Caraguatatuba	90.302	1,64	58.814.293	651	21.929.593	243	93.012.998	1.030	9.480,11	5,77	0	0	
Carapicuíba	396.978	1,78	33.250.504	84	71.432.023	180	120.623.896	304	6.186,27	16,87	0	1	
Cardoso	11.575	-0,02	1.038.931	90	718.386	62	15.424.904	1.333	10.019,93	11,58	0	0	
Casa Branca	27.785	0,46	7.034.542	253	1.232.551	44	27.969.019	1.007	20.816,77	4,03	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Castilho	16.149	0,96	2.325.292	144	7.880.776	488	34.003.622	2.106	37.163,50	17,92	1	0	
Catanduva	112.182	0,74	35.673.212	318	30.494.233	272	96.608.388	861	17.320,05	25,99	0	0	
Catiguá	6.898	0,63	1.107.376	161	1.187.085	172	7.092.529	1.028	10.689,67	1,05	0	0	
Cedral	7.731	1,81	1.857.099	240	1.703.775	220	9.465.187	1.224	11.523,30	38,48	0	0	
Cerqueira César	16.792	1,28	2.430.611	145	762.126	45	16.419.767	978	12.800,01	20,06	0	0	
Cerquilha	38.192	3,23	8.215.472	215	0	0	42.265.847	1.107	54.962,48	55,27	0	0	
Cesário Lange	14.173	1,2	2.155.346	152	3.633.989	256	16.632.618	1.174	11.549,86	34,7	0	0	
Charqueada	14.582	1,41	2.419.439	166	1.582.049	108	14.105.948	967	7.873,22	36,11	0	0	
Chavantes	12.658	0,48	1.047.601	83	3.221.856	255	16.443.495	1.299	12.937,58	14,15	1	0	
Clementina	6.182	1,68	813.419	132	1.691.657	274	8.668.510	1.402	8.645,11	40,93	1	0	
Colina	17.581	0,67	3.149.997	179	12.384.564	704	25.004.227	1.422	15.061,88	10,25	0	0	
Colômbia	6.294	0,71	1.825.403	290	2.256.201	358	15.952.282	2.535	23.591,15	19,28	0	0	
Conchal	25.288	1,36	4.497.399	178	8.340.765	330	25.600.659	1.012	18.524,18	42,48	0	0	
Conchas	17.429	1,96	2.198.505	126	4.917.369	282	17.879.881	1.026	20.182,52	52,48	1	0	
Cordeirópolis	21.604	2,56	8.070.573	374	7.766.630	359	60.010.056	2.778	66.854,05	32,18	0	1	
Coroados	4.945	1,44	424.693	86	172.176	35	8.087.644	1.636	11.845,28	22,43	1	0	
Coronel Macedo	5.416	-0,37	314.160	58	4.257.347	786	7.591.323	1.402	8.855,09	12,52	0	0	
Corumbataí	4.239	1,4	1.665.647	393	382.759	90	8.651.402	2.041	21.351,57	32,6	0	0	
Cosmópolis	55.117	2,74	9.855.262	179	16.869.058	306	48.425.528	879	11.764,44	42	0	1	
Cosmorama	7.177	-0,32	1.111.185	155	239.028	33	9.013.666	1.256	11.963,20	29,4	0	0	
Cotia	184.148	2,66	91.277.118	496	103.477.472	562	80.955.517	440	24.703,65	41,65	0	1	
Cravinhos	32.815	1,79	6.052.932	184	11.665.431	355	29.207.892	890	11.250,82	13,72	0	1	
Cristais Paulista	7.301	1,31	788.502	108	311.502	43	10.518.081	1.441	16.858,93	0,69	0	0	
Cruzália	2.611	0,03	204.689	78	4.730.317	1.812	6.511.344	2.494	22.369,20	45,74	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Cruzeiro	78.137	0,76	10.404.956	133	4.017.467	51	63.732.833	816	9.150,17	34,33	0	0	
Cubatão	122.562	1,54	130.526.269	1.065	333.546.280	2.721	419.963.249	3.427	51.968,25	7,73	0	1	
Cunha	23.602	0,29	1.029.764	44	285.911	12	17.305.358	733	4.426,90	31,17	0	0	
Descalvado	31.391	1,02	4.976.468	159	727.473	23	44.460.235	1.416	21.468,52	57,39	0	0	
Diadema	392.738	1,19	133.003.931	339	369.945.409	942	278.369.590	709	22.371,23	39,48	0	1	
Dirce Reis	1.579	-0,36	105.610	67	20.582	13	5.195.031	3.290	14.256,85	3,44	1	0	
Divinolândia	12.224	0,22	859.703	70	5.134.310	420	8.093.595	662	10.683,48	15,8	1	0	
Dobrada	7.733	1,24	616.125	80	2.953.427	382	6.348.277	821	8.914,02	38,92	0	0	
Dois Córregos	25.141	1,4	3.330.022	132	479.863	19	21.157.874	842	13.342,65	21,64	0	0	
Dolcinópolis	2.198	0,24	273.729	125	483.830	220	5.801.938	2.640	9.936,13	18,17	1	0	
Dourado	9.282	0,94	964.934	104	1.136.435	122	11.075.398	1.193	9.580,43	17,61	0	0	
Dracena	42.701	0,64	8.136.173	191	12.382.037	290	35.760.351	837	11.039,09	28,58	1	0	
Duartina	13.336	0,82	3.712.230	278	1.520.409	114	12.944.666	971	8.110,16	57,44	0	0	
Dumont	7.671	2,49	905.506	118	1.019.981	133	6.470.986	844	8.665,85	8,17	0	1	
Echaporã	6.890	0,1	376.667	55	789.752	115	10.279.841	1.492	9.338,66	2,67	1	0	
Eldorado	15.096	0,83	700.460	46	3.581.843	237	14.926.817	989	6.512,33	60,26	1	0	
Elias Fausto	15.504	1,37	2.021.092	130	721.520	47	10.466.203	675	29.596,58	3,92	1	0	
Elisiário	3.103	2,3	426.032	137	372.566	120	6.573.226	2.118	12.819,27	3,76	0	0	
Embaúba	2.520	0,2	298.966	119	33.054	13	4.157.206	1.650	12.300,49	24,59	0	0	
Embu	255.269	2,56	38.989.888	153	11.038.166	43	104.581.121	410	10.430,56	46,43	0	1	
Embu-Guaçu	61.380	0,88	10.337.888	168	1.232.216	20	41.246.935	672	7.517,04	9,4	0	1	
Emilianópolis	3.057	0,68	177.021	58	548.735	180	6.665.007	2.180	8.165,65	33,85	0	0	
Engenheiro Coelho	13.391	3,63	1.533.350	115	2.528.063	189	12.948.220	967	14.826,31	45,75	0	1	
Espírito Santo do Pinhal	42.954	0,73	8.296.231	193	6.354.945	148	15.651.003	364	13.158,30	13,34	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Espírito Santo do Turvo	4.256	1,82	268.812	63	139.963	33	8.593.417	2.019	17.345,13	42,05	1	0	
Estiva Gerbi	9.564	0,94	1.604.899	168	1.058.242	111	7.980.596	834	15.003,70	0,74	0	1	
Estrela d'Oeste	8.631	0,52	1.096.542	127	615.413	71	10.639.274	1.233	64.630,28	4,33	0	0	
Estrela do Norte	2.443	-0,87	114.007	47	746.866	306	6.435.567	2.634	9.643,69	38,98	0	0	
Euclides da Cunha Paulista	10.875	0,8	428.775	39	3.629.237	334	13.858.574	1.274	5.449,71	19,27	0	0	
Fartura	15.583	0,47	1.405.900	90	426.477	27	16.734.437	1.074	8.844,55	14,23	0	0	
Fernandópolis	64.950	0,65	12.501.585	192	3.818.697	59	42.576.932	656	13.588,60	5,45	0	0	
Fernando Prestes	5.731	0,67	1.004.909	175	51.892	9	8.732.210	1.524	15.553,90	54,43	0	0	
Fernão	1.448	0,13	288.083	199	0	0	5.222.077	3.606	10.744,94	0,47	0	0	
Ferraz de Vasconcelos	182.289	3,12	13.876.699	76	63.710.122	350	61.335.470	336	6.076,07	25,75	0	1	
Flora Rica	2.050	-0,7		0	38.491	19	4.447.680	2.170	12.070,87	14,02	1	0	
Floreal	3.108	-0,44	270.427	87	5.838.244	1.878	6.842.592	2.202	9.236,05	0,19	0	0	
Flórida Paulista	12.654	1,39	972.275	77	20.886	2	12.646.186	999	9.078,24	41,06	0	0	
Florínia	2.925	-0,75	318.610	109	478.391	164	7.995.156	2.733	28.116,76	4,71	1	0	
Franca	331.480	1,77	69.352.171	209	109.154.643	329	201.687.722	608	11.205,22	33,63	0	0	
Francisco Morato	160.862	2,31	11.168.580	69	394.481	2	87.014.905	541	4.282,20	62,19	0	1	
Franco da Rocha	126.190	1,94	15.640.319	124	31.791.338	252	75.049.330	595	12.098,70	21,71	0	1	
Gabriel Monteiro	2.825	0,44	311.583	110	912.611	323	6.023.265	2.132	20.851,16	36,31	1	0	
Gália	6.916	-1,62	3.234.299	468	28.317	4	7.748.943	1.120	8.455,11	6,73	0	0	
Garça	44.901	0,49	6.496.938	145	4.163.298	93	33.695.550	750	12.315,78	56,02	0	0	
Gastão Vidigal	3.940	1,17	210.441	53	4.561.788	1.158	5.721.209	1.452	8.510,48	19,34	0	0	
Gavião Peixoto	4.516	1,14	884.041	196	0	0	7.472.758	1.655	18.556,46	2,77	0	1	
General Salgado	11.148	0,36	1.564.645	140	3.322.326	298	14.565.673	1.307	12.039,81	40,74	0	0	
Getulina	11.291	0,96	875.034	77	1.244.308	110	11.650.303	1.032	8.332,92	40,24	0	0	
Glicério	4.750	0,88	365.062	77	694.507	146	8.628.456	1.817	10.363,34	0,19	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Guaíçara	11.302	2,57	848.656	75	950.466	84	10.895.803	964	8.828,09	29,27	0	0	
Guaimbê	4.917	-0,66	335.516	68	540.328	110	7.517.602	1.529	7.727,95	53,03	0	0	
Guáira	37.130	0,88	8.509.312	229	16.808.763	453	49.427.749	1.331	17.814,69	26,28	0	0	
Guapiaçu	16.955	2,37	1.851.166	109	77.480	5	22.173.271	1.308	23.228,67	13,78	0	0	
Guapiara	21.404	1,03	1.073.821	50	6.827.356	319	18.723.809	875	7.140,74	9,29	0	0	
Guará	20.761	1,18	3.590.160	173	2.148.817	104	24.438.939	1.177	11.563,18	45,9	0	0	
Guaraçai	9.246	0,47	1.267.010	137	1.527.162	165	10.850.438	1.174	12.474,61	10,34	1	0	
Guaraci	9.566	1	1.086.514	114	3.005.029	314	14.229.285	1.487	12.636,18	18,44	0	0	
Guarani d'Oeste	2.102	0,58	152.392	72	512.443	244	5.146.499	2.448	7.185,52	25,97	0	0	
Guarantã	6.934	1,15	433.683	63	501.771	72	8.039.516	1.159	11.657,63	39,41	0	0	
Guararapes	29.619	0,35	4.424.255	149	14.115.132	477	28.071.132	948	16.482,99	19,59	0	0	
Guararema	25.378	1,84	11.496.485	453	2.201.524	87	31.682.135	1.248	16.246,05	39,29	0	1	
Guaratinguetá	114.033	1,12	27.816.821	244	62.166.958	545	103.667.140	909	16.658,46	50,88	0	1	
Guareí	13.560	3,28	1.220.090	90	650.649	48	12.479.941	920	6.996,60	4,8	0	0	
Guariba	33.203	0,83	4.493.856	135	1.393.795	42	37.822.940	1.139	9.128,00	40,52	0	0	
Guarujá	307.255	1,86	300.616.177	978	475.671.308	1.548	191.655.839	624	9.800,14	13,93	0	1	
Guarulhos	1.298.394	2,37	404.022.240	311	805.906.059	621	881.106.037	679	22.202,46	12,2	0	1	
Guatapar	6.969	1,13	1.525.522	219	636.892	91	11.513.077	1.652	13.226,75	32,3	0	1	
Guzolândia	4.717	1,14	434.766	92	2.199.052	466	6.809.411	1.444	7.713,29	12,93	0	0	
Herculândia	8.730	1,11	430.178	49	158.204	18	7.780.041	891	8.712,49	36,91	0	0	
Holambra	9.430	3,36	4.372.291	464	2.213.280	235	18.021.562	1.911	50.978,46	52,55	0	1	
Hortolândia	195.371	3,08	79.259.561	406	39.913.981	204	165.537.187	847	20.775,31	9,58	0	1	
Iacanga	9.139	1,25	1.714.930	188	2.064.993	226	10.878.357	1.190	17.582,52	0,66	0	0	
Iacri	6.670	-0,22	376.320	56	217.484	33	7.765.914	1.164	8.592,57	33,42	0	0	
Iaras	4.886	5,32	1.226.519	251	4.347	1	8.695.947	1.780	10.012,88	28,24	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Ibirá	10.514	1,33	1.834.314	174	2.542.785	242	11.810.604	1.123	8.855,51	56,57	0	0	
Ibirarema	6.700	2,04	507.598	76	1.404.804	210	9.648.393	1.440	13.652,66	20,72	1	0	
Ibitinga	52.225	1,4	4.617.859	88	4.667.270	89	18.187.515	348	11.711,30	26,62	0	0	
Ibiúna	70.565	1,15	12.906.938	183	7.105.761	101	57.490.871	815	8.878,05	7,77	0	0	
Icém	6.504	-0,43	798.925	123	2.197.767	338	19.601.065	3.014	13.716,24	14,85	0	0	
Iepê	7.491	0,42	708.509	95	1.297.873	173	12.792.791	1.708	13.873,71	34,52	1	0	
Igaracu do Tietê	24.185	0,83	1.560.230	65	3.901.024	161	12.347.657	511	5.801,42	23,08	0	0	
Igarapava	28.620	1,24	3.149.637	110	8.134.349	284	33.906.492	1.185	16.971,26	8,81	0	0	
Igaratá	9.574	1,77	2.255.834	236	1.482.121	155	9.276.315	969	8.406,56	1,96	0	0	
Iguape	29.132	0,74	4.161.322	143	4.865.677	167	24.788.409	851	7.344,00	0,96	1	0	
Ilhabela	26.881	3,23	18.728.096	697	129.516	5	22.072.556	821	10.002,35	10,13	0	0	
Ilha Comprida	9.224	4,01	12.082.192	1.310	566.197	61	12.512.017	1.356	9.175,00	42,91	1	0	
Ilha Solteira	25.476	0,73	4.020.338	158	3.949.027	155	50.111.227	1.967	45.666,98	31,32	1	0	
Indaiatuba	183.981	2,8	87.656.467	476	58.995.344	321	177.588.854	965	23.426,91	5,32	0	1	
Indiana	5.049	0,29	300.444	60	2.578.814	511	3.982.657	789	6.883,53	5,06	0	0	
Indiaporã	3.892	-0,55	347.795	89	712.428	183	7.922.219	2.036	10.409,15	56,91	0	0	
Inúbia Paulista	3.633	1,11	580.245	160	1.083.907	298	6.830.621	1.880	12.678,73	55,63	0	0	
Ipaussu	13.535	0,94	1.247.808	92	2.934.206	217	14.354.336	1.061	8.461,24	69,27	1	0	
Iperó	25.215	3,96	4.120.932	163	3.690.390	146	24.387.608	967	11.800,95	20,08	0	1	
Ipeúna	5.698	3,4	1.507.890	265	47.633	8	9.428.215	1.655	15.716,10	1,81	0	0	
Ipiguá	4.436	3,03	320.338	72	1.117.002	252	6.765.099	1.525	8.158,06	36,1	0	0	
Iporanga	4.607	0,16	426.094	92	3.559.075	773	5.426.016	1.178	4.730,98	65,16	1	0	2
Ipuã	14.850	2,8	2.210.299	149	720.242	49	22.191.397	1.494	11.851,48	28,84	0	0	
Iracemópolis	18.576	2,22	3.511.307	189	3.770.907	203	24.108.954	1.298	23.119,80	5,18	0	1	
Irapuã	7.039	0,7	538.485	77	515.013	73	9.377.030	1.332	11.421,15	12,37	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Irapuru	8.086	0,84	417.056	52	2.107.103	261	4.881.919	604	6.665,00	32,51	1	0	
Itaberá	18.436	-0,29	1.506.383	82	466.456	25	18.964.608	1.029	12.026,60	33,32	0	0	
Itaí	23.512	1,41	4.325.670	184	1.228.182	52	26.854.988	1.142	15.168,44	32,17	0	0	
Itajobi	14.798	0,48	1.997.980	135	1.507.304	102	8.536.653	577	13.100,51	3,84	0	0	
Itaju	2.770	0,63	282.503	102	81.699	29	6.898.324	2.490	18.393,15	3,56	0	0	
Itanhaém	89.791	2,73	54.629.104	608	40.262.425	448	68.673.589	765	7.891,28	20,05	1	1	2
Itaóca	3.131	-0,38	262.344	84	2.785	1	5.272.887	1.684	5.287,77	19,27	1	0	2
Itapecerica da Serra	161.648	2,78	27.643.054	171	35.727.575	221	126.119.016	780	15.238,06	10,94	0	1	
Itapetininga	143.075	1,62	22.636.972	158	41.762.957	292	96.963.424	678	13.679,50	32,55	0	0	
Itapeva	91.809	1,27	13.844.228	151	38.135.887	415	101.553.969	1.106	11.073,20	40,15	0	0	
Itapevi	210.869	3,27	36.289.329	172	22.754.712	108	135.455.557	642	10.007,20	0,23	0	1	
tapira	69.181	1,07	19.928.071	288	25.573.954	370	74.184.018	1.072	17.700,33	24,91	0	1	
Itapirapuã Paulista	3.777	0,66	157.714	42	185.560	49	6.790.844	1.798	5.131,47	11,37	1	0	2
Itápolis	40.798	0,96	4.946.007	121	8.194.109	201	33.536.209	822	14.799,64	38,31	0	0	
Itaporanga	14.340	0	747.714	52	683.285	48	13.893.966	969	6.494,72	0,91	0	0	
Itapuí	11.934	1,74	1.239.676	104	767.216	64	7.326.817	614	12.213,39	52,43	0	0	
Itapura	3.923	0,29	264.968	68	1.839.993	469	4.725.185	1.204	11.183,72	19,27	1	0	
Itaquaquetuba	373.358	3,95	42.372.714	113	118.163	0	141.298.725	378	6.928,39	6,33	0	1	
Itararé	50.813	1,07	6.413.516	126	14.246.585	280	48.869.388	962	10.172,56	41,8	0	0	
Itariri	15.437	1,57	1.383.259	90	4.418.048	286	12.587.318	815	4.952,82	14,23	1	0	2
Itatiba	96.852	2,2	29.991.416	310	8.638.493	89	112.485.690	1.161	28.323,31	32,66	0	1	
Itatinga	18.089	1,98	4.342.281	240	0	0	19.881.023	1.099	8.627,57	16,38	0	0	
Itirapina	14.967	1,77	4.846.122	324	6.827.703	456	17.163.225	1.147	11.938,97	17,56	0	0	
Itirapuã	5.749	0,77	299.450	52	117.699	20	5.000.637	870	10.670,12	36,36	0	0	
Itobi	8.005	0,87		0	1.805.941	226	3.996.122	499	8.385,94	61,44	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Itu	156.076	1,78	55.217.935	354	61.358.665	393	134.281.452	860	23.516,35	13,69	0	1	
Itupeva	38.764	5,01	20.617.935	532	1.953.957	50	42.075.364	1.085	30.230,88	1,97	0	1	
Ituverava	39.163	0,95	6.706.265	171	2.676.400	68	24.351.698	622	11.240,48	27,6	0	0	
Jaborandi	6.498	0,15	682.896	105	1.255.917	193	10.419.698	1.604	9.445,56	35,83	0	0	
Jaboticabal	73.643	1,1	21.752.163	295	16.044.734	218	69.076.905	938	16.820,37	44,08	0	0	
Jacareí	212.311	1,31	56.263.899	265	45.389.788	214	206.755.943	974	19.656,85	9,61	0	1	
Jaci	5.137	2,79	502.974	98	165.746	32	8.543.888	1.663	22.723,23	44,38	0	0	
Jacupiranga	16.598	-0,26	1.764.476	106	2.867.647	173	17.349.622	1.045	8.016,44	18,91	1	0	
Jaguariúna	38.417	3,28	18.453.513	480	205.714	5	125.046.014	3.255	66.185,17	68,76	0	1	
Jales	48.549	0,61	7.764.155	160	16.005.168	330	31.768.582	654	12.097,29	41,48	1	0	
Jambeiro	5.135	3,18	1.340.510	261	129.615	25	9.808.947	1.910	86.543,21	22,79	0	0	
Jandira	112.032	2,49	19.477.305	174	39.730.144	355	76.217.966	680	11.344,39	43,1	0	1	
Jardinópolis	36.053	1,99	6.333.759	176	11.875.232	329	22.377.799	621	10.140,59	38,35	0	0	
Jarinu	21.342	2,86	8.584.698	402	4.362.236	204	20.499.038	961	12.046,76	2,61	0	0	
Jaú	129.693	1,85	31.987.519	247	22.006.371	170	88.005.617	679	11.652,29	32,2	0	0	
Jeriquara	3.403	0,47	185.173	54	780.480	229	7.793.853	2.290	25.149,61	0,44	0	0	
Joanópolis	11.598	1,35	1.822.855	157	116.358	10	13.111.377	1.130	8.092,39	42,64	0	0	
João Ramalho	4.314	1,45	487.494	113	534.479	124	4.776.841	1.107	10.002,61	1,65	0	0	
José Bonifácio	31.704	1,23	7.245.195	229	3.570.169	113	29.562.354	932	15.778,32	68,7	0	0	
Júlio Mesquita	4.517	1,01	507.830	112	2.306.259	511	6.541.524	1.448	7.263,39	29,52	0	0	
Jumirim	2.439	1,3	258.445	106	0	0	6.361.129	2.608	20.413,17	41,6	0	0	
Jundiaí	355.417	1,18	222.250.220	625	350.883.499	987	425.726.782	1.198	40.703,90	9,69	0	1	
Junqueirópolis	19.067	1,4	2.330.128	122	2.048.165	107	16.997.542	891	9.835,33	8,09	1	0	
Juquiá	19.868	-0,33	705.196	35	3.741.278	188	21.026.791	1.058	6.261,20	3,17	1	0	
Juquitiba	29.076	1,14	6.076.565	209	23.968.215	824	14.446.998	497	6.760,63	39,96	1	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Lagoinha	5.087	0,34	408.686	80	1.456.287	286	7.212.453	1.418	7.355,34	0,47	0	0	
Laranjal Paulista	24.952	1,48	5.710.125	229	2.394.591	96	28.756.957	1.152	12.083,98	25,06	0	0	
Lavínia	8.128	4,77	496.392	61	207.150	25	8.162.848	1.004	9.053,90	35,94	1	0	
Lavrinhas	7.051	2,01	2.606.051	370	1.483.935	210	9.104.333	1.291	7.091,00	30,99	0	0	
Leme	89.385	1,28	19.202.196	215	7.624.543	85	66.090.235	739	12.207,34	42,08	0	1	
Lençóis Paulista	62.033	1,5	11.179.392	180	1.292.461	21	70.148.246	1.131	26.006,47	38,18	0	1	
Limeira	279.192	1,43	83.553.148	299	68.746.562	246	257.436.916	922	19.108,73	45,99	0	1	
Lindóia	6.021	1,52	1.897.630	315	738.460	123	8.472.172	1.407	11.287,10	29,23	1	0	
Lins	70.555	0,83	13.175.788	187	6.913.311	98	52.701.643	747	17.102,53	0,42	0	0	
Lorena	83.595	0,86	10.598.065	127	6.509.152	78	67.928.031	813	12.596,61	44,91	0	1	
Lourdes	2.087	0,5	215.326	103	0	0	5.686.148	2.725	9.430,71	25,55	1	0	
3527306 - Louveira	31.397	3,47	22.373.674	713	2.422.287	77	86.204.682	2.746	211.883,80	7,78	0	1	
Lucélia	19.194	0,57	2.892.605	151	243.055	13	20.096.735	1.047	8.633,12	26,42	0	0	
Lucianópolis	2.326	0,92	139.063	60	1	0	5.843.046	2.512	10.924,08	7,01	0	0	
Luís Antônio	10.886	5,31	3.151.365	289	447.693	41	38.187.392	3.508	47.369,23	22,6	0	0	
Luiziânia	4.811	1,46	253.619	53	21.832	5	6.988.362	1.453	9.151,15	15,87	1	0	
Lupércio	4.423	0,6	368.033	83	109.126	25	7.273.801	1.645	8.651,48	38,24	0	0	
Lutécia	2.998	0,44	184.853	62	324.764	108	7.362.603	2.456	12.674,36	10,37	1	0	
Macatuba	17.667	1,43	1.894.379	107	1.125.623	64	27.084.096	1.533	29.151,89	16,8	0	0	
Macaubal	7.563	0,29	376.067	50	2.492.661	330	6.955.763	920	8.467,30	14,25	0	0	
Macedônia	3.706	-0,16	408.822	110	212.242	57	8.046.304	2.171	9.872,86	41,94	0	0	
Magda	3.328	-0,32	230.525	69	481.232	145	3.904.963	1.173	10.716,27	28,79	0	0	
Mairinque	45.759	1,69	9.275.006	203	1.312.862	29	58.599.745	1.281	16.318,90	25,17	0	1	
Mairiporã	75.778	2,93	24.098.175	318	47.481.737	627	52.906.353	698	10.727,35	8,54	0	1	
Manduri	8.716	0,65	594.626	68	2.727.240	313	9.506.205	1.091	8.211,48	16,24	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Marabá Paulista	5.317	4,18	257.073	48	6.321.446	1.189	9.989.227	1.879	7.927,14	19,25	0	0	
Maracaí	13.606	0,58	3.418.311	251	2.127.880	156	20.179.384	1.483	22.493,94	2,08	1	0	
Marapoama	2.609	1,93	229.948	88	599.828	230	6.468.160	2.479	24.918,17	25,22	0	0	
Mariápolis	3.773	-0,29	227.074	60	422.299	112	6.197.125	1.642	6.248,04	0,28	1	0	
Marília	224.487	1,6	59.415.358	265	43.376.033	193	166.594.069	742	12.891,66	11,79	0	0	
Marinópolis	2.327	0,75	152.730	66	1	0	5.590.855	2.403	11.536,32	38,35	0	0	
Martinópolis	24.043	0,91	2.021.738	84	2.638.710	110	14.201.778	591	9.516,43	45,68	0	0	
Matão	78.010	1,05	13.458.500	173	26.584.486	341	79.445.236	1.018	50.616,60	17,22	0	0	
Mauá	414.917	1,66	87.005.524	210	284.710.733	686	56.135.542	135	13.394,59	10,68	0	1	
Mendonça	3.996	0,78	584.989	146	359.099	90	6.965.446	1.743	9.448,45	0,43	0	0	
Meridiano	4.214	0,56	623.475	148	1.533.242	364	6.437.644	1.528	10.173,59	1,17	0	0	
Mesópolis	1.953	0,17	225.670	116	492.407	252	5.887.427	3.015	12.924,59	27,37	1	0	
Miguelópolis	20.559	0,98	2.473.434	120	14.049.758	683	31.957.196	1.554	12.629,34	9,19	0	0	
Mineiros do Tietê	13.026	1,64	885.317	68	4.581.188	352	11.706.723	899	7.472,54	7,12	0	0	
Miracatu	24.974	1,37	2.358.007	94	1.859.778	74	23.472.065	940	5.855,29	24,97	1	0	
Mira Estrela	2.643	0,2	332.769	126	199.374	75	8.101.801	3.065	11.103,61	12	0	0	
Mirandópolis	27.229	0,6	3.296.345	121	9.360.185	344	21.992.831	808	8.285,09	42,66	1	0	
Mirante do Paranapanema	17.261	0,78	2.223.733	129	19.160.658	1.110	14.588.476	845	5.644,94	16,07	0	0	
Mirassol	53.503	1,27	11.217.353	210	24.486.409	458	44.558.475	833	13.310,06	24,99	0	1	
Mirassolândia	4.115	1,2	299.896	73	4.107.994	998	6.481.295	1.575	7.904,44	23,12	0	0	
Mococa	69.823	0,78	12.542.208	180	20.386.710	292	59.454.143	851	13.922,43	33,71	1	0	
Mogi das Cruzes	377.501	1,68	118.685.070	314	64.746.757	172	225.356.304	597	15.250,95	34,86	0	1	
Mogi Guaçu	141.365	1,62	31.084.118	220	23.085.485	163	157.836.117	1.117	17.933,09	28,71	0	1	
Moji Mirim	91.484	1,46	30.211.486	330	97.271.392	1.063	90.799.400	993	24.021,79	27,57	0	1	
Mombuca	3.523	1,58	504.352	143	0	0	6.631.472	1.882	9.551,10	3,69	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Mongaguá	44.329	2,9	32.582.383	735	7.694.541	174	22.800.854	514	8.444,89	49,26	1	1	
Monte Alegre do Sul	7.021	1,34	1.959.515	279	154.288	22	9.055.975	1.290	12.310,12	50,25	0	0	
Monte Alto	46.763	0,87	9.431.313	202	1.446.445	31	43.999.962	941	17.352,32	6,63	0	0	
Monte Aprazível	19.975	1	3.094.684	155	3.702.700	185	21.808.793	1.092	17.181,12	5,68	0	0	
Monte Azul Paulista	20.351	0,49	2.485.199	122	9.321.689	458	22.071.032	1.085	13.998,16	2,82	0	0	
Monte Castelo	4.001	-0,29	342.281	86	522.854	131	6.555.151	1.638	10.372,06	41,59	1	0	
Monteiro Lobato	4.068	1,49	845.616	208	585.508	144	6.509.361	1.600	7.191,15	56,55	0	0	
Monte Mor	45.608	2,51	8.474.863	186	4.819.181	106	55.921.411	1.226	23.901,11	25,2	0	1	
Morro Agudo	28.205	1,31	5.239.669	186	1.726.446	61	42.504.725	1.507	22.171,60	23,09	0	0	
Morungaba	12.297	2,73	2.194.626	178	637.652	52	14.928.522	1.214	16.580,56	4,71	0	0	
Motuca	4.386	1,59	710.897	162	16.342	4	5.694.763	1.298	41.317,35	2,23	0	0	
Murutinga do Sul	4.080	0,33	266.710	65	987.484	242	7.231.191	1.772	8.459,68	80,95	1	0	
Nantes	2.571	1,51	300.394	117	1	0	7.682.724	2.988	39.439,56	4,61	1	0	
Narandiba	4.146	1,28	1.474.021	356	497.179	120	9.594.011	2.314	15.673,09	25,38	0	0	
Natividade da Serra	7.338	0,69	454.678	62	798.355	109	9.914.844	1.351	5.442,43	26,51	0	0	
Nazaré Paulista	16.382	1,61	2.348.321	143	5.388.233	329	8.999.096	549	8.447,56	13,83	0	0	
Neves Paulista	9.153	0,34	752.763	82	139.658	15	9.512.000	1.039	10.417,00	10,58	0	0	
Nhandeara	10.374	0,21	1.553.120	150	1.441.917	139	10.966.355	1.057	10.834,93	46,47	0	0	
Nipoã	3.833	2,02	804.124	210	970.208	253	6.713.963	1.752	10.300,21	41,79	0	0	
Nova Aliança	5.012	0,64	626.615	125	1.811.661	361	7.607.006	1.518	13.872,93	0,66	0	0	
Nova Campina	9.219	2,94	796.353	86	108.083	12	13.604.802	1.476	13.532,77	2,18	0	0	
Nova Canaã Paulista	2.390	-0,45	216.955	91	514.349	215	5.304.029	2.219	12.127,22	68,85	1	0	
Nova Castilho	1.056	0,78	192.851	183	65.693	62	6.108.716	5.785	26.031,46	9,09	0	0	
Nova Europa	9.313	3,12	1.005.090	108	665.044	71	11.910.211	1.279	10.907,39	0,42	0	0	
Nova Granada	18.399	0,97	1.769.896	96	195.304	11	17.841.860	970	10.587,01	65,69	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Nova Guataporanga	2.106	0,18	139.370	66	727.865	346	4.780.882	2.270	5.850,21	3,38	1	0	
Nova Independência	2.536	2,56	1.071.797	423	2.242.220	884	7.277.106	2.870	15.869,78	3,98	1	0	
Novais	3.686	1,65	333.609	91	223.818	61	7.541.798	2.046	8.222,30	65,75	0	0	
Nova Luzitânia	3.498	3,01	396.417	113	420.474	120	5.758.767	1.646	6.740,81	23,54	0	0	
Nova Odessa	46.881	1,32	14.176.448	302	1.775.656	38	54.028.980	1.152	22.420,05	68,6	0	1	
Novo Horizonte	34.487	0,76	6.329.423	184	8.312.416	241	38.556.654	1.118	16.839,98	10,11	0	0	
Nuporanga	6.656	0,68	1.200.064	180	873.159	131	13.625.357	2.047	17.559,93	1,14	0	0	
Ocaçu	4.245	0,26	477.471	112	476.377	112	5.511.953	1.298	9.872,75	39,07	0	0	
Óleo	2.830	-0,66	120.676	43	698.509	247	5.573.333	1.969	10.633,20	11,15	1	0	
Olímpia	49.093	0,81	9.281.041	189	6.822.312	139	46.633.440	950	16.404,00	27,25	0	0	
Onda Verde	3.871	1,57	648.761	168	551.358	142	8.136.304	2.102	35.413,79	0,49	1	0	
Oriente	6.109	0,44	780.432	128	1.468.881	240	6.565.863	1.075	6.904,36	24,17	0	0	
Orindiúva	5.082	2,54	669.340	132	424.275	83	15.437.652	3.038	18.134,92	22,39	0	0	
Orlândia	38.399	0,81	10.433.215	272	762.555	20	24.818.165	646	23.472,87	25,32	0	0	
Osasco	715.444	1,14	311.565.462	435	689.588.166	964	472.201.488	660	35.217,67	31,41	0	1	
Oscar Bressane	2.550	0,02	274.247	108	488.331	192	4.618.027	1.811	9.640,19	24,92	1	0	
Osvaldo Cruz	29.950	0,12	4.787.802	160	3.474.178	116	25.564.635	854	10.131,49	48,68	0	0	
Ourinhos	104.164	1,3	20.061.636	193	2.901.834	28	95.012.772	912	13.730,78	5,76	1	0	
Ouroeste	7.370	1,96	1.213.648	165	2.636.693	358	27.150.976	3.684	65.353,25	10,13	0	0	
Ouro Verde	7.772	1,05	470.294	61	482.034	62	10.443.639	1.344	8.324,17	16,97	0	0	
Pacaembu	13.668	0,92	1.087.677	80	3.669.118	268	12.360.684	904	6.764,91	3,78	0	0	
Palestina	10.708	2,01	1.205.066	113	1.186.571	111	13.698.245	1.279	11.290,72	3,43	0	0	
Palmares Paulista	10.763	3,1	436.137	41	9.493.345	882	8.943.806	831	5.339,92	19,08	0	0	
Palmeira d'Oeste	10.177	-0,17	933.477	92	3.035.145	298	8.200.405	806	7.900,19	46,53	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Panorama	14.496	0,75	1.168.069	81	6.847.248	472	13.764.575	950	7.550,66	17,19	1	0	
Paraguaçu Paulista	43.393	1,14	5.942.361	137	43.989.924	1.014	47.853.865	1.103	13.004,37	58,72	1	0	
Paraibuna	18.397	0,99	2.929.983	159	986.539	54	18.710.942	1.017	7.825,38	1,69	0	0	
Paraíso	5.810	0,85	716.363	123	620.753	107	10.702.434	1.842	11.744,47	0,23	0	0	
Paranapanema	17.555	1,51	3.856.486	220	1.737.988	99	23.990.852	1.367	16.516,56	54,44	0	0	
Paranapuã	3.616	-0,09	271.918	75	695.127	192	5.813.980	1.608	10.098,46	6,62	1	0	
Parapuã	11.055	-0,07	1.650.428	149	2.088.668	189	11.551.099	1.045	9.985,94	8,21	0	0	
Pardinho	5.546	1,98	2.742.523	495	516.233	93	9.338.468	1.684	16.257,75	8,16	0	0	
Pariquera-Açu	20.083	1,6	1.622.767	81	1.019.945	51	8.917.950	444	8.109,34	37	1	0	
Parisi	2.129	1,02	219.774	103	248.889	117	5.558.696	2.611	11.262,92	48,53	0	0	
Patrocínio Paulista	12.775	1,42	2.497.272	195	4.506.126	353	16.192.791	1.268	19.460,41	29,44	0	0	
Paulicéia	5.852	1,25	1.773.785	303	531.287	91	9.562.305	1.634	9.048,11	3,14	1	0	
Paulínia	76.033	4,88	110.356.493	1.451	302.162.187	3.974	687.330.822	9.040	87.761,47	5,24	0	1	
Paulistânia	1.875	0,64	457.651	244	2	0	5.778.010	3.082	11.659,56	36,63	0	0	
Paulo de Faria	9.005	0,76	627.309	70	3.067.166	341	6.130.212	681	11.920,22	18,67	0	0	
Pederneiras	41.039	1,42	6.124.680	149	8.964.865	218	38.054.843	927	17.114,40	0,53	0	1	
Pedra Bela	6.056	0,97	219.222	36	53.867	9	8.144.132	1.345	7.411,84	20,77	0	0	
Pedranópolis	2.740	0,03	405.344	148	619.088	226	6.606.421	2.411	10.541,24	53,76	0	0	
Pedregulho	15.963	0,75	1.860.180	117	653.168	41	7.855.873	492	14.176,78	7,99	0	0	
Pedreira	40.705	1,79	10.641.327	261	14.867.773	365	33.734.941	829	13.637,72	4,11	0	1	
Pedrinhas Paulista	3.083	0,93	359.807	117	18.694	6	7.757.473	2.516	23.101,57	37,81	1	0	
Pedro de Toledo	10.299	1,42	926.019	90	69.888	7	11.927.613	1.158	5.902,65	31,15	1	0	2
Penápolis	57.390	0,62	12.735.171	222	30.227.777	527	50.058.262	872	16.388,60	40,1	1	0	
Pereira Barreto	24.628	-0,17	3.482.902	141	18.793.624	763	28.729.973	1.167	14.860,22	3,02	1	0	
Pereiras	7.831	2,87	591.605	76	353.529	45	9.067.512	1.158	16.214,87	34,38	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Peruibe	55.469	0,9	38.069.353	686	20.795.902	375	49.718.301	896	9.003,15	21,61	1	1	2
Piacatu	5.171	1,38	370.495	72	269.786	52	7.645.205	1.478	9.366,16	5,77	1	0	
Piedade	50.834	0,46	6.361.939	125	2.677.359	53	38.315.280	754	9.357,32	42,72	0	1	
Pilar do Sul	27.458	1,71	3.408.989	124	0	0	22.953.025	836	9.088,41	26,55	0	0	
Pindamonhangaba	143.887	1,65	31.669.180	220	34.995.608	243	146.151.942	1.016	22.062,30	30,65	0	1	
Pindorama	14.667	1,37	2.784.213	190	871.625	59	14.909.071	1.017	10.185,03	16,41	0	0	
Pinhalzinho	12.741	1,84	1.410.772	111	39.836	3	12.296.177	965	8.096,65	39,19	0	0	
Piquerobi	3.678	0,69	267.364	73	1.161.240	316	7.440.623	2.023	8.301,61	36,83	0	0	
Piquete	15.555	0,31	894.357	57	259.615	17	12.175.999	783	5.384,16	33,06	0	0	
Piracaia	22.134	-0,54	5.445.789	246	279.760	13	22.284.953	1.007	9.380,51	16,78	0	0	
Piracicaba	368.041	1,38	143.123.712	389	129.482.335	352	287.649.712	782	21.766,25	15,4	0	0	
Piraju	29.418	0,65	4.847.233	165	1.289.879	44	27.960.404	950	10.347,71	12,61	0	0	
Pirajuí	21.711	0,87	2.182.625	101	1.055.543	49	17.007.609	783	8.418,00	18,35	0	0	
Pirangi	10.320	0,34	1.162.229	113	2.101.557	204	9.670.481	937	10.885,08	28,33	0	0	
Pirapora do Bom Jesus	15.479	2,79	6.265.896	405	8.252.401	533	15.387.463	994	9.646,86	25	0	1	
Pirapozinho	24.092	1,07	1.747.693	73	6.178.652	256	22.454.265	932	13.030,30	11,53	0	0	
Pirassununga	70.096	0,97	20.031.315	286	2.942.999	42	55.945.582	798	16.794,96	38,58	0	0	
Piratininga	11.317	0,84	1.801.956	159	524.667	46	10.192.854	901	7.281,16	47,63	0	0	
Pitangueiras	34.640	1,33	4.544.970	131	10.025.905	289	33.116.617	956	11.578,71	16,26	0	0	
Planalto	4.054	1,25	924.252	228	710.328	175	7.364.915	1.817	13.791,80	17,78	0	0	
Platina	3.252	1,53	225.065	69	12.320	4	7.491.117	2.304	11.485,36	36,58	1	0	
Poá	109.208	1,65	101.379.655	928	3.888.409	36	63.433.504	581	18.428,84	60,9	0	1	
Poloni	4.862	0,23	458.813	94	1.223.785	252	6.573.293	1.352	11.936,49	3,6	0	0	
Pompéia	19.261	0,72	3.064.867	159	2.290.442	119	37.063.584	1.924	18.180,95	18,43	0	0	
Pongai	3.566	-0,5	333.031	93	497.858	140	5.873.138	1.647	13.120,83	7,32	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Pontal	36.736	2,68	3.779.294	103	20.504.609	558	18.945.064	516	12.541,80	66,06	0	0	
Pontalinda	3.942	1,36	184.196	47	205.271	52	7.106.831	1.803	7.852,73	0,69	1	0	
Pontes Gestal	2.661	0,55	495.821	186	8.648.414	3.250	6.636.907	2.494	21.326,30	20,84	0	0	
Populina	4.359	-0,25	392.193	90	1.124.097	258	7.607.731	1.745	11.966,14	41,08	0	0	
Porangaba	8.258	2,73	2.151.556	261	73.454	9	8.817.388	1.068	7.331,24	41,48	0	0	
Porto Feliz	51.013	1,41	13.312.186	261	173.841	3	41.746.777	818	14.184,86	21,51	1	0	
Porto Ferreira	53.658	1,52	12.610.189	235	10.599.842	198	46.938.868	875	15.499,79	47,24	0	0	
Potim	18.534	3,58	579.669	31	161.547	9	14.127.571	762	5.663,45	1,01	0	0	
Potirendaba	15.090	1,25	2.694.643	179	378.312	25	15.344.742	1.017	11.995,32	70,53	0	0	
Pracinha	2.699	6,72	105.553	39	1	0	4.866.153	1.803	5.275,00	4,26	0	0	
Pradópolis	15.645	2,42	1.936.589	124	1	0	12.938.716	827	41.920,30	14,58	0	1	
Praia Grande	243.333	2,85	211.401.865	869	91.401.281	376	168.390.145	692	9.184,37	74,95	0	1	
Pratânia	4.657	2,06	349.099	75	16.128	3	7.865.882	1.689	11.705,95	4,18	0	0	
Presidente Alves	4.340	0,08	326.142	75	724.085	167	6.714.474	1.547	11.894,11	33,12	0	0	
Presidente Bernardes	15.057	0,32	1.356.421	90	4.657.753	309	18.706.801	1.242	7.167,62	24,23	0	0	
Presidente Epitácio	41.239	0,6	4.307.106	104	16.211.889	393	33.528.095	813	9.001,34	23,82	0	0	
Presidente Prudente	205.461	1,03	69.828.280	340	84.466.545	411	128.324.970	625	14.651,93	43,43	0	0	
Presidente Venceslau	37.962	0,21	4.927.700	130	14.559.048	384	30.708.166	809	9.454,75	1,17	0	0	
Promissão	35.625	1,67	3.548.751	100	15.726.914	441	29.324.042	823	15.785,53	14,76	0	0	
Quadra	2.757	0,44	1.193.190	433	645.015	234	6.873.072	2.493	11.748,21	31,85	0	0	
Quatá	12.175	0,55	2.874.081	236	3.022.552	248	16.467.828	1.353	21.546,75	5,35	1	0	
Queiroz	2.646	2,49	517.131	195	399.334	151	6.939.762	2.623	31.796,12	32,63	0	0	
Queluz	10.446	1,73	3.668.595	351	3.368.264	322	9.904.966	948	5.694,42	67,54	0	0	
Quintana	5.676	0,52	540.708	95	663.145	117	8.434.927	1.486	8.754,39	23,66	0	0	
Rafard	8.494	0,24	1.418.662	167	1.266.938	149	11.145.208	1.312	13.116,20	3,43	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Rancharia	29.789	0,41	2.952.875	99	6.849.728	230	33.362.114	1.120	18.227,09	35,83	1	0	
Redenção da Serra	4.114	0,22	411.419	100	843.637	205	6.896.831	1.676	7.478,05	2,26	0	0	
Regente Feijó	17.514	0,37	2.361.401	135	11.499.595	657	17.220.789	983	12.201,97	11,81	0	0	
Reginópolis	7.002	4,11	506.437	72	381.298	54	9.206.484	1.315	7.694,21	10,03	0	0	
Registro	57.230	0,77	9.361.604	164	19.536.396	341	32.953.669	576	8.528,73	4,01	1	0	
Restinga	6.482	1,88	871.474	134	2.562.966	395	10.693.068	1.650	12.178,06	8,12	0	0	
Ribeira	3.467	-0,11	617.799	178	1.869.529	539	5.813.848	1.677	4.669,69	6,71	1	0	2
Ribeirão Bonito	12.017	0,86	1.491.296	124	2.170.153	181	15.252.784	1.269	10.426,52	3	0	0	
Ribeirão Branco	20.677	-0,31	437.549	21	448.633	22	20.238.966	979	6.767,52	32,44	0	0	
Ribeirão Corrente	4.471	1,78	322.480	72	352.757	79	8.079.237	1.807	21.948,65	6,52	0	0	
Ribeirão do Sul	4.968	1,23	191.923	39	185.647	37	4.741.403	954	10.146,04	21,89	1	0	
Ribeirão dos Índios	2.337	0,61	132.010	56	0	0	5.396.605	2.309	11.378,99	38,51	0	0	
Ribeirão Grande	7.292	-0,06	575.821	79	673.623	92	11.836.698	1.623	10.282,59	12,88	0	0	
Ribeirão Pires	119.996	1,73	25.132.294	209	93.099.221	776	68.433.092	570	12.660,22	3,98	0	1	
Ribeirão Preto	563.166	1,36	238.316.849	423	124.412.739	221	444.809.616	790	23.691,97	13,27	0	1	
Riversul	6.748	-0,78	277.237	41	3.548.402	526	8.187.639	1.213	5.563,04	19,57	0	0	
Rifaina	3.691	1,29	402.076	109	19.466	5	10.080.467	2.731	8.402,90	23,35	0	0	
Rincão	10.656	0,42	1.166.491	109	3.231.249	303	12.803.474	1.202	9.471,22	42,58	0	0	
Rinópolis	9.684	-0,69	848.181	88	204.528	21	8.812.277	910	8.476,47	60,13	0	0	
Rio Claro	191.211	1,6	60.613.965	317	158.783.793	830	171.099.328	895	21.073,04	43,31	0	1	
Rio das Pedras	26.720	1,62	4.691.552	176	20.308.306	760	35.498.571	1.329	26.949,58	1,6	0	0	
Rio Grande da Serra	43.115	1,9	3.674.720	85	24.249.654	562	12.369.460	287	7.895,89	14,7	0	1	
Riolândia	9.748	1,46	551.990	57	2.575.812	264	10.506.209	1.078	8.053,76	30,35	0	0	
Rosana	21.195	-1,57	2.541.302	120	7.162.180	338	10.585.569	499	34.501,04	6,5	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Roseira	9.723	1,6	2.054.355	211	0	0	7.272.175	748	14.030,56	2,7	0	0	
Rubiácea	2.552	1,08	182.158	71	327.291	128	6.411.717	2.512	22.688,39	4,04	1	0	
Rubinéia	2.813	0,93	564.658	201	2.534.821	901	8.858.041	3.149	8.899,12	20,75	1	0	
Sabino	5.208	0,64	685.071	132	3.161.357	607	8.863.460	1.702	10.870,85	15,1	0	0	
Sagres	2.300	-0,7	131.613	57	336.774	146	5.595.291	2.433	8.243,73	27,99	0	0	
Sales	5.186	1,58	855.709	165	897.809	173	8.388.114	1.617	9.975,97	2,63	0	0	
Sales Oliveira	8.467	-1,12	1.858.170	219	532.083	63	13.647.367	1.612	15.184,41	0,81	0	0	
Salesópolis	16.784	1,98	2.043.340	122	299.115	18	16.137.889	962	12.564,71	44,21	0	1	
Salmourão	4.596	0,52	245.244	53	476.525	104	6.817.524	1.483	8.798,82	41,55	0	0	
Saltinho	6.715	1,88	1.634.731	243	159.728	24	8.505.825	1.267	13.356,74	34,29	0	0	
Salto	107.119	1,75	29.587.076	276	41.392.922	386	82.945.562	774	16.602,01	30,73	0	1	
Salto de Pirapora	41.897	2,19	5.218.450	125	5.970.999	143	43.498.860	1.038	10.788,16	10,3	0	1	
Salto Grande	9.025	0,83	734.722	81	3.818.094	423	10.059.734	1.115	11.764,41	4,07	1	0	
Sandovalina	3.542	1,7	1.157.997	327	4.620.574	1.305	13.996.097	3.951	45.232,14	2,83	0	0	
Santa Adélia	14.231	0,7	1.563.425	110	817.487	57	15.782.777	1.109	10.836,19	48,87	0	0	
Santa Albertina	5.442	-0,32	873.624	161	346.859	64	6.961.088	1.279	9.734,44	36,63	1	0	
Santa Bárbara d'Oeste	186.824	1,17	35.179.404	188	67.622.097	362	52.096.413	279	15.409,38	7,24	0	1	
Santa Branca	13.807	0,67	2.576.284	187	1.343.993	97	17.700.963	1.282	11.127,34	30,34	0	0	
Santa Clara d'Oeste	2.108	-0,13	162.268	77	597.149	283	5.792.650	2.748	7.783,68	2,34	1	0	
Santa Cruz da Conceição	3.992	1,53	1.578.079	395	2	0	4.629.828	1.160	13.517,45	4,21	0	0	
Santa Cruz da Esperança	1.874	0,53	92.038	49	338.013	180	4.554.471	2.430	13.683,56	27,13	0	0	
Santa Cruz das Palmeiras	31.506	2,62	3.538.230	112	799.597	25	23.523.351	747	7.690,37	3,46	1	0	
Santa Cruz do Rio Pardo	43.927	0,89	5.273.040	120	16.781.518	382	40.913.905	931	15.556,40	25,77	1	0	
Santa Ernestina	5.568	-0,33	473.987	85	177.319	32	6.931.688	1.245	7.833,18	70,5	0	0	
Santa Fé do Sul	28.312	0,83	7.028.690	248	2.569.561	91	26.040.991	920	14.483,58	31,53	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Santa Gertrudes	20.252	3,03	4.668.612	231	978.125	48	15.425.445	762	15.838,50	5,79	0	0	
Santa Isabel	47.934	1,15	11.760.081	245	1.946.560	41	19.480.607	406	10.106,58	23,42	0	1	
Santa Lucia	8.577	1,13	547.847	64	409.835	48	8.946.863	1.043	8.940,27	3,29	0	0	
Santa Maria da Serra	5.502	2,08	1.469.311	267	1	0	7.812.258	1.420	10.083,12	2,75	0	0	
Santa Mercedes	2.735	-0,31	324.931	119	548.881	201	6.815.325	2.492	7.816,24	20,02	1	0	
Santana da Ponte Pensa	1.732	-1,06	283.376	164	241.133	139	5.082.489	2.934	9.166,36	6,25	1	0	
Santana de Parnaíba	107.419	4,57	142.388.087	1.326	28.125.990	262	62.488.604	582	28.873,49	36,24	0	1	
Santa Rita d'Oeste	2.479	-1,07	251.140	101	756.458	305	6.532.092	2.635	12.783,87	48,01	1	0	
Santa Rita do Passa Quatro	27.574	0,66	8.264.335	300	4.079.526	148	27.139.122	984	12.125,95	2,23	0	0	
Santa Rosa do Viterbo	22.834	0,8	3.659.826	160	15.891.202	696	22.262.041	975	15.858,57	18,3	0	0	
Santa Salete	1.409	0,27	135.441	96	44.450	32	5.042.943	3.579	15.958,90	22,3	1	0	
Santo Anastácio	21.339	0,35	3.160.466	148	1.706.980	80	15.444.161	724	9.538,16	8,83	0	0	
Santo André	676.188	0,52	397.413.322	588	6.121.328	9	469.345.015	694	20.044,06	19,78	0	1	
Santo Antonio da Alegria	6.249	1,01	502.574	80	11.120	2	8.506.017	1.361	9.030,40	28,56	0	0	
Santo Antonio de Posse	21.614	2,18	7.191.027	333	999.264	46	13.455.293	623	18.557,26	18,16	0	1	
Santo Antonio do Aracanguá	7.044	0,25	1.255.723	178	598.165	85	21.375.679	3.035	21.270,14	6,61	0	0	
Santo Antonio do Jardim	5.859	-0,59	600.432	102	11.755	2	4.915.385	839	11.810,33	1,49	1	0	
Santo Antonio do Pinhal	7.036	1,34	1.133.214	161	1.419.040	202	9.589.059	1.363	6.796,01	13,72	0	0	
Santo Expedito	2.783	1,22	82.616	30	87.849	32	4.269.968	1.534	8.266,04	6,03	0	0	
Santópolis do Aguapeí	4.074	0,84	281.972	69	726.181	178	6.779.177	1.664	9.483,94	9,37	1	0	
Santos	430.928	0,37	475.825.072	1.104	291.447.887	676	401.883.388	933	47.108,41	37,93	0	1	
São Bento do Sapucaí	11.506	1,31	1.562.540	136	2.973.063	258	7.072.016	615	6.896,89	23,53	0	0	
São Bernardo do Campo	804.399	1,68	539.037.953	670	298.943.890	372	929.087.732	1.155	32.677,42	32,94	0	1	
São Caetano do Sul	147.388	0,62	214.847.922	1.458	33.839.087	230	247.067.189	1.676	62.458,89	2,63	0	1	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
São Carlos	223.226	1,81	72.167.944	323	113.393.066	508	178.284.925	799	16.441,30	27,08	0	1	
São Francisco	3.050	0,78	204.810	67	609.267	200	5.205.317	1.707	9.254,81	0,9	1	0	
São João da Boa Vista	82.705	0,84	21.590.563	261	1.922.972	23	63.111.331	763	16.960,81	0,46	1	0	
São João das Duas Pontes	2.680	0,1	171.242	64	1.548.950	578	5.596.519	2.088	9.775,97	0,44	0	0	
São João de Iracema	1.731	0,45	230.747	133	934.060	540	3.825.059	2.210	19.614,49	53,99	0	0	
São João do Pau d'Alho	2.121	-0,39	197.071	93	94.114	44	5.510.131	2.598	9.769,18	4,83	1	0	
São Joaquim da Barra	45.479	1,13	10.222.982	225	25.672.556	564	33.935.041	746	15.201,96	5,76	0	0	
São José da Bela Vista	8.669	0,87	347.811	40	2.241.044	259	10.574.193	1.220	11.878,97	21,15	0	0	
São José do Barreiro	4.303	0,47	711.346	165	949.979	221	5.654.801	1.314	6.377,07	18,51	0	0	
São José do Rio Pardo	53.725	0,87	9.586.301	178	20.510.889	382	54.158.312	1.008	16.994,05	29,14	1	0	
São José do Rio Preto	412.828	1,74	147.846.011	358	52.516.064	127	269.478.003	653	16.209,73	9,5	0	1	
São José dos Campos	622.340	1,79	300.891.377	483	180.581.861	290	787.254.520	1.265	30.195,36	5,95	0	1	
São Lourenço da Serra	16.541	3,85	6.035.154	365	1.334.687	81	9.685.895	586	7.440,70	45,62	1	1	
São Luís do Paraitinga	10.807	0,46	2.089.964	193	293.743	27	14.408.737	1.333	8.034,90	7,5	0	0	
São Manuel	39.965	1,11	5.788.361	145	16.758.381	419	40.634.322	1.017	15.727,75	13,38	0	0	
São Miguel Arcanjo	31.316	0,25	3.723.711	119	5.625.881	180	25.705.130	821	11.019,87	22,35	0	0	
São Pedro	32.520	1,94	7.077.740	218	12.394.121	381	15.346.529	472	10.310,61	26,08	0	0	
São Pedro do Turvo	7.089	0,35	413.647	58	267.836	38	10.038.881	1.416	10.126,01	4,63	1	0	
São Roque	73.401	1,2	21.105.808	288	1.802.692	25	71.146.252	969	15.039,70	14,89	0	1	
São Sebastião	69.772	2,35	86.675.564	1.242	38.485.549	552	191.584.539	2.746	63.843,83	34,96	0	0	
São Sebastião da Gramma	12.629	0,18	1.790.139	142	14.566	1	11.787.249	933	11.971,85	9,25	1	0	
São Simão	14.955	1,12	4.452.151	298	2.155.523	144	15.901.203	1.063	14.460,98	36,33	0	0	
São Vicente	328.538	0,99	108.050.461	329	38.853.951	118	181.638.286	553	6.739,94	2,06	0	1	
Sarapuí	8.811	1,51	1.106.548	126	140.201	16	8.189.377	929	9.327,36	82,2	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Sarutaiá	4.105	1,17	154.235	38	1.111.955	271	6.066.044	1.478	6.549,35	4,98	0	0	
Sebastianópolis do Sul	2.933	1,78	1.522.448	519	365.482	125	6.114.976	2.085	12.325,66	46,98	0	0	
Serra Azul	9.163	2,32	572.676	62	5.246.656	573	10.118.104	1.104	7.905,61	17,86	0	0	
Serrana	39.363	2,36	4.334.517	110	41.992.245	1.067	45.219.310	1.149	14.001,94	53,15	0	1	
Serra Negra	25.241	0,7	13.350.233	529	21.660.044	858	17.540.146	695	10.433,71	6,74	1	0	
Sertãozinho	106.873	1,51	37.962.885	355	12.969.551	121	107.329.331	1.004	26.586,48	22,35	0	1	
Sete Barras	13.499	-0,16	713.512	53	518.795	38	15.573.291	1.154	6.636,47	6,23	1	0	
Severínia	15.739	1,84	1.663.688	106	332.454	21	18.466.088	1.173	11.545,42	29,7	0	0	
Silveiras	5.827	1	933.184	160	1.050.437	180	8.701.464	1.493	6.451,44	35,92	0	0	
Socorro	33.989	0,48	7.100.354	209	6.188.203	182	25.547.571	752	9.118,45	62,89	1	0	
Sorocaba	586.680	2,16	238.791.608	407	127.159.234	217	456.032.020	777	21.447,31	41,71	0	1	
Sud Mennucci	7.831	0,77	1.626.209	208	2.026.153	259	15.195.668	1.940	11.993,74	41,51	1	0	
Sumaré	231.574	2,01	56.028.891	242	187.337.166	809	173.848.252	751	24.790,82	38,11	0	1	
Suzano	289.190	2,94	56.262.920	195	113.161.380	391	222.297.667	769	19.797,83	25,12	0	1	
Suzanápolis	3.574	3,11	702.394	197	114.794	32	7.978.925	2.232	10.459,30	33,8	1	0	
Tabapuã	11.421	1,05	2.006.657	176	336.907	29	14.177.007	1.241	9.978,95	29,79	0	0	
Tabatinga	14.625	1,47	1.129.239	77	1.234.179	84	16.036.521	1.097	9.290,06	5,35	0	0	
Taboão da Serra	232.464	2,03	56.972.314	245	45.439.332	195	195.505.576	841	16.337,93	69,26	0	1	
Taciba	5.532	0,71	655.589	119	384.104	69	16.469.138	2.977	38.531,90	1,48	0	0	
Taguaí	9.935	3,62	669.269	67	27.384	3	8.779.355	884	11.435,13	13,39	0	0	
Taiacu	6.048	0,92	506.727	84	3.429.101	567	7.686.482	1.271	9.414,74	49,01	0	0	
Taiúva	5.569	0,11	1.007.061	181	1.312.146	236	7.906.555	1.420	9.620,18	46,72	0	0	
Tambaú	23.575	0,72	4.739.119	201	9.727.858	413	20.200.738	857	13.686,09	31,62	1	0	
Tanabi	23.667	0,56	3.769.219	159	499.449	21	21.581.561	912	10.034,19	36,52	0	0	
Tapiraí	8.188	-0,5	582.207	71	3.107.441	380	12.154.367	1.484	7.760,33	0,73	1	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Tapiratiba	13.643	0,66	1.355.580	99	3.887.334	285	13.565.903	994	12.533,03	16,95	0	0	
Taquaral	2.890	0,75	295.391	102	2	0	5.884.736	2.036	17.519,71	18,36	0	0	
Taquaritinga	56.651	1,06	12.085.492	213	96.006.393	1.695	24.616.853	435	10.834,10	1,79	0	0	
Taquarituba	24.084	1,15	2.997.909	124	877.698	36	21.088.869	876	9.762,64	19,4	0	0	
Taquarivaí	5.707	3,06	391.308	69	1.711.203	300	9.180.688	1.609	14.588,04	23,11	0	0	
Tarabaí	6.345	1,15	261.495	41	1.262.285	199	9.047.171	1.426	6.130,20	42,82	0	0	
Tarumã	12.573	1,98	2.416.987	192	2.933.138	233	16.475.476	1.310	20.422,01	27,69	1	0	
Tatuí	107.301	1,73	23.618.854	220	15.988.062	149	40.961.562	382	14.429,91	6,61	0	0	
Taubaté	272.740	1,39	102.104.182	374	9.226.634	34	276.223.895	1.013	25.609,72	50,19	0	1	
Tejupá	5.079	-0,54	307.323	61	62.387	12	8.370.255	1.648	9.685,41	5,75	0	0	
Teodoro Sampaio	20.328	0,21	2.482.365	122	13.667.592	672	23.429.947	1.153	8.207,67	61,4	0	0	
Terra Roxa	8.492	1,16	441.814	52	2.238.018	264	11.529.893	1.358	7.651,92	2,39	0	0	
Tietê	37.460	2,08	9.320.221	249	250.787	7	32.619.000	871	20.553,64	2,07	0	0	
Timburi	2.625	-0,49	160.947	61	933.351	356	6.930.892	2.640	9.358,89	15,74	1	0	
Torre de Pedra	2.933	3,95	206.558	70	79.548	27	5.177.871	1.765	4.960,43	12,05	0	0	
Torrinha	9.641	1,08	948.823	98	1.592.265	165	8.547.195	887	9.882,13	16,97	0	0	
Trabiju	1.441	0,52	241.337	167	385.104	267	4.541.181	3.151	14.474,00	31,5	0	0	
Tremembé	41.563	2,2	11.304.327	272	30.379.554	731	29.986.276	721	7.004,52	6,77	0	1	
Três Fronteiras	5.318	0,38	739.635	139	2.297.992	432	7.084.118	1.332	8.998,94	18,3	1	0	
Tuiuti	5.864	2,13	504.187	86	334.333	57	7.605.464	1.297	7.776,02	9,43	0	0	
Tupã	66.440	0,59	15.969.228	240	4.124.680	62	40.493.157	609	12.193,60	9,72	0	0	
Tupi Paulista	13.755	0,42	1.731.446	126	1.094.784	80	9.638.080	701	9.152,38	0,61	1	0	
Turiúba	1.963	0,42	239.988	122	1.884.111	960	5.705.039	2.906	15.724,61	42,27	1	0	
Turmalina	2.080	-1,58	231.658	111	1.450.962	698	5.386.557	2.590	14.735,19	3,73	0	0	
Ubarana	5.123	2,4	1.015.229	198	3.074.120	600	9.509.305	1.856	16.028,40	4,25	0	0	

ANEXO III – Motivação a cooperar em acordos de saúde – variáveis independentes (continuação)

Localidade	POP	TGA	RT	RT PC	DF	DF PC	RTI	RTI PC	PIB PC	VEI	ACS	AGL	ASM
Ubatuba	82.257	2,59	52.007.508	632	29.616.716	360	62.354.341	758	9.273,37	13,92	0	0	
Ubirajara	4.305	0,44	309.192	72	0	0	7.334.199	1.704	9.120,62	1,6	0	0	
Uchôa	9.407	0,51	2.277.849	242	2.261.231	240	12.408.597	1.319	10.758,71	28,21	0	0	
União Paulista	1.447	0,81	94.929	66	1.930.793	1.334	5.212.750	3.602	21.370,57	2,64	0	0	
Urânia	9.091	0,36	484.486	53	954.927	105	8.217.592	904	8.607,20	29,05	1	0	
Valentim Gentil	10.424	2,39	928.783	89	571.133	55	10.540.899	1.011	12.386,61	50,29	0	0	
Valinhos	101.316	2,47	57.493.711	567	207.451.231	2.048	116.839.445	1.153	27.152,75	27,73	0	1	
Valparaíso	21.022	1,39	2.175.173	103	3.265.089	155	30.543.207	1.453	11.716,89	28,2	1	0	
Vargem	7.036	0,17	763.194	108	301	0	9.535.091	1.355	6.776,76	36,59	0	0	
Vargem Grande do Sul	40.018	1,23	7.187.408	180	11.446.711	286	25.962.830	649	9.173,38	58,97	1	0	
Vargem Grande Paulista	44.650	3,98	16.803.691	376	6.829.101	153	21.479.344	481	13.327,98	9,8	0	1	
Várzea Paulista	107.823	1,85	13.744.432	127	18.866.021	175	69.013.021	640	12.275,75	50,13	0	1	
Vera Cruz	10.206	-0,97	1.223.651	120	3.810.601	373	10.905.416	1.069	7.749,40	12,26	0	0	
Vinhedo	59.202	2,86	41.124.622	695	29.802.637	503	90.950.705	1.536	52.517,39	64,85	0	1	
Viradouro	17.709	1,31	1.827.284	103	230.459	13	18.770.672	1.060	7.553,74	3,4	0	0	
Vista Alegre do Alto	6.244	3,46	1.121.380	180	750.862	120	11.199.344	1.794	13.088,82	38,03	0	0	
Vitória Brasil	1.647	-0,16	98.271	60	184.246	112	4.786.147	2.906	10.893,52	29,18	1	0	
Votorantim	107.912	1,46	24.850.016	230	170.076	2	80.767.812	748	13.030,29	11,65	0	1	
Votuporanga	82.919	1,13	16.228.816	196	5.114.112	62	55.587.430	670	12.149,23	35,71	0	0	
Zacarias	2.251	1,83	226.708	101	0	0	8.269.644	3.674	16.414,66	41,63	0	0	

Fonte: elaborado pelo autor.

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Aparecida	273	9.011,59
Arapeí	112	6.545,32
Areias	127	7.890,40
Bananal	125	6.557,83
Caçapava	211	23.997,98
Cachoeira Paulista	186	8.691,20
Campos do Jordão	608	10.481,63
Canas	219	7.027,43
Caraguatatuba	651	9.480,11
Cruzeiro	133	9.150,17
Cunha	44	4.426,90
Guararema	453	16.246,05
Guaratinguetá	244	16.658,46
Igaratá	236	8.406,56
Ilhabela	697	10.002,35
Jacareí	265	19.656,85
Jambeiro	261	86.543,21
Lavrinhas	370	7.091,00
Lorena	127	12.596,61
Mogi das Cruzes	314	15.250,95
Monteiro Lobato	208	7.191,15
Natividade da Serra	62	5.442,43
Nazaré Paulista	143	8.447,56
Paraibuna	159	7.825,38
Piquete	57	5.384,16
Potim	31	5.663,45
Redenção da Serra	100	7.478,05
Roseira	211	14.030,56
Santa Branca	187	11.127,34
Santa Isabel	245	10.106,58
Santo Antonio do Pinhal	161	6.796,01
São Bento do Sapucaí	136	6.896,89
São José do Barreiro	165	6.377,07
São José dos Campos	483	30.195,36
São Luís do Paraitinga	193	8.034,90
São Sebastião	1.242	63.843,83
Silveiras	160	6.451,44
Taubaté	374	25.609,72
Tremembé	272	7.004,52

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap) - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Ubatuba	632	9.273,37
Média	272	13.722
Desvio Padrão	230	15.611
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,85	1,14

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Frente Intermunicipal de Prefeitos da Média Noroeste (Fiprem)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Álvaro de Carvalho	39	6.218,09
Cafelândia	73	9.952,74
Getulina	77	8.332,92
Guaiçara	75	8.828,09
Guaimbê	68	7.727,95
Lins	187	17.102,53
Pirajuí	101	8.418,00
Pongaí	93	13.120,83
Promissão	100	15.785,53
Sabino	132	10.870,85
Uru	117	22.098,25
Média	96	11.678
Desvio Padrão	39	4.857
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,41	0,42

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billings - Consórcio ABC		
Localidade	RT PC	PIB PC
Santo André	588	20.044,06
São Bernardo do Campo	670	32.677,42
São Caetano do Sul	1.458	62.458,89
Diadema	339	22.371,23
Mauá	210	13.394,59
Ribeirão Pires	209	12.660,22
Rio Grande da Serra	85	7.895,89
Média	508	24.500
Desvio Padrão	469	18.580
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,92	0,76

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juqueri		
Localidade	RT PC	PIB PC
Cajamar	597	52.659,21
Mairiporã	318	10.727,35
Franco da Rocha	124	12.098,70
Caieiras	329	16.179,94
Francisco Morato	69	4.282,20
Média	287	19.189
Desvio Padrão	208	19.192
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,72	1,00

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal Circuito das Frutas		
Localidade	RT PC	PIB PC
Jundiaí	625	40.703,90
Indaiatuba	476	23.426,91
Itatiba	310	28.323,31
Itupeva	532	30.230,88
Jarinu	402	12.046,76
Louveira	713	211.883,80
Morungaba	178	16.580,56
Atibaia	526	17.043,65
Valinhos	567	27.152,75
Vinhedo	695	52.517,39
Média	502	45.991
Desvio Padrão	168	59.508
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,33	1,29

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Psicultura da Região de Santa Fé do Sul		
Localidade	RT PC	PIB PC
Santa Clara d'Oeste	77	7.783,68
Três Fronteiras	139	8.998,94
Nova Canaã Paulista	91	12.127,22
Santa Fé do Sul	248	14.483,58
Rubinéia	201	8.899,12
Santa Rita d'Oeste	101	12.783,87
Média	143	10.846

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Psicultura da Região de Santa Fé do Sul - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Desvio Padrão	68	2.654
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,48	0,24

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud I)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Embu	153	10.430,56
Taboão da Serra	245	16.337,93
São Lourenço da Serra	365	7.440,70
Embu-Guaçu	168	7.517,04
Juquitiba	209	6.760,63
Itapecerica da Serra	171	15.238,06
Média	219	10.621
Desvio Padrão	79	4.212
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,36	0,40

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal Vale Histórico		
Localidade	RT PC	PIB PC
Areias	127	7.890,40
Arapeí	112	6.545,32
Silveiras	160	6.451,44
São José do Barreiro	165	6.377,07
Bananal	125	6.557,83
Queluz	351	5.694,42
Média	173	6.586
Desvio Padrão	90	716
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,52	0,11

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema		
Localidade	RT PC	PIB PC
Assis	218	11.028,55
Borá	467	26.228,66
Campos Novos Paulista	153	14.348,22
Cândido Mota	107	13.382,50
Cruzália	78	22.369,20
Echaporã	55	9.338,66
Florínia	109	28.116,76
Ibirarema	76	13.652,66
Iepê	95	13.873,71
Lutécia	62	12.674,36
Maracaí	251	22.493,94
Nantes	117	39.439,56
Oscar Bressane	108	9.640,19
Palmital	172	15.571,80
Paraguaçu Paulista	137	13.004,37
Pedrinhas Paulista	117	23.101,57
Quatá	236	21.546,75
Platina	69	11.485,36
Rancharia	99	18.227,09
Tarumã	192	20.422,01
Média	146	17.997
Desvio Padrão	95	7.537
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,65	0,42

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema		
Localidade	RT PC	PIB PC
Assis	218	11.028,55
Borá	467	26.228,66
Campos Novos Paulista	153	14.348,22
Cândido Mota	107	13.382,50
Cruzália	78	22.369,20
Echaporã	55	9.338,66
Florínia	109	28.116,76
Ibirarema	76	13.652,66
Iepê	95	13.873,71
Lutécia	62	12.674,36
Maracaí	251	22.493,94

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Nantes	117	39.439,56
Oscar Bressane	108	9.640,19
Palmital	172	15.571,80
Paraguaçu Paulista	137	13.004,37
Pedrinhas Paulista	117	23.101,57
Quatá	236	21.546,75
Platina	69	11.485,36
Rancharia	99	18.227,09
Tarumã	192	20.422,01
Média	146	17.997
Desvio Padrão	95	7.537
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,65	0,42

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Santo Antonio da Alegria	80	9.030,40
Jeriquara	54	25.149,61
Aramina	248	13.614,67
Orlândia	272	23.472,87
Batatais	155	14.575,40
Buritizal	204	26.614,89
Ipuã	149	11.851,48
Miguelópolis	120	12.629,34
São Joaquim da Barra	225	15.201,96
Itirapuã	52	10.670,12
Ribeirão Corrente	72	21.948,65
Altinópolis	140	15.527,99
Ituverava	171	11.240,48
Igarapava	110	16.971,26
Guaíra	229	17.814,69
Sales Oliveira	219	15.184,41
Pedregulho	117	14.176,78
Cristais Paulista	108	16.858,93
Restinga	134	12.178,06
Morro Agudo	186	22.171,60
Jardinópolis	176	10.140,59

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam) - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Nuporanga	180	17.559,93
Brodowski	148	8.361,15
Guará	173	11.563,18
Franca	209	11.205,22
Rifaina	109	8.402,90
Patrocínio Paulista	195	19.460,41
São José da Bela Vista	40	11.878,97
Cravinhos	184	11.250,82
Ribeirão Preto	423	23.691,97
Média	163	15.347
Desvio Padrão	77	5.184
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,47	0,34

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal dos Vales Tietê-Parana (CITIP)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Bariri	135	13.469,52
Barra Bonita	179	12.018,39
Bocaina	175	15.331,27
Boracéia	70	18.771,90
Dois Córregos	132	13.342,65
Igaraçu do Tietê	65	5.801,42
Itaju	102	18.393,15
Itapuí	104	12.213,39
Jaú	247	11.652,29
Mineiros do Tietê	68	7.472,54
Média	128	12.847
Desvio Padrão	59	4.133
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,46	0,32

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região de Jales		
Localidade	RT PC	PIB PC
Três Fronteiras	139	8.998,94
Dolcinópolis	125	9.936,13
Auriflama	123	10.257,37
Populina	90	11.966,14
São Francisco	67	9.254,81
Santa Clara d'Oeste	77	7.783,68
Pontalinda	47	7.852,73
Santa Rita d'Oeste	101	12.783,87
Aspásia	46	9.866,53
Aparecida d'Oeste	64	6.834,69
Estrela d'Oeste	0	0,00
Palmeira d'Oeste	92	7.900,19
Santa Fé do Sul	248	14.483,58
Santa Albertina	161	9.734,44
Jales	160	12.097,29
Rubinéia	201	8.899,12
Santa Salete	96	15.958,90
Nova Canaã Paulista	91	12.127,22
Mesópolis	116	12.924,59
Dirce Reis	67	14.256,85
Marinópolis	66	11.536,32
Paranapuã	75	10.098,46
Santana da Ponte Pensa	164	9.166,36
Urânia	53	8.607,20
Turmalina	111	14.735,19
General Salgado	140	12.039,81
Guzolândia	92	7.713,29
São João das Duas Pontes	64	9.775,97
Média	103	10.271
Desvio Padrão	52	3.130
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,51	0,30

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Vale do Ribeira (Consad)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Apiai	77	8.376,56
Barra do Chapéu	52	5.986,12
Barra do Turvo	123	4.347,70
Cajati	156	12.166,04
Cananéia	196	7.120,59
Eldorado	46	6.512,33
Iguape	143	7.344,00
Ilha Comprida	1.310	9.175,00
Iporanga	92	4.730,98
Itaóca	84	5.287,77
Itapirapuã Paulista	42	5.131,47
Itariri	90	4.952,82
Jacupiranga	106	8.016,44
Juquiá	35	6.261,20
Juquitiba	209	6.760,63
Miracatu	94	5.855,29
Pariquera-Açu	81	8.109,34
Pedro de Toledo	90	5.902,65
Registro	164	8.528,73
Ribeira	178	4.669,69
Ribeirão Branco	21	6.767,52
São Lourenço da Serra	365	7.440,70
Sete Barras	53	6.636,47
Tapiraí	71	7.760,33
Média	162	6.827
Desvio Padrão	256	1.756
Coefficiente de variação (desvio/média)	1,58	0,26

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consad Noroeste		
Localidade	RT PC	PIB PC
Dolcinópolis	125	9.936,13
Estrela d'Oeste	0	0
Fernandópolis	192	13.588,60
General Salgado	140	12.039,81
Guarani d'Oeste	72	7.185,52
Populina	90	11.966,14
Indiaporã	89	10.409,15
Jales	160	12.097,29
Macedônia	110	9.872,86
Magda	69	10.716,27
Meridiano	148	10.173,59
Mesópolis	116	12.924,59
Mira Estrela	126	11.103,61
Ouroeste	0	0
Parapuã	149	9.985,94
Parisi	103	11.262,92
Pedranópolis	148	10.541,24
Pontalinda	47	7.852,73
São João das Duas Pontes	64	9.775,97
São João de Iracema	133	19.614,49
Turmalina	111	14.735,19
Valentim Gentil	89	12.386,61
Vitória Brasil	60	10.893,52
Média	112	11.384
Desvio Padrão	38	2.563
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,34	0,23

Acordo de Desenvolvimento - Consad Sudoeste		
Localidade	RT PC	PIB PC
Barão de Antonina	60	7.896,73
Bom Sucesso de Itararé	52	6.681,10
Capão Bonito	94	9.315,27
Buri	63	11.444,56
Coronel Macedo	58	8.855,09
Guapiara	50	7.140,74
Itaberá	82	12.026,60
Itapeva	151	11.073,20

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Consad Sudoeste - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Itararé	126	10.172,56
Itaporanga	52	6.494,72
Nova Campina	86	13.532,77
Ribeirão Grande	79	10.282,59
Riversul	41	5.563,04
Taquarituba	124	9.762,64
Taquarivaí	69	14.588,04
Média	79	9.655
Desvio Padrão	32	2.627
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,41	0,27

Acordo de Desenvolvimento - Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Alto Alegre	90	10.704,44
Avanhandava	80	9.376,99
Barbosa	50	6.282,53
Clementina	132	8.645,11
Glicério	77	10.363,34
Luiziânia	53	9.151,15
Penápolis	222	16.388,60
Piacatu	72	9.366,16
Braúna	96	8.662,21
Birigui	201	10.971,37
Gabriel Monteiro	110	20.851,16
Santópolis do Aguapeí	69	9.483,94
Promissão	100	15.785,53
Média	104	11.233
Desvio Padrão	53	4.011

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento da Alta Mogiana (ADAM)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Aguai	143	21.524,88
Águas da Prata	240	12.720,94
Caconde	87	9.476,04

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento da Alta Mogiana (ADAM) - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Cajuru	72	10.132,63
Casa Branca	253	20.816,77
Cássia dos Coqueiros		11.161,54
Divinolândia	70	10.683,48
Espírito Santo do Pinhal	193	13.158,30
Itobi		8.385,94
Mococa	180	13.922,43
Santa Cruz das Palmeiras	112	7.690,37
Santa Rosa do Viterbo	160	15.858,57
Santo Antonio do Jardim	102	11.810,33
São João da Boa Vista	261	16.960,81
São José do Rio Pardo	178	16.994,05
São Sebastião da Gramma	142	11.971,85
Tambaú	201	13.686,09
Tapiratiba	99	12.533,03
Vargem Grande do Sul	180	9.173,38
Média	157	13.087
Desvio Padrão	61	3.881
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,39	0,30

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Arujá	340	16.121,87
Biritiba Mirim	67	8.168,00
Ferraz de Vasconcelos	76	6.076,07
Guararema	453	16.246,05
Guarulhos	311	22.202,46
Itaquaquecetuba	113	6.928,39
Mogi das Cruzes	314	15.250,95
Poá	928	18.428,84
Salesópolis	122	12.564,71
Santa Isabel	245	10.106,58
Suzano	195	19.797,83
Média	288	13.808
Desvio Padrão	246	5.434

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento do Alto Tietê (ADRAT)- continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,85	0,39

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC		
Localidade	RT PC	PIB PC
Santo André	588	20.044,06
São Bernardo do Campo	670	32.677,42
São Caetano do Sul	1.458	62.458,89
Diadema	339	22.371,23
Mauá	210	13.394,59
Ribeirão Pires	209	12.660,22
Rio Grande da Serra	85	7.895,89
Média	508	24.500
Desvio Padrão	469	18.580
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,92	0,76

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí e Região		
Localidade	RT PC	PIB PC
Cabreúva	216	21.154,73
Cajamar	597	52.659,21
Campo Limpo Paulista	197	10.486,32
Itatiba	310	28.323,31
Itupeva	532	30.230,88
Jarinu	402	12.046,76
Jundiaí	625	40.703,90
Louveira	713	211.883,80
Morungaba	178	16.580,56
Várzea Paulista	127	12.275,75
Vinhedo	695	52.517,39
Média	417	44.442
Desvio Padrão	222	57.620
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,53	1,30

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Agência de Desenvolvimento Regional Unidades		
Localidade	RT PC	PIB PC
Atibaia	526	17.043,65
Bom Jesus dos Perdões	200	10.592,34
Bragança Paulista	373	15.057,96
Guarulhos	311	22.202,46
Jarinu	402	12.046,76
Joanópolis	157	8.092,39
Mairiporã	318	10.727,35
Nazaré Paulista	143	8.447,56
Pedra Bela	36	7.411,84
Pinhalzinho	111	8.096,65
Piracaia	246	9.380,51
Tuiuti	86	7.776,02
Vargem	108	6.776,76
Média	232	11.050
Desvio Padrão	145	4.536
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,63	0,41

Acordo de Desenvolvimento - Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Bertioga	1.634	12.191,92
Santos	1.104	47.108,41
Mongaguá	735	8.444,89
Peruíbe	686	9.003,15
Guarujá	978	9.800,14
Praia Grande	869	9.184,37
Cubatão	1.065	51.968,25
Itanhaém	608	7.891,28
São Vicente	329	6.739,94
Média	890	18.037
Desvio Padrão	370	17.962
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,42	1,00

ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de desenvolvimento – variáveis independentes (continuação)

Acordo de Desenvolvimento - Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Americana	327	26.557,60
Artur Nogueira	150	10.575,21
Campinas	746	26.133,13
Cosmópolis	179	11.764,44
Engenheiro Coelho	115	14.826,31
Holambra	464	50.978,46
Hortolândia	406	20.775,31
Indaiatuba	476	23.426,91
Itatiba	310	28.323,31
Jaguariúna	480	66.185,17
Monte Mor	186	23.901,11
Nova Odessa	302	22.420,05
Paulínia	1.451	87.761,47
Pedreira	261	13.637,72
Santa Bárbara d'Oeste	188	15.409,38
Santo Antonio de Posse	333	18.557,26
Sumaré	242	24.790,82
Vinhedo	695	52.517,39
Valinhos	567	27.152,75
Média	415	29.773
Desvio Padrão	308	20.319
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,74	0,68

Fonte: elaborado pelo autor.

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de tratamento de resíduos sólidos –
variáveis independentes (continuação)**

Acordo de Meio Ambiente - Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário de Biritiba Mirim (Cipas)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Biritiba Mirim	67	8.168,00
Salesópolis	122	12.564,71
Média	94	10.366
Desvio Padrão	39	3.109
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,41	0,30

Acordo de Meio Ambiente - Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário de Várzea Paulista		
Localidade	RT PC	PIB PC
Várzea Paulista	127	12.275,75
Jundiaí	625	40.703,90
Campo Limpo Paulista	197	10.486,32
Cajamar	597	52.659,21
Vinhedo	695	52.517,39
Média	448	33.729
Desvio Padrão	265	20.979
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,59	0,62

Acordo de Meio Ambiente - Consórcio Intermunicipal para Gestão De Resíduos Sólidos		
Localidade	RT PC	PIB PC
Dracena	191	11.039,09
Tupi Paulista	126	9.152,38
Junqueirópolis	122	9.835,33
Onda Verde	168	35.413,79
Média	152	16.360
Desvio Padrão	33	12.726
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,22	0,78

Acordo de Meio Ambiente - Consórcio Intermunicipal para Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Parapuã	149	9.985,94
Rinópolis	88	8.476,47
Bastos	75	13.511,35

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de tratamento de resíduos sólidos –
variáveis independentes (continuação)**

Acordo de Meio Ambiente - Consórcio Intermunicipal para Tratamento e Disposição Final do Lixo (Codralix) - contiuuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Iacri	56	8.592,57
Média	92	10.142
Desvio Padrão	40	2.349
Coefficiente de variação (desvio/média)	0,44	0,23

Fonte: elaborado pelo autor.

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (Cisa)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Alto Alegre	90	10.704,44
Avanhandava	80	9.376,99
Barbosa	50	6.282,53
Braúna	96	8.662,21
Glicério	77	10.363,34
Luiziânia	53	9.151,15
Penápolis	222	16.388,60
Média	95	10.133
Desvio Padrão	58	3.110
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,61	0,31

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista (Cisnap)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Dracena	191	11.039,09
Flora Rica		12.070,87
Irapuru	52	6.665,00
Junqueirópolis	122	9.835,33
Monte Castelo	86	10.372,06
Nova Guataporanga	66	5.850,21
Ouro Verde	61	8.324,17
Panorama	81	7.550,66
Paulicéia	303	9.048,11
Santa Mercedes	119	7.816,24
São João do Pau d'Alho	93	9.769,18
Tupi Paulista	126	9.152,38
Média	118	8.958
Desvio Padrão	73	1.811
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,62	0,20

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Capivari		
Localidade	RT PC	PIB PC
Capivari	197	17.265,47
Elias Fausto	130	29.596,58
Mombuca	143	9.551,10

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Capivari		
Localidade	RT PC	PIB PC
Rafard	167	13.116,20
Média	159	17.382
Desvio Padrão	29	8.732
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,18	0,50

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Aparecida d'Oeste	64	6.834,69
Aspásia	46	9.866,53
Dirce Reis	67	14.256,85
Dolcinópolis	125	9.936,13
Jales	160	12.097,29
Marinópolis	66	11.536,32
Mesópolis	116	12.924,59
Palmeira d'Oeste	92	7.900,19
Paranapuã	75	10.098,46
Pontalinda	47	7.852,73
Santa Albertina	161	9.734,44
Santa Salete	96	15.958,90
Santana da Ponte Pensa	164	9.166,36
São Francisco	67	9.254,81
Urânia	53	8.607,20
Vitória Brasil	60	10.893,52
Média	91	10.432
Desvio Padrão	41	2.437
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,46	0,23

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (Consaúde)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Apiáí	77	8.376,56
Barra do Chapéu	52	5.986,12
Cajati	156	12.166,04
Cananéia	196	7.120,59
Eldorado	46	6.512,33

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (Consaúde) - continuação		
Localidade	RT PC	PIB PC
Iguape	143	7.344,00
Ilha Comprida	1.310	9.175,00
Iporanga	92	4.730,98
Itanhaém	608	7.891,28
Itaóca	84	5.287,77
Itapirapuã Paulista	42	5.131,47
Itariri	90	4.952,82
Jacupiranga	106	8.016,44
Juquiá	35	6.261,20
Juquitiba	209	6.760,63
Miracatu	94	5.855,29
Pariquera-Açu	81	8.109,34
Pedro de Toledo	90	5.902,65
Registro	164	8.528,73
Mongaguá	735	8.444,89
Peruíbe	686	9.003,15
São Lourenço da Serra	365	7.440,70
Sete Barras	53	6.636,47
Tapiraí	71	7.760,33
Ribeira	178	4.669,69
Média	231	7.123
Desvio Padrão	300	1.721
Coeficiente de variação (desvio/média)	1,30	0,24

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema (Civap)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Assis	218	11.028,55
Borá	467	26.228,66
Campos Novos Paulista	153	14.348,22
Cândido Mota	107	13.382,50
Cruzália	78	22.369,20
Echaporã	55	9.338,66
Florínia	109	28.116,76
Ibirarema	76	13.652,66
Iepê	95	13.873,71

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema (Civap)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Lutécia	62	12.674,36
Maracaí	251	22.493,94
Nantes	117	39.439,56
Oscar Bressane	108	9.640,19
Palmital	172	15.571,80
Paraguaçu Paulista	137	13.004,37
Pedrinhas Paulista	117	23.101,57
Quatá	236	21.546,75
Platina	69	11.485,36
Rancharia	99	18.227,09
Tarumã	192	20.422,01
Média	146	17.997
Desvio Padrão	95	7.537
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,65	0,42

Acordo de Saúde - União da Saúde Municipal da Média Sorocabana (UMMES)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Bernardino de Campos	71	9.403,17
Canitar	120	6.443,85
Chavantes	83	12.937,58
Espírito Santo do Turvo	63	17.345,13
Ipaussu	92	8.461,24
Manduri	68	8.211,48
Óleo	43	10.633,20
Ourinhos	193	13.730,78
Ribeirão do Sul	39	10.146,04
Salto Grande	81	11.764,41
Santa Cruz do Rio Pardo	120	15.556,40
São Pedro do Turvo	58	10.126,01
Timburi	61	9.358,89
Média	84	11.086
Desvio Padrão	41	3.090
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,49	0,28

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (Conserg)		
Localidade	RT PC	PIB PC
São João da Boa Vista	261	16.960,81
Águas da Prata	240	12.720,94
Caconde	87	9.476,04
Casa Branca	253	20.816,77
Divinolândia	70	10.683,48
Itobi		8.385,94
Mococa	180	13.922,43
Santa Cruz das Palmeiras	112	7.690,37
São José do Rio Pardo	178	16.994,05
Tambaú	201	13.686,09
Vargem Grande do Sul	180	9.173,38
Santo Antonio do Jardim	102	11.810,33
São Sebastião da Gramma	142	11.971,85
Média	167	12.638
Desvio Padrão	65	3.839
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,39	0,30

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Anhembi	304	16.568,87
Bofete	259	10.301,50
Conchas	126	20.182,52
Pereiras	76	16.214,87
Porangaba	261	7.331,24
Média	205	14.120
Desvio Padrão	99	5.192
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,48	0,37

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas Paulista (CONISCA)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Águas de Lindóia	548	8.748,70
Lindóia	315	11.287,10
Serra Negra	529	10.433,71
Socorro	209	9.118,45

**ANEXO IV – Barreiras à cooperação em acordos de saúde – variáveis independentes
(continuação)**

Acordo de Saúde - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas Paulista (CONISCA)		
Localidade	RT PC	PIB PC
Média	400	9.897
Desvio Padrão	166	1.175
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,41	0,12

Acordo de Saúde - Saúde CIS		
Localidade	RT PC	PIB PC
Itanhaém	608	7.891,28
Itariri	90	4.952,82
Pedro de Toledo	90	5.902,65
Peruíbe	686	9.003,15
Média	369	6.937
Desvio Padrão	323	1.843
Coeficiente de variação (desvio/média)	0,88	0,27

Fonte: elaborado pelo autor.